UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: um estudo comparado dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016)

João Gabriel Arriel da Silva Xavier

Foz do Iguaçu

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: um estudo comparado dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016)

João Gabriel Arriel da Silva Xavier

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), na área de Desenvolvimento e Capitais Transnacionais, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero Wimer

Foz do Iguaçu

2025

João Gabriel Arriel da Silva Xavier

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: um estudo comparado dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), na área de Desenvolvimento e Capitais Transnacionais, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero Wimer

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero Wimer
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

_____

Prof. Dr. Francisco Cantamutto
Universidad Nacional del Sur – UNS (Argentina)

_____

Profa. Dra. Paula Daniela Fernández
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

X3
Xavier, João Gabriel Arriel da Silva.
Dependência e desenvolvimento na América Latina no século XXI: um estudo comparado dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016) / João Gabriel Arriel da Silva Xavier. - Foz do Iguaçu, 2025.
300 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2025.
Orientador: Fernando Gabriel Romero Wimer.

1. Dependência de países estrangeiros. 2. Desenvolvimento econômico. 3. América Latina. I. Wimer, Fernando Gabriel Romero. II. Título.

CDU 327(8)

Dedico à América Latina, à Abya Yala.
Ao povo que caminha, mesmo sem pernas.
Ao Sul, nosso norte.

AGRADECIMENTOS

Quando eu decidi estudar na UNILA, curiosamente, eu ainda estava na graduação, aprendendo a viver na grande BH enquanto enfrentava o maior desafio da minha vida até então. Em termos bem literais, eu era apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior, como dizia Belchior. Foi numa noite qualquer de estudos, durante a pandemia, quando eu descobri o projeto unileiro. Foz do Iguaçu chamou ao meu nome. A tríplice fronteira correu em minhas veias. E, desde então, no oceano de incertezas e possibilidades da vida, eu tive uma certeza, lá eu iria estudar. Mais do que uma simples opção, uma universidade, a UNILA foi pra mim um sonho anunciado. E eu atendi ao seu chamado.

Hoje, escrever esta página é o ato derradeiro que encerra a jornada e abre os olhos para novos horizontes. Mas, tal tarefa não será nunca o último relato. Não, este eu carregarei para sempre, estará comigo até o fim. Afinal, ainda que não possamos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, eu acredito que certas vivências, certas decisões, certos encontros e desencontros, tão efêmeros, também são marcos perpétuos em nossa história de eterna mudança. Amanhã não posso saber quem eu irei ser, mas, de certo, saberei minha trajetória, de onde eu vim, quem eu tive a honra de contar e o prazer de conhecer.

Aqui, deixo, portanto, meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado. À minha mãe, Elzanir, e ao meu pai, Adilson, por todas as orações e bençãos, assim como, pelo apoio incondicional que fez e faz de tudo isso possível. Obrigado por cuidarem de mim e me protegerem mesmo à distância. Sem o amor de vocês, eu nada seria. Espero que um dia eu posso levá-los para conhecer um pouco mais do mundo. Ao meu irmão, Felipe, pela força e coragem, não simplesmente por ser o primogênito, mas, sim, por ser o primeiro em tanto. À minha família, àqueles que estão e àqueles que já se foram, em especial, às minhas avós, Elzi e Afonsa, por todo o carinho sempre. À minha namorada, Larissa, porque se eu pedalo, ela é corrente e, por isso, eu sempre vou mais além. Por me inspirar e ter me dado, logo no começo, a força necessária para aguardar o início das aulas e não embarcar no primeiro avião de volta pra casa. Também por aceitar, mais uma vez, o relacionamento à distância e os desafios que ele traz, sempre se esforçando para me visitar, quando possível.

Aos meus velhos e bons amigos, Gabriel, Miryã, Camila, Letícia, Patrícia, Lucas, e Luís, sempre tão essenciais, agora, lhes peço tão somente a compreensão e o espaço para me dedicar um pouco mais aos novos e, nem por isso, menos importantes, amigos, que eu pude encontrar ao longo desta etapa. Ao Bueno, pela recepção, hospitalidade e pela primeira e tantas outras

visitas à Argentina, ou seja, por ser o melhor veterano possível. Ao César e ao Felipe, duas das pessoas mais leais, sinceras e verdadeiras que eu já conheci, muito obrigado por terem me abraçado da forma mais afetuosa possível e terem feito me sentir em casa desde o início. À Lorena, pelo companheirismo nas aulas e eventos acadêmicos, e por ter sido a melhor guia na universidade, no campus, nas linhas de ônibus e, até mesmo, turística. À Beatriz, por se esforçar pela união, pelos churrascos, pela ceia, pelo natal, etc., por chamar minha atenção, confiar em mim, me ouvir e conceder horas de terapia gratuita. Ao Luís, nosso mestre churrasqueiro, por me ensinar a tomar chimarrão e pelas visitas sempre tão bem-vindas ao nosso apartamento, 1901, que também, de certo modo, era seu. Ao Fábio, meu companheiro nos jogos e nas férias – ora freguês, ora parceiro de recuperação matrimonial –, por não ter me bloqueado, quando no desespero de encontrar uma casa, eu sem querer lhe encaminhei e apaguei dezenas de mensagens. Ao Caio, o maior crítico de cinema que eu conheço, meu assistente de cozinha, companheiro de pizza, e *sommelier* de cerveja, vinho e tereré, pelas idiotices e levezas da vida. Aos dois últimos, meus brasfooteiros, por horas de futebol e diversão. E, por fim, é claro, agradeço às pequenas e mais inocentes companhias que nos ajudam a vencer a mais profunda solidão: Aya, Galeano, Luna, Mary Shelley, Pururuca, Rose e Twelves. Àqueles que, por ventura, aqui, não foram mencionados, peço desculpas, não foi por esquecimento, mas, simplesmente por falta de espaço.

Aos mestres, agradeço, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Romero, pelos livros e referências, pelas aulas e orientações, e pelo estágio docente, onde tive a valiosa oportunidade de lhe acompanhar e tanto aprender. Enfim, deixo-lhe a minha gratidão por toda aprendizagem e todos ensinamentos que a mim hão de ser de imenso valor, dentro e fora da universidade. Reconheço igualmente a competência dos professores membros da banca, assim como, a importância de seus comentários para a melhor elaboração desta pesquisa. Ademais, agradeço, é claro, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da UNILA, ao corpo docente e discente, assim como, aos meus colegas de classe, que vindo de diferentes áreas de estudo, estados, regiões e países do mundo, contribuíram profundamente para enriquecer a sala de aula e o mestrado. Também faço os devidos cumprimentos tanto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, neste último ano, quanto ao Programa de Bolsa Institucional da UNILA – PROBIU, durante o meu primeiro ano, pelo tão importante e necessário financiamento para que a minha pesquisa pudesse ser, de fato, realizada, pois, sem esta ajuda, ela não seria possível.

Por fim, deixo meu obrigado a mim mesmo, por não desistir e seguir caminhando.

A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje –, mas obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia. [...] *O passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?*

(GALEANO, Eduardo, 2021, p. 5;7).

RESUMO

A presente investigação tem como objeto de pesquisa a dualidade entre as categorias da dependência e do desenvolvimento na América Latina, mais especificamente, sob o seu modelo mais recente, qual seja, o neodesenvolvimentismo. O objetivo geral da pesquisa é analisar o neodesenvolvimentismo sul-americano adotado pela Argentina sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) e pelo Brasil sob o 'petismo' (2003-2016), e seus impactos na histórica condição de dependência de ambos os países latino-americanos, isto é, na conformação de uma mudança estrutural a partir do desenvolvimento em suas respectivas formações econômico-sociais. À luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e de suas categorias fundamentais – quais sejam, a transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho, e o subimperialismo –, do método histórico-dialético, e a partir das técnicas de investigação do estudo de caso e da comparação, busca-se compreender os alcances e limites do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, assim como, a sua atualidade política enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI. Em resposta à problematização, defende-se a hipótese de que os ensaios neodesenvolvimentistas sul-americanos, apesar do caráter progressista e redistributivo de seus governos, não provocaram uma mudança estrutural em suas formações econômico-sociais, mas, sim, reproduziram e aprofundaram a condição de dependência; ainda que na conjuntura analisada, ambos processos possam ter experienciado, em média, crescimento econômico e outros indicadores positivos.

Palavras-chave: Dependência. Desenvolvimento. América Latina. Neodesenvolvimentismo. Argentina. Brasil.

RESUMEN

El objeto de esta investigación es la dualidad entre las categorías de dependencia y desarrollo en América Latina, específicamente bajo su modelo más reciente, el neodesarrollismo. El objetivo general de la investigación es analizar el neodesarrollismo sudamericano adoptado por Argentina bajo el 'kirchnerismo' (2003-2015) y por Brasil bajo el 'petismo' (2003-2016), y su impacto en la condición histórica de dependencia de ambos países latinoamericanos, es decir, en la conformación de un cambio estructural basado en el desarrollo en sus respectivas formaciones económico-sociales. A la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) y sus categorías fundamentales – a saber, la transferencia de valor como intercambio desigual, la superexplotación del trabajo y el subimperialismo –, del método histórico-dialéctico y de las técnicas de investigación de estudios de caso y comparación, se pretende comprender los alcances y límites del neodesarrollismo argentino y brasileño, así como su actualidad política como modelo de desarrollo del capitalismo periférico en el siglo XXI. En respuesta a la problematización, la hipótesis es que los ensayos neodesarrollistas sudamericanos, a pesar del carácter progresista y redistributivo de sus gobiernos, no produjeron un cambio estructural en sus formaciones económico-sociales, sino que reprodujeron y profundizaron la condición de dependencia; aunque en la coyuntura analizada, ambos procesos hayan experimentado, en promedio, crecimiento económico y otros indicadores positivos.

Palabras clave: Dependencia. Desarrollo. América Latina. Neodesarrollismo. Argentina. Brasil.

ABSTRACT

The object of this research is the duality between the categories of dependency and development in Latin America, specifically under its most recent model, namely neo-developmentalism. The general objective of the research is to analyze the South American neo-developmentalism adopted by Argentina under 'kirchnerism' (2003-2015) and by Brazil under 'petism' (2003-2016), and its impacts on the historical condition of dependency of both Latin American countries, i.e. on the conformation of a structural change based on development in their respective economic-social formations. In the light of the Marxist Theory of Dependency (TMD) and its fundamental categories – namely the transfer of value as unequal exchange, the super-exploitation of labor, and sub-imperialism –, the historical-dialectical method, and based on the research techniques of case study and comparison, we aim to understand the achievements and limits of Argentine and Brazilian neo-developmentalism, as well as its political actuality as a development model for peripheral capitalism in the 21st century. In response to the problematization, we defend the hypothesis that the South American neo-developmentalist essays, despite the progressive and redistributive characteristics of their governments, did not cause a structural change in their economic-social formations, but rather reproduced and strengthened the condition of dependency; even though in the conjuncture analyzed, both processes may have experienced, on average, economic growth and other positive indicators.

Keywords: Dependency. Development. Latin America. Neo-developmentalism. Argentina. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de operacionalização da dependência 69
Figura 2 – Formas de manifestação da transferência de valor 73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Padrões de reprodução do capital na América Latina 137
Quadro 2 – Historicização e sobreposição dos processos na América Latina 174
Quadro 3 – Categorias da dependência operantes na Argentina e no Brasil sob o neodesenvolvimentismo 279

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores econômicos selecionados da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2015-2016) 227
Tabela 2 – Participação dos principais produtos de exportação selecionados da Argentina (2003-2015), (em %) 237
Tabela 3 – Participação dos principais produtos de exportação selecionados do Brasil (2003-2016), (em %) 241
Tabela 4 – Participação dos principais produtos de importação selecionados da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em %) 244
Tabela 5 – Índice de preços de produtos básicos de exportação selecionados 249
Tabela 6 – Investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em milhões de dólares) 252
Tabela 7 – Investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil por setor de destino, 2007-2016 (em milhões de dólares) 253
Tabela 8 – Remessa de lucros e dividendos da Argentina e do Brasil, 2003-2016, líquido (em milhões de dólares) 254
Tabela 9 – Dívida externa da Argentina e do Brasil, 2003-2016 256
Tabela 10 – Remessa de juros da Argentina e do Brasil, 2003-2016, líquido (em milhões de dólares) 258
Tabela 11 – Índice de salário médio real da Argentina e do Brasil, 2003-2016 261
Tabela 12 – Índice de salário mínimo real da Argentina e do Brasil, 2001-2010 (2000 = 100) 261
Tabela 13 – Indicadores de emprego formal na Argentina e no Brasil, 2003-2016 262
Tabela 14 – Indicadores de subemprego por horas na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em % dos empregados) 262
Tabela 15 – Nível de pobreza e extrema-pobreza na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em % da população total) 264
Tabela 16 – Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário (SMN) no Brasil, 2003-2016 265
Tabela 17 – Investimento Direto no Exterior da Argentina e do Brasil, saldo líquido, 2003-2016 (em milhões de dólares) 268

Tabela 18 – América Latina (países selecionados): as 50 maiores empresas translatinas, por vendas totais, em 2012 (em milhões de dólares) 272
Tabela 19 – Maiores fusões e aquisições transfronteiriças selecionadas realizadas por empresas brasileiras, 1990-2016 (em milhões de dólares) 275
Tabela 20 – Participação dos setores mais complexos nas exportações e importações da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em%) 299
Tabela 21 – Relação entre a remessa de lucros e dividendos e o investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em %) 300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento econômico da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em %) 230
Gráfico 2 – Balança comercial da Argentina (2003-2015), (em dólares a preços correntes). 231
Gráfico 3 – Balança comercial do Brasil (2003-2016), (em dólares a preços correntes)..... 232
Gráfico 4 – Composição setorial das exportações da Argentina (2003-2015)..... 235
Gráfico 5 – Composição setorial das exportações do Brasil (2003-2016) 238
Gráfico 6 – Composição setorial das importações da Argentina (2003-2015)..... 242
Gráfico 7 – Composição setorial das importações do Brasil (2003-2016)..... 242
Gráfico 8 – Evolução do Índice de Complexidade Econômica (ECI) da Argentina e do Brasil, 2000-2022..... 248
Gráfico 9 – Investimento Direto no Exterior acumulado da Argentina e do Brasil, 2003-2016 (em bilhões de dólares)..... 270
Gráfico 10 – Anúncios de investimento externo por parte de empresas da Argentina e do Brasil no mundo, 2005-2016 (em milhões de dólares) 271
Gráfico 11 – Participação das empresas argentinas e brasileiras dentre as 500 maiores da América Latina por vendas, 2005 e 2012 (em bilhões de dólares)..... 274

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEA	*Asociación de Empresas de la Argentina*
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AP	Aliança do Pacífico
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BCRA	*Banco Central de la República Argentina*
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balança de Pagamentos
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul
CAN	Comunidade Andina
CEF	Caixa Econômica Federal
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGV	Cadeias Globais de Valor
DDC	Desenvolvimento Desigual e Combinado
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ECI	Índice de Complexidade Econômica
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMN	Empresas Multinacionais
EPD	Economia Política da Dependência
ETN	Empresas Transnacionais
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional

G20	Grupo dos Vinte
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil, e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Investimento em Carteira
IDEA	*Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina*
IED	Investimento Externo Direto
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INDEC	*Instituto Nacional de Estadística y Censos*
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
LCU	*Local Currency Unit*
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NIC	Novos Países Industrializados
OEC	Observatório de Complexidade Econômica
OI	Organizações Internacionais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBM	Plano Brasil Maior
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido Justicialista
PROSUL	Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América Latina
PT	Partido dos Trabalhadores

RI	Relações Internacionais
SMN	Salário Mínimo Necessário
TLC	Tratado de Livre Comércio
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TSM	Teoria do Sistema-Mundo
TWD	Teoria Weberiana da Dependência
UIA	União Industrial Argentina
UMN	Unidades Monetárias Nacionais
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

2 CAPITALISMO GLOBAL, IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA 33

2.1 A DIMENSÃO ESTRUTURAL: o debate sobre a Escola da Dependência 49

2.1.1 Revisitando a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini 62

2.1.1.1 Transferência de valor e intercâmbio desigual 70

2.1.1.2 Superexploração do trabalho 78

2.1.1.3 Ciclo do capital na economia dependente, industrialização e subimperialismo *82*

2.2 A DIMENSÃO ESTATAL-NACIONAL: o debate sobre o Estado capitalista dependente 88

2.2.1 O Estado dependente na Teoria Marxista da Dependência (TMD) 90

2.2.2 Estado capitalista, autonomia relativa e bloco no poder em Nicos Poulantzas..... 100

2.3 ADENDO METODOLÓGICO 106

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: a categoria do 'desenvolvimento' na intersecção teórica 112

3 O PROCESSO HISTÓRICO DIALÉTICO DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA 115

3.1 A CATEGORIA DE DESENVOLVIMENTO: revelando o seu caráter ideológico e capitalista 119

3.2 A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: transitando entre modelos de desenvolvimento e padrões de reprodução do capital..... 136

3.2.1 Da 'tese': nacional-desenvolvimentismo e padrão industrial de reprodução do capital 140

3.2.2 Da 'antítese': neoliberalismo entre a etapa de transição e um novo padrão de reprodução 148

3.2.3 Da 'síntese': neodesenvolvimentismo e continuidade do padrão exportador de especialização produtiva 157

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: historicização e sobreposição de processos na América Latina 173

4 NEODESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI 176

4.1 ARGENTINA: o neodesenvolvimentismo sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) 183

4.1.1 Dimensão da política 184

4.1.2 Dimensão da economia 188

4.1.3 Dimensão externa 200

4.2 BRASIL: o neodesenvolvimentismo sob o 'petismo' (2003-2016) 202

4.2.1 Dimensão da política 206

4.2.2 Dimensão da economia 211

4.2.3 Dimensão externa 220

4.3 O NEODESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO E BRASILEIRO *VIS-À-VIS* COM A DEPENDÊNCIA 226

4.3.1 Operacionalização 1: transferência de valor e suas formas de manifestação 249

4.3.2 Operacionalização 2: superexploração do trabalho e suas formas de manifestação 260

4.3.3 Operacionalização 3: subimperialismo 268

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: breve análise dos resultados 279

5 CONCLUSÕES GERAIS 283

REFERÊNCIAS 286

APÊNDICE A – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES MAIS COMPLEXOS 299

APÊNDICE B – RELAÇÃO REMESSA DE LUCROS E DIVIDENDOS E O IED 300

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, em um contexto de movimentos de independência política e construção do Estado nacional em contraposição ao colonialismo e às intervenções externas (Deciancio, 2016; Granato; Batista, 2018; Briceño-Ruiz; Lombaerde, 2018) e, sobretudo, desde a sua difusão enquanto ideologia global (Prado, 2020) no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o 'desenvolvimento' é uma categoria central para o pensamento político-econômico da América Latina, engendrando debates e controvérsias específicas de sua própria realidade, como é o caso da problemática da dependência. Diante de sua suposta meta, isto é, superar o 'subdesenvolvimento', a noção de desenvolvimento capitalista adquiriu traços quase incontestáveis, difundindo-se ideologicamente por todo o globo no pós-guerra enquanto 'horizonte utópico' de todas as nações – com destaque especial à região latino-americana, na qual ela teve grande incidência –, tendo em vista a legitimidade por trás de seus fins econômico-políticos (Prado, 2020).

Ao analisar o processo histórico do desenvolvimento na América Latina desde então, torna-se possível identificar três modelos, por meio dos quais articulou-se um prognóstico distinto para se desenvolver, quais sejam: a) o nacional-desenvolvimentismo, entre meados da década de 1940 até a década de 1970; b) o neoliberalismo, a partir da década de 1980, mas, sobretudo, nos anos 1990; e por último, c) o neodesenvolvimentismo, a partir dos anos 2000. Na presente dissertação, discutir-se-á este processo em termos histórico-dialéticos, a fim de expor "[...] as veias da dialética do desenvolvimento latino-americano" (Osório, 2018, p. 106). Em outras palavras, busca-se compreender não somente as suas mudanças conformando a sua trajetória, mas, também, os seus alcances e limites enquanto estratégia de superação do 'subdesenvolvimento' e da dependência, sobretudo, daquele seu modelo mais recente, que se configura, hoje, numa contradição do capitalismo periférico, ora de atualização das políticas industrialistas do desenvolvimentismo clássico, ora de continuidade com o neoliberalismo (Clemente; Féliz, 2024).

Diante disso, aqui, propõe-se como pergunta-problema da pesquisa a seguinte questão: o neodesenvolvimentismo impactou na condição dependente da América Latina no século XXI, de maneira a provocar uma mudança estrutural em suas formações econômico-sociais? Nesse sentido, por se tratar de uma região extensa e diversa, a problematização será focada nos casos da Argentina sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) e do Brasil sob o 'petismo' (2003-2016). A seleção dos casos é devida, sobretudo, à importância político-econômica da experiência neodesenvolvimentista de ambos os países no contexto de onda progressista da chamada 'onda

rosa' na América Latina. Não é por acaso o destaque dado à Argentina e ao Brasil pela literatura especializada, da qual pode-se citar, por exemplo, os estudos de Traspadini e Mandarino (2013), Boschi e Bustelo (2015), e Clemente e Féliz (2024), dentre outros; tendo em vista a trajetória de seus modelos, assim como, as melhorias pontuais em alguns de seus indicadores econômicos e sociais (Boschi; Bustelo, 2015; Clemente; Féliz, 2024; Traspadini; Mandarino, 2013).

Outro ponto de destaque a partir da seleção[1] – Argentina e Brasil –, é precisamente o seu potencial explicativo para a América Latina, ainda que em sua unidade diversa. Isto porque, salvaguardadas as suas diferenças econômicas, políticas e sociais, se as maiores economias e os casos mais bem-sucedidos do modelo neodesenvolvimentista da América do Sul enfrentam limites na materialização do desenvolvimento e, assim, na modificação da estrutura da dependência, é de se esperar que as demais nações latino-americanas que atravessaram uma conjuntura neodesenvolvimentista encontrem obstáculos semelhantes que dificultam ainda mais a realização dessas metas. Afinal, apesar das particularidades de cada formação econômica-social e seus distintos contextos nacionais, a estrutura internacional é a mesma, ou seja, configurada a partir do imperialismo e da dependência (Romero Wimer, 2015; 2024). No entanto, por outro lado, é fundamental lembrar também que esta capacidade explicativa é somente relativa, apresentando limitações importantes, pois as economias não possuem os mesmos problemas, não adotam as mesmas políticas num sentido homogêneo, e nem sequer adentraram a onda progressista de maneira generalizada (Cepal, 2017b; Santos, 2020).

A compreensão do alcance relativo e dos limites dos resultados, faz-se necessário em face à necessidade de romper com representações essencialistas e com a tendência de generalização abstrata da América Latina enquanto unidade homogênea (Said, 1990). Isto porque a região apresenta uma vasta e profunda diversidade em termos políticos, sociais, culturais e econômicos que, obviamente, nem sempre dialogam entre si – pois não são intercambiáveis –, como também, divergem em questões concretas. Esta postura unitária é problemática, pois omite as especificidades dos casos, assim como, as relações de poder e correlação de forças sociais capitalistas no interior de cada formação econômico-social. Uma leitura da dualidade entre o desenvolvimento e a dependência latino-americana, portanto, deve ter sempre em mente o desafio de identificar os seus elementos estruturantes e sistêmicos, sem

[1] Aqui, é importante destacar que apesar de sua importância econômico-política para a América Latina, o México não foi selecionado como um caso da presente investigação, tendo em vista, (1) o seu progressismo tardio e a sua divergência com a região; (2) a sua aproximação hemisférica mais ao Norte – Estados Unidos, Canadá, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) – em contraposição ao período de regionalismo pós-hegemônico – também, denominado de pós-liberal e pós-comercial –, sobretudo, na América do Sul; e (3) devido à sua singularidade em termos econômicos-produtivos no que se refere ao fenômeno das maquiladoras (Santos, 2020).

incorrer no risco de generalizar e reificar suas características específicas e particulares (Romero Wimer, 2015).

A partir de uma perspectiva marxista crítica, a investigação pretende resgatar e contribuir para o debate latino-americanista sobre as categorias de dependência e desenvolvimento – ontem, hoje (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 3) e, inclusive, amanhã. Ontem, porque ambos os conceitos são de relevância central para a região, de modo que a análise histórica se torna indispensável, a fim de entender suas mudanças e continuidades ao longo do tempo. Hoje, porque existe uma discussão em aberto acerca da atualidade política do neodesenvolvimentismo enquanto modelo de desenvolvimento pertinente do capitalismo periférico (Clemente; Féliz, 2024). E, amanhã, porque o presente debate sobre a atualidade econômico-política do modelo perpassa necessariamente a reflexão sobre o futuro da região. Por isso, em termos gerais, o tema de pesquisa é relevante, na medida em que busca compreender o 'lugar' do neodesenvolvimentismo e sua relação com a dependência na América Latina no século XXI, em particular, a partir da análise dos ensaios argentino e brasileiro.

Ou seja, a sua relevância está relacionada a um esforço consciente de retornar à discussão acerca da dependência e do desenvolvimento latino-americano e de seus alcances e limites no marco da atual fase do capitalismo global e de suas tendências vigentes. Em certa medida, isso significa resgatar e ressignificar aquilo que passou a ser desqualificado e esvaziado (Prado, 2013; Santos Filho, 2005; Wasserman, 2017). Mas, também, significa adotar uma postura crítica, de modo a questionar e problematizar o seu processo histórico e os seus resultados em términos efetivos e possíveis. Ou seja, conforme discute Osório (2018, p. 106) sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini, é tarefa da Teoria Marxista da Dependência (TMD) "[...] a partir das leis e dos movimentos do capitalismo, de verificar como as economias dependentes se inserem e de identificar, em que medida materializa-se a dualidade entre desenvolvimento e dependência" (Marini, 1973, p. 184 *apud* Osório, 2018, p. 106).

Em outras palavras, trata-se de entender se o neodesenvolvimentismo foi suficiente para promover efetivamente o desenvolvimento da Argentina e do Brasil e, assim, produzir uma mudança estrutural da economia dependente – seja ela, em termos produtivos, comerciais, tecnológicos, financeiros, etc. – na atual fase do capitalismo global. Dessa forma, será possível compreender os alcances e limites do modelo neodesenvolvimentista na experiência político-econômica de ambos países sul-americanos, como também, conceber o seu atual lugar enquanto estratégia, isto é, a sua atualidade política e possível continuidade como modelo de desenvolvimento da América Latina no século XXI (Clemente; Féliz, 2024).

Dito isso, a hipótese formulada em resposta à problematização elaborada acima, consiste na afirmação de que: o neodesenvolvimentismo adotado pela Argentina 'kirchnerista' (2003-2015) e pelo Brasil 'petista' (2003-2016), apesar do caráter progressista e redistributivo de seus governos, não provocou uma mudança estrutural em suas formações econômico-sociais , mas, sim, reproduziu e aprofundou a condição de dependência, na medida em que: a) revelou-se insuficiente para desenvolver e diversificar a matriz produtiva – em termos de industrialização; e b) reafirmou uma inserção periférica e subalterna desses países como economias agrário-exportadoras na economia mundial capitalista, ainda que no período analisado, ambos possam ter experienciado, em média, crescimento econômico e outros indicadores positivos.

O objetivo geral da presente pesquisa trata-se, portanto, de analisar o neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016), e seus impactos na condição de dependência de ambos os países sul-americanos, isto é, na conformação de uma mudança estrutural em suas formações econômico-sociais.

A investigação também propõe como objetivos específicos: (a) resgatar o debate sobre o imperialismo e a dependência latino-americana na atual fase do capitalismo global, relacionando-o com a discussão acerca do Estado dependente, a fim de estabelecer os elementos teóricos para a interpretação dialética da categoria do desenvolvimento a partir de uma dimensão estrutural e estatal-nacional; (b) compreender o processo histórico-dialético do desenvolvimento na América Latina a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, isto é, os avanços, recuos e contradições de seus modelos, sobrepostos aos seus respectivos padrões dominantes de reprodução do capital e ciclos de regionalismo; (c) examinar a conjuntura neodesenvolvimentista da Argentina sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) e do Brasil sob o 'petismo' (2003-2016), a fim de demarcar a 'lógica do lugar' de ambos países sul-americanos, isto é, as suas principais similaridades e diferenças político-econômicas-externas; (d) investigar os resultados dos ensaios neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro, isto é, os seus alcances, limites, e sua atualidade política enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI.

Em relação ao levantamento bibliográfico, no campo das Ciências Sociais, Políticas e Econômicas, há uma vasta literatura – e, também, diversa e controversa, diga-se de passagem – acerca do desenvolvimento na América Latina. Em particular, a literatura sobre o neodesenvolvimentismo tem inúmeras contribuições a partir de distintas perspectivas teóricas, sejam elas, em favor ou críticas ao modelo em questão. Dessa forma, ao realizar uma investigação sobre a temática, torna-se importante destacar alguns estudos, quais sejam, as obras de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003; 2004), de João Sicsú *et al* (2005); dentre outros.

Na visão de Brito (2019, p. 6-10), Prado e Meireles (2010, p. 184), e Traspadini e Mandarino (2013, p. 19-24), tais obras demarcam a origem do termo e a gênese da discussão acerca do 'neodesenvolvimentismo' na região, seja como uma nova estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2004), ou como um projeto nacional de crescimento com equidade social (Sicsú *et al*, 2005); muito embora, ambas propostas talvez sejam mais circunscritas à realidade de alguns países. Na concepção de Bresser-Pereira (2004), por exemplo, "[...] [o] *Brasil* precisa de um *novo desenvolvimentismo* não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade e enfrenta novos desafios" (Bresser-Pereira, 2004, s/p, grifo nosso).

Na presente dissertação, porém, o eixo central do levantamento bibliográfico é mapear os estudos críticos à concepção e ao modelo do neodesenvolvimentismo, sobretudo, aqueles que resgatam a dualidade entre a dependência e o desenvolvimento latino-americano a partir de uma interpretação da Teoria Marxista da Dependência (TMD), contribuindo, assim, para a compreensão analítica das experiências neodesenvolvimentistas na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016). Nesta toada crítica, faz-se relevante citar as obras de Prado e Meireles (2010); Traspadini e Mandarino (2013); Katz (2016); Brito (2019); Prado (2020); Souza (2021); Clemente e Féliz (2024); dentre outras contribuições.

Em vista disso, faz-se necessário explicitar o marco teórico que fundamentará a pesquisa, com a finalidade de analisar a dependência e o desenvolvimento latino-americano, em geral, e os alcances, limites e contradições do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016), em particular. Em termos amplos, a investigação se orienta pelo enfoque materialista histórico-dialético de suas duas principais categorias: a dependência e o desenvolvimento. Isto significa, em primeiro lugar, posicionar ambos os fenômenos no marco da estrutura e da dinâmica global capitalista; e, em segundo lugar, a partir daí, construir uma "[...] perspectiva totalizadora que compreenda a unidade dialética entre a economia e a política" (Romero Wimer, 2024, p. 1, tradução nossa[2]).

Nesse sentido, a princípio, o marco teórico discutir-se-á o capitalismo global – com o intuito de explicitar as características e tendências gerais de sua atual fase –, e a questão do imperialismo – como engrenagem central da dinâmica capitalista global – relacionando-o com a sua outra face estruturante: a dependência (Romero Wimer, 2015; 2024). Isto porque ambos os conceitos estão intimamente relacionados em um sentido de dualidade, pois se referem às relações de dominação e subordinação presentes no capitalismo mundial (Osório, 2018). Em

[2] [...] perspectiva totalizadora que comprende la unidad dialéctica entre economia y política.

seguida, com base nisto, a investigação irá propor a compreensão da categoria de desenvolvimento latino-americano a partir de uma interpretação teórica combinada de duas dimensões intrinsecamente interligadas: a estrutural e a estatal-nacional.

A primeira dimensão, denominada estrutural, de tipo preponderantemente econômico, é aquela relacionada à Economia Política da Dependência, isto é, ao debate acerca da dependência enquanto elemento estruturante das relações internacionais. Nesse âmbito, a investigação utiliza-se da Teoria Marxista da Dependência (TMD) – sobretudo, a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini –, a fim de explicar como a economia mundial é caracterizada por relações de dominação e subordinação que conformam a divisão centro-periferia e a condição de dependência, sobretudo, a partir dos fenômenos – ou categorias de análise – da transferência de valor como intercâmbio desigual, da superexploração do trabalho e do subimperialismo (Amaral, 2012; Luce, 2018; Marini, 2022; Traspadini, Stedile, 2022).

Ademais, nesta dimensão, é importante mencionar outros aportes teóricos e conceituais, sobretudo, as contribuições de Amaral (2012); Luce (2018); Souza (2021); dentre outras, que se demonstram fundamentais para regatar o debate acerca da dependência hoje. Apesar da atualidade do pensamento de Marini (Traspadini; Stedile, 2022), tal complementação decorre não da perda de relevância de suas categorias teóricas, mas, sim, da necessidade de abranger os movimentos e tendências vigentes do capital na atual fase de capitalismo global. Isto porque desde as contribuições do teórico (2022b; 2022d), a economia mundial capitalista permaneceu em contínua transformação, seja introduzindo novas ou aprofundando suas velhas tendências em escala global. Em outras palavras, não se trata de "[...] reatualizar ou aplicar seus conceitos de maneira mecânica na realidade atual" (Traspadini; Stedile, 2018, p. 54); por outro lado, trata-se de revelar os mecanismos mais explícitos da dependência e as particularidades que ela assume como forma de dominação das economias dependentes pelos centros hegemônicos na atualidade (Traspadini; Stedile, 2018, p. 54-68).

A segunda dimensão, aqui, denominada de estatal-nacional, de tipo predominantemente político, é aquela que se refere ao debate sobre o Estado dependente. Nesse âmbito, por sua vez, a unidade de análise não é o sistema internacional, mas, sim, o próprio Estado-nação, isto é, as relações de poder e correlações de forças sociais – burguesias, classes dominantes, frações de classe, etc. – que disputam internamente o controle do aparato estatal em busca de garantir os seus próprios interesses e do capital. Isto é importante para elucidar o conflito de classes no plano estatal-nacional, de modo a desconstruir a concepção abstrata de 'interesse nacional'. Dessa forma, discutir-se-á o Estado capitalista e sua função particular no capitalismo periférico – isto é sua condição associada e 'dependente' –, a ideia de autonomia relativa e fracionamento

de classes, as relações entre o aparato estatal e o capital, assim como, as contradições e tensões inerentes que estão presentes na construção de uma suposta estratégia 'nacional' de desenvolvimento capitalista; ressaltando, assim, os seus nexos com a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Neste sentido, cabe destacar as contribuições de Bichir (2017), Marini (1977) e Souza (2021) sobre o Estado a partir da teoria da dependência; e também aquelas de Berringer (2011; 2012; 2014) e Souza (2021) acerca do pensamento de Nico Poulantzas, sobretudo, a partir das noções de 'Estado capitalista', 'autonomia relativa' e 'bloco no poder' (Berringer, 2011; 2012; 2014; Osório, 2018).

A partir disso, a investigação elabora um marco teórico 'dependentista-marxista' robusto para analisar o desenvolvimento capitalista com base em uma interpretação combinada de sua dimensão estrutural e estatal-nacional, concebendo a categoria através de uma unidade dialética não somente entre o econômico e o político, mas também entre o internacional e o nacional. Afinal, se a dependência se manifesta conjuntamente no âmbito externo e interno, uma análise acerca do desenvolvimento, caso busque uma perspectiva de totalidade, deve contemplar ambas as dimensões em um sentido dialético. Ou seja, a dependência enquanto elemento estruturante do sistema internacional que recaí sobre os Estados, por um lado, concomitantemente, com a própria estrutura nacional do Estado dependente que se insere na economia mundial capitalista, de outro lado.

Caso contrário, a abordagem revelar-se-ia incompleta, pois, olhar apenas para a estrutura do sistema é perder de vista a disposição de forças sociais que fazem do desenvolvimento possível ou não – seja em termos autônomos ou dependentes. Sob outro enfoque, olhar somente para o Estado-nação é desconsiderar a situação de dependência enquanto mecanismo essencial e estruturante do capitalismo periférico. É precisamente considerando esta relação dialética da dependência que a seguinte dissertação se propõe a pensar os alcances, limites e contradições do neodesenvolvimentismo na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016) no marco do capitalismo global no século XXI.

Diante do exposto, ainda, torna-se necessário desenvolver os métodos, técnicas e estratégias metodológicas que serão empregadas. A dissertação utilizará uma abordagem multimétodos num sentido de convergência: a) o método dialético para compreender o processo histórico da dependência/ desenvolvimento latino-americano; e b) o método comparativo para contrastar o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, a fim de desvelar a 'lógica do lugar' (Clemente, 2024b), apontando suas semelhanças e diferenças (Collota, 2021, p. 514-517). As técnicas de investigação a serem utilizadas na investigação são: a pesquisa documental; o estudo

de caso; e, por fim, a análise comparada a partir de uma série de indicadores econômico e sociais, tal como será descrito a seguir (Collota, 2021).

A pesquisa documental será utilizada com a finalidade de levantar dados primários e secundários – com enfoque misto, isto é, qualitativo e quantitativo. Os dados primários poderão ser coletados a partir: a) das autoridades oficiais da Argentina e do Brasil – tais como o *Banco Central de la República Argentina* (BCRA) e o Banco Central do Brasil (BCB); b) de Organizações Internacionais (OIs), tais como as bases de dados abertas do Banco Mundial (BM), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTADSTAT) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPALSTAT); assim como, de relatórios estatísticos anuais oficiais desta última; c) do *The Atlas of Economic Complexity*¸ base de dados sobre o Índice de Complexidade Econômica (ECI); e d) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Além disso, no que se refere aos dados secundários, a investigação irá utilizar fontes textuais para realizar um levantamento bibliográfico e uma análise documental de livros, artigos científicos, periódicos, etc., que contribuam para melhor compreender o objeto.

Em relação à técnica do estudo de caso, cujo enfoque é preponderantemente qualitativo, a investigação irá focar-se na Argentina 'kirchnerista' (2003-2015) e no Brasil 'petista' (2003-2016), respectivamente. A partir desta técnica, espera-se, compreender os processos políticos e os modelos neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro e, assim, explorar as suas principais semelhanças e diferenças político-econômicas. Para isto, inspirado em Katz (2016, p. 235) e Clemente (2024b, p. 26-27), torna-se necessário definir as categorias de análise[3], a fim de melhor delimitar os estudos de caso, sendo elas: a) a dimensão da política, referente ao tipo de governo e a correlação de forças sociais na composição do bloco no poder; b) a dimensão da economia, relativa ao ciclo econômico, seu modelo macroeconômico e sua orientação frente à estrutura produtiva; e, por último, c) a dimensão externa, no que diz respeito ao tipo de inserção e política internacional de ambos países sul-americanos.

No que se refere à técnica de análise comparada, cujo enfoque é preponderantemente quantitativo, verifica-se comparativamente os dados e indicadores dos casos selecionados. Destacam-se, aqui, o nível de crescimento econômico, os níveis de exportações e importações,

[3] De acordo com Katz (2016), "[a] caracterização deste fenômeno [neodesenvolvimentismo] deve incorporar sua *dimensão política*. Não basta observar qual é o *modelo macroeconômico* promovido ou que *fração do capital* se beneficia com essa orientação. Deve-se notar as afinidades deste projeto com certo *tipo de governo*" (Katz, 2016, p. 235, itálico nosso). Disso, trilhando a concepção do teórico (2016) e de Clemente (2024b), o qual introduz também o tipo de inserção internacional, se estabelece as categorias de análise propostas na presente dissertação, a fim de compreender os modelos neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro, respectivamente.

a balança comercial, a composição setorial e produtiva das exportações e importações, o índice de complexidade econômica (ECI), o índice de preços de produtos básicos de exportação, o nível de investimento estrangeiro direto (IED), o nível anual de remessa de lucros, *royalties* e dividendos, o nível do endividamento externo, o nível anual de remessas de juros, o índice de salários reais, o nível de salários mínimos reais urbanos, o nível de salário mínimo necessário (SMN), o nível de emprego formal, o nível de investimento direto no exterior, dentre outros.

Com base nisto, a investigação classifica e operacionaliza quantitativamente a relação centro-periferia – isto é, o papel produtivo desempenhado historicamente pela Argentina e pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (DIT) da economia mundial capitalista –, assim como, as principais categorias analíticas da dependência, quais sejam, a transferência de valor, a superexploração do trabalho, e o subimperialismo; traduzindo, assim, a dimensão 'teórica' no campo 'empírico'[4]. E, daí, sustenta-se os argumentos acerca dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro frente à condição dependente latino-americana.

A partir disso, espera-se corroborar a hipótese da investigação, comprovando empiricamente que o neodesenvolvimentismo – argentino e brasileiro – não logrou provocar uma mudança estrutural em suas respectivas formações econômico-sociais. Caso a involução destes indicadores ocorra em ambos os países latino-americanos, isto significará não só a reprodução, mas, também, o aprofundamento da condição de dependência, na medida em que eles tanto não promovem efetivamente o desenvolvimento econômico em termos produtivos, quanto reafirmam sua inserção periférica na economia mundial capitalista, de maneira a ficar cada vez mais subjugados nas redes globais de produção. Por outro lado, caso a hipótese não seja corroborada, mesmo assim, o esforço da pesquisa se demonstrará relevante em dois sentidos: primeiro, na compreensão dos alcances, limites e contradições do neodesenvolvimentismo latino-americano; e segundo, no entendimento de sua atualidade política enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI (Clemente; Féliz, 2024).

Finalmente, é importante discutir as limitações do trabalho. Além dos seus limites em termos geográficos e metodológicos, que já foram discutidos anteriormente na justificativa da seleção dos casos – isto é, sobre a impossibilidade de generalização dos resultados no âmbito regional, haja vista a unidade na diversidade da América Latina –, a dissertação também apresenta alguns limites histórico-temporais. Inicialmente, a delimitação histórica da investigação era mais restrita – entre 2003-2011 –, abarcando somente parte do processo

[4] Retornaremos com mais detalhes à relação entre os indicadores e as categorias analíticas da dependência na seção dedicada à metodologia. Para saber mais, ver a seção intitulada '2.3 Adendo Metodológico' no capítulo teórico.

histórico denominado kirchnerismo' na Argentina – referente ao primeiro governo de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2011) – e 'petismo' no Brasil – referente ao primeiro e segundo governo de Lula (2003-2010). Isto porque ambos os processos mudaram de rumo ao longo do tempo e sofreram impactos significativos até o seu término – tal como é o caso do *impeachment* – golpe de Estado – da então presidente brasileira, Dilma Rousseff, em 2016 –, o que poderia dificultar a discussão acerca da continuidade do modelo neodesenvolvimentista nestas economias sul-americanas. Contudo, ao decorrer da pesquisa, tal proposta foi reformulada porque apesar das mudanças que existem no interior do 'petismo' e do 'kirchnerismo' devido às trocas de governo e à modificação do bloco no poder, ambos os processos políticos tratam-se de forças sociais em disputa que não deixam de existir na luta política, ainda que algumas destas sofram uma perda de poder e influência. Com efeito, optar por uma delimitação histórica restringida significaria, então, uma análise incompleta do neodesenvolvimentismo, na medida em que desconsideraria o processo em sua totalidade; inclusive, perdendo de vista os elementos que explicam o seu declínio[5].

Mesmo assim, é importante destacar que a investigação acerca dos alcances e limites do neodesenvolvimentismo, circunscrito ao recorte histórico proposto – a partir do 'kirchnerismo' na Argentina (2003-2015) e do 'petismo' no Brasil (2003-2016) –, ainda que englobe por completo ambos os processos políticos em seus respectivos países, ela ainda restringe, em certa medida, o potencial de análise da pesquisa num sentido mais amplo. Esta relação deve-se à duas razões principais. Em primeiro lugar, ainda que se empenhe a compreender o processo histórico-dialético do desenvolvimento latino-americano desde o pós-guerra, a investigação não se utiliza de uma análise histórica empírica, isto é, não abrange os resultados empíricos dos modelos de desenvolvimento precedentes (nacional-desenvolvimentismo, neoliberalismo, etc.). Caso isto fosse efetuado, tornar-se-ia possível não somente estabelecer comparações entre as próprias experiências neodesenvolvimentistas, mas, também, entre os distintos modelos e seus respectivos períodos históricos, de maneira a verificar avanços e recuos em ciclos de longa duração. E, em segundo lugar, porque o desenvolvimento e seus efeitos podem apresentar efeitos de longo-prazo e extrapolar a extensão de mandatos políticos, tendo em vista que eles nem sempre se realizam imediatamente no curto-prazo frente simplesmente à adoção de políticas econômicas adequadas (Katz, 2016).

No entanto, isto não quer dizer que a análise do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro é inviável a partir do recorte histórico-temporal em questão, pois, mesmo com

[5] Neste sentido, agradecemos aos comentários e críticas do professor Francisco J. Cantamutto, que nos apontou esta inconsistência durante a banca de qualificação, sugerindo tal modificação na delimitação da pesquisa.

limitações, os seus resultados revelam-se de suma relevância para verificar os alcances, limites e contradições do modelo de desenvolvimento. Por outro lado, significa apenas que uma investigação integral do processo de desenvolvimento latino-americano também deve considerar dialeticamente os seus efeitos de longa duração. Inclusive, tal compreensão é importante para se explicar tanto a crise do progressismo e a reinvestida de uma direita mais radical a partir do fenômeno da 'onda azul' – ou 'guinada à direita' – que se deu na América Latina durante o final da última década; quanto o ressurgimento de uma nova onda progressista na região atualmente (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023) – embora, carregada de contradições. As mudanças das tendências ideológicas no cenário latino-americano revigoram o debate acerca do regionalismo, da integração regional e da atualidade política do neodesenvolvimentismo – isto é, se tal modelo ainda faz sentido ou se trata apenas de uma 'crônica da década passada' (Clemente, Féliz, 2024). Este é um caminho interessante para futuras investigações, pois complementam a discussão acerca do tema para além do escopo proposto na presente pesquisa.

Por fim, cabe apresentar a estrutura do trabalho. Além das seções de introdução e conclusão, a dissertação possui três capítulos bem delimitados. O primeiro capítulo – teórico – trata-se de elaborar o marco teórico e as ferramentas conceituais que orientam e guiam a análise do tema de pesquisa. Nesse sentido, inicialmente, a discussão apresenta tanto as características da atual fase do capitalismo global e suas tendências vigentes, quanto os conceitos basilares de imperialismo e dependência e sua relação de dualidade sob a economia mundial capitalista. A partir disso, desenvolve-se as duas dimensões de análise à luz da TMD: (1) a estrutural, referente ao elemento estruturante da dependência, sobretudo, a partir do pensamento de Marini (2022b; 2022d) sobre as categorias de transferência de valor, intercâmbio desigual, superexploração do trabalho e subimperialismo; e, (2) a estatal-nacional, no que se refere à discussão acerca do Estado capitalista dependente e do bloco no poder, a fim de evidenciar o seu caráter classista e a correlação de forças sociais em disputa que se estabelece no capitalismo periférico. E, por último, com base nisto, propõe-se a interpretação da categoria do 'desenvolvimento' capitalista na interseccionalidade, isto é, a partir de uma leitura combinada de ambas as dimensões.

O segundo capítulo – conceitual e histórico – se propõe a discutir a categoria de 'desenvolvimento'. Na primeira seção, tal noção é conceitualizada criticamente, revelando o seu caráter intrinsecamente ideológico e capitalista, sobretudo, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial com a sua difusão global enquanto 'horizonte utópico' (Prado, 2020); de maneira a expor tanto as chamadas 'Teorias do Desenvolvimento', quanto as perspectivas críticas à sua

universalização. A partir disso, na segunda seção, objetiva-se compreender o processo histórico-dialético do desenvolvimento na América Latina, isto é, a sua trajetória particular na região desde o pós-guerra, conformando seus distintos modelos: a) enquanto tese (afirmação), o nacional-desenvolvimentismo, entre as décadas de 1950 e 1970; b) enquanto antítese (negação), o neoliberalismo, sobretudo, a partir do Consenso de Washington na década de 1990; e por último, c) enquanto síntese (negação da negação), o neodesenvolvimentismo, no início do século XXI. Além de cumprir a meta de 'desnaturalizar' a categoria, tal periodização dos modelos de desenvolvimento é formulada sobreposta à noção de padrão dominante de reprodução do capital (Osorio, 2012b), e exemplificada a partir dos ciclos propostos de regionalismo; a fim de lograr a compreensão de seus avanços, recuos e contradições no marco do capitalismo periférico.

O terceiro capítulo – histórico e analítico – aborda especificamente o neodesenvolvimentismo latino-americano, sobretudo, a partir de duas das mais importantes experiências já ensaiadas na região do Cone Sul, quais sejam, o 'kirchnerismo' na Argentina (2003-2015) e o 'petismo' no Brasil (2003-2016). Na primeira seção, desenvolve-se a técnica de estudo de caso, por meio da qual discute-se o modelo neodesenvolvimentista argentino e brasileiro em face à então conjuntura[6] (Osorio, 2012b, p. 40) de suas formações econômico-sociais. A partir das categorias de análise estabelecidas – a) dimensão da política; b) dimensão da economia; e c) dimensão externa –, busca-se explorar as principais similaridades e diferenças entre os processos políticos de ambos os países sul-americanos. Ademais, objetiva-se também explicitar o caráter classista do 'Estado capitalista dependente', identificando as forças sociais que estão envolvidas e protagonizam a elaboração do projeto neodesenvolvimentista, isto é, as frações de classe que ocupam o interior do bloco no poder sob tal conjuntura.

Na segunda seção do capítulo, desenvolve-se a técnica de análise comparada dos casos selecionados – isto é, a comparação empírica entre a Argentina (2003-2015) e o Brasil (2003-2016) –, a fim de examinar os alcances, limites e a atualidade política do neodesenvolvimentismo enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico. Para cumprir tal finalidade, compara-se indicadores e dados primários coletados de ambos os países sul-americanos, relacionando-os com as categorias teóricas da TMD – com destaque especial

[6] Segundo Osorio (2012b), a noção de conjuntura "[...] remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial. Enquanto unidade mais concreta, constitui a síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas" (Osorio, 2012b, p. 40). Na presente dissertação, a unidade político-temporal do neodesenvolvimentismo delineia-se pelos processos políticos do 'kirchnerismo' e do 'petismo' na Argentina (2003-2015) e no Brasil (2003-2016), respectivamente; tal como apresentado anteriormente.

para a transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho e o subimperialismo.

O objetivo geral da pesquisa manifesta-se, aqui, a partir dos resultados finais, que indicam os impactos do neodesenvolvimentismo – argentino e brasileiro – sobre a dependência latino-americana no marco do século XXI. Diante disso, em busca de corroborar a hipótese da investigação, argumentamos que o atual modelo de desenvolvimento não provocou uma mudança estrutural nas economias sul-americanas, mas, sim, reproduziu e aprofundou a condição dependente em suas formações econômico-sociais; ainda que no período analisado, os países em questão possam ter experienciado alguns indicadores positivos e logrado conquistas socioeconômicas concretas.

Finalmente, nas considerações finais, retoma-se os principais resultados e conclusões da investigação, sugerindo uma resposta parcial ao debate contemporâneo sobre a atualidade política e a continuidade do neodesenvolvimentismo na América Latina no marco de uma possível nova onda progressista (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023), enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico. Em síntese, à luz da tradição crítica latino-americana, concluímos que a discussão não deve se limitar somente aos desafios para se pensar o futuro da região em termos de desenvolvimento capitalista; ao contrário disso, ela deve considerar também a impossibilidade de se engendrar uma mudança estrutural e, assim, de superar a condição dependente a partir das mesmas velhas categorias. O ‘horizonte utópico’ do desenvolvimento, cada vez mais complexo em seus termos, formas e conteúdo, parece cada vez mais distante de nossa realidade particular, revelando a urgente necessidade de repensar novos caminhos e alternativas para além da dependência e do capitalismo global.

A utopia em nossas vidas não é somente necessária, ela é inevitável.

2 CAPITALISMO GLOBAL, IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA

> *As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centro europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumentos de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo.*
>
> (Marini, 2022c, p. 81)

O desenvolvimento e a dependência são duas categorias centrais para se pensar o campo de conhecimento das Relações Internacionais (RI), sobretudo, numa interpretação a partir do chamado 'Terceiro Mundo', 'Sul Global' ou, simplesmente, da periferia. Afinal, de acordo com a célebre proposição de Robert Cox (1981), "teoria é sempre para alguém e para algum propósito" (Cox, 1981, p. 128, tradução nossa[7]). Este argumento se refere à todas as abordagens teóricas, sejam elas realistas, liberais, construtivistas, marxistas, pós-coloniais, decoloniais etc., assim como, diz respeito às teorias sobre o desenvolvimento e a Escola da Dependência. Enquanto, por exemplo, a discussão *mainstream* do realismo sobre poder, capacidade militar, sobrevivência, hegemonia e dilema de segurança possa ser mais significativo a partir das grandes potências mundiais; esta relação não ocorre da mesma maneira na periferia, que enfrenta uma série de outras questões relativamente mais significativas – e, igualmente importantes para as RI, em termos gerais[8].

Dessa maneira, a partir de um olhar do Sul Global[9] e da periferia, questões tais como: 'o que é desenvolvimento/ subdesenvolvimento?', 'o que é dependência?', 'como desenvolver?', 'que tipo de desenvolvimento?', 'quais são as forças sociais envolvidas?', 'a

[7] Theory is always for someone and for some purpose.

[8] É importante destacar que isto não significa, de um lado, que as teorias *mainstream* – realistas, liberais etc. – e os seus respectivos debates e discussões não sejam explicativos ou aplicáveis para a periferia; nem que a questão do desenvolvimento e o enfoque da dependência sejam irrelevantes para o centro, por outro lado. Inclusive, é de fundamental importância compreender a relação das teorias do desenvolvimento com os centros hegemônicos capitalistas, como será discutido a seguir.

[9] De acordo com Siba Grovogui (2012), intimamente relacionado com o termo de 'Terceiro Mundo', o conceito de Sul Global trata-se de uma designação simbólica com implicações políticas, de uma cartografia ou comunidade imaginada entre os países de múltiplas origens que sofreram distintos processos de violência, imposição e controle colonial/ imperial nas relações internacionais. Considerando a sua amplitude conceitual e geográfica, se refere, portanto, a um movimento político multifacetado e diverso que advoga por uma ordem internacional pós-colonial mais igualitária e justa – com ou sem o consentimento do Ocidente (Grovogui, 2012).

quem beneficia?', dentre outras; ainda que sejam perguntas simples, são altamente relevantes e pertinentes para a compreensão não somente de sua própria realidade subalterna, mas, também, desses fenômenos e de suas metas políticas. Isto porque, apesar da centralidade de ambas as categorias para a construção de um pensamento teórico próprio, o desenvolvimento e a dependência também são conceitos políticos historicamente em disputa. É precisamente, neste sentido, que se insere a epígrafe de Marini (2022c, p. 81), de que as teorias do desenvolvimento formuladas no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e difundidas pelos centros hegemônicos para as periferias tratavam-se, na realidade, de instrumentos ideológicos capitalistas relacionados diretamente com a questão do imperialismo (Marini, 2022c).

Em termos históricos, é evidente e inegável a influência dessas proposições hegemônicas – a chamada 'economia do desenvolvimento' – para o Terceiro Mundo. No entanto, isto não impossibilitou o surgimento de propostas teóricas próprias, especialmente na América Latina, para a compreensão de sua condição periférica e de subdesenvolvimento – como será discutido profundamente no segundo capítulo. Apesar de suas divergências teóricas, políticas e propositivas[10], este é o caso do pensamento estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e da Escola da Dependência, sobretudo, a sua vertente marxista, denominada de Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujo principais conceitos serão expostos no presente capítulo. Assim, nesta perspectiva, introduz-se outras questões mais críticas: 'é possível desenvolver?' e 'como romper com a condição de dependência?' (Traspadini; Stedile, 2022, p. 43-47).

Inicialmente, aqui, a questão fundamental é o entendimento de que apesar de suas construções teóricas supostamente neutras (Dos Santos, 2023, p. 19), as teorias do desenvolvimento, em geral, e a noção de desenvolvimento, em específico, omitem uma íntima relação com o capitalismo global e suas engrenagens estruturantes: o imperialismo e a dependência (Romero Wimer, 2015; 2024). Em outras palavras, a partir de um enfoque materialista histórico, isto significa afirmar, primeiro, que ao abordar o desenvolvimento deve-se localizá-lo devidamente na dinâmica capitalista global – explicitando as características e tendências gerais de sua referente fase – e, segundo, que o seu debate perpassa necessariamente a dualidade imperialismo/ dependência, a partir das relações de dominação/ subordinação no sistema internacional (Amaral, 2012; Osório, 2018; Romero Wimer, 2015).

[10] É exatamente por causa destas divergências teóricas, políticas e propositivas que Marini (2022c, p. 81) critica também a Cepal na sua afirmação, pois, ainda que o estruturalismo latino-americano propusesse um entendimento distinto das teorias do desenvolvimento sobre as causas do subdesenvolvimento, este defendia a possibilidade de promover o desenvolvimento capitalista através do processo de industrialização. Para saber mais, ver o segundo capítulo da presente dissertação.

Dessa forma, portanto, torna-se necessário discutir a atual fase do capitalismo global, abordando suas tendências vigentes. Desde a sua origem, enquanto modo de produção e sistema social histórico (Wallerstein, 2004), o sistema capitalista apresenta uma dinâmica intrinsecamente expansionista e global (Piva, 2020, p. 14), sobretudo, em resposta à tendência de queda da taxa de lucro e às crises sistêmicas de superprodução (Arrighi, 1978). Em termos gerais, esta dinâmica impõe a necessidade de expansão para outras áreas em busca de garantir o processo de reprodução ampliada e acumulação incessante de capital – cujo fenômeno está intrinsecamente vinculado às relações de dominação/ subordinação no capitalismo, isto é, aos elementos estruturantes do imperialismo e da dependência nas relações internacionais, respectivamente (Osório, 2018; Romero Wimer, 2015; 2024).

Por isso, em termos amplos, a literatura marxista aponta as tendências à concentração e centralização do capital (Romero Wimer, 2015); à universalização do capital[11] (Ceceña, 1990); à mundialização das relações produtivas capitalistas (Piva, 2020); e à internacionalização do capital (Ceceña, 1990; Piva, 2020). Ademais, atualmente, somam-se à estas tendências, a transnacionalização do capital (Romero Wimer, 2015; 2024) e o processo de financeirização do capital (Amaral, 2012), como elementos caracterizantes da atual fase do capitalismo global, como será explicado na presente seção. Neste momento, cabe apenas salientar que estes fenômenos são processos históricos que estão dialeticamente relacionados – isto é, são dinâmicos e relacionais –, de modo que não se invalidam ou se contrapõem necessariamente, mas ocorrem de maneira a intensificar as relações de exploração, violência e dependência entre as forças internacionais sob o capitalismo, aprofundando as contradições imanentes do capital[12] (Harvey, 2016; Osório, 2018, p. 24).

Pela mesma razão, inúmeras contribuições teóricas marxistas entendem o modo de produção capitalista não somente como uma relação de forças em disputa dentro do Estado – isto é, fundamentada na luta de classes. Mas, também, como a formação de um sistema mundial, sistema-mundo, economia mundial ou economia-mundo – entendido/a enquanto infraestrutura do sistema internacional de Estados –, que emerge precisamente a partir dessa lógica de

[11] Apesar de sua tendência expansionista em direção à todas as esferas da vida social, a ideia de universalização do capital como condição de sua reprodução (Ceceña, 1990, p. 19) faz-se problemática, tendo em vista que o termo 'universal' pressupõe a subsunção de todos os sistemas e formas de organização social sob o modo de produção capitalista, ignorando assim espaços e territorialidades de resistência. Sem dúvidas, atualmente, o capital se faz mundial e se espraia, cada vez mais, às periferias e franjas do sistema (Osório, 2018). Mas, por outro lado, isso não é mesmo que afirmar que o capitalismo é universal, pois, na realidade, existem inúmeros 'pluriversos' em disputa com o capital para a construção de um horizonte 'outro' que não seja o contínuo processo de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas da modernidade capitalista. Doravante, portanto, aqui, a discussão será tratada somente em términos de processo de mundialização, internacionalização e transnacionalização do capital.

[12] Para saber mais sobre as contradições – fundamentais, mutáveis e perigosas – do capital, ver Harvey (2016).

expansão aglutinadora e imperialista do capital em escala global. De modo geral, nesta perspectiva, "o capitalismo não é definido por uma determinada relação de classes, mas pela produção por lucros, em um sistema mundial de intercâmbio e pela exploração de umas áreas pelas outras" (Osório, 2018, p. 90).

Nesse sentido, apesar de certos limites, além das propostas do debate pioneiro sobre o imperialismo que já se direcionavam em certa media nesta direção, deve-se citar também a própria Teoria Marxista da Dependência (TMD), a Teoria do Sistema-Mundo (TSM), a Teoria das Trocas Desiguais; (Amaral, 2012; Osório, 2018); dentre outras perspectivas, tal como a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC), que aprofundam esta interpretação (Diligenti; Souza, 2020; Souza, 2023). Obviamente, apesar de certas convergências e um entendimento geral em comum, as abordagens teóricas mencionadas se distinguem amplamente – e, inclusive, discordam entre si –, na medida em que, primeiro, são resultados de contextos históricos político-econômico específicos; e, segundo, propõem diferentes interpretações acerca do sistema capitalista a partir de problematizações, conceitos teóricos e epistemologias distintas (Osório, 2018).

Inclusive, cabe destacar também que estas interpretações de um sistema ou economia mundial capitalista não são homogêneas nos círculos marxistas. Conforme discute Dos Santos (2023, p. 48-49), os marxistas ortodoxos são críticos destas abordagens – especificamente, da TMD –, pois afirmam que esta trata-se de uma concepção com foco nas determinações externas, em detrimento da luta de classes que ficam relegadas em segundo plano. Por outro lado, a partir de uma concepção 'autonomista, endogenista e classista', eles defendem "[...] a necessidade de analisar os modos de produção no interior de cada economia" (Dos Santos, 2023, p. 48). Contudo, de acordo com o autor (2023, p. 48-49), estas críticas estão em desacordo com a própria visão de Marx, que reconhecia o caráter internacional do modo de produção capitalista e a importância do comércio mundial para o processo de acumulação primitiva do capital (Dos Santos, 2023).

Segundo Marx, portanto, é fundamental compreender "[...] a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se nos seus Estados nacionais" (Dos Santos, 2023, p. 49). Afinal, de forma complementar, a partir de seus próprios escritos, entende-se que "a tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital" (Marx, 2011b *apud* Osório, 2018, p. 25), demonstrando, assim, a dinâmica expansiva e internacionalizante do modo de produção capitalista. Dito isso, é precisamente a partir desta compreensão marxista dialética na qual se refere Dos Santos (2023) entre uma dimensão

estrutural da economia mundial capitalista e uma dimensão estatal-nacional fundamentada na dinâmica interna dos Estados, que o presente marco teórico interpreta a categoria do desenvolvimento, conforme será explicado ao longo deste capítulo (Dos Santos, 2023).

No que se refere às tendências do capitalismo global, os processos de concentração e centralização do capital, conforme explica Romero Wimer (2015, p. 19), são dois fenômenos com significados próximos no desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Enquanto, a concentração do capital se refere à acumulação de capital das grandes empresas, isto é, o crescente nível de participação relativa dessas na produção total de uma determinada atividade. A centralização do capital, por sua vez, trata-se do crescente controle das grandes empresas numa escala ampliada, "mediante a expansão de sua presença em múltiplos setores econômicos a partir da união de distintos capitais, da compra de empresas, das fusões, aquisições, etc." (Romero Wimer, 2015, p. 29, tradução nossa[13]).

Ambos os processos estão diretamente relacionados com a transmutação de uma etapa concorrencial do capitalismo no final do século XIX e início do século XX – baseado na prática do livre-comércio (Osório, 2018, p. 47) –, em direção à formação de monopólios e oligopólios na economia mundial, inaugurando uma fase específica monopolista e/ou imperialista do capitalismo (Romero Wimer, 2015, p. 40). Como afirma Osório (2018), "emergia, então, após a depressão de 1873, uma reorganização do capitalismo com marcas da centralização da produção e da monopolização [e oligopolização] do mercado por cartéis e trustes, com forte concentração dos setores econômicos" (Osório, 2018, p. 47). Esta transformação, é tanto uma consequência, quanto uma necessidade do capital na sua busca por assegurar a acumulação incessante e a reprodução ampliada na economia mundial (Romero Wimer, 2015, p. 39; 52).

Nesse contexto histórico, no início do século XX, de acordo com Osório (2018), a partir das contribuições de Hilferding, Luxemburgo, Kautsky, Bukharin e Lênin, surge o chamado debate pioneiro ou tradicional do imperialismo[14]. Segundo o autor (2018), "é a partir da emergência do modo de produção capitalista, inaugurando a contemporaneidade histórica, que determinadas relações sociais e econômicas insculpiram as bases estruturais específicas do imperialismo, delineando as relações internacionais" (Osório, 2018, p. 20). A compreensão deste debate, portanto, é fulcral em um duplo sentido: primeiro, porque estabelece as raízes históricas do imperialismo no terreno do capitalismo, isto é, trata-se de "[...] uma consequência

[13] mediante la expansión de su presencia en múltiples sectores económicos a partir de la unión de distintos capitales, la compra de empresas, las fusiones, las adquisiciones, etcétera.
[14] Para saber mais sobre o chamado debate pioneiro ou clássico do imperialismo, ver Amaral (2012); Caputo e Pizarro (2022); e Osório (2018).

direta da dinâmica e do desenvolvimento do sistema capitalista" (Romero Wimer, 2015, p. 39, tradução nossa[15]); e, segundo, porque relaciona-se com a origem das RI, tendo em vista que discutir imperialismo é abordar capitalismo, e teorizar as relações internacionais é debater sobre o capitalismo (Osório, 2018, p. 20-21). Nesse sentido, Osório conclui que "é somente no capitalismo que o imperialismo adquire especificidade, tornando-se elemento estrutural, sem elemento o qual não se consegue compreender plenamente a essência das relações internacionais" (Osório, 2018, p. 24).

De maneira complementar, em seu contexto de origem, o conceito de imperialismo é utilizado para designar "[..] a expansão capitalista nas áreas coloniais e semicoloniais e a política de agressividade e enfrentamento das grandes potências da época" (Romero Wimer, 2015, p. 39, tradução nossa[16]). Os resultados desse fenômeno internacional trataram-se do "aumento da concentração da produção, a crescente exportação de capitais, a emergência de monopólios, a intervenção e organização estatal das economias, as fusões entre capitais e o surgimento do capital financeiro, as incursões coloniais e a eclosão de guerras pelo mundo" (Osório, 2018, p. 34). Ou seja, em função de sua lógica conflitiva e concorrencial, o imperialismo significou o acirramento das rivalidades e disputas interimperialistas ao redor do globo em competição não somente por mercados e recursos naturais, mas, também, por mão-de-obra, pela manutenção de uma posição monopolista no sistema capitalista, e outros fatores de ordem política e cultural, que assegurassem o processo de acumulação incessante de capital (Hobsbawm, 2018; Osório, 2018, p. 42-44).

Esta fase imperialista do capitalismo monopolista-financeiro, portanto, implicou a tendência à internacionalização do capital como condição de reprodução ampliada em escala global (Ceceña, 1990; Piva, 2020). De acordo com Piva (2020), este processo de mundialização das relações produtivas capitalistas refere-se à "constituição do mundo como objeto prático do capital e sua subsunção produtiva real ou formal" (Piva, 2020, p. 15, tradução nossa[17]). Em outras palavras, trata-se da expansão do modo de produção capitalista – no âmbito da produção e da circulação – em busca da ampliação e abertura de novos mercados, de fontes de matérias-primas e força de trabalho. Segundo Ceceña (1990), a internacionalização do capital é um processo histórico global que apresenta diferentes períodos com impactos na redefinição espacial da produção, em conformidade com o desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo

[15] [...] una consecuencia directa de la dinámica y el desarrollo del sistema capitalista.
[16] [...] la expansión capitalista en áreas coloniales y semicoloniales y la política de agresividad y enfrentamiento de las grandes potencias de la época.
[17] constitución del mundo como objeto práctico del capital y su subsunción productiva real y formal.

eles: 1) a consolidação da grande indústria e do sistema fabril entre os anos de 1850 e 1925; 2) a transferência internacional do processo produtivo global entre os anos de 1920 e 1965; e por último, 3) a automatização dos circuitos de produção e circulação do capital (Ceceña, 1990).

Em termos gerais, em relação às modalidades de internacionalização do capital, no primeiro período de expansão internacional – a partir do surgimento da grande indústria no centro capitalista[18] – buscou-se ampliar a produção e o comércio, a fim de garantir a continuidade do ciclo de reprodução ampliada. No que se refere à redefinição espacial, como aponta Ceceña (1990, p. 30), os capitais majoritariamente se direcionavam para a indústria extrativa e para a construção de ferrovias, implicando a especialização manufatureira do centro capitalista e primária-exportadora da periferia, respectivamente (Ceceña, 1990).

No segundo período – entre os anos de 1920 e 1965 –, o expansionismo do capital orientava-se no aprofundamento do processo de abertura – especialmente, a partir dos produção frente aos limites do comércio exterior, tais como transporte, protecionismos etc. –, como "uma estratégia de penetração mais sistemática dos mercados nas regiões atrasadas" (Ceceña, 1990, p. 34, tradução nossa[19]). Nesse contexto, inicia-se, portanto, a transferência dos processos produtivos – sobretudo, daqueles industriais – e de tecnologia – embora, obsoleta no seu contexto de origem – dos chamados países 'desenvolvidos' em direção aos países 'subdesenvolvidos' através da emergência da expansão dos grandes conglomerados e empresas multinacionais (EMN), com o objetivo de reduzir os custos de produção e aumentar os lucros (Cecenã, 1990, p. 34-35; Piva, 2020, p. 15). Ademais, em relação às regiões atrasadas, segundo Ceceña (1990), estes movimentos de descentralização da produção "promovem um processo de industrialização mais amplo, mas originalmente submetido à hegemonia do capital agora transnacional" (Ceceña, 1990, p. 36, tradução nossa[20]). Isto relaciona-se a um padrão de desenvolvimento dependente e associado da periferia (Dos Santos, 2023) – com especial destaque para a América Latina –, como será discutido posteriormente.

A terceira modalidade de internacionalização do capital – a partir da década de 1960 – concebe um mundo capitalista cada vez mais heterogêneo e polarizado em termos produtivos, porque o deslocamento das diferentes fases de produção dos centros capitalistas em direção às periferias não ocorre integralmente, mas, sim, de maneira cada vez mais fragmentado.

[18] Aqui, cabe mencionar a fundamental importância das revoluções tecnológicas nos meios de comunicação e transporte (Ceceña, 1990, p. 29) para a viabilidade do processo de expansão do capital em escala global. De acordo com Harvey (2016, p. 108-109), isto se refere a necessidade do capital de 'destruição do espaço pelo tempo', a fim de acelerar e encurtar o seu tempo de circulação na produção e no mercado (Harvey, 2016, p. 108-109).
[19] una estrategia de penetración más sistemática de mercados en las regiones atrasadas.
[20] promueven un proceso de industrialización más amplio pero sometido, de origen, a la hegemonía del capital ahora transnacional.

Conforme defende a autora (1990), "nem todas as fases se descentralizam e nem todas o fazem na mesma direção" (Ceceña, 1990, p.39, tradução nossa[21]). As fases de produção que demandam força de trabalho qualificada ficam nos países 'desenvolvidos' e aquelas que exigem mão-de-obra abundante, barata e pouco qualificada tendem a se deslocar para as regiões 'subdesenvolvidas' (Ceceña, 1990 p. 39). É a partir deste período – durante o contexto de crescimento pós-guerra[22] –, inclusive, que Piva (2020) afirma que "o processo mais profundo de transformação que o capitalismo atravessou desde o final dos anos sessenta é a internacionalização do capital produtivo, fenômeno associado a um conjunto de processos econômico-políticos a nível global" (Piva, 2020, p. 14, tradução nossa[23]).

Ainda, de acordo com Piva (2020), também é de fundamental importância destacar o vínculo histórico que se constrói entre a internacionalização do capital e o neoliberalismo, sobretudo, a partir da década de 1990. Segundo o autor, o neoliberalismo, enquanto um plano sistemático e "uma estratégia ofensiva do [capital] contra o trabalho articulada através da extensão e intensificação da concorrência [a partir do Estado]" (Piva, 2020, p. 16, tradução nossa[24]), utilizou da internacionalização para remover os obstáculos nacionais em favor do processo de reestruturação do capital, isto é, da então necessária redefinição espacial da produção e expansão geográfica do capitalismo. Em outras palavras, sob a ofensiva neoliberal de abertura comercial, desregulamentação financeira etc., os Estados nacionais "impulsionaram e aceleraram o processo de internacionalização produtiva, financeira e comercial do capital" (Piva, 2020, p. 17, tradução nossa[25]).

Além disso, associadas a este desenvolvimento histórico do capitalismo global, é importante evidenciar também paralelamente as tendências de transnacionalização e financeirização do capital. A transnacionalização do capital não se difere substantivamente do processo de internacionalização discutido acima. Na realidade, trata-se mais do resultado histórico das redefinições espaciais e geográficas da produção no capitalismo global, sobretudo, a partir da terceira modalidade proposta por Ceceña (1990). Isto porque, como explica Romero Wimer (2015), a respeito da diferença entre os processos:

---

[21] no todas las fases se descentralizan ni todas lo hacen em la misma dirección.
[22] De acordo com Piva (2020), a ordem financeira e comercial que emerge a partir de Bretton Woods no contexto pós-guerra "gerou condições inéditas para o aumento dos fluxos de comércio e de investimentos a nível mundial" (Piva, 2020, p. 15, tradução nossa), resultando no desenvolvimento e na expansão das empresas multinacionais.
[23] el processo más profundo de transformación que ha atravesado el capitalismo desde fines de los años sesenta es la internacionalización del capital productivo, fenómeno asociado a un conjunto de processos económico-políticos a nivel global.
[24] una estrategia de ofensiva contra el trabajo articulada a través de la extensión e intensificación de la competencia.
[25] impulsaron y aceleraron el processo de internacionalización productiva, financiera y comercial del capital.

> Geralmente, se trata de empresas *multinacionais* ou *transnacionais*, tanto pela diversidade de capital que compõe seus fundos acionários quanto pela pluralidade de mercados onde atuam e extraem seus recursos. [...] as multinacionais surgiram com a crise do final do século XIX e o início da expansão do capital imperialista, e devem ser consideradas como tais aquelas empresas que estabelecem filiais em múltiplos países onde manufaturam todo o produto de forma integral. A transnacionalização alude um processo mais recente – sobretudo, a partir da crise do final da década de 1960 e início da década de 1970 – e consiste em produzir através de distintos países. Ou seja, as filiais desintegram-se verticalmente e cada uma se encarrega de uma única etapa do processo produtivo (Romero Wimer, 2015, p. 42-43, itálico do autor, tradução nossa[26])

Ou seja, a transnacionalização do capital origina-se na década de 1970 a partir do próprio aprofundamento expansivo do processo de internacionalização, porém, sob uma lógica distinta. Ainda que tenha as empresas como seus principais agentes, tal processo refere-se a um fenômeno muito mais complexo – fragmentado verticalmente e flexível espacialmente – da produção em escala global (Romero Wimer, 2015; Fleury; Fleury, 2020). Mediante esta transformação, discute-se a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho (DIT) na estrutura da economia mundial capitalista (Piva, 2020, p. 16) como resultado da realocação da indústria mundial (Dos Santos, 2023, p. 35).

Inclusive, é possível afirmar que esta nova divisão se caracterizou pela formação de cadeias globais de valor (CGV) – isto é, redes complexas e multiníveis de "processos de produção fragmentados e geograficamente dispersos que têm diferentes estágios localizados em diferentes países" (Fleury; Fleury, 2020, p. 203). Dante disso, a especialização produtiva aprofundou-se cada vez mais entre os países, alargando a distância entre o centro e a periferia (Fleury; Fleury, 2020). Outro efeito significativo refere-se a uma maior perda de soberania dos Estados dependentes na economia mundial, pois "[...] as decisões em relação às cadeias globais de valor não se tomam nestes espaços, que aparecem mais ou menos intercambiáveis entre si" (Romero Wimer, 2015, p. 43, tradução nossa[27]).

No que se refere à financeirização do capital, por sua vez, conforme problematiza Amaral (2012), a partir da década de 1970, discute-se "a constituição de uma nova fase do capitalismo definida pela importância histórica adquirida pelas formas financeiras de

[26] En general, se trata de empresas multinacionales o transnacionales, tanto por la diversidad de capitales que componen sus paquetes accionarios, como por la pluralidad de mercados donde actúan y extraen sus recursos. [...] las multinacionales surgieron con la crisis de fines de siglo XIX y los inicios de la expansión del capital imperialista, y debe considerarse como tales a aquellas empresas que instalan filiales en múltiples países donde manufacturan de forma integral todo el producto. La transnacionalización alude a un proceso más reciente –sobre todo a partir de la crisis de fines de la década de 1960 e inicio de la de 1970–, y consiste en producir a través de distintos países. Es decir, las filiales se desintegran verticalmente y cada una pasa a encargarse de una única etapa del proceso productivo.

[27] [...] las decisiones respecto a la cadena global de valor no se toman en estos espacios, que aparecen más o menos intercambiables entre sí.

valorização do capital" (Amaral, 2012, p. 69-90). A intensidade deste processo é tamanha na economia mundial, de maneira "que se exacerba ao ponto de tornar a lógica financeira predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar e passar ser conduzido pelo capital fictício, tal como definido por Marx" (Amaral, 2012, p. 7). Inclusive, segundo a autora, frente ao cenário de reconfiguração da acumulação do capital devido ao processo de financeirização do capitalismo global, é necessário repensar não somente o debate sobre o imperialismo, assim como, a dependência hoje. Isto não significa que o capital produtivo é irrelevante na compreensão da atual fase da dependência, apenas que sua análise deve conceder a devida atenção a outras formas de extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais que vão além somente dos elementos produtivos[28] (Amaral, 2012).

Evidentemente, deve-se pontuar que tal processo de financeirização, apesar de constituir uma nova fase do capitalismo em face às suas características próprias (Amaral, 2012, p. 89-90), não se inicia espontaneamente na economia mundial. Pelo contrário, trata-se também da evolução histórica do capital e de suas contradições, cuja discussão já existia no próprio debate pioneiro do imperialismo, sobretudo, a partir da noção de capital financeiro de Hilferding – isto é, "a fusão do capital bancário (com prevalência deste) com o [capital] comercial, cujo somatório gerava o financeiro" (Osório, 2018, p. 51). No contexto da fase imperialista no início do século XX – de formação de monopólios, exportação de capitais e acirramento das rivalidades interimperialistas (Osório, 2018, p. 49) –, tal como discutido anteriormente, este capital financeiro – com ênfase no papel dos bancos – demonstrou-se fundamental tanto para as tendências de concentração e centralização do capital, quanto para a viabilização da descentralização da produção e comercialização para as zonas periféricas (Amaral, 2012; Osório, 2018; Romero Wimer, 2015).

No entanto, como argumenta Amaral (2012), esta noção de capital financeiro perde sentido na vigente fase do capitalismo global ou, melhor dizendo, é insuficiente para explicar o atual processo de financeirização do capital. Primeiro, porque é uma compreensão do fenômeno sob o contexto histórico-político do imperialismo 'clássico', cujo próprio significado também se transmuta conjuntamente com o sistema capitalista – apresentando-se hoje com novas roupagens (Amaral, 2012, p. 5). Segundo, porque o crescimento desproporcional da esfera financeira em relação à produtiva é resultado de uma cronologia de inovações "que vão ampliando progressivamente a natureza financeira e fictícia da riqueza, fortalecendo o potencial

[28] Retornaremos a este ponto com mais atenção posteriormente no presente capítulo, a fim de repensar a categoria da superexploração do trabalho considerando a tendência global de financeirização do capital, conforme proposto por Amaral (2012).

de endividamento da economia [...] e desencadeando processos inflacionários nas economias mais frágeis" (Amaral, 2012, p. 80). Em terceiro lugar, como resultado dessas inovações, porque os bancos perdem relevância frente ao papel crescente de outros atores, tais como as grandes empresas e as famílias que adotam capacidades financeiras, reduzindo, assim, a necessidade de empréstimos bancários. Como cita a autora, os "[...] capitais monopolistas se tornaram 'financeirizados', ou seja, eles são mais independentes em relação aos bancos e mais fortemente envolvidos em suas próprias atividades financeiras" (Lapavitsas, 2011, p. 14 *apud* Amaral, 2012, p. 88).

O predomínio do capital financeiro, então, se refere à "[...] dinâmica em escala planetária de interpenetração recíproca de atividades industriais, comerciais, bancárias e financeiras nas corporações transnacionais que dominam a economia mundial" (Romero Wimer, 2015, p. 46, tradução nossa[29]). Ainda, como aponta Romero Wimer (2015, p. 46), no processo de financeirização é importante salientar a vinculação entre os capitais e as esferas políticas, assim como, a penetração da oligarquia financeira no Estado-nação que, apesar disso, continua a desempenhar um papel relevante na manutenção do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, destacam-se a proteção e legitimação dos direitos de propriedade privada, a manutenção de um marco jurídico legal e do uso legítimo da força, o controle e a regulação da circulação de pessoas e mercadorias, a promoção de uma estrutura ideológica, a mobilização de recursos, e o estabelecimento do domínio de uma classe dominante – ou do predomínio de uma fração de classe[30] (Romero Wimer, 2015, p. 46).

A atual fase do capitalismo global, portanto, caracteriza-se amplamente pela vigência dessas tendências: a internacionalização do capital, a transnacionalização do capital e a financeirização do capital. Ademais, conforme discutido acima, tais processos são resultados históricos do desenvolvimento da economia mundial capitalista intimamente relacionados com a questão estruturante do imperialismo, que não se extinguiu com o fim da política agressiva das grandes potências e o término do colonialismo no contexto pós-guerra, mas, sim, se transmutou ao longo do tempo[31], de maneira a continuar vigente no sistema internacional

[29] [...] dinámica, a escala planetaria, de interpenetración recíproca de actividades industriales, comerciales, bancarias y fi nancieras en las corporaciones transnacionales que dominan la economía mundial.

[30] Retornaremos à discussão sobre o Estado-nação na periferia e seu papel capitalista – e dependente – na atual fase do capitalismo global na seção a respeito da dimensão estatal-nacional do presente marco teórico.

[31] Para saber mais sobre as transmutações do imperialismo, ver Osório (2018). O autor desenvolve uma sistematização do pensamento sobre o imperialismo em dois eixos, o cronológico e o teórico, entrelaçando-os, a fim de compreender o fenômeno tanto pela ótica das fases do capitalismo, quanto pelo debate das diversas perspectivas teóricas marxistas sobre o imperialismo e o Estado – que apresentam ênfase em dimensões distintas. Diante disso, ele propõe que a interface desses eixos ocorre em três ciclos: o debate pioneiro, o debate fordista e o debate pós-fordista (dividido em três vertentes, o politicismo, o parcial politicismo e a plena crítica). Em suma, o primeiro ciclo – entre o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial – é o debate dos clássicos sobre o

(Osório, 2018). Ou seja, o imperialismo de hoje não se trata mais daquele clássico referente ao debate pioneiro, tendo em vista não somente as transformações político-econômicas, mas, também, a própria dialética do sistema capitalista.

Nesse sentido, em termos históricos, no referido contexto de pós-guerra, no que diz respeito às transformações, "[o] imperialismo formal (administração direta, muito custosa, de territórios ultramarinos) transmuta-se ao imperialismo informal (dominação política e econômica indireta)" (Osório, 2018, p. 82). Aqui, é essencial notar que mesmo mediante aos processos de descolonização, esta mudança tem um profundo impacto para a periferia, porque, segundo o autor, a independência política formal não foi suficiente para garantir a sua autonomia real e desenvolvimento (Osório, 2018, p. 82). Dessa forma, a partir de outros mecanismos de poder[32], tal como se apresenta a dependência, o imperialismo permaneceu vigente como elemento estruturante das relações internacionais (Amaral, 2012; Romero Wimer, 2015; 2024). Conforme argumenta Romero Wimer (2015):

> Deve-se notar que, a partir do final do século XIX e início do século XX, configurou-se uma renovada estrutura assimétrica de relações econômicas, políticas e diplomáticas internacionais que substituiu o antigo colonialismo europeu, desenvolvido desde o final do século XV e sustentado durante quase trezentos anos no mercantilismo que permeou a transição do feudalismo ao capitalismo. Nesta nova estrutura, um conjunto de potências capitalistas conseguiu subordinar – sob a forma de colônias, enclaves e o estabelecimento de diversos modos de dominação – o restante dos países, situação que, após os processos de descolonização, mudaria para *a generalização da dependência como forma essencial de subordinação nacional ao imperialismo* (Romero Wimer, 2015, p. 24-25, itálico nosso, tradução nossa[33]).

Contudo, antes de avançar na discussão, este referido ponto sobre a transmutação do imperialismo merece atenção, pois, sobretudo, a partir de meados da década de 1970, o debate sobre o fenômeno desaparece no âmbito político e acadêmico dos discursos marxistas do centro

---

imperialismo, baseado numa concepção economicista vinculada à expansão do capitalismo. O segundo ciclo – entre 1945 e 1970 – trata-se de uma transição de paradigmas, pois, parte de uma visão mais abrangente e sistêmica – inclusive, para além dos limites europeus –, mas, ainda, com um viés economicista. O terceiro ciclo – entre a década de 1970 até os dias atuais – trata-se da ascensão do politicismo – fundamentado na autonomia do Estado e na luta de classes –, superando o economicismo dos ciclos anteriores e expandindo os horizontes de uma crítica materialista do imperialismo (Osório, 2018, p. 29-40).

[32] Outro conceito relevante que se refere a um mecanismo de poder atualizado do imperialismo neste contexto, é o de neocolonialismo elaborado pelo teórico pan-africanista, Kwame Nkrumah. Este fenômeno trata-se de um instrumento refinado pelo qual as ex-metrópoles manipulam os Estados ex-colônias – que são independentes no plano político – por outros meios indiretos e mais sutis que não necessitam do controle formal sob o território, a fim de criar "Estados-clientes" e perpetuar a rede de dependência econômica e financeira (Nkrumah, 1967; 2011).

[33] Cabe remarcar que desde los últimos años del siglo XIX y el inicio del XX se configuró una renovada estructura asimétrica de relaciones económicas, políticas y diplomáticas internacionales que reemplazó al antiguo colonialismo europeo, desarrollado desde finales del siglo XV y sustentado durante casi trescientos años en el mercantilismo que impregnó la transición del feudalismo al capitalismo. En esta nueva estructura, un puñado de potencias capitalistas logró subordinar –bajo la forma de colonias, de enclaves y del establecimiento de diversos modos de dominio– al resto de los países, situación que luego de los procesos de descolonización variaría hacia la generalización de la dependencia como forma esencial de la subordinación nacional al imperialismo.

hegemônico, de modo que o conceito aparenta perder força ou relevância a ponto de beirar o anacronismo (Amaral, 2012, p. 91-92).) Ainda, segundo a autora (2012), este 'silêncio' era devido ao entendimento de que qualquer menção ao tema se tratava de uma tautologia, obviedade ou perda de tempo, "[...] como se, finalmente, a teoria do imperialismo não tivesse mais nada a dizer" (Amaral, 2012, p. 92). Algumas vertentes fatalistas chegaram até mesmo a sentenciar o fim do imperialismo (Osório, 2018, p. 84). Inclusive, isto ocorre "[...] exatamente (e ironicamente) num contexto de crescente dependência externa e perda da soberania nacional vivida pelas principais economias periféricas do globo" (Amaral, 2012, p. 91).

Em efeito, de acordo com Amaral (2012, p. 92), esta 'desaparição' do imperialismo não representou evidentemente o seu fim enquanto fase específica do sistema capitalista. Na realidade, contrariamente, significou o seu revigoramento e sua capacidade de afirmar sua hegemonia. Nesse sentido, a partir do pensamento de Prabhat Patnaik, a autora argumenta que o silêncio teórico que se constrói revela "[...] a extraordinária força e vigor que este conjunto de relações econômicas características do mundo contemporâneo adquire naquele momento, reforçando sua 'capilaridade' e sua capacidade de fazer frente a qualquer tipo de ameaça à sua hegemonia" (Amaral, 2012, p. 91). Esta força se encobre no discurso de globalização e na resultante ideia de que todos os países são interdependentes, o que apenas legitima a lógica global de acumulação incessante de capital (Amaral, 2012, p. 92).

Curiosamente, por outro lado, neste cenário de eclipse do conceito, é interessante notar que as inovações e contribuições teóricas atualizadoras sobre o imperialismo – embora, apenas de maneira indireta – originaram-se da periferia mundial "[...] em função do esgarçamento das relações de produção capitalista pelo mundo" (Osório, 2018, p. 83), estabelecendo, assim, uma dualidade nas concepções marxistas. Conforme defende Osório (2018), "enquanto que no centro as bases do imperialismo pareciam erodir, na periferia, a dinâmica capitalista acirrava as tensões e os conflitos, perpassados pela desigualdade dos efeitos das relações de produção entre os países" (Osório, 2018, p. 89). Este é precisamente o contexto histórico de surgimento das abordagens teóricas mais abrangentes e sistêmicas sobre a economia mundial capitalista, em termos gerais, e de um pensamento crítico, independente e autóctone na periferia, como é o caso da Teoria Marxista da Dependência (TMD) na América Latina, em termos específicos [34] (Osório, 2018, p. 89-91).

A partir deste contexto teórico específico, destaca-se as questões centrais e particulares da realidade periférica, como "a dominação do centro à periferia e as relações de dependência

[34] Retornaremos a este ponto detalhadamente na próxima seção deste capítulo.

desta ao capitalismo central pelo intercâmbio comercial ou pelas trocas desiguais" (Osório, 2018, p. 36). Ainda, segundo o autor (2018, p. 89), soma-se a estes aspectos, a discussão sobre o desenvolvimento/ subdesenvolvimento, divisão internacional do trabalho (DIT) e sistema-mundo. O próprio debate sobre o imperialismo se modifica, inserindo e articulando-se a esta lógica desigual do sistema mundial, tendo em vista que este "deixa de ser apontado [somente] como consequência da expansão e do desenvolvimento do capitalismo [...], para ser lido como elemento das relações de exploração dos países avançados no tocante aos atrasados" (Osório, 2018, p. 90). Esta exploração da periferia pelo centro é feita de maneira sistemática, a partir de diversos mecanismos que se diferenciam a depender da vertente teórica (Osório, 2018, p. 91). No caso da TMD, são eles a transferência e extração de mais valor, o intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho, etc. (Traspadini; Stedile, 2022).

Aqui, introduz-se, então, a categoria da dependência, pois, conforme defende Romero Wimer (2015; 2024), esta constitui a outra face do imperialismo e das relações de dominação (Romero Wimer, 2024, p. 3-4). De maneira semelhante, Amaral (2012, p. 5) também argumenta que as teorias da dependência e seus conceitos são complementos necessários às teorias do imperialismo, uma vez que suas formulações clássicas "[...] foram insuficientes para caracterizar o mundo que se desenvolvia na periferia do sistema capitalista dominante, particularmente em sua função histórica de viabilizá-lo" (Sotelo Valencia, 2007 *apud* Amaral, 2012, p. 27). Isto, porque as discussões acerca da dependência lançam luz à realidade específica da periferia no sistema mundial capitalista, compreendendo, assim, tanto o desenvolvimento de relações de subordinação em termos estruturais, quanto a reprodução da lógica imperialista no interior do capitalismo periférico (Amaral, 2012, p. 27-28).

Portanto, mediante isso, entende-se que ambos os processos – imperialismo e dependência – são produtos do desenvolvimento capitalista global intrinsecamente vinculados e em constante ressignificação, tendo em vista tanto as continuidades e mudanças desde as suas formulações teóricas, quanto as tendências e características vigentes da economia mundial (Amaral, 2012; Osório, 2018; Romero Wimer, 2015; 2024). Afinal, a dialética não conjectura os processos históricos de forma dualista e estática, mas, sim, em termos dinâmicos e relacionais (Harvey, 2016). Nesse sentido, de acordo com Romero Wimer (2015), no que se refere à sua atual fisionomia, o fenômeno do imperialismo capitalista contemporâneo apresenta as seguintes características gerais:

> [...] a) a formação de monopólios e oligopólios (concentração da produção, da propriedade dos meios de produção e distribuição, dos conhecimento e da tecnologia, e centralização do capital); b) a predominância do capital financeiro sobre o conjunto

> da economia; c) a preponderância das exportações de capitais sobre as exportações de produtos; d) a divisão do mundo entre associações capitalistas e potências imperialistas; e) a penetração ideológica simultânea no âmbito da educação, das instituições religiosas e da mídia de massa tanto das nações imperialistas quanto nos países dependentes; e f) a extração de mais-valia dos países dependentes e a expropriação massiva num contexto de universalização [mundialização] das relações capitalistas de produção (Romero Wimer, 2015, p. 39-40, tradução nossa[35]).

Na fisionomia vigente do imperialismo contemporâneo, destaca-se, então, a formação de uma "cadeia capital-imperialista mundial" (Romero Wimer, p. 3, tradução nossa[36]), cujo desenvolvimento implica a relação entre o Estado-nação e outros atores – tal como as empresas transnacionais[37]. O resultado disso é a configuração de uma disputa interimperialista de "[...] concorrência entre capitais e Estados articulando estratégias financeiras, produtivas, comerciais, militares e de lutas ideológicas" (Romero Wimer, 2024, p. 4, tradução nossa[38]). Isto significa que a disputa geopolítica e geoeconômica pela acumulação e reprodução ampliada do capital extrapola somente a ação dos Estados – na medida em que se baseia na lógica do próprio capital-imperialista –, mas, ainda, apoia-se fundamentalmente nos aparatos políticos, diplomáticos e militares estatais. Todavia, apesar de certo grau de associação capitalista, esta relação não ocorre de maneira harmoniosa a todo momento, de maneira a gerar tensões entre as empresas e as potências imperialistas na economia mundial (Romero Wimer, 2015, p. 55-62).

Sendo assim, em termos estruturais, enquanto o imperialismo, por um lado, demarca as relações de dominação e de disputa do capital-imperialista e das potências sob outros espaços, territórios e culturas – do centro à periferia, dos países chamados avançados e/ou desenvolvidos em relação àqueles atrasados e/ou subdesenvolvidos –, sobretudo, em termos econômicos, mas, que também se manifestam nas dimensões política, militar e cultural. A dependência, no que lhe toca, é o seu lado contrário, o seu efeito, isto é, refere-se às relações de subordinação e

---

[35] [...] a) la formación de monopolios y oligopolios (concentración de la producción, la propiedad de los medios de producción y distribución, los conocimientos y la tecnología y centralización del capital); b) el predominio del capital financiero sobre el conjunto de la economía; c) la preponderancia de la exportación de capitales por sobre la exportación de productos; d) el reparto del mundo entre asociaciones capitalistas y potencias imperialistas; e) la penetración ideológica simultánea en el ámbito educativo, las instituciones religiosas y los medios de información de masas tanto de las naciones imperialistas como en los países dependientes; y f) la extracción de plusvalía de los países dependientes y la expropiación masiva en un contexto de universalización de las relaciones capitalistas de producción.

[36] [...] cadena capital-imperialista mundial.

[37] Segundo Romero Wimer (2015), no atual contexto de transnacionalização, é importante pontuar o entrelaçamento entre os Estados e as grandes empresas na conformação do capital-imperialista, tendo em vista a participação e influência das transnacionais nos aparatos estatais, "expressando a hegemonia de uma determinada burguesia com alianças e interesses que transcendem as fronteiras nacionais" (Romero Wimer, 2015, p. 47, tradução nossa). Nesta relação, a partir do cumprimento de uma série de funções, o Estado nacional é necessário, pois é o ator com o poder de obstaculizar ou favorecer a atuação das grandes empresas internacionalmente (Romero Wimer, 2015, p. 47).

[38] [...] competencia entre capitales y Estados articulando estrategias financieras, productivas, comerciales, militares, y luchas ideológicas.

exploração que se formam a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo – dependente – na periferia, em função da dinâmica expansiva e imperialista do capital (Amaral, 2012; Romero Wimer, 2015; 2024). Esta relação entre os fenômenos em termos de dominação/ subordinação significa que a discussão do primeiro perpassa intrinsecamente o segundo, e vice-versa, tendo em vista que se referem a relações opostas do mesmo fenômeno capitalista (Romero Wimer, 2015; 2024).

É neste sentido que se configura a condição de dualidade entre os elementos estruturantes do imperialismo e da dependência no capitalismo global. Isto significa que o estudo sobre o sistema capitalista e as relações internacionais não tem que ver somente com o imperialismo (Osório, 2018), mas, também, perpassa necessariamente a questão da dependência, sobretudo, se a problematização é feita a partir da periferia. Ou seja, ambos se tratam de engrenagens centrais do capitalismo e das próprias relações internacionais e seu sistema de Estados (Osório, 2018, p. 20). Afinal, como discutido anteriormente (Romero Wimer, 2015, p. 24-25), a estrutura da dependência externa se refere à "[...] forma essencial da subordinação nacional ao imperialismo" (Romero Wimer, 2024, p. 3, tradução nossa[39]). Ainda, conforme complementa o autor (2024):

> A estrutura dependente implica tanto a subordinação externa econômica, tecnológica e/ou cultural no plano internacional, quanto a associação subordinada de importantes frações das classes dominantes locais aos capitais das principais potências imperialistas, o que resulta em interferência imperialista nas decisões nacionais e, portanto, em uma soberania estatal subalterna e fortemente limitada (Romero Wimer, 2024, p. 4-5, tradução nossa[40]).

A partir disso, torna-se essencial destacar três pontos em relação à dependência. Primeiro, a estrutura dependente da periferia é multidimensional, isto é, se materializa em várias formas, tal como no âmbito econômico, comercial, produtivo, tecnológico, financeiro, político, cultural etc. Em segundo lugar, em consonância com Dos Santos (2023, p. 48-49), a operacionalização da dependência se efetiva em dois planos interligados e complementares: o internacional e o nacional. Por isso, o presente marco teórico concebe precisamente estas duas dimensões conjuntamente – denominadas estrutural e estatal-nacional, respectivamente – na interpretação do desenvolvimento latino-americano.

E, ainda, terceiro, sobre os seus meios, Romero Wimer (2024) acrescenta:

---

[39] forma esencial de la subordinación nacional al imperialismo.

[40] La estructuración dependiente supone tanto la subordinación económica, tecnológica y/o cultural externa en el plano internacional como asociación subordinada a los capitales de las principales potencias imperialistas de importantes fracciones de las clases dominantes locales, lo cual deriva en injerencia imperialista en las decisiones nacionales y, por lo tanto, una soberanía estatal subalterna y fuertemente limitada.

> Essa associação subordinada envolve a extração de riquezas pelo capital imperialista em função da dependência produtiva, comercial, financeira e tecnológica por vários meios. Entre os mecanismos predominantes, podemos mencionar: as decisões contrárias aos interesses nacionais e os efeitos negativos sobre a estrutura social e o emprego; formas de exploração da força de trabalho mais vorazes; a drenagem de divisas pelos lucros, juros financeiros e rendas de inovação e de propriedade intelectual obtidos nos territórios dependentes; o condicionamento do desenvolvimento produtivo e tecnológico; a estruturação do comércio exterior; a incidência na determinação de preços e a concorrência oligopolista; a exploração extrativista dos recursos naturais; etc. (Romero Wimer, 2024, p. 5, tradução nossa[41]).

Dada a atual fase do capitalismo global e do imperialismo (Romero Wimer, 2015; 2024), estes mecanismos de reprodução ampliada da dependência são formas de extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais, que se somam, se combinam e se modificam historicamente para a manutenção e continuidade das relações de dominação e subordinação na economia mundial (Amaral, 2012). Para a compreensão ampla e profunda desses processos, torna-se necessário discutir o surgimento da chamada Escola da Dependência na América Latina – principalmente, de sua vertente marxista (TMD) –, seu desenvolvimento histórico e seus principais conceitos – transferência de valor, intercâmbio desigual, superexploração do trabalho e subimperialismo (Luce, 2018; Marini, 2022b; Traspadini; Stedile, 2022) – para a concepção material da realidade periférica latino-americana. Este, finalmente, é o tema a ser desenvolvido a seguir.

2.1 A DIMENSÃO ESTRUTURAL: o debate sobre a Escola da Dependência

A primeira dimensão, denominada estrutural[42], de cunho internacional e econômico, para se interpretar o desenvolvimento latino-americano trata-se do debate acerca da economia política da dependência (EPD). No que diz respeito ao seu surgimento, conforme apresenta Dos Santos (2023), a Teoria da Dependência[43] refere-se a um movimento teórico e político que

[41] Esa asociación subordinada supone la extracción de riquezas por parte del capital imperialista en lo que hace a la dependencia productiva, comercial, financiera y tecnológica a través de diversas vías. Entre los mecanismos predominantes podemos mencionar: las decisiones contrarias a los intereses nacionales y los efectos negativos sobre la estructura social y el empleo; formas de explotación de la fuerza de trabajo más voraces; el drenaje de divisas por ganancias obtenidas en los territorios dependientes, intereses financieros y rentas de innovación y propiedad intelectual; el condicionamiento del desarrolo productivo y tecnológico; la estructuración del comercio exterior; la incidencia en la determinación de precios y la competencia oligopólica; la explotación extractivista de los recursos naturales; etcétera.

[42] Aqui, vale enfatizar que a dependência é uma dimensão estrutural para se interpretar o desenvolvimento, tendo em vista sua centralidade enquanto elemento estruturante da economia mundial capitalista e das relações internacionais, como discutido na seção anterior.

[43] De acordo com Amaral (2012, p. 28), devido à certas questões metodológicas e epistemológicas, alguns autores preferem utilizar o termo ‘aporte da dependência’ ao invés de ‘teoria da dependência’ para tratarem das abordagens dependentistas. Apesar de sua diversidade, conforme argumenta a própria autora, como esta problematização não

emergiu na América Latina na década de 1960, a fim de explicar as características do processo de desenvolvimento socioeconômico da região (Dos Santos, 2023, p. 25-26). O objetivo tratava-se, assim, de conceber a partir de uma outra ótica, "[...] novas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 20), em contraposição às diferentes vertentes intelectuais e hegemônicas da época (Dos Santos, 2023; Traspadini, Stedile, 2022).

Segundo Traspadini e Stedile (2022, p. 19-20), a partir da contribuição, sobretudo, de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank formou-se, então, uma Escola da Dependência que se caracterizou como "[...] um espaço de múltiplas reflexões e interpretações tanto sobre o subdesenvolvimento quanto sobre a espoliação dos países do Terceiro Mundo, em geral, e da América Latina, em particular, pelo capitalismo internacional" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 20). Ademais, de acordo com Dos Santos (2023, p. 28-29), em relação ao conjunto de perspectivas que compõe a chamada Escola da Dependência a partir da classificação[44] de Frank (1991), cabe destacar também os seguintes autores: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Paul Baran, Aníbal Quijano, Samir Amin; dentre outros. Porém, apesar de discordâncias e divergências entre si, é possível destacar alguns traços comuns entre as várias vertentes teóricas desta escola (Amaral, 2012, p. 32-33; Dos Santos, 2023).

Em termos gerais, em relação ao contexto histórico, desde a década de 1930, sob o impacto da crise econômica mundial, a América Latina já havia iniciado o seu processo de desenvolvimento[45] através de um incipiente projeto de industrialização nacional via substituição de importações. No pós-Segunda Guerra Mundial, após o longo ciclo depressivo de crise e guerras, reestabeleceu-se um novo ciclo de expansão da economia mundial capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos, dando origem às teorias do desenvolvimento ou

---

é o foco do presente trabalho, continuaremos, aqui, a utilizar os termos de 'Teoria da Dependência' e 'Escola da Dependência', em termos amplos, e 'Teoria Marxista da Dependência' (TMD) e 'Teoria Weberiana da Dependência', em termos específicos, para se referir às suas várias vertentes teóricas (Amaral, 2012).

[44] Além das controvérsias em relação ao uso do termo 'teoria' para se referir às abordagens dependentistas, conforme pontua Amaral (2012, p. 32-33), existem também divergências no que diz respeito à melhor e mais correta classificação das vertentes teóricas da dependência. Para saber mais sobre o assunto, ver Dos Santos (2023); e Bresser-Pereira (2012). Do mesmo modo, não é de interesse da pesquisa analisar as distintas classificações existentes sobre a teoria da dependência – cujo debate não escapa de certo reducionismo metodológico (Amaral, 2012) –, mas, sim, apenas pontuar tanto a sua diversidade, quanto a sua discordância teórica e política, principalmente, entre a sua versão denominada marxista, por um lado, e sua versão weberiana – schumpeteriana e capitalista (Osório, 2018, p. 99), por outro lado, como será discutido posteriormente (Amaral, 2012; Dos Santos, 2023).

[45] Neste momento, o objetivo é apenas explicitar o contexto histórico de origem da Escola da Dependência, a fim de explicitar o seu olhar crítico às vertentes intelectuais e hegemônicas da época. Retornaremos a este ponto com mais detalhes no segundo capítulo, ao discutir o processo histórico do desenvolvimento na América Latina.

‘economia do desenvolvimento’ (cujo é o principal alvo das críticas de Marini na epígrafe). Apesar de sua influência no Terceiro Mundo, conforme mencionado no início do capítulo, as diretrizes da ‘economia do desenvolvimento’ e sua interpretação das causas do subdesenvolvimento geraram insatisfação e contestação a partir do pensamento crítico latino-americano (Dos Santos, 2023; Osório, 2018).

Desse modo, no contexto da década de 1960, a Teoria da Dependência surge para desconstruir a visão do subdesenvolvimento simplesmente como ausência de desenvolvimento ou como etapas de um *continuum* evolutivo em direção a um ‘estágio superior’ (Amaral, 2012, p. 28-29; Osório, 2018, p. 98-99). Inclusive, Dos Santos (2023) adota a explicação de Blomström e Hettne (1984), sobre a existência de um ‘conflito de paradigmas’ entre a visão modernizante e o enfoque da dependência (Dos Santos, 2023, p. 26). Isto porque a partir deste entendimento crítico, “[...] abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (Dos Santos, 2023, p. 26). De acordo com o teórico (2023), com base na sistematização dos autores (1984), portanto, as ideias centrais das várias correntes teóricas da Escola da Dependência podem ser resumidas em quatro pontos:

> 1) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; 2) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; 3) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; 4) A dependência, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (Dos Santos, 2023, p. 27).

Estes são os traços comuns das várias vertentes teóricas da Teoria da Dependência (Amaral, 2012, p. 28-33). Em outras palavras, enquanto a interpretação hegemônica entendia a condição de subdesenvolvimento como um ponto de partida ou etapa prévia necessária para alcançar o pleno desenvolvimento a partir da adoção de uma série de normas, atitudes e valores capitalistas (Dos Santos, 2023, p. 18); por outro lado, a Teoria da Dependência subverte essa lógica, dedicando-se a demonstrar que na realidade “[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Marini, 2022c, p. 97). Ou seja, trata-se apenas de uma forma particular de integração ou de um papel produtivo assumido dialeticamente pela América Latina na economia mundial (Marini, 2022c,

p. 97), que "[...] se manifesta não apenas externamente, mas se enraíza nas estruturas sociais internas de diversas formas"[46] (Osório, 2018, p. 99).

A partir disso, conforme discute Amaral (2012, p. 32), pode-se concluir que o sistema capitalista e seu modo de produção "[...] é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares" (Amaral, 2012, p. 32). Dada a necessidade de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, a estrutura da economia mundial produz simultaneamente o desenvolvimento de alguns, em detrimento do subdesenvolvimento de outros (Amaral, 2012), como faces distintas do mesmo processo (Osório, 2018, p. 99). Por isso, a condição de dependência é elemento estruturante da periferia sistêmica, "[...] restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência" (Amaral, 2012, p. 32); ao passo que sua manifestação é necessariamente relacional, pois se define sempre em relação à expansão dos países industrializados – isto é, a partir dos centros do capital-imperialista (Amaral, 2012; Dos Santos, 2023; Marini, 2022c).

Dito isso, é essencial evidenciar que o surgimento da Escola da Dependência, representou, assim, não somente a perda de relevância das 'teorias do desenvolvimento' (Amaral, 2012, p. 31), mas, também, "[...] um esforço crítico para compreender a limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas" (Dos Santos, 2023, p. 26). Além disso, segundo Traspadini e Stedile (2022), no interior do pensamento de esquerda, tal escola confrontou outras três vertentes ou correntes ideológicas do pensamento crítico latino-americano[47] – especialmente, da realidade brasileira –: a) os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional; b) a concepção estruturalista da Cepal; e, por último, c) o foquismo[48] (Traspadini; Stedile, 2022, p. 31). Em que pese sua relevância em

[46] Este último ponto sobre a manifestação da dependência nas estruturas sociais internas se refere à segunda dimensão de análise proposta no marco teórico, isto é, o debate do Estado capitalista dependente, a ser desenvolvido mais adiante no presente capítulo.

[47] Aqui, vale ressaltar que o objetivo não é discutir cada uma dessas vertentes de maneira aprofundada, mas, sim, apenas explicitar a sua existência e ideias centrais, para que seja possível situar a posição da Escola da Dependência – mais especificamente da Teoria Marxista da Dependência (TMD) – no debate. Nesta passagem, porém, revela-se de fundamental importância apresentar as divergências entre a TMD e a Cepal, sobretudo, no que diz respeito ao entendimento sobre o desenvolvimento (Traspadini; Stedile, 2022). Inclusive, retornaremos ao pensamento estruturalista cepalino com mais atenção no próximo capítulo, tendo em vista sua associação com o período nacional-desenvolvimentista na América Latina.

[48] Em termos amplos, segundo Traspadini e Stedile (2022), o foquismo tratou-se de uma corrente ideológica desenvolvida em vários países da América Latina na década de 1960. Esta foi resultado de uma interpretação reducionista da Revolução Cubana (1953-1959) a partir do pensamento de Regis Debray, que "[...] impelia a juventude à luta armada contra os regimes ditatoriais que se instalavam no Cone Sul" (Osório, 2018, p. 98), a fim

relação à pesquisa, cabe destacar aqui somente as ideias centrais referentes às duas primeiras vertentes.

Em primeiro lugar, os partidos comunistas relacionados à Terceira Internacional – isto é, vinculados ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), cujo interpretação era hegemônica e fortemente influente no pensamento da esquerda de vários países da América Latina –, tratavam-se de aplicar mecanicamente o materialismo histórico e as leis da economia política do denominado marxismo revisionista à realidade latino-americana (Traspadini; Stedile, 2022, p. 32-35). Nesta perspectiva, então, as causas do subdesenvolvimento, da pobreza e da desigualdade explicavam-se a partir do imperialismo estadunidense e do predomínio de "[...] relações de produção, relações pré-capitalistas – e feudais, no meio rural – que impediam o desenvolvimento das forças produtivas" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 33). O enfrentamento destas condições implicava a necessidade de desenvolvimento do modo de produção e das forças produtivas capitalistas através da revolução burguesa. Para isso, eles defendiam, como estratégia política, "[...] a aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional para enfrentar o imperialismo estadunidense e o latifúndio feudal" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 33).

Além de sua divergência no que se refere à compreensão dos fenômenos do desenvolvimento/ subdesenvolvimento, tal como apresentado anteriormente, a teoria da dependência – sobretudo, a sua vertente marxista – é crítica desta corrente ideológica por duas questões essenciais (Traspadini; Stedile, 2022, p. 34-35). Primeiro, em termos teóricos, porque tal visão dogmática tratava-se de uma aplicação esquemática que não correspondia necessariamente com a realidade latino-americana. Segundo, em termos práticos, devido ao seu equívoco em confiar no pacto de classes, tendo em vista que a partir dos golpes militares o quadro histórico da região – com especial destaque para o caso brasileiro – demonstrou que:

> [...] a burguesia nacional manteve sua histórica aliança com o imperialismo, utilizando-se do golpe militar para manter o poder político e implementar, pelo regime ditatorial e forte repressão social, as mudanças econômicas de um novo ciclo de acumulação capitalista subordinada e dependente aos interesses do capital hegemônico internacional (Traspadini; Stedile, 2022, p. 35).

Em segundo lugar, por sua vez, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), tinha como objetivo identificar e "[...] diagnosticar os principais problemas relativos ao atraso econômico da América Latina" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 37). Desde a sua formação, entre o final da

---

de derrotar militarmente a burguesia nacional e internacional em busca de transformações sociais. O resultado disso foi repressão, assassinatos, prisões, torturas e exílios forçados pelas ditaduras em todo o continente (Traspadini; Stedile, 2022, p. 35-37).

década de 1940 e início dos anos de 1950, emerge no seu interior um pensamento estruturalista – principalmente, a partir das contribuições de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ignácio Rangel, etc. –, responsável por formular uma concepção heterodoxa de desenvolvimento (Amaral, 2012; Traspadini; Stedile, 2022). Esta interpretação crítica entendia que os problemas da periferia – e especificamente, da América Latina – estavam vinculados às relações econômicas internacionais dos países no âmbito do capitalismo mundial (Amaral, 2012, p. 29).

Nesta perspectiva, portanto, o atraso latino-americano se explicava pela tendência histórica e sistêmica de desenvolvimento desigual e periférico, proveniente das relações comerciais assimétricas entre "[...] os países denominados *centro* (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – *homogênea e diversificada*) e *periferia* (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores – *heterogênea e especializada*)" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 38, itálico nosso). Ou seja, o diagnóstico de subdesenvolvimento da América Latina era consequência dessa lógica centro-periferia, conformando, assim, uma divisão internacional do trabalho (DIT) entre os países, cujo estrutura hierárquica fundamentava-se na desigualdade entre suas estruturas produtivas e respectivos níveis de tecnologia (Traspadini; Stedile, 2022).

Como resultado disso, engendrava-se no comércio internacional uma tendência de deterioração dos termos de troca de seus produtos. Segundo Traspadini e Stedile (2022), a deterioração significa que "[...] os preços dos produtos da periferia eram sempre menos vantajosos em relação aos preços dos produtos do centro, devido à incorporação menor do progresso técnico nos produtos daqueles e maior nos produtos destes" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 38). Ademais, conforme aponta Amaral (2012, p. 30), tal processo desfavorece os países latino-americanos – exportadores de produtos primários – devido à transferência de renda da periferia ao centro, gerando, assim, mais pobreza, subordinação e atraso (Amaral, 2012, p. 30; Traspadini; Stedile, 2022, p. 40). Aqui, é interessante perceber o caráter secular dessa tendência, que não apenas deteriora o desenvolvimento da periferia imediatamente, mas, também, se reproduz historicamente, aprofundando a desigualdade ao longo do tempo.

A partir do pensamento cepalino, a tendência à deterioração é, portanto, o elemento central do desenvolvimento desigual entre os países, sendo, assim, necessário promover a industrialização nacional da periferia – e, especificamente da América Latina (Traspadini; Stedile, 2022, p. 38-39). Para isso, além do estímulo aos setores industriais e ampliação dos mercados internos, revelava-se essencial o papel do Estado como promotor e executor do desenvolvimento nacional, a reforma agrária, dentre outros; como estratégia de elevação da produtividade, incorporação de inovação tecnológica e progresso técnico, e diversificação

produtiva e da pauta exportadora (Traspadini; Stedile, 2022, p. 41). Mediante o seu diagnóstico de subdesenvolvimento, esta era a solução da Cepal para os problemas estruturais das economias latino-americanas.

Nesse sentido, segundo Amaral (2012), o pensamento da Cepal representa tanto "[...] um avanço em relação à teoria clássica do comércio internacional, assentada no princípio das vantagens comparativas, de extração ricardiana [de David Ricardo]"[49] (Amaral, 2012, p. 29-30), quanto um progresso frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento. No entanto, apesar de seu avanço crítico na leitura da condição periférica, frente à teoria da dependência, segundo Marini (1992), é de suma importância evidenciar que a concepção cepalina se mantinha:

> fiel à ideia do desenvolvimento econômico como *continuum*, [...] [pois] não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementariedade [...] mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital (Marini, 1992, p. 77-78 *apud* Amaral, 2012, p. 30).

Isto porque, no pensamento cepalino – pró-industrialização –, o desenvolvimento capitalista era entendido como um processo possível de ser realizado a partir da periferia em termos quantitativos, desde que "[...] fosse aplicada uma política econômica adequada, com medidas corretivas direcionadas ao comércio internacional, numa espécie de *desenvolvimento autônomo* que atingiria, em algum momento, seu estado pleno e superior" (Amaral, 2012, p. 30-31, itálico nosso). Inclusive, as propostas políticas estruturalistas da Cepal estão diretamente associadas com a ideologia do desenvolvimentismo na América Latina, fundamentando, sobretudo, o seu período nacional-desenvolvimentista, tal como será discutido amplamente no segundo capítulo. Contudo, em contraposição a este entendimento, na prática, o processo de desenvolvimento da periferia era apenas limitado, tendo em vista a sua condição de dependência econômica e política na estrutura da economia mundial capitalista (Amaral, 2012, p. 31).

No mesmo sentido, Traspadini e Stedile (2022) ressaltam que:

> [...] os ideólogos da Cepal não estavam preocupados em "resolver os problemas do capitalismo", como processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda a partir da concentração e centralização do capital. O que a Cepal pretendia era colocar os países da América

[49] A ideia de vantagens comparativas sustenta que os países devem se especializar em um determinado setor produtivo, isto é, na produção daqueles produtos que eles possuem 'vocação natural' em termos comparativos, a fim de ampliar a produtividade e, assim, a competitividade no comércio internacional (Amaral, 2012, p. 30). Segundo Traspadini e Stedile (2022), na concepção cepalina, a especialização produtiva era prejudicial à periferia, pois, dada a divisão internacional do trabalho e a tendência à deterioração dos termos de troca, "[...] os preços dos produtos primários [periféricos] sempre seriam menores que os preços dos produtos industrializados [centrais]" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 40).

> Latina nos “supostos rumos certos” do desenvolvimento capitalista “menos desigual” (Traspadini; Stedile, 2022, p. 39).

Dessa forma, considerando que o desenvolvimento econômico não é garantido, estes ‘supostos rumos certos’, na verdade, exprimem apenas a certeza do aprofundamento da lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital. Em certa medida, isto significa desconsiderar os problemas estruturais do próprio capitalismo, suas engrenagens estruturantes em escala mundial – o imperialismo e a dependência – e seus efeitos. Estas críticas pesam ainda mais em face aos resultados alcançados das políticas adotadas na América Latina com base no receituário cepalino. Primeiro, porque apesar das políticas de cunho nacionalista, “[...] não funcionou a implementação de um Estado do bem-estar social que conjugasse as reformas estruturais com as políticas econômicas essenciais” (Traspadini; Stedile, 2022, p. 42). E, segundo, porque as ditaturas militares na região – resultado da estratégia do imperialismo estadunidense – limitaram a concretização de suas próprias ideias, gerando mais dependência e subordinação frente aos países hegemônicos (Traspadini; Stedile, 2022, p. 42-43).

Ademais, conforme concluem Traspadini e Stedile (2022), nesse contexto, embora o modelo de industrialização proposta pela Cepal possa ter provocado uma mudança significativa na pauta exportadora dos países latino-americanos, isto ocorreu em detrimento de uma maior concentração de riqueza e renda. No caso do Brasil, por exemplo, esta modificação também “[...] não significou uma diminuição da transferência de valor da periferia para o centro, nem uma ampliação do consumo interno e melhoria das condições de trabalho para a maior parte das pessoas que compõem a sociedade brasileira” (Traspadini; Stedile, 2022, p. 43) Diante disso, aqui, finalmente, pode-se compreender por completo a crítica de Marini (2022c, p. 81) na epígrafe do capítulo, no que se refere às razões de seu afastamento em relação à Cepal.

Por último, nesta seção, cabe destacar também que, apesar de visões centrais e traços em comum da Escola da Dependência, as suas vertentes teóricas também apresentam divergências e discordâncias substanciais (Amaral, 2012; Osório, 2018, p. 99). Esta disputa sobre a categoria da dependência não ocorreu apenas em termos teóricos, mas, também, se deu em termos praxiológicos e políticos (Traspadini; Stedile, 2022, p. 46). Em que pese a sua relevância e importância no debate – aliás, no caso brasileiro, naquilo que foi um ‘não-debate’[50]

[50] Segundo Prado (2013), o debate acerca da dependência foi imenso, com repercussão mundial, ganhando forte influência não apenas na América Latina e Caribe, mas, também, nos Estados Unidos, na África, na Ásia e na Europa (Dos Santos, 2023, p. 46). Para saber mais sobre o debate, a sua influência e suas críticas, ver Dos Santos (2023, p. 43-49). Porém, na realidade brasileira, a história foi diferente, pois “[...] se foi construindo uma espécie de ‘pensamento único’ sobre o tema da dependência, centrado em larga medida nas perspectivas defendidas por Cardoso, de tal modo que se estabeleceu um relativo desconhecimento – e, inclusive, deformação – dos aportes inscritos na tradição marxista” (Prado, 2013, p. 101, tradução nossa). Conforme argumenta o autor (2013), além da censura e perseguição política ditatorial, este ‘não-debate’ também se deu através das práticas sistemáticas de

(Prado, 2013) –, aqui, será abordada brevemente apenas as suas duas principais: primeiro, a) a Teoria Weberiana da Dependência (TWD)[51] – também, denominada de schumpteriana e capitalista (Traspadini; Stedile, 2022, p. 44-45) – de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, apenas com a finalidade de introduzi-la e diferenciá-la da tradição marxista; e segundo, b) a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini; Andre Gunder Frank; Theotonio Dos Santos e Vânia Bambirra, com destaque para as contribuições de Marini, das quais suas categorias são o enfoque analítico desta seção (Luce, 2018; Marini, 2022a; 2022b; 2022d).

Em termos amplos, em primeiro lugar, a partir de uma perspectiva sociológica, a teoria da (inter)dependência ou do capitalismo dependente-associado de Cardoso e Faletto (1970) expressa que "[...] o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes" (Cardoso; Faletto, 1970, p. 16). Isto significa que o desenvolvimento é resultado da interação dinâmica entre grupos e classes sociais com distintos interesses materiais e valores, que disputam entre si a estrutura social e política de dominação com o intuito de se impor ao conjunto da sociedade (Cardoso; Faletto, 1970, p. 22). Ou seja, como explica Amaral (2012, p. 35), é fruto necessário das relações sociais e conflitos de classe[52] (Amaral, 2012).

No que se refere à dependência, portanto, ainda que a TWD se baseie no entendimento de que tal fenômeno é um componente estrutural do desenvolvimento na periferia – traço comum entre as teorias dependentistas –, ela defende que "[...] as formas externas de exploração não são exclusivas quando da determinação da condição mais ou menos dependente da periferia, devendo haver necessariamente uma combinação entre os condicionantes externos e internos de transformação" (Amaral, 2012, p. 36). Os fatores internos tratam-se da disputa local

censura e boicote intelectual, falta de rigorosidade teórica e honestidade intelectual, dentre outras – das quais o próprio Cardoso e outros intelectuais teve papel central –; resultando, assim, na configuração de uma 'inércia intelectual' e na formação de um 'pensamento único' no Brasil sobre a dependência – a sua visão de desenvolvimento dependente e associado ou da interdependência. Por outro lado, como efeito, a vertente marxista sofreu relativa invisibilização e má intepretação, implicando fortes consequências teóricas e políticas (Prado, 2013). Para saber mais sobre o assunto, ver Prado (2013); e Traspadini e Stedile (2022, p. 45-47).

[51] Aqui, conforme argumenta Amaral (2012, p. 33), é importante comentar que apesar do próprio Cardoso reivindicar o marxismo como principal fonte teórica, tal vertente pode ser identificada como weberiana, haja visto três elementos: a) a crítica dos weberianos aos marxistas por considerá-los economicistas, que também é adotada pelo autor em relação à Marini e Dos Santos – também acusados de estagnacionistas ; b) a exasperação da autonomia do político, isto é, a política como uma esfera autônoma frente à questão econômica; e c) a subordinação das categorias marxistas ao uso abrangente do instrumental weberiano (Amaral, 2012, p. 33).

[52] Nesse ponto, inclusive, é possível notar a exasperação da autonomia do político, elemento característico da análise weberiana, tendo em vista que a dimensão política se apresenta como uma esfera autônoma (Amaral, 2012, p. 33). Afinal, conforme elucidam os próprios teóricos (1970), "[...] explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política" (Cardoso; Faletto, 1970, p. 23).

entre as classes dominantes – integrantes da aliança no poder – e as classes dominadas pela imposição de um modo de produção específico, cuja forma econômica seja compatível com os seus próprios interesses e objetivos (Amaral, 2012, p. 36; Cardoso; Faletto, 1970, p. 23). Inclusive, na visão dos teóricos, é precisamente este "[...] plano político interno que conduz, em grande medida, à ampliação ou minimização da dependência" (Amaral, 2012, p. 36).

Esta dita combinação dos condicionantes externos e internos da dependência resulta, segundo Amaral (2012), na visão de que a integração da periferia ao mercado internacional encobre "[...] as inter-relações entre os grupos sociais no interior de cada país e a vinculação destes grupos com os grupos externos, pertencentes aos centros hegemônicos" (Amaral, 2012, p. 38). E, disso, dado o fracasso do projeto de desenvolvimento nacional autônomo, decorre a sua principal tese, isto é, sobre a possibilidade de "[...] se lograr um desenvolvimento diferente, moderno, de capitalismo avançado" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 45). Em termos mais específicos, a visão de que um tipo de desenvolvimento dependente e associado é possível como única alternativa da periferia frente à dependência estrutural, desde que as forças sociais internas aproveitassem as oportunidades de integração na economia mundial capitalista (Amaral, 2012; Cardoso; Faletto, 1970).

A partir disso, conforme explicam Traspadini e Stedile (2022), na concepção do desenvolvimento integrado, o argumento "[...] para a dependência e o atraso tecnológico vividos no continente [América Latina] era fruto da pouca visão criativa do empresariado nacional" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 45). Por esta razão, os empresários nacionais devem se afastar de sua atuação conservadora e integrar-se à economia mundial capitalista, em busca de inovações tecnológicas e de um lugar de destaque junto ao desenvolvimento das grandes potências (Osório, 2018, p. 99; Traspadini; Stedile, 2022, p. 45). Isto demonstra que apesar da combinação dos condicionantes externos e internos, a corrente weberiana da dependência de Cardoso e Faletto (1970) interpreta que o cerne do desenvolvimento desigual da periferia – isto é, do atraso latino-americano – reside, em fim último, na dimensão interna dos países, através da interação de grupos e classes em disputa pela estrutura de dominação – o Estado (Cardoso; Faletto, 1970; Traspadini; Stedile, 2022).

Como estratégia de crescimento econômico, nesta perspectiva, destaca-se, então, o papel subordinado e associado da burguesia nacional dos países da periferia frente ao capital externo, dada a fase de internacionalização do capitalismo global. Esta relação pode ser entendida, por exemplo, a partir de sua transferência dos setores estratégicos ou dinâmicos – bens de capital e de consumo duráveis – para os setores subordinados da economia – bens primários e de consumo não-duráveis –, deixando os primeiros sob o controle das

multinacionais – atualmente, transnacionais (Amaral, 2012, p. 39). Na visão dos teóricos (1970), ainda que resulte numa estrutura social concentradora e excludente em termos de renda e riqueza, o processo de desenvolvimento dependente e associado é "[...] o único capaz de dinamizar estas economias e garantir algum nível de acumulação de capital e crescimento econômico" (Amaral, 2012, p. 39).

O objetivo principal da obra de Cardoso e Faletto (1970), portanto, não se trata de "[...] entender o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma dada economia, mas simplesmente indicar a forma possível desse desenvolvimento na etapa do capitalismo avançado [global]" (Amaral, 2012, p. 40). Dessa forma, independentemente das questões sociais – tais como uma (re)distribuição de renda mais justa, a superexploração da força de trabalho, a marginalidade crescente etc. –, o ponto fulcral dos teóricos é somente a transformação e elevação do grau de complexidade da estrutura produtiva através de sua associação com o capital externo, mesmo que isso produza impactos socioeconômicos nos países periféricos (Traspadini, 1998 apud Amaral, 2012, p. 40). Em outras palavras, isto expressa simplesmente o aprimoramento das forças produtivas capitalistas e aceleração da geração de mais-valia na periferia (Amaral, 2012, p. 40), ainda que tal processo signifique a manutenção da condição dependente – apesar de uma estrutura produtiva mais 'avançada' – ao invés de sua superação.

Em conclusão, segundo a autora (2012, p. 40), a noção de desenvolvimento dependente-associado da corrente weberiana representa a possibilidade de coexistência dialética de dependência e desenvolvimento capitalista periférico. Este processo integrado à economia mundial, como visto anteriormente, "se daria por meio da manutenção [...] de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos, tanto no sentido de superar sua escassez de divisas, quanto no sentido de garantir, sob a forma de investimentos diretos, o crescimento econômico" (Amaral, 2012, p. 41). Em termos críticos, o problema fundamental desta proposta de suposta '(inter)dependência' entre os países mais e menos avançados em termos de tecnologia (Traspadini; Stedile, 2022, p. 46), decorre da necessidade de abertura e desregulamentação dos mercados, revelando, assim, a sua proximidade e compatibilidade com o neoliberalismo (Amaral, 2012, p. 41), cujo processo histórico contribuiu ainda mais para o aprofundamento da dependência latino-americana[53].

Por outro lado, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), síntese da Teoria do Valor de Marx e a Teoria Marxista do Imperialismo (Luce, 2018 p. 9), baseada no materialismo

[53] Retornaremos ao padrão de desenvolvimento defendido pelo neoliberalismo e suas características ao discutirmos o processo histórico do desenvolvimento latino-americano no segundo capítulo. Para saber mais sobre a globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina, ver Martins (2011).

dialético e histórico, explica criticamente a impossibilidade de se gerar um desenvolvimento capitalista menos desigual na periferia, seja ele tal como proposto pela Cepal ou na visão dependente-associado, haja vista o caráter estrutural e permanente da desigualdade na economia mundial, necessário para que esta continue se reproduzindo (Traspadini; Stedile, 2022, p. 44-45). Afinal, numa interpretação a partir da perspectiva marxista, o significado de desenvolvimento é simplesmente o desenvolvimento do próprio capitalismo, encoberto de suas tendências, contradições e assimetrias intrínsecas (Rocha, 2022, p. 27-28), e desprovido de sentido humano (Bonente, 2014, p. 279-280).

Isto porque, em relação ao processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, é necessário enfatizar que o desenvolvimento de alguns países somente se efetiva em detrimento do subdesenvolvimento de outros, através de uma série de mecanismos de troca desigual e contínua transferência de valor da periferia em direção aos centros, que resultam na própria condição de dependência (Amaral, 2012, p. 42). Nos termos de Gunder Frank, isto se trata do axioma do desenvolvimento do subdesenvolvimento (Osório, 2018, p. 101). Ademais, conforme explica Luce (2018), é a partir das formulações da TMD – de seus problemas e categorias – que logrou-se a compreensão crítica de que:

> [...] desenvolvimento e subdesenvolvimento não eram processos desvinculados, nem um *continuum* separado pelo tempo ou superável meramente por políticas econômicas; que a industrialização em si, sem a ruptura com as estruturas socioeconômicas dominantes, não seria capaz de levar à superação das enormes mazelas em nossas formações sociais, mas produziria formas renovadas da dependência; que a condição econômico-social da América Latina não se devia à falta de capitalismo, sendo na verdade uma maneira particular em que o capitalismo se reproduz; que não havia burguesias internas com vocação anti-imperialista, mas o desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo, em que as classes dominantes locais procuram compensar sua desvantagem na competição intercapitalista superexplorando os trabalhadores; que o imperialismo não era um fenômeno externo, mas apresenta também uma face interna, fincando raízes em nossas sociedades; que o sujeito revolucionário não era a frente pelo desenvolvimento do "capitalismo nacional", mas a frente de classe a ser integrada pelo proletariado, o campesinato e setores da pequena burguesia; que a crítica da política econômica deveria avançar para o terreno da crítica da Economia Política; em suma, que nem o funcionamento da lei do valor, nem a configuração histórica das formações econômico-sociais se dão uniformemente, mas sob o desenvolvimento desigual, não sendo um dualismo estrutural, nem tampouco um todo indiferenciado, mas um complexo de complexos que é preciso conhecer com o devido rigor, para atuar sobre sua realidade e poder transformá-la (Luce, 2018, p. 10-11).

A partir disso, os teóricos dependentistas marxistas – Marini, Dos Santos, Frank, Bambirra – defendem, então, a necessidade de revolução e luta política concreta por "[...] um novo enfoque de desenvolvimento, pautada no fim da propriedade privada, da exploração do trabalho e do Estado como comitê da burguesia" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 46). Ou seja,

nesta perspectiva, a superação da estrutura da dependência – do subdesenvolvimento e da desigualdade entre os países – implica "[...] necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida" (Marini, 2022b, p. 171), isto é, a suplantação do capitalismo enquanto sistema social histórico (Traspadini; Stedile, 2022).

Aqui, contudo, antes de avançar na explicação das categorias da visão marxista da dependência, torna-se importante confrontar as duas principais correntes, a fim de destacar algumas divergências essenciais. Em primeiro lugar, dado o foco da vertente weberiana nos fatores políticos internos da dependência, os marxistas são criticados por minimizá-los em detrimento dos fatores econômicos externos. Porém, como discutido anteriormente, na realidade, a TMD entende que a dependência não é um fenômeno apenas externo, manifestando-se também na dimensão doméstica (Dos Santos, 2023, p. 27). Tal crítica decorre de uma questão teórica-metodológica, pois, enquanto Cardoso e Faletto (1970) defendem a autonomia do político, Marini (2022b) e os demais teóricos marxistas interpretam o fenômeno a partir da materialidade econômica – isto é, da infraestrutura –, que concede à política uma base explicativa sólida (Amaral, 2012, p. 37).

Em segundo lugar, outro ponto de evidente discordância trata-se da resposta frente à situação de dependência. Enquanto, por um lado, a tese weberiana (1970) defende um tipo de desenvolvimento dependente e associado para com o capital externo como estratégia de crescimento econômico (Cardoso; Faletto, 1970); por outro lado, à luz da corrente marxista (Marini, 2022b), a economia mundial apresenta barreiras e limites intransponíveis para a periferia, de modo que a dependência somente pode ser superada fora dos seus limites, tal como explicado anteriormente (Amaral, 2012; Prado, Meireles, 2010; Traspadini; Stedile, 2022).

Ademais, terceiro, conforme pontua Amaral (2012, p. 41), a visão de Cardoso e Faletto (1970) também nega várias características que, do ponto de vista da corrente marxista, são intrínsecas ou constitutivas à dependência, sendo elas, inclusive, irreversíveis da condição dependente. Neste sentido, aqui, deve-se citar a deterioração dos termos de troca, a transferência de valor – remessa de excedentes –, o intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo (Amaral, 2012; Traspadini; Stedile, 2022). Estes processos compõem algumas das principais categorias da TMD, cujos conceitos serão desenvolvidos e explicados a seguir.

2.1.1 Revisitando a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini

De acordo com um dos principais teóricos expoentes da TMD, Ruy Mauro Marini, a dependência se refere à "[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" (Marini, 2022b, p. 171). Ou seja, trata-se uma relação assimétrica definida em termos de dominação/ subordinação entre os países – centrais e periféricos, respectivamente –, que condicionam o grau de autonomia daqueles subordinados, ainda que estes tenham atravessado um processo de descolonização e sejam *de jure* soberanos e independentes. Ainda, conforme complementam Traspadini e Stedile (2022) sobre o conceito:

> A dependência, no enforque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional (Traspadini; Stedile, 2022, p. 49).

Ou seja, assim como o imperialismo, a dependência é tanto uma consequência quanto uma necessidade do desenvolvimento da economia mundial capitalista na periferia – haja vista o seu caráter expansionista e integracionista (Romero Wimer, 2015; Traspadini; Stedile, 2022). É precisamente neste sentido que tal fenômeno está em constante modificação e recriação dialética – tanto interna quanto externamente –, em conformidade com as tendências vigentes do capitalismo, a fim de assegurar a condição de dependência tão importante e necessária para o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, cada vez mais integrado e intensificado em escala global (Marini, 2022b).

Além disso, a relação de subordinação também é um mecanismo de perpetuação do poder e da desigualdade entre os centros hegemônicos e a periferia na esfera de acumulação global, cujo processo fundamenta-se a partir do desenvolvimento desigual e combinado dos países (Traspadini; Stedile, 2022, p. 49-50). No que diz respeito especificamente a isso, ainda na mesma vertente marxista, torna-se fundamental explicitar a conceituação de Theotonio dos Santos (2011), a qual define a dependência como:

> [...] uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só

> podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato (Dos Santos, 2011, p. 5-6).

Nesse sentido, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista revela não somente a sua indissociabilidade com o subdesenvolvimento, mas, também, os limites de expansão econômica da periferia em termos autonomistas e autossustentáveis (Dos Santos, 2011; Marini, 2022b; Traspadini; Stedile, 2022). Afinal, se o 'avanço' de um pressupõe o 'atraso' de outro, tal relação apresenta fortes limites e condicionantes para a transformação social daqueles chamados de 'subdesenvolvidos'.

Inclusive, segundo Dos Santos (2011), diante das transformações e tendências do capitalismo ao longo do tempo, é possível analisar uma evolução de sua estrutura, de maneira a construir uma tipologia e distinguir três formas históricas da dependência: (1) a colonial; (2) financeiro-industrial; e (3) a tecnológico-industrial (Dos Santos, 2011). Segundo Luce (2018), esta acepção do teórico (2011), trata-se de um sentido histórico do conceito que "[...] sugere uma periodização da dependência tomando como elemento distintivo as formas da dependência que se apresentam com predomínio em cada conjuntura histórica" (Luce, 2018, p. 48).

Em primeiro lugar, (1) a dependência colonial, tal como se depreende do próprio termo, se refere à subordinação dos países sob a forma do colonialismo – isto é, sob o domínio político formal das grandes potências. Conforme explica Dos Santos (2011), este tipo de dependência está vinculado à exportação comercial *in natura* das colônias – ouro, prata e produtos tropicais –, dominadas pelo Estado colonialista em associação com capital comercial e financeiro, "[...] por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados" (Dos Santos, 2011, p. 7). Ou seja, nesse contexto, as relações econômicas internacionais eram dominadas e controladas direta e formalmente pelos centros hegemônicos da economia mundial capitalista, correspondendo mais à dependência comercial (Dos Santos, 2011; Luce, 2018, p. 48).

Em segundo lugar, (2) a dependência financeiro-industrial que se consolida ao final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, é caracterizada pelo domínio e expansão do grande capital em direção à periferia. De acordo com o teórico (2011), este processo se deu "[...] mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se [assim] nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais produtos" (Dos Santos, 2011, p. 7-8). Neste período, conforme discutido anteriormente, pode-se compreender que a consolidação de tal fenômeno a partir de sua forma financeiro-industrial corresponde tanto à origem do imperialismo no terreno do capitalismo, quanto à emergência do processo de

internacionalização do capital – sobretudo, no interregno de suas duas primeiras fases (Ceceña, 1990; Osório, 2018). Ou seja, se refere, por sua vez, mais ao predomínio da dependência financeira (Luce, 2018, p. 48).

Por último, em terceiro lugar, (3) a dependência tecnológico-industrial é referente à sua forma assumida no período pós-guerra – a partir de meados do século XX –, a qual se baseia na atuação das grandes corporações e empresas multinacionais que começam "[...] a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos" (Dos Santos, 2011, p. 8). Na visão do autor (2011, p. 9-13), o tipo tecnológico-industrial seria, então, a nova e atual forma da dependência – salienta-se que o texto foi originalmente publicado em 1970 –, cuja estrutura industrial e tecnológica da periferia "[...] é [mais] condicionada pelas exigências [e interesses] dos mercados internacionais de produtos e capitais" (Dos Santos, 2011, p. 9), do que pelas suas próprias necessidades internas de desenvolvimento (Dos Santos, 2011, p. 14). Aqui, dois elementos devem ser destacados: em primeiro lugar, tal forma consolida-se num contexto de processos de descolonização ao redor do globo; em segundo lugar, ela também se relaciona com as tendências de internacionalização – porém, sobretudo, no interregno da segunda e terceira fase (Ceceña, 1990) – e, inclusive, de transnacionalização do capital (Romero Wimer, 2015).

Diante disso, em relação à evolução histórica da condição de dependência e às suas três formas assumidas no decorrer do tempo, Dos Santos (2011) conclui que cada uma delas:

> [...] corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política (Dos Santos, 2011, p. 8).

Nesse sentido, enquanto as duas primeiras formas – colonial e financeiro-industrial – se caracterizam por uma rígida especialização e forte produção de monocultura, engendrando, economias de exportação 'voltadas para fora' em detrimento do desenvolvimento do mercado interno, que se mantinha restrito e dependente – o que significava, por sua vez, o aprofundamento da desigualdade, da subsistência, da superexploração e de economias de enclave. Por outro lado, a terceira forma – tecnológico-industrial – chamada pelo teórico de 'nova dependência' implica não somente (1) a preservação do setor exportador tradicional e a manutenção do poder sob as mesmas forças sociais, como também, (2) a situação de déficits na balança de pagamentos – devido a) ao mercado monopolizado, b) à fuga de capitais (quando o volume de capital que evade é maior que o volume que adentra a economia), e c) à necessidade de financiamento estrangeiro (empréstimos etc.) – e, por último, (3) o monopólio tecnológico

dos centros imperialistas – operacionalizados através das patentes, do pagamento de royalties etc. (Dos Santos, 2011, p. 9-13).

Os efeitos condicionantes desta 'nova dependência' sobre a estrutura produtiva e o mercado interno, segundo Dos Santos (2011), são variados. Primeiro, significa a necessidade de conservar a estrutura agrária e a exportação de minérios no interior das economias dependentes, reproduzindo o desenvolvimento desigual e combinando e a lógica centro-periferia tanto no plano internacional quanto no nacional – isto é, um tipo de interdependência entre centros internos 'metropolitanos' e centros internos 'coloniais'. Em segundo lugar, ao invés de atender as demandas e necessidades internas, a estrutura produtiva tecnológica e industrial das economias segue os interesses externos do grande capital – empresas multinacionais e transnacionais. E, terceiro lugar, a concentração tecnológica e econômico-financeira é replicada nas periferias, de modo a aumentar a desigualdade e a concentração de renda (Dos Santos, 2011, p. 13-15).

No entanto, de acordo com Luce (2018, p. 48-49), apesar dos esforços teóricos de Dos Santos (2011), é importante estabelecer algumas críticas à tal sentido de periodização. Para isso, é preciso compreender a dependência a partir de outro sentido: enquanto formas fenomênicas. Isto porque tal fenômeno manifesta-se conjuntamente nas esferas produtiva, comercial, financeira e tecnológica; haja vista que elas estão vinculadas profundamente na produção capitalista, de modo que a diferenciação entre as distintas esferas apenas se justifica do ponto de vista analítico. Afinal, conforme argumenta Luce (2018), a título de exemplo:

> [...] a dependência comercial influi sobre o balanço de pagamentos e reforça a dependência financeira; esta última pressiona por saldos exportadores, reforçando a dependência comercial; a dependência tecnológica impacta sobre a dependência financeira e limita as possibilidades de ruptura da dependência comercial e assim por diante (Luce, 2018, p. 48).

Ou seja, a interpretação da dependência a partir do sentido de formas fenomênicas pressupõe uma relação indissociável entre suas distintas esferas, sendo elas, camadas da totalidade que apresentam características imediatas mais específicas. Dessa forma, ainda que algumas de suas esferas possam ser mais predominantes em determinados períodos históricos, tal ponto de vista não deixa de visualizar sua íntima conexão e influência com as outras camadas da dependência, que também compõem ontologicamente a categoria em sua totalidade (Luce, 2018, p. 48-49). Inclusive, este é o sentido da dependência adotado na presente pesquisa.

A partir disso, na compreensão de Luce (2018), pode-se explicitar três principais ressalvas ao sentido da periodização da dependência de Dos Santos (2011). Primeiro, ao invés

da dependência em si mesma, a categoria que melhor enuncia as mudanças de suas formas históricas trata-se do padrão de reprodução do capital[54]. Segundo, o sentido de periodização envolve um "[...] risco implícito de fragmentar a apreensão da realidade" (Luce, 2018, p. 49) – e, assim, a totalidade do fenômeno –, pois, afinal, tratam-se de esferas indissociáveis. Terceiro, a rigor, não é correto ou não faz sentido tipificar uma fase inicial denominada 'dependência colonial', pois, conforme defende o próprio Marini (2022b, p. 172), "[...] situação colonial e situação de dependência são realidades distintas" (Luce, 2018, p. 49).

Apesar das críticas à periodização da dependência proposta por Dos Santos (2011), elas não invalidam os méritos do teórico na "[...] descoberta da categoria da dependência como *situação condicionante que determina os limites e possibilidades do desenvolvimento capitalista*" (Luce, 2018, p. 49, itálico do autor). Ou seja, a dependência enquanto condição balizadora de um desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Primeiramente, é desigual, pois, como já foi explicado, o desenvolvimento de uns ocorre em detrimento de outros. Em segundo lugar, é combinado, porque esta relação entre as partes se dá simultaneamente no marco da economia mundial, em conformidade com as leis imanentes do capital que assumem, porém, características particulares nos países periféricos (Dos Santos, 2011). Afinal, como afirma Luce (2018), "ao se universalizar [mundializar], a relação-capital o faz particularizando-se" (Luce, 2018, p. 25).

Daí, decorre o caráter *sui generis* da condição de dependência da periferia – e, especificamente, da América Latina –, que só adquire sentido numa perspectiva sistêmica em seu conjunto (Marini, 2022b, p. 168). Isto porque a dependência é uma categoria "[...] que existe na articulação dos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais, em que são agudizadas as tendências imanentes do capitalismo, engendrando, tendências específicas [...] à economia dependente" (Luce, 2018, p. 17). Ou seja, a dependência é resultado histórico da expansão do capitalismo global que possui suas próprias leis intrínsecas, de maneira a incorporar as formas econômico-sociais existentes nos países da periferia à economia mundial, dando origem à novas dinâmicas e contradições (Dos Santos, 2011, p. 7). Nesse contexto, emerge o capitalismo dependente, sob leis tendenciais específicas e uma forma particular que complementam, aprofundam e agudizam a lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital (Luce, 2018; Marini, 2022b).

[54] Aqui, na presente pesquisa, o conceito de padrão de reprodução do capital está diretamente relacionado à categoria de desenvolvimento. Retornaremos a este ponto no segundo capítulo ao discutirmos o processo histórico dialético do desenvolvimento latino-americano.

Em relação à América Latina, a sua integração ao mercado mundial tem origem no século XVI, como resultado da expansão comercial do capitalismo internacional, dada a sua dinâmica expansionista desde a sua nascente (Marini, 2022b, p. 170-175). Nesse sentido, articulando-se com os centros capitalistas europeus e inserindo-se na estrutura definida da divisão internacional do trabalho, os novos países da América Latina – enquanto, colônias – contribuíram com o aumento do fluxo de mercadorias, que "[...] em função dos requerimentos desta [metrópole inglesa], começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e [...] de dívidas" (Marini, 2022b, p. 170-171). Inclusive, é a partir disso, que se configura a dependência latino-americana, embora esta não seja o mesmo que a situação colonial, tal como apontado anteriormente (Marini, 2022b, p. 172).

Contudo, de acordo com Marini (2022b), é apenas com o surgimento da grande indústria moderna nos centros capitalistas no século XIX, que a articulação da América Latina com a economia mundial se realiza de maneira plena (Marini, 2022b, p. 172-173). Isto porque a industrialização europeia não teria se consolidado sem a contribuição dos países dependentes – isto é, a partir de uma base estritamente nacional –, tendo em vista que "[...] o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial" (Marini, 2022b, p. 173). Ou seja, a criação da indústria nos centros somente foi possível com a produção agrícola da periferia amplamente fornecida pelas economias latino-americanas, de modo a aprofundar a especialização produtiva de bens primários e manufaturas que fundamenta a divisão internacional do trabalho entre os países (Marini, 2022b, p. 173-174).

Em termos históricos, é importante notar que a América Latina desempenha papeis e funções de suma relevância na formação e no desenvolvimento da economia capitalista mundial (Marini, 2022b, p. 172). No que diz respeito às suas funções produtivas, cabe destacar as suas principais atribuições: (a) sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos; (b) sua contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais – aquela mais duradoura para a região –; e c) sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário[55] (Marini, 2022b, p. 174-175). Entretanto, Marini (2022b) argumenta que as funções da região vão além de somente uma resposta às necessidades dos países industriais em termos de crescimento econômico quantitativo (Marini, 2022b, p. 175).

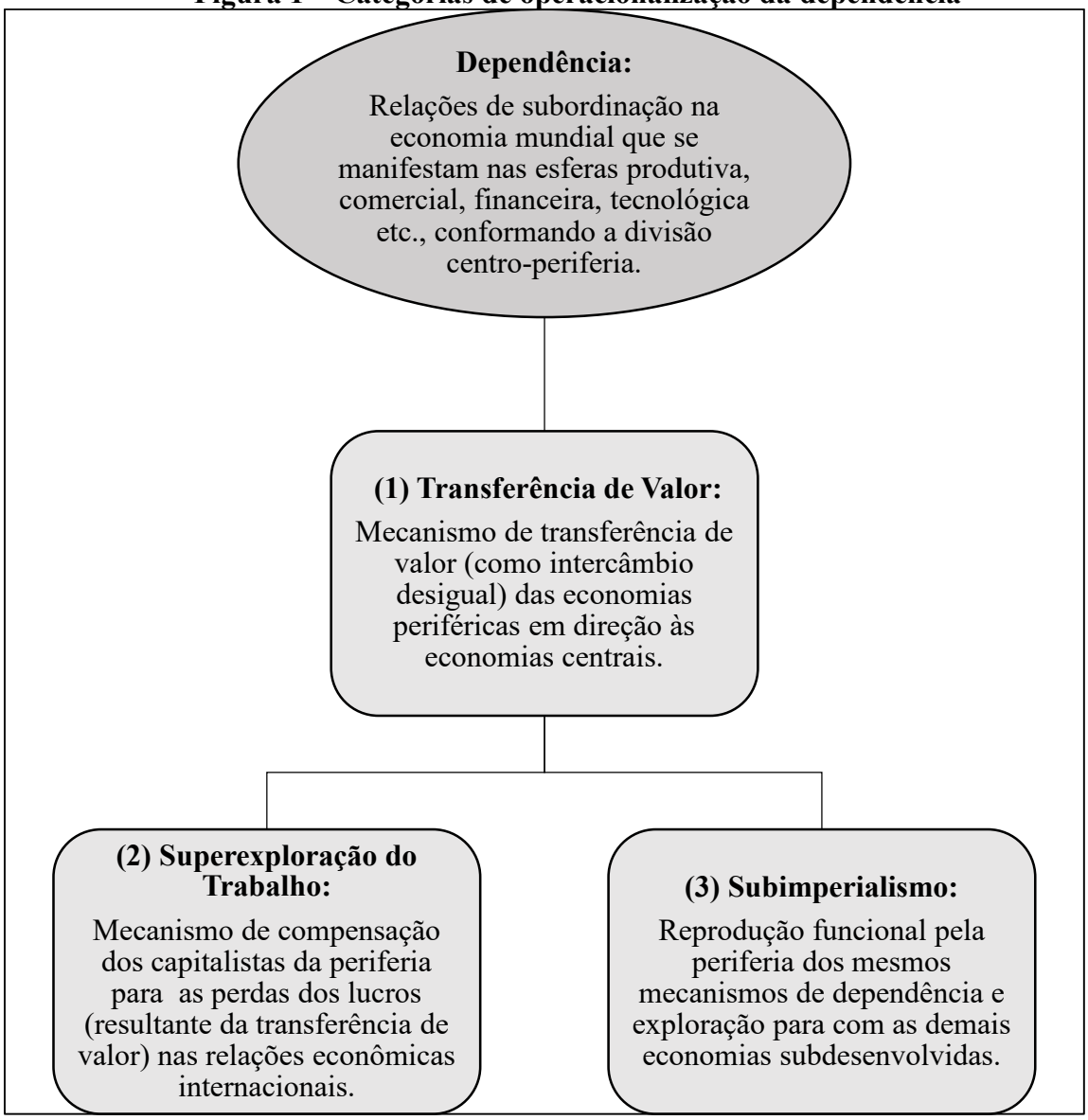
[55] De acordo com Marini (2022b), bens-salário são aqueles "[...] bens necessários à reprodução da força de trabalho" (Marini, 2022b, p. 177). Ou seja, tratam-se daqueles produtos e serviços essenciais que compõem o consumo básico do trabalhador.

Ademais, qualitativamente, (d) a participação da América Latina no mercado mundial contribui "[...] para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que [...] da exploração do trabalhador" (Marini, 2022b, p. 175). Ainda, segundo o teórico, os efeitos da inserção internacional latino-americana é a desvalorização real da força de trabalho dos países centrais, de modo que o aumento da produtividade nestas nações industriais se converta em ampliação de suas taxas de mais-valia relativa – embora, também implique em fim último uma queda da taxa de lucro[56] (Marini, 2022b, p. 178-179). Por outro lado, contraditoriamente, esta mudança nos centros sistêmicos significa uma maior exploração do trabalhador nos países periféricos, conformando, assim, o caráter da dependência latino-americana (Marini, 2022b, p. 175).

Aqui, torna-se, então, essencial explicar as categorias centrais da TMD, isto é, os elementos intrínsecos e constitutivos da condição dependente latino-americana. Em termos gerais, a dependência se manifesta através de uma série de mecanismos essenciais de apropriação do capital em esfera internacional (Traspadini; Stedile, 2022, p. 51), dos quais é necessário citar: (1) a transferência de valor – também, denominada de transferência de mais-valor ou mais-valia – como intercâmbio desigual; (2) a superexploração do trabalho; e, por último, (3) o subimperialismo (Luce, 2018; Traspadini; Stedile, 2022). Estes mecanismos não são exaustivos, nem independentes, mas, por outro lado, são conceitos centrais intimamente relacionados na conformação das relações de subordinação da América Latina, tal como pode ser observado na figura a seguir:

[56] Este é um resultado contraditório no interior das economias centrais industriais, pois, conforme explica Marini (2022b, p. 178-179), ainda que uma maior produtividade seja acompanhada de uma maior mais-valia relativa, isto também significa o aumento da composição-valor do capital – isto é, uma queda do valor do capital variável (força de trabalho) em relação ao capital constante (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.). Ainda, considerando, primeiro, que a apropriação feita pelo capitalista não se trata diretamente da mais-valia produzida, mas, sim, de uma parcela desta sob a forma de lucro; e, segundo, que o lucro é definido sobre o total de capital empregado no processo de produção – variável e constante –; em consequência, "[...] o resultado do aumento da mais-valia tende a ser – sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la – uma queda da taxa de lucro" (Marini, 2022b, p. 179).

Figura 1 – Categorias de operacionalização da dependência



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Luce (2018), Marini (2022b), e Traspadini e Stedile (2022).

Esta é, finalmente, a dialética da dependência latino-americana, cujo processo de subordinação se delineia historicamente por meio correlacionado da (1) transferência de valor; da (2) superexploração do trabalho; e do (3) subimperialismo (Luce, 2018; Marini; 2022b; Traspadini; Stedile, 2022). A primeira categoria (1) se refere ao mecanismo estrutural de exploração das economias dependentes pelas dominantes, cujos efeitos resultam na (2) superexploração do trabalho e no (3) subimperialismo na periferia; ambas categorias que emergem tanto como forma dos capitalistas periféricos de compensar as perdas dos lucros, quanto como forma de reprodução ampliada da dependência na economia mundial capitalista (Luce, 2018; Marini, 2022b; Traspadini; Stedile, 2022).

Por fim, antes de avançar na discussão específica de cada uma destas categorias, aqui, cabe apenas duas observações. Em primeiro lugar, apesar de haver certa lógica, a adoção de uma relação enumerada entre os conceitos foi realizada somente com finalidade didática, não significando necessariamente estágios ou etapas da dependência, nem uma rigidez teórica da ótica marxista. Na prática, tais processos são dinâmicos e relacionáveis entre si, de maneira que podem ser efeitos mais ou menos determinantes da condição dependente a depender do país e do contexto histórico. Em segundo lugar, o presente marco teórico evidentemente não aborda todos os conceitos e ideias desenvolvidas pela TMD, dada a sua profunda complexidade e capacidade explicativa. Afinal, o objetivo não se trata de discutir exaustivamente as suas ferramentas teóricas, mas, sim, explicar e operacionalizar as suas principais categorias, a fim de interpretar criticamente o desenvolvimento latino-americano.

2.1.1.1 Transferência de valor e intercâmbio desigual

Diante do desenvolvimento do mercado mundial, conforme discutido, a exploração internacional se dá menos pelo uso da violência política e militar, e mais pela "[...] reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade" (Marini, 2022b, p. 181). À luz da TMD, o mecanismo de transferência de valor é o segredo da troca desigual – também denominado de intercâmbio desigual (Luce, 2018) – entre as nações centrais e dependentes. Em teoria, apesar do intercâmbio de mercadorias entre os países ser entendido como um processo equitativo, isto é, simplesmente como uma troca de equivalentes, tendo em vista que o valor de cada mercadoria se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Por outro lado, Marini (2022b) defende que as relações comerciais são estabelecidas efetivamente a partir de uma série de mecanismos de transferência de valor, os quais atravessam as leis da troca de equivalentes (Marini, 2022b, p. 182).

Segundo Mathias Seibel Luce (2018), a transferência de valor pode ser definida como:

> [...] relações nas quais se verifica a *não identidade* entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado; por sua vez provocada pela existência de distintos níveis de *intensidade nacional do trabalho* através das diferentes formações econômico-sociais; como desdobramento da existência de níveis desiguais de produtividade – porém na totalidade maior que é a dialética entre produção e apropriação de valor/de riqueza na economia mundial (Luce, 2018, p. 26, itálico do autor).

Nesse sentido, a partir das relações econômicas internacionais, verifica-se o fenômeno de apropriação de riqueza dos países periféricos através de mecanismos de transferência de

mais-valia destas em direção aos centros capitalistas, cujo processos assumem caráter estrutural e sistemático no capitalismo dependente. Isto ocorre, pois, devido aos níveis desiguais de produtividade das formações econômico-sociais na totalidade integrada e diferenciada da economia mundial – isto é, devido à divisão internacional do trabalho –, as nações industriais imperialistas logram transgredir a lei do valor e apropriar-se de mais valor do que realmente foi efetivamente produzido por elas, conformando, assim, uma relação de intercâmbio desigual (Luce, 2018; Marini, 2022b).

Estes mecanismos de transferência de valor, conforme explica Marini (2022b), podem ser diferenciados entre: (a) os que operam sob uma mesma esfera de produção – manufaturas, por exemplo –; e (b) aqueles que se realizam a partir da inter-relação de esferas distintas de produção – produtos manufaturados e matérias-primas. Segundo Luce (2018), isto expressa a existência de duas realidades distintas, embora, contraditoriamente integradas no âmbito do capitalismo mundial. Em outros termos, de acordo com o autor, "o que se está sublinhando [...] não são dois modos de produção, mas o modo de produção capitalista articulado enquanto economia mundial" (Luce, 2018, p. 30), que influi e afeta diferentemente os países, dada as suas formações econômico-sociais distintas (Luce, 2018, p. 30-31).

O primeiro caso – isto é, a partir da mesma esfera de produção – "[...] corresponde ao seio de uma *mesma economia* – sejam as economias centrais, sejam as economias dependentes, estas últimas submetidas às relações imperialistas" (Luce, 2018, p. 30, itálico do autor). Contudo, este caso se dá geralmente no âmbito dos países industriais – no mínimo, entre aqueles que apresentam amplo desenvolvimento das relações capitalistas de produção – que, devido ao seu nível elevado de produtividade, "[...] pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar" (Marini, 2022b, p. 183). Como resultado, tais nações apresentam um lucro extraordinário a partir das relações comerciais, semelhante àquele decorrente da própria apropriação do trabalho[57] (Marini, 2022b, p. 183).

O segundo caso – referente às distintas esferas de produção inter-relacionadas –, por sua vez, refere-se àqueles processos que se dão a partir da especialização hierárquica de papeis produtivos no interior da divisão internacional do trabalho. No presente marco teórico, o foco

[57] É importante ressaltar, aqui, que este processo também pode desenrolar-se no contexto das economias dependentes, conforme já apontado. No entanto, Luce (2018) argumenta que os seus significados são diferentes. Isto porque, como exemplifica o autor, "[...] nem a produção do agronegócio que se dá nos países centrais assume o mesmo significado que nos países dependentes, nem a presença de atividades industriais nos últimos, uma vez iniciado o processo de industrialização, alcançará o mesmo sentido que adquire nas economias centrais/nos centros imperialistas" (Luce, 2018, p. 30).

será direcionado a este último caso, cujas características são mais importantes para se verificar a transferência de valor da periferia – especificamente da América Latina – em direção aos centros capitalistas. Isto porque tal fenômeno diz respeito, sobretudo, às relações comerciais entre nações que intercambiam distintas classes de mercadorias – manufaturados e *commodities* –, de modo que "[...] o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual" (Marini, 2022b, p. 183). É neste sentido que o comércio internacional não se constitui numa troca de equivalentes, nem é equitativo, mas, trata-se, sim, de um intercâmbio desigual – de não-equivalentes – entre os países (Luce, 2018; Marini, 2022b).

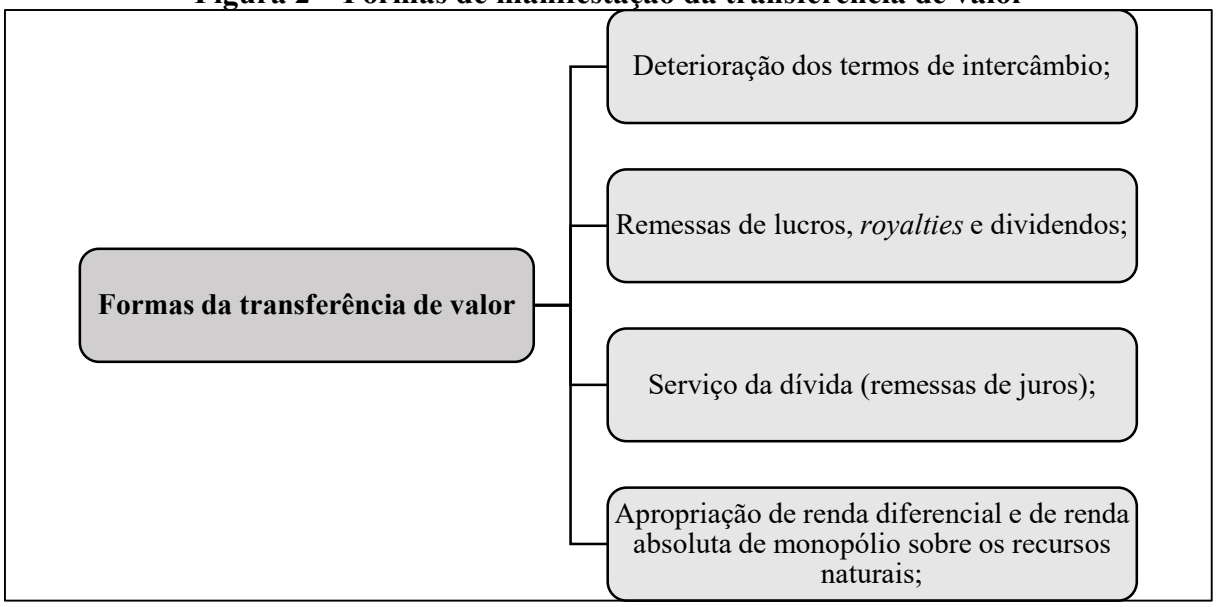
Aqui, torna-se essencial explicitar, tal como adverte corretamente Luce (2018), que no pensamento de Marini (2022b), as ideias de 'iludir', 'transgredir', 'burlar', e/ou 'violar' a lei do valor são símiles, porém, não significam a sua anulação completa ou não vigência na lógica de valorização do capital. Por outro lado, na realidade, significa contraditoriamente apenas sua negação parcial, isto é, a violação do valor contida na própria lei do valor (Luce, 2018, p. 29). Em outras palavras, "[...] a lei do valor é simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e a negação do intercâmbio de equivalentes" (Luce, 2018, p. 31), de modo a criar condições desiguais que favorecem uns – centro – em detrimento de outros – periferia.

Com base em Marini (2022b), é possível constatar, então, a transferência de valor como troca desigual. Isto porque tal processo trata-se de uma imposição das relações econômicas internacionais capitalistas que "[...] implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade" (Marini, 2022b, p. 183-184). A transferência de valor apresenta, portanto, um caráter duplo que desfavorece a periferia: em primeiro lugar, ela é decorrente seja da produtividade elevada ou do monopólio de produção dos países industriais que os favorecem no mercado internacional; e, em segundo lugar, se deriva da 'ilusão' da lei do valor que permite a não-identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado em detrimento da periferia (Luce, 2018; Marini, 2022b, p. 184).

Em contraposição à realidade aparente dos fenômenos, a transferência de valor como intercâmbio desigual (Luce, 2018) se manifesta concretamente na situação dependente dos países a partir de formas específicas, das quais se correspondem às esferas comercial, financeira

e tecnológica da dependência[58]. De acordo com Luce (2018, p. 49), em crítica a teoria do desenvolvimento da Cepal, os fundadores da vertente teórica marxista – tal como o próprio Marini (2022b) – deram mais importância ao estudo de duas formas predominantes no então contexto histórico da América Latina: a deterioração dos termos de troca; e as remessas de lucros, *royalties* e dividendos. No entanto, na compreensão do autor (2018, p. 50), partindo do entendimento de que a TMD é uma teoria em construção (Marini, 2022d) e do movimento concreto da economia mundial, na realidade concreta, verificam-se quatro formas de manifestação das transferências de valor entre os países centrais e periféricos, tal como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 2 – Formas de manifestação da transferência de valor



Fonte: Adaptado de Luce (2018, p. 50).

A primeira forma, conforme já havia sido pontuado parcialmente pela Cepal[59], trata-se da deterioração dos termos de intercâmbio – cujo fenômeno é expressão mais direta da dependência comercial. Esta se refere à tendência de queda e depreciação contínua do preço dos produtos primários em relação ao preço relativamente estável das manufaturas,

[58] Como discutido anteriormente, cabe apenas enfatizar que a diferenciação da dependência entre suas formas fenomênicas – comercial, financeira, tecnológica etc. – trata-se apenas de um recurso analítico, tendo em vista que todas estas expressões estão intimamente vinculadas, pois partem do mesmo fenômeno – a situação de dependência – no marco da economia mundial capitalista (Luce, 2018, p. 48-49).

[59] Conforme reconhece o próprio Marini (2022b, p. 185) sobre o trabalho de Celso Furtado, é importante salientar que a Cepal já havia apontado a deterioração dos termos de troca como elemento central para o subdesenvolvimento latino-americano, porém, na compreensão do autor, sem extrair dela todos os seus efeitos. Por isso, segundo explica Luce (2018), "onde a Cepal e seus expoentes destacavam a forma aparente ou a superfície do fenômeno (preços), Marini, por sua vez, captava também a sua essência (valor)" (Luce, 2018, p. 53).

desfavorecendo, assim, as economias dependentes frente às economias dominantes a partir das relações comerciais (Marini, 2022b, p. 178-180). Considerando as funções produtivas da América Latina na economia mundial, a ampliação de um conjunto de produtos primários cada vez mais baratos no mercado internacional – como resultado do fenômeno de deterioração –, tal como explica o teórico (2022b), significa que a região "[...] não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão"[60] (Marini, 2022b, p. 179).

De acordo com estatísticas de Luce (2018, p. 55), entre os anos de 1950 a 2008, tal fenômeno flutuou – isto é, apresentou termos de troca mais ou menos favoráveis – na realidade dos países latino-americanos, mas, sem nunca perder a característica de tendência macro. Diante disso, conforme argumenta o autor, o que deve ser destacado é a manutenção da dependência em ambas as situações. No caso de termos favoráveis, a condição dependente se reforça mediante "[...] uma corrida pela expansão da produção de matérias-primas com os preços na alta – com todas as implicações agudizando a expropriação de territórios, grilagem de terras, assassinatos no campo e destruição ecológica" (Luce, 2018, p. 56). Em contrapartida, no caso de termos desfavoráveis, a deterioração implica a ocorrência de crises no balanço de pagamentos. Ou seja, independentemente do resultado, "[...] temos a reprodução ampliada da dependência através da esfera comercial" (Luce, 2018, p. 57).

A segunda forma de manifestação trata-se das remessas de lucros, *royalties*[61] e dividendos que, por sua vez, são expressão do traço da dependência tecnológica. Conforme explica Luce (2018), "[...] ao não disporem ou não controlarem as tecnologias e meios de produção necessários para uma série de mercadorias produzidas, as economias dependentes são subsumidas a relações que implicam transferências negativamente determinadas de valor em seu desfavor" (Luce, 2018, p. 51-52). Estas relações estão diretamente vinculadas ao investimento externo e à exportação de capitais – ou seja, à tendência de internacionalização e transnacionalização do capital. Isto porque as remessas de lucros etc. das transnacionais

[60] Tal caráter contraditório das economias industriais já foi explicado anteriormente – isto é, a queda na taxa de lucro mesmo diante de uma maior produtividade e mais-valia relativa (Marini, 2022b, p. 178-179). O papel produtivo da América Latina e sua condição dependente na economia-mundial capitalista contribui precisamente para o processo de acumulação no capitalismo central, operando, assim, como uma contratendência à crise.

[61] De acordo com Luce (2018, p. 42), os *royalties* são uma forma de remuneração do capital aos seus detentores. No caso de compra de maquinários externamente – em geral, de bens e serviços mais tecnológicos e sofisticados – para o avanço industrial, por exemplo, na maioria das vezes, o país comprador está sujeito a uma série de constrangimentos advindos da condição de patente, usufruídas pelas economias centrais que exigem, assim, o pagamento de *royalties* (Rocha, 2022, p. 38). Ou seja, basicamente, tratam-se de uma remuneração aos detentores do capital pelo uso de determinado bem ou serviço, dos quais este é seu proprietário intelectual.

enviadas às suas matrizes configuram a transferência de valor entre as economias, tendo em vista que estas saídas de recursos da periferia superam a soma da entrada de capitais a partir do investimento externo direto (IED) e dos lucros reinvestidos pelos centros capitalistas (Luce, 2018; Marini, 2022b).

Em outros termos, para além de sua realidade aparente, o investimento externo direto (IED) significa, então, mais apropriação de riquezas das nações dependentes pelas dominantes, do que efetiva participação na criação de riqueza no interior de suas economias (Luce, 2018, p 66). Nesse sentido, em termos críticos, Luce (2018) conclui que, na realidade, o financiamento externa trata-se de um discurso mistificador do mercado, haja vista que a apropriação de mais-valia e de valor a partir das remessas de lucros, *royalties* e dividendos para "[...] irrigar as casas matrizes demonstram que, em vez de um impulso ao desenvolvimento tecnológico, o investimento externo capitalista atua sobremaneira como veículo de desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Luce, 2018, p. 67).

A terceira forma de transferência de valor, mais vinculada diretamente à esfera financeira da dependência, se refere ao serviço da dívida, isto é, ao pagamento de juros em face ao endividamento externo da periferia. De acordo com Luce, a essência do chamado sistema da dívida é, portanto, "[...] a imbricação entre mercado de crédito e de títulos, a subjugação de países e povos inteiros ao imperativo da acumulação privada subordinada ao manejo de uma política fiscal e voltada para a remuneração dos capitalistas detentores dos títulos da dívida" (Luce, 2018, p. 57). Esta relação ocorre porque as economias dependentes tanto não possuem moedas fortes, nem a capacidade de determinar os fluxos financeiros internacionais; quanto pela condição de soberanias frágeis de suas formações econômico-sociais, de modo que elas se situam subordinadas ao poder dos Estados imperialistas e à lógica do capital fictício e do capital-dinheiro[62] (Luce, 2018, p. 51; 63).

Apesar de constante na realidade periférica desde o século XIX, devido ao atual processo crescente de financeirização do capital – reconfigurando a economia mundial capitalista nas últimas décadas (Amaral, 2012) –, esta modalidade adquiriu centralidade em meados da década de 1970, tornando-se, então, a principal modalidade de transferência de valor (Luce, 2018, p. 60-61). Em outros termos, revela-se como a forma predominante de apropriação e transferência de riqueza na economia mundial capitalista, de maneira a implicar consequências diretas nas relações econômicas internacionais e na dinâmica interna das economias dependentes (Luce, 2018, p. 62). Afinal, conforme argumenta Luce (2018), "a dívida

[62] Para saber mais sobre a relação entre soberania, autonomia, relações monetárias internacionais, dependência e neocolonialismo, ver Xavier e Zahreddine (2023).

começa com um montante, paga-se várias vezes esse montante e, ao final, deve-se várias vezes mais do que o montante original" (Luce, 2018, p. 62), constituindo, assim, um verdadeiro ciclo de reprodução ampliada do endividamento externo e da dependência financeira.

Estas três formas sistemáticas da transferência de valor são as principais modalidades a serem desenvolvidas no presente trabalho. Porém, em resumo, é essencial explicitar a quarta forma, dada a sua relevância e importância na formação de relações de subordinação na economia mundial capitalista. A apropriação de renda diferencial e absoluta de monopólio trata-se, basicamente, do ato de apropriar-se da renda e do lucro gerado a partir do uso da terra e de seus recursos naturais – isto é, das riquezas que são extraídas do solo. No caso da América Latina, é notório a sua enorme capacidade e potencial de geração desses tipos de renda, dada a sua condição de abundância em recursos naturais; porém, como argumenta Luce (2018, p. 74), o que se deve verificar, por detrás da aparência, é quem se apropria da maior parcela desta renda gerada (Luce, 2018, p. 68-74).

Em conclusão, sobre as formas de transferências de valor como intercâmbio desigual, o autor (2018) argumenta:

> Todas elas são métodos utilizados podendo proporcionar lucro extraordinário, a mola mestra do capitalismo, que move a busca pela valorização do valor-capital. Assim, o capitalismo dependente, não somente no passado, no período de formação do mercado mundial, mas também hoje contribui para a taxa de acumulação da economia mundial e das formações econômico-sociais do capitalismo central, sendo parte inclusive das contratendências e dos mecanismos de deslocamento de suas crises endêmicas (Luce, 2018, p. 74).

Isto é importante porque demonstra não somente a centralidade da Economia Política da Dependência para compreender o capitalismo dependente – seja na América Latina ou na periferia, de modo geral – e sua relação com a própria dinâmica capitalista nos países centrais; mas, também, a sua continuidade histórica, haja vista o seu contínuo movimento para assegurar a sua reprodução ampliada (Luce, 2018). Afinal, contrariamente à alguns críticos da TMD que a entendem como economicista e estagnacionista (Amaral, 2012, p. 37), a dependência, assim como ocorre com o próprio imperialismo (Osório, 2018), apesar de seu caráter estrutural, não é um fenômeno estático ao longo do tempo. Ela se transforma e se reproduz de forma permanente junto com o próprio sistema, a fim de garantir a manutenção da subordinação das nações dependentes frente às dominantes – isto é, sua perpetuação (Marini, 2022b).

Em consonância com os preceitos do próprio Marini (2022b; 2022d), a TMD é uma teoria em construção frente ao movimento concreto da economia mundial capitalista (Luce, 2018). Por isso, de um ponto de vista materialista histórico-dialético, se as tendências gerais do

capitalismo se modificam e se recriam, é razoável esperar também que as relações de dominação e subordinação entre as nações também se transformem no plano internacional (Marini, 2022b; 2022d). Isto significa que dada as atuais características do capitalismo global e do imperialismo contemporâneo, uma concepção mais apropriada da realidade material da economia dependente, necessita de uma compreensão das tendências vigentes do capital – isto é, dos processos de transnacionalização e financeirização, conforme discutido anteriormente neste capítulo (Amaral, 2012; Romero Wimer, 2015).

Diante do exposto, como resposta à transferência de valor e ao intercâmbio desigual, segundo Marini (2022b, p. 184-186), é necessário identificar, então, que as nações desfavorecidas, sem impedir as suas formas de manifestação na realidade concreta, não buscam corrigir o desequilíbrio existente entre preço e valor de suas mercadorias no âmbito do comércio internacional. Por outro lado, elas adotam um mecanismo de compensação no nível da produção interna de suas economias, a fim de neutralizar – total ou parcialmente – a apropriação de riquezas e as perdas dos lucros a partir das relações econômicas internacionais. Este mecanismo se refere a superexploração da força de trabalho, pois, "[...] para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja por meio do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois" (Marini, 2022b, p. 184).

Daí, resulta a relação próxima entre ambas as categorias, sendo a superexploração da força de trabalho a outra face da transferência de valor (Luce, 2018, p. 27). Isto porque a primeira categoria é resultado – como mecanismo de compensação – da última[63]. Em outros termos, no marco da troca desigual, "[...] a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação" (Marini, 2022b, p. 185). Portanto, enquanto, a transferência sistemática de valor funciona como um incremento das taxas de mais-valia e de lucro nas formações econômico-sociais do capitalismo central; em contrapartida, no seio das economias dependentes, ela significa maior exploração do trabalhador (Marini, 2022b, p. 185-186) – também, como forma de compensar a perda e dissipar a ameaça ao lucro ali –, tal como será discutido a seguir.

[63] Apesar disso, é importante observar que a efetivação da superexploração do trabalho na economia dependente não exige necessariamente a existência da troca desigual como seu efeito causal. Na realidade, conforme explica Marini (2022b), para que se opere tal mecanismo, "[...] o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente" (Marini, 2022b, p. 187).

2.1.1.2 Superexploração do trabalho

Com base na TMD, o mecanismo de superexploração da força de trabalho é tanto condição necessária do desenvolvimento do capitalismo mundial (Marini, 2022d, p. 225), quanto, em fim último, o próprio fundamento da situação de dependência (Marini, 2022d, p. 231-232). Isto porque é a partir deste que a busca desenfreada pelo lucro – como instrumento vital da acumulação de capital em escala mundial (Marini, 2022d, p. 221) – se prolonga nas nações centrais e se exacerba nas nações dependentes, dado o caráter desigual e combinado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em outros termos, a superexploração do trabalho sustenta dialeticamente tanto as engrenagens de transferência de valor, contribuindo, assim, para a acumulação dos países industriais imperialistas – como contratendência à queda na taxa de lucro nestes –; quanto o aumento da produção de mais valor a ser apropriado pelos capitalistas da periferia – como mecanismo de compensação das perdas de lucro/ riqueza frente à troca desigual (Luce, 2018; Marini, 2022b; 2022d).

Antes de avançar sobre a sua conceituação, é necessário explicitar os métodos de exploração sob o modo de produção do capitalismo. De modo geral, conforme explicam Traspadini e Stedile (2022, p. 51), a partir de uma perspectiva marxista, a exploração do trabalhador pelo capitalista apresenta três mecanismos-chave: a mais-valia absoluta[64], a mais-valia relativa e o pagamento de um salário que garanta minimamente a reprodução da força de trabalho. À luz da TMD, no caso da América Latina, os autores argumentam que se configura uma situação de exploração *sui generis*, pois, tais mecanismos são utilizados excessivamente "[...] a partir do pagamento de um salário que não permite a reprodução adequada da vida do trabalhador [...] muito menos a de sua família" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 51-52). Este é o mecanismo da superexploração do trabalho, cujos procedimentos empregados tratam-se de uma agudização dos métodos de extração de trabalho excedente nas economias dependentes (Marini, 2022b; 2022d, p. 225-226).

Conceitualmente, de acordo com Marini (2022d), a superexploração do trabalho "[...] é mais bem definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real" (Marini, 2022d, p. 226).

[64] A partir de Marx, deve-se distinguir a mais-valia em dois tipos: a absoluta e a relativa. A mais-valia absoluta é resultada do "[...] incremento de valor excedente no processo produtivo mediante a extensão e intensificação da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia relativa produz esse aumento por meio da intensificação técnica da produtividade do trabalho" (Marx *apud* Chávez, 2022, p. 3, tradução nossa).

Ainda, segundo o teórico (2022b), além do pagamento abaixo de seu valor, este modo de produção operacionaliza-se no plano interno da economia dependente por meio de três principais formas ou procedimentos: (1) a intensificação do trabalho; (2) a prolongação da jornada de trabalho; e (3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (Marini, 2022b, p. 188). Inclusive, esses procedimentos não são necessariamente mecanismos isolados, isto é, eles podem se apresentar simultaneamente e, normalmente, se dão de maneira combinada (Marini, 2022b, p. 189).

O primeiro procedimento consiste em aumentar a intensidade do trabalho, de modo a produzir mais sem alterar o tempo e a jornada de trabalho. Aqui, é importante ressaltar que este processo não ocorre por meio da ampliação da capacidade produtiva do trabalhador – resultante de um maior nível de produtividade –, mas, sim, mediante sua maior exploração, acarretando, assim, um maior gasto de força de trabalho. O segundo procedimento, por sua vez, implica prolongar a jornada de trabalho para além de seus limites normais, de forma a aumentar o tempo de trabalho excedente, isto é, "[...] aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo" (Marini, 2022b, p. 186). O terceiro procedimento, por fim, se refere à redução do consumo do trabalhador – inclusive daquilo que é necessário para a conservação de sua força em estado normal –, de maneira a aumentar também o tempo de trabalho excedente (Marini, 2022b, p. 186-189; 2022d, p. 227-228).

A superexploração do trabalho fundamenta-se, portanto, no uso extensivo e intensivo da força de trabalho. Consequentemente, de acordo com Marini (2022b), a partir da perspectiva do trabalhador, lhe é negado as condições necessárias para reposição do desgaste de sua força de trabalho, de modo a causar o seu esgotamento prematuro (Marini, 2022b, p. 188-189). Por outro lado, do ponto de vista do capitalista, "[...] isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro" (Marini, 2022b, p. 188), de maneira a compensar total ou parcialmente as perdas de lucro/ riqueza resultante das relações econômicas internacionais[65] (Marini, 2022b).

Considerando uma atualização, a partir da tese de Amaral (2012), no atual contexto de capitalismo financeirizado, é de suma importância refletir o papel das categorias centrais da vertente marxista – principalmente, da superexploração do trabalho – na realidade das

[65] Embora, aqui, seja necessário apontar a contradição que se introduz a partir desta relação: caso o novo grau de intensificação se generalize na economia dependente, daí, resulta também uma queda no valor individual das mercadorias, diminuindo, assim, a mais-valia entre os capitalistas (Marini, 2022d, p. 227-228).

economias dependentes (Amaral, 2012, p. 111). Em outras palavras, de acordo com a autora, atualmente, em face à tendência predominante de financeirização na economia mundial capitalista, na qual a Balança de Rendas ganha importância relativa nos tipos de extração dos excedentes – através de despesas decorrentes de investimentos externos diretos (IDE), de investimentos em carteira (IC) e de empréstimos convencionais –, torna-se necessário repensar alguns elementos teóricos (Amaral, 2012, p 122-123).

Em primeiro lugar, neste contexto, reside a importância crescente do exército industrial de reserva na economia dependente, cuja relevância era coadjuvante no pensamento de Marini (2022b; 2022d). Devido à globalização e à revolução tecnológica em termos de comunicação e transporte – o que implica uma tendência de homogeneização da produtividade do trabalho e uma maior facilidade de se obter conhecimento produtivo –, "[...] não só a apropriação de mais valia fica extra fica problematizada, como, principalmente, fica dificultada a capacidade de impor preços superiores aos valores, ou seja, de burlar a lei do valor" (Amaral, 2012, p. 133). Ainda que isto ocorra, tal tendência não significa uma redução das diferenças salariais, daí, aumenta a importância do trabalhador como fonte de ganhos extraordinários – isto é, da superexploração –, "[...] a qual está associada, no entanto, ao crescente nível de desemprego que essas mesmas tecnologias produzem" (Amaral, 2012, p. 133).

Em segundo lugar, outro meio que viabiliza a superexploração trata-se da crescente participação das despesas com juros nos orçamentos das famílias trabalhadoras (Amaral, 2012, p. 134). Em outros termos, tal elemento é uma forma de financeirização dos rendimentos do trabalho, de modo que os trabalhadores enfrentam um tipo de expropriação financeira de seus salários – inclusive, correspondente a um dos mecanismos de superexploração em Marini (2022b; 2022d) –, "[...] na qual parte das rendas do trabalho é direcionada aos bancos e às instituições financeiras de um modo geral, tanto na forma de juros, quanto pelo pagamento de taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros" (Amaral, 2012, p. 134). Considerando a inserção destes indivíduos em atividades financeiras, conforme argumenta a autora, eles se tornam devedores ou detentores de ativos (Amaral, 2012, p. 134), o que pode implicar o aumento significativo do endividamento das famílias (Coutinho; Belluzzo, 1998).

Isto posto, dependendo de sua forma ou procedimento, a superexploração do trabalhador procede tanto da produção de mais-valia relativa – no caso da intensificação do trabalho –; quanto ocorre mediante a produção de mais-valia absoluta – a partir da prolongação da jornada de trabalho. Apesar disso, é importante ressaltar que tal fenômeno vai além destas duas categorias clássicas da exploração capitalista – que não são exclusivas das economias dependentes –, sendo, na realidade, mais complexo, haja vista que envolve um outro

mecanismo-chave particular: a remuneração insuficiente para a reprodução da força de trabalho (Traspadini; Stedile, 2022, p. 51-52). No mesmo sentido, deve-se enfatizar também a possibilidade de seus procedimentos se apresentarem de maneira combinada. Dessa forma, ainda que tenha relação com ambos, o significado da superexploração não é idêntico ao de produção de mais-valia relativa, nem de mais-valia absoluta[66]. Conforme explica Amaral (2012, p. 57), apesar desta ambiguidade, tal fenômeno é característico das economias dependentes simplesmente porque ele demarca uma violação sistemática do valor da força de trabalho nestas (Amaral, 2012).

O ponto central do teórico (2022d), portanto, é demonstrar que as formas superiores da acumulação capitalista – baseadas na produção de mais-valia relativa, cujo eixo de acumulação é mais relacionado à economia industrial – não excluem as suas formas inferiores – por sua vez, fundamentadas na produção de mais-valia absoluta –, nem se efetivam de maneira independente no sistema capitalista[67] (Marini, 2022d, p. 226). De fato, ambas as formas são eixos de acumulação qualitativamente distintos em face ao desenvolvimento capitalista, mas, nem por isso, elas deixam de ser intimamente relacionadas ou deixam simplesmente de existir na economia mundial – ainda mais, ressalta-se, aqui, considerando o seu caráter desigual e combinado (Marini, 2022d).

Por isso, Marini (2022d, p. 229) defende que a superexploração "[...] não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho" (Marini, 2022d, p. 229). Afinal, se a relação anterior fosse verdade, isto é, se a forma superior de acumulação da mais-valia relativa – pelo desenvolvimento da força produtiva do trabalho e aumento da produtividade – excluísse a forma inferior da mais-valia absoluta – aquela através de uma maior exploração do trabalhador –, isto significaria que à medida em que se desse o desenvolvimento capitalista em direção ao seu modelo mais puro, este se tornaria um sistema social cada vez menos explorador, com capacidades de solucionar as suas próprias contradições internas (Marini, 2022d, p. 229-230).

---

[66] De acordo com Marini (2022b; 2022d), os conceitos de superexploração do trabalho e mais-valia absoluta não são idênticos por duas razões principais (Marini, 2022b; 2022d, p. 225-226). Primeiro, porque o próprio conceito de superexploração "[...] inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho" (Marini, 2022d, p.225). E, segundo, porque uma de suas formas específicas – aquela que expropria parte do trabalho necessário ao trabalhador e reduz o seu consumo – "[...] afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta (Marini, 2022d, p. 225-226).

[67] Afinal, conforme assinala Marx, "a produção de mais-valia absoluta é a base geral sobre a que descansa o sistema capitalista e o ponto de arranque para a produção de mais-valia relativa" (Marx, 1968a *apud* Marini, 2022d, p. 226).

Contrariamente, segundo Marini (2022d), à luz da TMD, o que se deve notar é:

> [...] primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e segundo, que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada (Marini, 2022d, p. 226).

Nesse sentido, no que diz respeito ao primeiro ponto, entende-se a existência de uma relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e uma maior exploração do trabalhador, reforçando, assim, a condição de superexploração do trabalho na produção interna da economia dependente. Em relação ao segundo ponto, trata-se de entender que as formas de exploração que assumem as economias nacionais – seja por meio da produção de mais-valia absoluta, relativa ou da superexploração –, dependem do seu grau de desenvolvimento capitalista; o que, por sua vez, é resultado de sua própria dinâmica desigual e combinada em escala mundial, tal como discutido anteriormente. Por isso, Marini (2022d) defende que "[...] a configuração *específica* que elas [formas de exploração] assumem modificam *qualitativamente* a maneira como ali incidem as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral da acumulação do capital" (Marini, 2022d, p. 230, itálico nosso).

2.1.1.3 Ciclo do capital na economia dependente, industrialização e subimperialismo

A realidade latino-americana pressupõe, então, um ciclo do capital que é específico na economia dependente (Marini, 2022b, p. 194-198). Isto porque enquanto nas economias industrias imperialistas, o eixo de acumulação do capital reside na produção da mais-valia relativa; nas economias dependentes – tal como na América Latina –, a acumulação se reproduz, sobretudo, a partir da superexploração do trabalho. Diante disso, no último caso, torna-se essencial observar que existe uma separação ou cisão de dois momentos fundamentais no ciclo do capital: (a) a esfera de produção e (b) de circulação de mercadorias, tendo em vista que "[...] a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização" (Marini, 2022b, p. 195).

Ou seja, na economia exportadora latino-americana, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, que é externa – voltada para atender a demanda do mercado mundial, o qual se ergue como a única solução para a produção. Logo, a tendência do sistema, segundo Marini (2022b, p. 197) é "[...] explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha" (Marini,

2022b, p. 197), reforçando as relações de exploração e reproduzindo a dependência em escala ampliada frente à economia mundial.

Ainda, considerando o ciclo específico do capital nas economias dependentes, é necessário verificar também uma estratificação do mercado interno destas em duas esferas de circulação contrapostas: a baixa e a alta. A primeira – esfera baixa – se refere ao consumo dos trabalhadores baseado na produção interna, dada a sua situação de exploração e compressão de salários. A segunda – esfera alta –, por sua vez, trata-se do consumo dos capitalistas – isto é, não-trabalhadores de camadas mais altas – que se fundamenta na produção externa, a partir do comércio de importações (Marini, 2022b, p. 198).

Em razão disso, na ótica de Marini (2022b), ainda que a América Latina tenha atravessado um processo de industrialização em meados do século XX, tal desenvolvimento industrial não se conforma da mesma maneira forma que nas economias centrais. Isto porque tal processo realiza-se sob as leis e tendências particulares de acumulação do capitalismo dependente, agudizando as suas contradições inerentes e os problemas econômico-sociais. Em outros termos, no que se refere à industrialização latino-americana, "[...] a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador [...] [e] também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação" (Marini, 2022b, p. 205).

Ou seja, como resultado, o processo de desenvolvimento latino-americano intensifica tanto a cisão no ciclo do capital – pois a realização continua a depender do mercado mundial –, quanto a estratificação do mercado interno – tendo em vista o aprofundamento da diferenciação do consumo individual. Isto porque, primeiro, a produção industrial latino-americana é realizada não para atender as suas próprias necessidades, mas, sim, subordinada às demandas externas dos países centrais; e, segundo, porque os bens industriais não adentram, ou o fazem muito escassamente, a esfera baixa de consumo dos trabalhadores (Marini, 2022b, p. 203-207). Porém, a uma certa altura do processo, segundo Marini (2022b, p. 206), surge a necessidade generalizar o consumo de manufaturas, levando a dois tipos de adaptações na economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias, por um lado; e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, por outro lado.

De acordo com Marini (2022b), o aumento da produtividade do trabalho seria condição suficiente para a transformação qualitativa na base da acumulação do capital na economia dependente em direção à mais-valia relativa. Contudo, ela é parcialmente neutralizada pela outra adaptação necessária, isto é, a ampliação do consumo das camadas médias, que dependem da compressão do consumo dos trabalhadores. De qualquer forma, conforme pontua o teórico,

apesar de ser difícil e realizado com extrema lentidão, tal processo de transição introduz também outro obstáculo para o desenvolvimento latino-americano: a necessidade de recurso à tecnologia estrangeira para elevar a produtividade do trabalho (Marini, 2022b, p. 206-207).

A partir disso, a composição setorial de importações da América Latina muda em direção à produtos direcionados para a indústria, defrontando-se, porém, com a crise do setor externo dos países, por um lado, e com a necessidade de financiamento e investimento direto de capital estrangeiro, por outro lado[68] (Marini, 2022b, p. 207). Este é o contexto da economia mundial capitalista sob a égide da hegemonia estadunidense no pós-guerra, isto é, de configuração de uma nova divisão internacional do trabalho (DIT), "em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente (Marini, 2022b, p. 208-209).

Neste contexto, a introdução de tecnologia estrangeira nos países dependentes, cuja estrutura produtiva é baseada na maior superexploração do trabalho, não somente alterou a capacidade produtiva do trabalho. Além disso, para Marini (2022b), a incorporação e difusão de progresso técnico também "[...] possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real" (Marini, 2022b, p. 211). Considerando que os bens industriais não são efetivamente generalizados na economia dependente – isto é, não compõem o consumo individual do trabalhador –, conforme explica o teórico, o processo de acumulação de capital na periferia não depende do aumento da produtividade, pois esta não se traduz "[...] em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado" (Marini, 2022b, p. 211).

Isto significa que apesar do avanço tecnológico, mesmo assim, a superexploração continua sendo o elemento base da estrutura produtiva dos países dependentes. Como resultado destas condições, ocorre nestes a manutenção da compressão do nível de vida dos trabalhadores, o afastamento cada vez maior entre ambas as esferas de consumo – baixa e alta –, implicando, assim, uma inevitável restrição de seus mercados internos. Aqui, é essencial observar a contradição que se edifica no interior de suas economias, tendo em vista que a compressão do

[68] Do ponto de vista das economias industriais imperialistas, este processo é interessante porque as formações econômico-sociais dependentes são atrativas em termos de possibilidade de lucro devido à superexploração do trabalho. Além disso, conforme argumenta Marini (2022b, p. 208), diante do grande desenvolvimento do setor de bens de capital, "[...] surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada" (Marini, 2022b, p. 208), embora, é necessário observar que isto ocorre a partir da exportação de equipamentos e maquinários obsoletos em direção à periferia (Marini, 2022b, p. 208).

nível salarial dos trabalhadores é condição necessária para a expansão da demanda daquelas camadas não-trabalhadoras, as quais dependem da mais-valia e da exploração. Em outras palavras, a esfera alta de consumo necessita da superexploração para se conservar (Marini, 2022b, p. 212-213).

Diante disso, ao invés de se centrar no mercado interno, o desenvolvimento capitalista no país dependente se direciona outra vez ao mercado mundial, como a única saída para a resolução de seus problemas de realização e acumulação. Segundo Marini (2022b), em meados da década de 1960, introduz-se, então, "[...] a necessidade de expansão para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial" (Marini, 2022b, p. 213). Esta estratégia de ressureição do modelo da velha economia exportadora – seja por meio do comércio, da exportação de bens manufaturados, de projetos de integração econômica regional e sub-regional e, inclusive, de políticas agressivas de competição internacional –, se torna, assim, "[...] a salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem" (Marini, 2022b, p. 214), diga-se, aqui, a sua própria condição de dependência (Marini, 2022b, p. 213-214).

Daí, finalmente, surge o subimperialismo no seio da periferia, isto é:

> [...] o papel que as economias subdesenvolvidas executam com relação às demais economias na mesma situação, a partir da forma como se estabelece a divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a forma como os principais países do continente reproduzem no interior de suas economias, e no jogo com as demais economias subdesenvolvidas, os mesmos mecanismos de dependência e exploração executados pelos capitalistas dos países desenvolvidos com relação à América Latina (Traspadini; Stedile, 2022, p. 52-53).

O subimperialismo se refere, então, à reprodução funcional pela economia industrial dependente dos mecanismos da dependência – que o centro inflige nesta historicamente, inclusive – para com os demais países 'subdesenvolvidos' na economia mundial capitalista (Marini 2022b; 2022d; Traspadini; Stedile, 2022). Ou seja, tal fenômeno trata-se de demonstrar como a própria economia industrial dependente também logra extrair mais-valia dentro e fora de suas fronteiras nacionais, exercendo, assim, um papel complementar na lógica global de exploração e dominação do imperialismo contemporâneo – seja em disputa ou integrado contraditoriamente às demais potências –, ainda que sob uma posição inferior frente ao capitalismo central (Romero Wimer, 2015, p. 80-82; Traspadini; Stedile, p. 63).

A partir do pensamento de Marini, segundo Amaral (2012), a configuração do subimperialismo na economia dependente apresenta dois elementos necessários, isto é, "[...]

um aparato produtivo nacional de composição orgânica mediana (em relação ao que se verifica no resto do mundo) e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma" (Amaral, 2012, p. 65). O primeiro elemento refere-se ao relativo processo de industrialização na América Latina – cuja debilidade não permite uma mudança qualitativa no eixo de acumulação do capital em comparação com tal processo no capitalismo central (Marini, 2022b, p. 203) –, conformando, assim, economias industriais dependentes. O segundo elemento, conforme explica a autora (2012), "[...] implica uma maior integração da economia dependente ao sistema produtivo imperialista, mantendo-se assim no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional"[69] (Amaral, 2012, p. 65).

Por isso, segundo Marini (2022d), no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto – isto é, no marco da divisão internacional do trabalho (DIT) –, conceitualmente, o conceito de subimperialismo define e representa os graus intermediários entre as economias industrias imperialistas e aquelas dependentes, nos quais se conforma a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento (Marini, 2022d, p. 230). Em outras termos, trata-se do "[...] desenvolvimento de '*centros medianos de acumulação'* ou de '*potências capitalistas medianas'* que se formam como resultado da expansão, diversificação, integração e consequente concentração da indústria manufatureira em escala mundial" (Marini, 1977, p. 8 *apud* Amaral, 2012, p. 65, itálico nosso).

Com base nesta hierarquização, de acordo com Amaral (2012), a grosso modo, o subimperialismo é um tipo de 'imperialismo dependente', isto é, uma "[...] ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à logica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da dependência" (Amaral, 2012, p. 66). De maneira complementar, Romero Wimer (2015) também argumenta que "através deste conceito se faz referência à *expansão de capitais* de novos países imperialistas que conservam, porém, uma condição dependente e subalterna no conjunto da cadeia imperialista" (Romero Wimer, 2015, p. 81, tradução nossa, itálico nosso[70]).

Ou seja, no que diz respeito à sua manifestação nas relações internacionais, o subimperialismo exercido pelos centros medianos de acumulação se insere no processo de

[69] De acordo com Amaral (2012), nestes termos, Marini considera que apenas o Brasil seria subimperialista na América Latina (Amaral, 2012, p. 65). No entanto, é importante afirmar que tal fenômeno, em termos gerais, não é exclusivamente brasileiro, podendo se manifestar em outros países (Marini, 2022b, p. 214). Retornaremos a este ponto ao final desta seção.

[70] A través de este concepto se hace referencia a la expansión de capitales de nuevos países imperialistas que conservan, no obstante, una condición dependiente y subalterna en el conjunto de la cadena imperialista.

internacionalização e de exportação de capitais, cujos efeitos quantitativos e qualitativos se aceleraram a partir de meados do século XX, sobretudo, com a expansão das empresas transnacionais (Romero Wimer, 2015, p. 81). Inclusive, estas últimas são atores fundamentais para entender a lógica subimperialista, pois, são elas que utilizam da economia e do território nacional como base de expansão em direção a outros mercados a serem controlados (Traspadini; Stedile, 2022, p. 63). Ademais, segundo Traspadini e Stedile (2022), os instrumentos essenciais do subimperialismo na periferia são diversos, sendo eles, "[...] a superexploração do trabalho, a integração do capital nacional ao internacional, ou seja, a integração dos sistemas de produção, e a ampliação do capital financeiro sobre o capital produtivo" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 53).

A partir disso, aqui, torna-se de suma importância destacar a contradição existente entre o subimperialismo e a própria condição de dependência. Isto porque a ação subimperialista se baseia no uso dos mesmos mecanismos característicos das relações de dominação/ subordinação, que são estabelecidas entre as economias imperialistas centrais e as economias dependentes periféricas desde a formação da economia mundial capitalista, reproduzindo, assim, a partir da periferia e por sua própria conta, a dependência em escala ampliada (Marini, 2022b). Em outros termos, conforme defende Amaral (2012), tal contradição reside no fato de que "[...] os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das fortes relações e vínculos que estabelecem, no plano mais geral, com o centro imperialista" (Amaral, 2012, p. 66).

Por fim, a partir de Marini (2022b, p. 214), vale apenas ressaltar dois elementos essenciais sobre o subimperialismo. Em primeiro lugar, a caracterização deste supera simplesmente a esfera da economia, envolvendo, também, necessariamente as dimensões da política e da sociologia. Em segundo lugar, o subimperialismo não é um fenômeno específico de apenas um país – tal como geralmente é representado pelo caso brasileiro – nem se trata de uma anomalia ou deformidade do processo histórico do capitalismo na periferia. Contrariamente, ele "[...] não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente" (Marini, 2022b, p. 214). Ou seja, o subimperialismo pode, assim, em termos gerais, se esboçar em distintos países latino-americanos de maneira diversa – em maior ou menor grau –, segundo a especificidade de suas formações econômico-sociais e da dialética do desenvolvimento capitalista dependente (Marini, 2022b, p. 214; 2022d).

A importância desse conceito na TMD[71] reside, portanto, em demonstrar outra forma por meio da qual os capitalistas da periferia lidam com a dependência no seio da economia dependente – principalmente, quando esta atinge sua etapa industrial (Traspadini; Stedile, 2022, p. 53). Além da superexploração do trabalho, o subimperialismo é mais um mecanismo estruturante da dependência latino-americana que busca "[...] fazer das relações internacionais o espaço de compensação para as perdas dos lucros que poderiam ser ganhos no interior dessas economias, mas que são transferidos para os centros tecnologicamente mais avançados" (Traspadini; Stedile, 2022, p. 53). Em outros termos, tal fenômeno é elemento complementar à superexploração, como mecanismos de compensação no plano interno frente à transferência de valor e o intercâmbio desigual, de modo que não se rompe as relações de subordinação na América Latina, mas, sim, apenas, se assegura a reprodução ampliada de sua dependência (Amaral, 2012, p. 66; Marini, 2022b, p. 171).

À guisa de conclusão, esta é finalmente a dimensão estrutural para a interpretação do desenvolvimento/ subdesenvolvimento latino-americano, cujo fundamento central da dependência perpassa a sua situação de subordinação não somente enquanto condicionante do desenvolvimento periférico, mas, também, como elemento estruturante da própria economia mundial capitalista. No entanto, conforme argumenta Souza (2021, p. 10), é insuficiente aprender tal história apenas pelos fatores externos; do mesmo modo que é igualmente insatisfatória a sua explicação somente pelos fatores internos. Por isso, em consonância com a Escola da Dependência, "[...] o caminho metodológico deve ser a análise integrada, no sentido do esforço para articular fatores internos e externos" (Souza, 2021, p. 10), o que nos direciona à outra dimensão essencial do presente marco teórico, isto é, aquela denominada estatal-nacional, cujo debate centraliza-se no papel do Estado capitalista dependente.

2.2 A DIMENSÃO ESTATAL-NACIONAL: o debate sobre o Estado capitalista dependente

De acordo com Angelita Matos Souza (2021), o maior legado da chamada Escola da Dependência é o método por meio do qual ela propõe analisar a realidade concreta latino-americana: a articulação dos fatores externos e internos. Em outros termos, "[...] aprender a

[71] Ademais, segundo Amaral (2012, p. 66), deve-se perceber que o conceito de subimperialismo evidencia ainda mais a relação de complementariedade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo, reforçando, assim, a dualidade imperialismo/ dependência nas relações internacionais, tal conforme discutido na seção inicial do presente capítulo (Amaral, 2012, p. 66).

história do capitalismo nos países periféricos e dependentes como *induzida* pelo movimento expansionista dos capitalismos centrais, sem descuidar da vida política doméstica que dá forma às relações de dependência" (Souza, 2021, p. 17, itálico do autor). Este é, precisamente, o objetivo da presente seção, isto é, articular os fatores internos da dependência através do debate sobre o Estado capitalista dependente a partir de uma perspectiva 'desde dentro', a fim de complementar os fatores externos concebidos na seção anterior – numa perspectiva 'desde fora' acerca da estrutura da economia mundial capitalista (Souza, 2021). Embora tal movimento se direcione mais para a análise das determinações políticas, da estrutura jurídico-política e das ideologias dominantes; aqui, porém, torna-se essencial reafirmar a primazia da determinação econômica, cuja infraestrutura fundamenta o conjunto da sociedade (Berringer, 2014).

Contudo, apesar disso, conforme apontam Bichir (2017) e Souza (2021), é importante – e, também, curioso – observar que o Estado não ocupa um lugar de destaque no conjunto da teoria da dependência, uma vez que não há uma análise sistemática sobre ele entre suas principais obras e teóricos. Obviamente, isto não significa que a figura do Estado é irrelevante para a teoria da dependência – aqui, trataremos especificamente da TMD, embora esta característica seja geral desta escola, independentemente de sua vertente –, nem que esta deixa de articulá-lo na sua teorização sobre a dependência, como discutiremos a seguir. Por outro lado, indica uma ausência de centralidade na figura do Estado, o qual merece, em nossa visão, mais destaque no debate teórico, dada a sua relevância na conformação das relações de dependência e na materialização do desenvolvimento (Souza, 2021, p. 34). Quer dizer, mais especificamente, considerando sua importância "[...] enquanto regulador dos contratos de trabalho nas economias nacionais, mediando as relações entre as classes sociais, tanto no âmbito da produção, quanto no âmbito da circulação" (Bichir, 2017, p. 127).

Nas palavras de Bichir (2017) sobre o assunto, "[...] ainda que a análise dos escritos de Marini evidencie que o tema do Estado não ocupa um lugar central na obra do autor, há contribuições importantes do autor à reflexão em torno de tal temática" (Bichir, 2017, p. 109). Nesse sentido, a presente seção se divide em dois itens, o primeiro, é responsável por apresentar os elementos gerais da visão do teórico sobre o Estado dependente (Bichir, 2017; Marini, 1977; Souza, 2021), de maneira a dar continuidade à discussão anterior – isto é, da dimensão estrutural referente aos fatores externos da dependência –; e, o segundo item, por sua vez, busca complementar tal interpretação a partir do pensamento de Nicos Poulantzas, sobretudo, no que se refere aos conceitos de autonomia relativa do Estado e de bloco no poder (Berringer, 2011; 2012; 2014; Souza, 2021).

2.2.1 O Estado dependente na Teoria Marxista da Dependência (TMD)

Em síntese, à luz da TMD, considerando a sua ótica marxista, o Estado é interpretado a partir das relações de classes sociais e como centro do poder político, articulando-as conjuntamente à ideia de fracionamento das classes em disputa pela dominação no interior do bloco no poder[72]. Ademais, considerando seu traço essencial, nesta vertente, busca-se elucidar também a partir das formações econômico-sociais dependentes, o papel destes Estados na própria reprodução de suas relações de dependência (Bichir, 2017, p. 16; Souza, 2021, p. 34); cujos elementos adquirem centralidade na presente seção. Aqui, porém, antes de avançar na discussão, cabe ressaltar que apesar de pertencerem à mesma teoria, considerando as divergências existentes entre seus principais expoentes – Marini, Dos Santos e Bambirra –, no presente item, trataremos especificamente da visão de Marini[73]. Também, deve-se sublinhar que o objetivo não se trata de esgotar os conceitos teóricos que estão relacionados à problemática do Estado dependente, mas, sim, de introduzir os elementos gerais que são úteis para pensar a materialização entre o desenvolvimento e a dependência (Osório, 2018, p. 106)[74].

Segundo Bichir (2017, p. 128), acerca da concepção marinista de Estado, em sua principal contribuição teórica – isto é, a *Dialética da Dependência* (Marini, 2022b), a qual foi amplamente discutida anteriormente –, não há uma explicação articulada sobre a conformação e fundamento da dependência com a questão do Estado. Isto porque o seu eixo explicativo baseia-se nos condicionantes de ordem econômica, dando, assim, pouco espaço para a discussão sobre os elementos políticos (Bichir, 2017, p. 128). Inclusive, nesta obra, Marini (2022b, p. 212) referencia o Estado e sua intervenção somente como forma de solução dos problemas de realização que emergem nas formações sociais dependentes no contexto de incorporação de tecnologia externa e progresso técnico, simultaneamente, à manutenção da superexploração do trabalho[75] (Bichir, 2017, p. 125-126). Contudo, apesar disso, isto não significa que o Estado

[72] Este é um conceito elaborado pelo teórico marxista Nicos Poulantzas, o qual será discutido com maior profundidade no segundo item desta seção. Aqui, o seu emprego conceitual é devido justamente a sua complementariedade ao pensamento da TMD, tal como será discutido posteriormente.

[73] Para saber mais sobre a questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência (TMD), seja através do pensamento de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini ou de Theotônio dos Santos, ver a tese de Bichir (2017).

[74] Sobre a visão de Marini em relação à problemática do Estado dependente, existem outros conceitos teóricos que não serão abordados aqui devido à uma questão de escopo, tais como as noções de Estado de contrainsurgência; e Estado de quarto poder, dentre outros; que são "[...] concepções forjadas por Marini à luz dos regimes militares latino-americanos e dos processos de redemocratização, respectivamente" (Bichir, 2017, p. 109). Para saber mais sobre a questão do Estado na TMD de maneira aprofundada, ver a tese de Bichir (2017).

[75] Nas palavras de Marini (2022b), "[o] recurso utilizado para solucioná-los [problemas de realização] tem sido o de fazer a *intervenção do Estado* (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), assim como fazer intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação; isso implicou rebaixar ainda mais os salários

não é importante na sua formulação geral sobre a dependência, até mesmo porque ele é responsável por regular o trabalho e, assim, de garantir a superexploração. Não obstante, para uma interpretação a partir do pensamento de Marini, torna-se necessário, a rigor, extrapolar tal obra, a fim de compreender sua concepção – embora, diga-se de passagem, fragmentada – sobre a problemática estatal e sua relação com a situação dependente (Bichir, 2017).

Dito isso, em relação à sua definição do que é o Estado, de acordo com Bichir (2017), existem duas visões na obra de Marini – embora elas sejam desenvolvidas de forma desproporcional. Enquanto a primeira visão se refere ao "[...] entendimento do Estado como um aparelho, expressão do poder burguês e de caráter burocrático-repressivo, a segunda se aproxima mais de uma concepção relacional do Estado, na medida em que este é definido como resultado das forças que constituem a sociedade" (Bichir, 2017, p. 112-113). Apesar disso, através do estudo sistemático das obras do teórico, a autora afirma que é a primeira concepção na qual a maioria de suas análises em torno da dependência se sustenta (Bichir, 2017, p. 113).

A partir da obra propriamente dita de Marini (1976d *apud* Bichir, 2017), a sua primeira visão de Estado é elaborada da seguinte maneira:

> Entendido como capacidade coercitiva, o poder político na sociedade capitalista é exercido pela burguesia através do Estado, a fim de submeter a sua exploração de classe aos demais grupos sociais. É por essa razão que a teoria marxista identifica o Estado com o aparato burocrático-repressivo representado pelo governo, a burocracia, os tribunais, as prisões, a polícia e as forças armadas. Essa expressão material do poder burguês se completa com o direito [a lei], o corpo de normas cuja infração ativa automaticamente o aparato estatal para forçar o seu cumprimento e impor sanções (Marini, 1976d, p. 92 *apud* Bichir, 2017, p. 112, tradução nossa[76]).

Inclusive, tal concepção do Estado enquanto uma esfera coercitiva das classes dominantes pode ser relacionada com o mecanismo de superexploração do trabalho, embora esta relação não esteja explícita nos estudos de Marini. Conforme explica Bichir (2017), a partir do pensamento de Adrián Sotelo Valencia – estudioso da obra de Marini –, a superexploração não é apenas um mecanismo meramente econômico, sem vínculos com os condicionantes de ordem política e as estruturas de classe. Contrariamente, trata-se de um [...] um sistema complexo, operativo e multifacetado; não é apenas estrutural, mas, também, requer o apoio do

---

reais, com o objetivo de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda" (Marini, 2022b, p. 212, itálico nosso).

[76] Entendido como capacidad coercitiva, el poder político en la sociedad capitalista lo ejerce la burguesía a través del Estado, con el fin de someter a su explotación de clase a los demás grupos sociales. Es por esta razón que la teoría marxista identifica al Estado con el aparato burocrático-represivo representado por el gobierno, la burocracia, los tribunales, las prisiones, la policía, las fuerzas armadas. Esa expresión material del poder burgués se completa con el derecho, el cuerpo de normas cuya infracción activa automáticamente al aparato estatal para forzar su cumplimiento e imponer sanciones.

Estado e do poder político, que o assegura, inclusive por meio da repressão, para que opere eficazmente enquanto formação econômico-social" (Sotelo, 2012, p. 115-116 *apud* Bichir, 2017, p. 129, tradução nossa[77]). Ou seja, tal mecanismo exige um Estado forte em termos repressivos, a fim de garantir o processo permanente de superexploração (Bichir, 2017, p. 141).

Em relação à segunda visão – relacional –, de acordo com Marini (*apud* Bichir, 2017), o Estado pode ser definido como "[...] o resultado das forças que constituem a sociedade real" (Marini, 1978a, online *apud* Bichir, 2017, p.112, tradução nossa[78]). Ainda, nesta mesma linha, o teórico reforça esta definição em outra obra sua, "[...] sendo o Estado como é, a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação que ali existem [...]" (Marini *et al*., 1978, online *apud* Bichir, 2017, p.112, tradução nossa[79]). Embora não sejam definições incompatíveis de Estado, mas, sim, complementares – isto é, a primeira e a segunda definição, segundo a autora (2017), estas últimas são sucintas, carecendo de maior desenvolvimento na obra do teórico (Bichir, 2017, p. 112).

Isto exposto, o entendimento de Marini acerca do Estado como esfera coercitiva, torna-se possível avançar na sua definição de sistema de dominação – adepta à concepção leninista e crítica à noção ampliada de Estado. De acordo com o teórico, em contraposição à visão dos aparelhos ideológicos do Estado[80] – escola, partidos, igrejas, sindicato, etc. –, deve-se "[...] distinguir entre o sistema de dominação, que inclui o conjunto de elementos sobre os quais uma classe baseia seu poder, e a expressão institucional desse poder, o Estado, entendido como o ápice do sistema de dominação" (Marini, 1976d, p. 92-93 *apud* Bichir, 2017, p. 2017, tradução nossa[81]). Em outras palavras, segundo Bichir (2017), na concepção de Marini, ao invés do Estado, é o próprio sistema de dominação que assume um sentido ampliado, "[...] o qual é composto pelo conjunto de elementos por meio dos quais a classe dominante exerce o seu poder [isto é, seus aparelhos]. [Enquanto] [o] Estado [...] não apenas integra tal sistema, senão ocupa seu cume" (Bichir, 2017, p. 113).

---

[77] [...] es un sistema complejo, operativo y multifacético; no sólo estructural sino que, además, requiere del concurso del Estado y del poder político, quien lo asegura, incluso por medio de la represión, para que opere eficazmente en tanto formación económico-social.

[78] [...] el resultado de las fuerzas que constituyen la sociedad real.

[79] [...] siendo el Estado como lo es, la fuerza concentrada de la sociedad, la síntesis de las estructuras y relaciones de dominación que allí existen [...].

[80] Outro ponto relevante na concepção de Marini – o qual também diverge da noção de aparelhos ideológicos do Estado –, é a consideração de que as instituições que compõem o sistema de dominação não exercem necessariamente a função de dominação de classe – embora, o teórico reconheça que elas geralmente estão sob o seu controle –, tendo em vista que estas mesmas instituições podem escapar ao controle das classes dominantes. Este é o caso, por exemplo, do partido revolucionário e da imprensa, que se propõem a derrotar e combater a classe e a ideologia dominante, respectivamente (Bichir, 2017, p. 113-114).

[81] [...] distinguir entre el sistema de dominación, que incluye el conjunto de elementos en los que una clase basa su poder, y la expresión institucional de ese poder, el Estado, tomado como cúspide del sistema de dominación.

Apesar deste foco no aspecto coercitivo do Estado, isto não significa que Marini desconsidere a importância da dimensão ideológica para a burguesia capitalista, enquanto instrumento para o exercício de seu poder político. Isto porque, conforme explicita Bichir (2017), o teórico também defende em sua obra "[...] a imprescindibilidade da ideologia, a qual complementa e torna efetiva a dominação burguesa" (Bichir, 2017, p. 114). Afinal, nas suas próprias palavras, "[d]e fato, nenhum Estado pode depender exclusivamente da coerção [...]" (Marini, 1987, online, *apud* Bichir, 2017, p. 115, tradução nossa[82]), de modo que as classes dominantes são constrangidas e compelidas a conciliar a opressão e a exploração das classes dominadas com a sua ideologia burguesa. Nesta proposta da sociedade capitalista, insere-se às noções de igualdade, liberdade, assim como a de progresso – cuja essência fundamenta a ideologia desenvolvimentista[83] (Marini, 1987, online, *apud* Bichir, 2017, p. 115).

Em termos gerais, a discussão teórica produzida até aqui a partir da obra de Marini (*apud* Bichir, 2017), corresponde simplesmente a uma concepção de 'Estado capitalista' – isto é, aparato de dominação da burguesia –, a qual deriva-se de uma ótica marxista, não refletindo, portanto, necessariamente o caráter dependente que este assume na periferia em face à subordinação na economia mundial. Conforme argumenta Bichir (2017), em busca de precisar as particularidades do Estado dependente latino-americano, deve-se apontar que "[...] sua função é a mesma de todos os Estados no capitalismo, qual seja, a de garantir a reprodução do capital e a dominação da classe burguesa. Suas características, entretanto, distinguem-se, em diversos aspectos dos Estados que se formaram [no centro capitalista]" (Bichir, 2017, p. 137).

Neste caso específico, adentrando o traço essencial da TMD, a partir do pensamento de Marini (1977), o Estado nos países periféricos é, com efeito, um Estado dependente, "[...] como resultado das contradições de classe inerentes à [própria] situação de dependência" (Marini, 1977b *apud* Souza, 2021, p. 35). No cerne destas contradições encontra-se a discussão acerca da autonomia relativa do Estado – isto é, sobre a relação entre o Estado e as classes dominantes (Bichir, 2017, p. 116) –, da qual se irrompe a condição de dependência na qual as formações econômico-sociais periféricas estão imbuídas estruturalmente (Marini, 1977; Souza, 2021). Afinal, é neste marco contraditório no qual se vinculam as burguesias nativas e imperialistas, "[...] que podemos vislumbrar as particularidades da autonomia do Estado dependente, tendo

[82] En efecto, ningún Estado puede asentarse exclusivamente en la coerción.

[83] Aqui, diante dos objetivos da presente pesquisa, é importante sublinhar a relevância desta constatação em Marini (1987, online *apud* Bichir, 2017, p. 115), tendo em vista que, ao longo de seu processo histórico dialético na América Latina, a dimensão ideológica do desenvolvimento – isto é, o desenvolvimentismo – cumpre função essencial na manutenção e preservação do sistema capitalista. Retornaremos a esta discussão no segundo capítulo.

em vista que é precisamente o Estado que intermedeia o processo de integração entre elas" (Bichir, 2017, p. 142).

Na visão do teórico (1977), uma das principais características do Estado dependente trata-se de seu grau considerável de autonomia relativa, "[...] relacionado a uma lei geral das sociedades capitalistas segundo a qual a autonomia do Estado encontra-se em razão inversa à capacidade da burguesia de impor sua dominação de classe" (Marini, 1977; Bichir, 2017; p. 116; Souza, 2021, p. 35). Ou seja, quanto mais forte é a burguesia de um país, menor é a autonomia relativa do Estado, tendo em vista a sua capacidade de impor sua dominação através do aparato estatal. Isto quer dizer que a autonomia relativa do Estado dependente é forte porque a sua burguesia nativa é fraca, isto é, incapaz de impor sua dominação sobre as outras frações de classe no interior da sociedade (Marini, 1977; Souza, 2021). Em outros termos, conforme explicita o próprio teórico:

> [...] a classe dominante deposita no Estado, como organização por excelência de seus interesses, a responsabilidade pela condução de si mesma. Quando há harmonia suficiente entre as frações que a compõem, a presença dos interesses gerais da classe dominante se torna mais visível e a margem de autonomia do Estado no que se refere à sua interpretação e implementação se restringe. Quanto mais se agudizam os conflitos no interior da classe dominante ou, ainda se esta encontra diante de si uma classe dominada com força suficiente para contestar sua dominação, maior é esse grau de autonomia (Marini *et al*., 1975, p. 34 *apud* Bichir, 2017, p. 116, tradução nossa[84]).

Segundo Marini (1977), as razões históricas pelas quais decorre esta debilidade da burguesia nativa na economia dependente não são as mesmas entre os países latino-americanos. Conforme os preceitos da TMD, é claro, elas devem ser compreendidas a partir do estudo das formações econômico-sociais de cada nação, constatando as suas particularidades que conformam a condição de dependência (Souza, 2021, p. 35). Aqui, o que é essencial sublinhar no caso da América Latina, trata-se de sua subordinação ao processo de acumulação do capitalismo central desde a sua incorporação à economia mundial. Contudo, mesmo assim, de acordo com o teórico, é possível estabelecer alguns elementos gerais para a análise concreta dessas situações (Marini, 1977; Souza, 2021, p. 35-36).

O primeiro elemento geral do Estado dependente trata-se da sobrevivência de estruturas pré-capitalistas – embora, é importante ressaltar que articuladas e integradas ao modo de

[84] [...] la clase dominante deposita en el Estado, en tanto que organización por excelencia de sus intereses, la responsabilidad de conducción de sí misma. Cuando hay suficiente armonía entre las fracciones que la componen, la presencia de los intereses generales de la clase dominante se hace más visible y el margen de autonomía del Estado en lo que se refiere a su interpretación e implementación se restringe. Cuanto más se agudizan los conflictos al interior de la clase dominante, o aun si ésta encuentra ante sí una clase dominada con suficiente fuerza como para contestar su dominación, mayor es ese grado de autonomía.

produção capitalista. Este atraso no desenvolvimento do capitalismo de um país tem impactos na composição de sua burguesia dominante, tendo em vista que ela forma um bloco com outras frações de classe que ainda estão relacionadas a outros modos de produção. Nesta situação de fracionamento acentuado das classes dominantes na economia dependente, a autonomia relativa do Estado em relação ao conjunto da burguesia nativa é maior, pois esta não apresenta a capacidade de impor efetivamente seu domínio sob as demais frações de classe na sociedade (Marini, 1977; Souza, 2021, p. 35).

O segundo elemento geral se refere à integração crescente das burguesias dependentes – nativas – com as burguesias internacionais – imperialistas – no seio da economia dependente, ainda que estas se diferenciem pelo quadro de conflitos de interesses. A partir de Marini (1977), esta associação se erige sob a égide uma cooperação antagônica, na qual as burguesias nativas interagindo com àquelas imperialistas, buscam o apoio e a mediação do Estado, a fim de impedir os riscos que emergem a partir desta relação, isto é, a sua própria destruição. Tal papel desempenhado pelo Estado dependente, por sua vez, também contribui para a sua autonomia relativa frente ao conjunto das classes dominantes (Bichir, 2017, p. 142; Marini, 1977; Souza, 2021, p. 35).

Por último, relacionado ao ponto anterior, o terceiro elemento geral é a competição entre as burguesias imperialistas – isto é, as contradições advindas da disputa interimperialista – pelos seus próprios projetos no interior destas economias, considerando que estas também se encontram ligadas ao Estado dependente; o que também contribui para a autonomia relativa deste último (Souza, 2021, p. 35-36). Isto porque, conforme argumenta Marini:

> [...] o capital exportado pelos países imperialistas para as zonas dependentes exige ali do Estado nacional uma capacidade crescente em termos de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas (particularmente no campo do trabalho) favoráveis ao investimento estrangeiro (Marini, 1977f, online, *apud* Bichir, 2017, p. 142, tradução nossa[85]).

Aqui, antes de avançar, é relevante apenas destacar que apesar de favorecerem às burguesias internacionais imperialistas, tal papel do Estado não atende exclusivamente aos seus interesses, mas, sim, aos interesses de todas as classes dominantes em disputa pela dominação, sobretudo, daquelas que ocupam posição hegemônica no bloco no poder, tal como será discutido do segundo item desta seção. Dito isso, em termos complementares, além destas

[85] [...] el capital exportado por los países imperialistas a las zonas dependientes exige allí del Estado nacional una capacidad creciente en materia de obras de infraestructura, defensa del mercado interno, negociaciones financieras y comerciales con el exterior, financiamiento interno y creación de condiciones políticas (en particular en el terreno laboral) favorables a la inversión extranjera.

funções – isto é, de intervenção através do investimento em infraestrutura (hidrelétricas, estradas, obras públicas, etc.), da criação de um mercado estatal (haja vista a geração de uma demanda para a indústria pesada), da política econômica de contenção salarial e do emprego de mecanismos coercitivos para assegurar a superexploração (Bichir, 2017, p. 131-132; Marini, 1981, online *apud* Bichir, 2017, p. 131) –, ainda é necessário citar a ação do Estado em outras duas tendências. De acordo com a autora (2017), são elas:

> [...] [primeiro] a readequação da estrutura de circulação na perspectiva de criação de um mercado interno dinâmico para a produção industrial, por meio de políticas salariais e creditícias, transferindo recursos da classe trabalhadora para as camadas média e alta; e [segundo] a expansão comercial em direção ao mercado externo, direcionando a produção industrial, que não se realiza totalmente no plano interno, para o exterior (Bichir, 2017, p. 131).

Entendida esta relação entre as burguesias internacionais imperialistas e o Estado nacional dependente, ainda, conforme explicita Souza (2021), no que diz respeito à disputa entre as burguesias imperialistas pela dominação, deve-se apontar que "a competição não se expressaria apenas no mercado mundial, mas na forma de contradições internas nos países dependentes" (Souza, 2021, p. 36), complexificando, assim, a relação de classes e forças sociais dominantes existentes nestes (Bichir, 2017, p. 142; Marini, 1977). Ainda, em relação ao papel do Estado dependente com base na segunda tendência – isto é, sobre a expansão comercial pelas economias industriais dependentes em direção ao mercado externo –, tal como propõe Bichir (2017, p. 143-146), cabe relacioná-lo com o mecanismo do subimperialismo, enquanto expressão própria de uma fase do desenvolvimento capitalista dependente.

Esta fase subimperialista da economia dependente latino-americana, tal como discutido anteriormente, não se efetiva de fato sem a ação do Estado. Isto porque a política expansionista relativamente autônoma de um país no âmbito regional, cujo subimperialismo pressupõe, exige a articulação entre a sua dimensão econômica e política. Em outros termos, ele exige do aparato estatal o cumprimento de determinadas funções para ganhar forma na realidade concreta dos países. Nesse sentido, além da questão sobre a exportação de manufaturas e da reestruturação do sistema capitalista mundial, sobre o papel estatal na viabilização desta política, deve-se pensar também "[...] sua capacidade para criar e subsidiar a demanda para a produção, assegurar campos de investimento no exterior, por meio das empresas estatais, de créditos governamentais ou de garantias a operações privadas na América Latina e África" (Bichir, 2017, p. 145), dentre outras; que engendram sua integração à cadeia capital-imperialista internacional, ainda que sob a sua hegemonia de forma subordinada (Bichir, 2017, p. 144).

A própria materialização da política subimperialista nas formações econômico-sociais latino-americanas é, então, mais uma forma particular da manifestação do Estado dependente, embora, seja útil sublinhar que teoricamente não é aspecto exclusivamente definidor deste, nem sequer um elemento necessário para sua conformação. E, ainda, sobre a sua dimensão política, por trás destas funções estatais, em seu núcleo, encontra-se a dinâmica de disputas de classes e suas frações pela dominação – com destaque para os nexos e contradições entre as burguesias dominantes locais e imperialistas (Bichir, 2017, p. 145). Afinal, como afirma o próprio Marini sobre o subimperialismo brasileiro – embora, generalizável para os demais casos –, tal mecanismo "[...] não é apenas a expressão de um fenômeno econômico. Ele resulta, em ampla medida, do próprio processo da luta de classes no país e do projeto político definido pela [...] [burguesia no bloco do poder] juntamente com as condições conjunturais da economia e da política mundial" (Marini, 1977f, online *apud* Bichir, 2017, p. 144, tradução nossa[86]).

Com base nisto, a questão central destes elementos gerais formulados por Marini (1977) sobre a problemática do Estado dependente – isto é, sobre o seu aspecto coercitivo (essencial para a manutenção da superexploração), sua autonomia relativa e sua relação com o subimperialismo –, reside não somente na sua concepção do Estado a partir de seu caráter de classe, mas, também, relacionada diretamente com "[...] a complexidade das relações de classes derivada da situação de dependência" [87] (Souza, 2021, p. 36) – a qual acentua o fracionamento e a disputa das burguesias dominantes pela hegemonia no interior do bloco no poder. Esta concepção se contrapõe tanto à visão na qual o aparato estatal é simplesmente o resultado de uma disputa de classes sociais monolíticas – tal como pode evocar a ideia de uma burguesia nacional em termos 'autônomos' e 'desenvolvimentista' baseada num suposto 'interesse nacional'; quanto ao enfoque cardosiano que defende o modelo dependente e associado de desenvolvimento (Cardoso; Faletto, 1970; 2004; Souza, 2021, p. 43).

Em relação à primeira visão, de acordo com Bichir (2017), a partir dos aportes da TMD, a compreensão do caráter dependente dos Estados latino-americanos perpassa as considerações sobre "[...] a configuração do *bloco no poder*[88] desses Estados, indicando a posição hegemônica

[86] [...] no es sólo la expresión de un fenómeno económico. Resulta en una amplia medida del proceso mismo de la lucha de clases en el país y del proyecto político, definido por el [...], aunados a condiciones coyunturales en la economía y la política mundiales.

[87] Aqui, é importante apenas comentar que Souza (2021, p. 36-37), apesar da concordância neste quesito com Marini (1977), apresenta também uma série de discordâncias em relação ao teórico no que diz respeito a outros pontos, cuja discussão foge ao escopo da presente pesquisa. Inclusive, é necessário destacar também que embora sua obra proponha discutir a questão do Estado na teoria da dependência – na sua vertente marxista e cardosiana –, sua análise em relação ao caso brasileiro aproxima-se mais do segundo enfoque (Souza, 2021).

[88] Aqui, é importante sublinhar que apesar de ter sido elaborado por Nicos Poulantzas, segundo Bichir (2017, p. 136), o conceito de bloco no poder expressa com precisão os argumentos desenvolvidos por Ruy Mauro Marini em algumas de suas obras. Inclusive, conforme levantamento sistemático feito pela autora, ela aponta que Marini

das burguesias imperialistas internacionais e a integração entre os interesses dessas classes e das classes dominantes locais" (Bichir, 2017, p. 190, itálico nosso). E, portanto, ainda segundo a autora, tal contribuição não somente permite distinguir a caracterização entre os Estados dependentes e àqueles imperialistas, como também "[...] permite uma crítica contundente às pretensões de um desenvolvimento nacional 'autônomo' por parte das burguesias latino-americanas, como propugnado pelas ideologias desenvolvimentistas" (Bichir, 2017, p. 190).

Em relação ao enfoque cardosiano da dependência, aqui, também cabe alguns comentários, a fim de esclarecer diferenças em relação à problemática do Estado (Cardoso; Faletto, 1970; 2010). Nessa vertente, em contraste com a TMD, os teóricos defendem a tese de convergências e coalizões de interesses entre as burguesias dos países dependentes e dominantes não somente como elemento-chave para a compreensão do capitalismo periférico, mas, também, como estratégia para um tipo de desenvolvimento capitalista dependente e associado – ainda que este seja desigual e assimétrico entre os países e no interior de cada um. Para isto ocorrer, é de suma importância as relações do Estado dependente com as multinacionais no marco do processo expansionista de internacionalização do capital, naquilo que os autores entendem como uma forma de movimento de complementariedade e contradição não antagônica – o que Marini (1977) denomina de cooperação antagônica, por outro lado –, tendo em vista as disputas de interesses, por mercados e poder que podem emergir desta associação (Souza, 2021, p. 39-41).

Cardoso e Faletto (2010) ainda argumentam que em busca de dinamismo à sua forma, esta associação é devida ao aspecto *empresarial* do Estado, que o leva a aliar-se às multinacionais na produção. Tal papel que assume o aparato estatal, por sua vez, é entendido como "[...] o elemento estratégico que funciona como uma dobradiça, para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializam" (Cardoso; Faletto, 2010, p. 210; Souza, 2021, p. 41). Isto, porque, conforme explica Souza (2021, p. 43), a expansão e atuação destas nos países dependentes compõem aquilo que foi denominado de tripé do modelo dependente e associado de desenvolvimento, isto é, "[...] uma forma estatal baseada na aliança [contraditória] entre empresa multinacional, empresariado estatal e burguesia local, através da qual estes setores exercem o domínio sobre o resto da sociedade" (Cardoso; Faletto, 2010, p. 219; Souza, 2021, p. 43).

---

emprega este conceito em vários de seus escritos, demonstrando, assim, a proximidade deste para com o seu pensamento (Bichir, 2017, p. 136). Retornaremos ao conceito e sua relação com o pensamento de Marini, no próximo item desta seção.

Isto exposto, torna-se possível diferenciar ambas as vertentes no tema em questão, sobretudo, em relação à compreensão do fenômeno e à proposição de estratégias. Porém, independentemente de sua ótica – seja ela marxista ou cardosiana, pois, é elemento comum no conjunto da teoria da dependência que busca articular os fatores externos e internos –, o que é essencial destacar acerca do Estado dependente trata-se de seu caráter de classe. Em outros termos, segundo Amaral (2021) – ainda que dialogando com a obra de Cardoso e Faletto (1970; 2010) e não com o pensamento de Marini (1977) –, isto se refere ao elemento estrutural de que "todo Estado capitalista, independentemente do regime político, consiste em uma relação de dominação de classes, expressa nos pactos de dominação [...] que variam, conforme as fases do imperialismo/ dependência" (Souza, 2021, p. 44).

Esta noção de pacto de dominação, por sua vez, dialoga tanto com as ideias de fracionamento de classes e de autonomia relativa do Estado – entendidas a partir de Marini (1977) –, quanto com o conceito poulantziano de bloco no poder (Berringer, 2011; 2014). Isto porque, no primeiro caso, tal noção exprime a constante disputa de classes sociais e, também, entre suas frações – sejam elas internacionais/imperialistas e/ ou nativas/dependentes – na busca pela hegemonia no interior da sociedade; cuja complexidade de relações resulta na relativa autonomia estatal frente às burguesias dominantes (Marini, 1977; Souza, 2021). E, no segundo caso, de acordo com Souza (2021), porque ela "[...] remete à unidade contraditória entre classes e frações de classes dominantes nas relações com o Estado, de maneira similar à noção de bloco no poder" (Souza, 2021, p. 45), conforme será discutido no próximo item desta seção.

Nesse sentido, de acordo com Souza (2012), torna-se possível concluir que:

> Os obstáculos ao desenvolvimento, ou sua impossibilidade na fase da novíssima dependência, devem ser explicados a partir das convergências e coalizões de interesses dominantes entre capitalistas nativos e estrangeiros. A *função* do Estado de garantia da reprodução das relações de dependência é conformada em meio a essas convergências e coalizões, *desde dentro.* Os fatores externos pesam muito, no entanto não determinam tudo, os rumos dos conflitos políticos internos são igualmente importantes, entre classes, frações de classes, grupos sociais dominantes; e entre classes antagônicas, neste caso, conflitos que podem desembocar na luta de classes (Souza, 2021, p. 47-48, itálico da autora).

Esta conclusão é de suma importância, pois, reafirma não somente a necessidade de articular os fatores externos e internos para a compreensão da dualidade entre a dependência e o desenvolvimento na periferia; como também, revela a função de garantia pelo próprio Estado dependente – entendido enquanto dominação de classe – da reprodução ampliada de sua dependência (Marini, 2022b) e, assim, de sua subordinação às forças imperialistas (Souza, 2021, p. 49). Em outras palavras, em relação ao último ponto, isto significa "[...] sublinhar que

o Estado nas formações sociais periféricas e dependentes apresenta como traço distintivo a própria dependência" (Souza, 2021, p. 49), de modo que, para além dos fatores condicionantes externos, ele mesmo assume o papel de manutenção de sua condição subordinada.

Apesar disso, finalmente, aqui, cabe apenas algumas ressalvas a fim de evitar confusões teóricas. Primeiro, é importante ressaltar que não adotamos o sentido de periodização – isto é, o termo novíssima dependência – adotado por Souza (2021) em sua obra, por entendermos a dependência no sentido de formas fenomênicas, conforme explicado anteriormente (Luce, 2018). Segundo, é necessário afirmar que também não adotamos a tese de convergência e de coalizões de interesses dominantes entre capitalistas nativos e estrangeiros como estratégia para um desenvolvimento dependente-associado, tal como advoga Cardoso e Faletto (1970; 2010). Portanto, no caso da presente citação, quando a autora (2021, p. 47-48) faz referência a tal tese, entendemos simplesmente como a relação de associação e disputa existente entre as burguesias dominantes imperialistas e dependentes no interior do bloco no poder de cada país na economia mundial capitalista (Souza, 2021).

Em conclusão, apesar de sua importância fundamental, o debate acerca do Estado dependente a partir da TMD carece de uma análise sistemática, não ocupando lugar de destaque na produção teórica (Bichir, 2017; Souza, 2021). Nesse sentido, os aportes do pensamento de Nicos Poulantzas buscam complementar tal discussão, contribuindo, assim, para a compreensão mais ampla da noção de Estado capitalista e, por conseguinte, de sua relação com a problemática do desenvolvimento nas formações econômico-sociais periféricas. Afinal, o desenvolvimento da periferia não é condicionado apenas externamente pela dimensão estrutural – transferência de valor, etc. –, mas, também, internamente pela dimensão estatal-nacional, a qual se refere às classes sociais, à correlação de forças e às relações de poder que estão em disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder (Berringer, 2011; 2014).

2.2.2 Estado capitalista, autonomia relativa e bloco no poder em Nicos Poulantzas

Numa análise marxista do Estado, o 'fio condutor' basilar é a concepção de seu caráter de classe. Como discutido anteriormente, é desta forma que a TMD o interpreta, assim como é com o pensamento do teórico grego Nicos Poulantzas, embora neste último a organização estatal é interpretada de maneira mais sistemática, ocupando, por sua vez, lugar de centralidade. Aqui, no presente item, o objetivo é apenas introduzir os conceitos poulantzianos de autonomia relativa do Estado e de bloco no poder, a fim de complementar a discussão feita a partir do pensamento de Marini, revelando, assim, os condicionantes estruturais internos para o

desenvolvimento e a dependência. Em outras palavras, a disputa de classes que configura uma luta política pela dominação hegemônica no interior da sociedade, as quais ocupam o bloco no poder (Berringer, 2011; 2014; Souza, 2021).

Em termos gerais, a partir de Poulantzas, o Estado é uma instituição – material e humana – nas formações sociais capitalistas que organiza a dominação de um conjunto de classes sociais e busca conservar a sua estrutura social, isto é, a manutenção dos interesses mais gerais de seus grupos dominantes (Berringer, 2014, p. 19; Souza, 2021, p. 50-51). Conforme explicita Souza (2021), sua estrutura jurídico-política – ou, melhor dizendo, sua superestrutura jurídico-política –, baseada no burocratismo e no direito capitalista, opera precisamente neste sentido, produzindo dois efeitos-sustentação de natureza político-ideológica: a) o efeito de isolamento dos agentes sociais; e b) o efeito de representação da unidade. O primeiro efeito se refere à sua capacidade de desarticular as classes sociais por meio do direito, substituindo tais grupos pela noção de cidadania, na qual todos os indivíduos – juridicamente atomizados – são livres e iguais perante a lei. O segundo, por sua vez, trata-se de disfarçar o caráter de classe do Estado[89] – isto é, a divisão e a dominação de classes –, apresentando-o como um Estado nacional e popular, o qual é a expressão do interesse nacional ou o corpo político da vontade geral de um povo-nação[90] (Berringer, 2014, p. 20; Souza, 2021, p. 50-53). Ambos efeitos atuam para fazer do Estado uma arena neutra e ocultar as contradições de classe existente no interior da formação social, de modo que a dominação político-econômica não se revela visivelmente através da organização estatal (Berringer, 2014, p. 19-20; Souza, 2021, p. 56).

Com base nisto, porém, este sistema construído em torno do Estado "[...] não serviria *diretamente* aos interesses econômicos das classes e frações de classes dominantes, mas ao objetivo político geral de conservação da sociedade capitalista" (Souza, 2021, p. 51, itálico da autora). Isto porque, conforme já discutido no pensamento de Marini, as funções estatais não atendem exclusivamente às demandas de um único grupo social ou de membros sociais específicos. Ou seja, o Estado não se trata de um monopólio de uma determinada burguesia, mas, sim, da expressão de uma pluralidade de interesses capitalistas em disputa, apresentando,

[89] Em termos gerais, a partir do pensamento do teórico marxista Antonio Gramsci, este efeito pode ser relacionado com a dimensão subjetiva das relações de força capitalistas e, especificamente, com o seu conceito de hegemonia, isto é, com a capacidade do sistema capitalista de ocultar "[...] os interesses e as ideias da classe dominante apresentando-as como ideias e interesses universais" (Romero Wimer, 2015, p. 63-64, tradução nossa), sendo estes mecanismos legitimadores do próprio capitalismo (Romero Wimer, 2015; 2024).

[90] Geralmente, este efeito é expresso pelos termos que evocam a ideia de nação – tais como povo-nação, interesse nacional, ideologia nacional, etc. –, pois, eles cumprem o objetivo de legitimar o papel do Estado e ocultar a luta de classes/ dominação de classe, mantendo, assim, a ordem social existente no interior de seu território estatal (Berringer, 2014, p. 27). Em outras palavras, "[o] Estado capitalista, através de sua estrutura jurídico-política [e ideologia] constrói a ideia de nação, amparado muitas vezes no conjunto de símbolos (língua, cultura, etnia) que contribuem para a representação da unidade" (Berringer, 2014, p. 27).

assim, certa autonomia relativa em relação às suas classes e frações dominantes. (Souza, 2021, p. 52-53). Mesmo assim, conforme Romero Wimer (2024), é importante destacar que:

> [...] qualquer sociedade de classes expressa nas distintas dimensões da vida social (econômica, política e ideológica) o predomínio de sua[s] classe[s] dominante[s]. Os elementos superestruturais, tanto em termos jurídico-políticos quanto culturais, auto apresentados como instâncias que estão acima das classes sociais são, na realidade, a materialização dos interesses da[s] classe[s] dominante[s] e contribuem para sua reprodução. Na *configuração dependente dos Estados subordinados aos imperialismos*, existe uma burguesia local que se reproduz sob esta forma e sob às relações sociais de produção e estruturas de poder que reproduzem de maneira ampliada a dependência (Romero Wimer, 2024, p. 5, itálico nosso, tradução nossa[91]).

Ou seja, apontar que o Estado não é monopolizado por uma burguesia específica não significa afirmar, por sua vez, que ele não expressa o predomínio de uma classe e/ou de frações de classe dominantes. Isto porque a superestrutura jurídico-política de um país, por mais que ela não seja exclusiva de um único grupo social e sim a unificação da sociedade nacional (Berringer, 2014, p. 23), ela é a materialização dos interesses das classes capitalistas dominantes (Romero Wimer, 2024). Afinal, de acordo com Berringer (2014), a partir do pensamento de Poulantzas, "[...] o Estado capitalista exerce a função ideológica de unidade do 'povo-nação' enquanto, na realidade, ele organiza a hegemonia de uma ou de mais frações e as expõe como interesses gerais da nação" (Poulantzas 1977 *apud* Berringer, 2014, p. 19). Nesse sentido, é necessário sublinhar que o aparato estatal não é neutro, apesar de sua estrutura organizada no princípio de liberdade e igualdade dos cidadãos, e fundamentada na burocracia e no direito, pois ele carrega na sua estrutura organizacional, o fundamento político-ideológico capitalista da própria dominação de classes (Berringer, 2014, p. 19-20; Souza, 2021, p. 53).

A ideia de autonomia relativa do Estado, tal como já discutido em Marini, é importante justamente na compreensão deste enquanto espaço de luta política de distintos interesses capitalistas. Segundo Souza (2021), tal conceito é útil "[...] para frear visões simplórias do Estado, as que o concebem como arena neutra e as que o veem como mero comitê executivo dos negócios da burguesia financeira [ou de uma burguesia específica]" (Souza, 2021, p. 56). Ademais, soma-se à esta ideia, a visão de que o Estado, aparato responsável pela manutenção das relações de produção, "[...] é dirigido pela classe[s] dominante[s] sem que ela[s] ocupe[m]

[91] cualquier sociedad de clases expresa en las distintas dimensiones de la vida social (económica, política e ideológicos) el predominio de su clase dominante. Los elementos superestructurales tanto en términos jurídicopolíticos como culturales autopresentados como instancias que están por encima de las clases sociales son, en los hechos, la materialización de los intereses de la clase dominante y contribuyen a su reproducción. En la configuración dependiente de los Estados subordinados a los imperialismos existe una burguesía local que se reproduce bajo esa forma y relaciones sociales de producción y estructuras de poder que reproducen de forma ampliada la dependencia.

pessoalmente suas instituições" (Berringer, 2014, p. 24, itálico nosso). Ou seja, na realidade, é dirigido pela classe ou fração de classe hegemônica[92] no interior do bloco no poder, as quais possuem o poder político em relação às classes dominadas e são apoiadas pelos governos à frente do Estado seguindo uma hierarquia interna de poder no momento de formulação da política econômica (Poulantzas, 1975 *apud* Berringer, 2014, p. 24-25; Souza, 2021, p. 55).

Aqui, torna-se relevante fazer uma ressalva acerca dos interesses econômicos e sociais das classes dominadas (trabalhadoras). Não é porque esta instituição seja dirigida pelas classes e frações de classe dominantes que ele não deve ou simplesmente não atende aos interesses daqueles grupos sociais com menores capacidades em termos de poder ou de recursos político-econômicos para influir nas decisões estatais. Para isto ocorrer, a capacidade de organização e pressão destes é fator decisivo[93] (Souza, 2021, p. 55). Na visão de Poulantzas (1977 *apud* Berringer, 2014, p. 26), apesar de privilegiar os grupos dominantes, o Estado capitalista também "[...] atende constantemente interesses econômicos das classes dominadas, desde que num determinado nível ou [...] abaixo de certo limite" (Berringer, 2014, p. 26). Isto porque, conforme explicita a autora (2014), o seu objetivo último é a manutenção do modo de produção capitalista, mesmo que para isto seja necessário ceder e sacrificar relativamente parte dos interesses específicos das classes dominantes (Berringer, 2014, p. 26; Souza, 2021, p. 54-55).

Daí, introduz-se o conceito poulantziano de bloco no poder, o qual segundo Souza (2021) serve para:

> [...] designar a situação dominante comum dos detentores dos meios de produção e da riqueza em suas relações com o Estado, condição que não deve ser entendida como superaliança de classes/frações, e sim apreendida como **unidade contraditória e conflitiva** entre classes e frações de classes dominantes. [....] Quer dizer, por bloco no poder não devemos imaginar um bloco homogêneo, monolítico, mas uma *unidade* perpassada por inúmeras divergências e disputas (Souza, 2021, p. 53, itálico da autora, grifos nossos).

E, ainda, sobre a disputa entre as classes dominantes, a autora (2021) acrescenta:

> Os conflitos emergem o tempo todo, devido a diferenças de atividades: produtiva, comercial, bancário-financeira; ou relacionadas às dimensões do capital: grande capital, médio capital, grande capital monopolista ou não monopolista; e, no caso das

[92] O próprio Poulantzas se apropria do conceito de hegemonia de Gramsci para interpretas as lutas políticas entre as classes dominantes. De acordo com o teórico grego (1975 *apud* Berringer, 2014, p. 25), aquela classe e/ou fração de classe dominante que possui os seus interesses políticos e sociais atendidos pelos governos à frente do Estado de forma prioritária, exerce a dominação hegemônica no interior do bloco no poder, ainda que ela se apresente como interesse geral do povo-nação (Berringer, 2014, p. 25-26). Para saber mais sobre o diálogo entre Poulantzas, Cox e Gramsci, ver Berringer (2012; 2014).

[93] Inclusive, de acordo com Souza (2021), no caso de reformas visando justiça social (sejam elas, tributárias, salariais, agrárias, etc.), a capacidade de organização e pressão dos trabalhadores é fator decisivo para a sua concretização política frente aos interesses das classes dominantes (Souza, 2021, p. 55).

> nações dependentes, devido aos fracionamentos produzidos pelas articulações com o capital imperialista: burguesia nacional, compradora (associada) e interna (Souza, 2021, p. 53-54).

No caso dependente, o bloco no poder, então, se refere à unidade contraditória e conflitiva entre classes e frações de classes dominantes desde fora do Estado e/ou *por dentro* – considerando a atuação das burguesias internacionais imperialistas –, da qual se conforma precisamente a sua autonomia relativa. Como resultado, os interesses capitalistas dos grupos dominantes, mesmo aqueles mais gerais, não constituem um bloco homogêneo e monolítico; isto porque eles simplesmente não são os mesmos. Com efeito, dado o caráter de disputa, eles se divergem em relação às atividades e às dimensões do capital, dando origem aos conflitos de classe e suas frações pela dominação hegemônica no interior das formações sociais. Embora todas defendam o objetivo político de conservação/ reprodução da sociedade capitalista, a burguesia industrial de um país, por exemplo, não possui os mesmos interesses de sua burguesia agrária, financeira, etc.; o que impacta o conteúdo da política econômica formulada e proposta pelos governos à frente do Estado, conforme o bloco no poder (Souza, 2021, p. 53-56).

A partir da contribuição de Poulantzas, Berringer (2014) argumenta que por mais que uma política – no caso específico de sua pesquisa, direcionada à política externa – aparente se apresentar como interesse geral da nação, ela corresponde efetivamente aos interesses das classes e frações de classes que ocupam o bloco no poder em cada e determinada conjuntura histórica (Osorio, 2012b, p. 40). Nesta linha de raciocínio, a política dos governos frente ao Estado, seja ela, externa, social ou econômica, deve ser interpretada a partir do bloco no poder, desmistificando a representação estatal enquanto unidade nacional baseada nos interesses do povo-nação e, assim, revelando o seu caráter de classe, fundamentado nos interesses das burguesias dominantes, as quais estão em constante luta política para exercer sua dominação (Berringer, 2014, p. 29).

Esta interpretação poulantziana sobre o Estado capitalista (Berringer, 2014; Souza, 2021) converge amplamente com o pensamento de Marini acerca do Estado dependente discutida no item anterior desta seção, uma vez que na periferia é a atuação do Estado – no caso, dependente – que intermedeia a relação de disputa/ associação entre as burguesias nativas e imperialistas – isto é, o bloco no poder – pela materialização de seus interesses de classe. Nesse sentido, tal correlação de forças sociais em disputa pela dominação através do Estado dá lugar não somente ao seu aspecto coercitivo, mas, também, em fim último, à superexploração e ao subimperialismo, exercendo, assim, a sua função exclusiva – e, inclusive, incompatível

com a ideia de soberania – de garantia das condições de reprodução da própria situação de dependência (Bichir, 2017; Souza, 2021, p. 58).

Portanto, considerando o fracionamento das burguesias nas nações dependentes[94] e a complexa disposição de forças sociais no jogo de poder local, o conflito de interesses capitalistas manifesta-se no Estado através da luta política por meio de seus próprios recursos político-econômicos "[...] para influir sobre os rumos das políticas estatais, sobretudo política econômica, processo em meio ao qual se delineia a margem de autonomia relativa do Estado diante do bloco no poder" (Souza, 2021, p. 54). Nesta decisão sobre o conteúdo da política estatal na economia dependente, o poder social da fração hegemônica é de forte peso, assim como, é de suma importância a interação com o capital externo imperialista (Souza, 2021, p. 54-56). Ainda, em consonância com a perspectiva marinista, especificamente sobre o Estado dependente[95], deve-se destacar também que:

> Os interesses deste ou daquele segmento ganham existência política por meio das políticas estatais, mormente política econômica, esta distribui ganhos de modo desigual, às frações de classes dominantes e às dominadas. Insistimos, não se trata de um movimento livre e sim condicionado pela estrutura do Estado (burocratismo e direito capitalista), pelo poder socioeconômico e *emoldurado* pelo pacto fundamental vigente. No caso do Estado dependente, entre os interesses capitalistas presentes na luta política, decisivos são os interesses ligados a capitais estrangeiros, uma vez que a situação de dependência confere força política, internamente, a esses interesses, apoiados por representantes do bloco no poder nacional (Souza, 2021, p. 61, itálico da autora).

Nesse sentido, devido à sua complexidade de interesses capitalistas (internos e externos) presentes na luta política, o Estado dependente – com mais destaque àquele que logrou maior desenvolvimento e industrialização – apresenta um desafio duplo, que é intrínseco à sua condição de dependência. Contraditoriamente, ele deve "[...] representar e proteger os interesses econômicos nacionais e, ao mesmo tempo, garantir a expansão dos interesses econômicos estrangeiros no país" (Souza, 2021, p. 60). O problema é ainda maior quando esta segunda função sobressai à primeira, isto é, quando a lógica do aparato estatal se inverte, de modo que

---

[94] Sobre o fracionamento das burguesias nas nações dependentes – cuja complexidade também já foi discutida a partir da obra de Marini anteriormente –, com base no pensamento de Poulantzas (1976;1978), Souza (2021) discute uma clivagem entre aquelas de origem nacional e estrangeira, sendo elas tipificadas da seguinte maneira: a) burguesia nacional; b) burguesia interna; e c) burguesia compradora (associada). Em síntese, a primeira é aquela nacionalista e anti-imperialista; a segunda assume posição mais intermediária e ambígua, não sendo ela nem nacionalista e anti-imperialista, nem associada, tendo em vista que a sua base de acumulação, ainda que dependa amplamente do mercado interno, também se associa com o capital estrangeiro; e, por último, a terceira é aquela que reflete os interesses imperialistas (Poulantzas, 1976; 1978, *apud* Souza, 2021, p. 54).

[95] Aqui, torna-se relevante destacar que Souza (2021), à maneira de Marini que defende o aspecto coercitivo do Estado dependente, também argumenta que a manutenção da sociedade em termos desiguais implica a violência estatal no uso da força repressiva e na aplicação da lei – embora, não necessariamente por meio da superexploração do trabalho (Souza, 2021, p. 59).

a garantia da atratividade à expansão do capital estrangeiro internamente torna-se o principal objetivo político no país – visando, de acordo com a autora, na melhor das hipóteses, a geração de empregos, o crescimento econômico e o desenvolvimento (dependente e associado) –, o que reproduz de forma ampliada a sua dependência (Souza, 2021, p. 60-62).

A admissão de políticas estatais "[...] que podem abrir espaço para o desenvolvimentismo – ou produzir regressão da estrutura produtiva/ estagnação ou alternativas revolucionárias (Souza, 2021, p. 59), todas elas dependem das formas de articulação entre os fatores externos e internos que se configuram na dinâmica entre o imperialismo e a dependência. O nacional-desenvolvimentismo, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo na América Latina – salvaguardadas as suas diferenças, é claro – são ideologias e propostas políticas capitalistas que, por sua vez, também são produtos desta lógica de luta política entre as classes e frações de classes dominantes que estão em constante disputa pela dominação no interior do bloco do poder das economias dependentes (Berringer, 2014; Souza, 2021).

Por sua vez, esta é finalmente a dimensão estatal-nacional para a interpretação do desenvolvimento/ subdesenvolvimento latino-americano, cujo fundamento central da dependência perpassa a figura central do Estado capitalista dependente e de seu caráter de classe. Em outras palavras, não é possível analisar a dualidade entre dependência/ desenvolvimento sem tratar também o sistema de dominação e os pactos de dominação das classes sociais dominantes; o que, por sua vez, envolve o necessário esforço de encarar conjuntamente com os mecanismos estruturantes da situação dependente, os interesses econômico-políticos das forças sociais capitalistas que compõem o bloco no poder.

2.3 ADENDO METODOLÓGICO

Aqui, antes de avançar para a conclusão, cabe apenas fazer um adendo à metodologia da presente investigação, a fim de explicitar como o 'teórico' se traduz no 'empírico'. Em primeiro lugar, a fim de situar os alcances e limitações do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, deve-se verificar indicadores econômicos selecionados, coletados a partir da base de dados abertos do Banco Mundial (2025), tais como, o PIB, o nível percentual de crescimento econômico, o nível das exportações e importações, o percentual de crescimento das exportações e importações, a evolução do saldo e balança comercial dos países, etc. (Banco Mundial, 2025). A partir desta análise, mais ampla e geral acerca da situação econômica dos países sul-americanos, tornar-se-á possível introduzir e aprofundar outras estatísticas que buscam

demarcar em que medida se dá, a partir de resultados empíricos, a materialização da dualidade entre o desenvolvimento e a dependência sob tal conjuntura.

Isto feito, em segundo lugar, torna-se necessário operacionalizar a divisão internacional do trabalho (DIT), com a finalidade de demonstrar quantitativamente a relação centro-periferia, o papel produtivo desempenhado historicamente pela Argentina e pelo Brasil na economia mundial capitalista e, assim, a condição dependente de ambos os países sul-americanos. Para isto, a dissertação irá utilizar do Índice de Complexidade Econômica (ECI), isto é, de um indicador que mede e avalia a complexidade e sofisticação do tecido produtivo dos países. Em síntese, o indicador é definido por dois elementos: a) o nível de ubiquidade[96] dos bens produzidos; e b) o nível de diversificação da pauta exportadora (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Nestes termos, quanto mais 'desenvolvido' é um determinado país em termos produtivos, maior é seu nível de complexidade econômica, que é resultado combinado da não-ubiquidade e da alta diversificação de sua pauta produtiva e exportadora. Contrariamente, quanto menos 'desenvolvido' economicamente é determinado país, menor é seu nível de complexidade, caracterizado, por sua vez, pela ubiquidade e baixa diversificação. Dessa forma, independentemente da classificação de uma formação econômico-social, seja ela complexa ou não, a complexidade econômica também indica indiretamente o valor agregado de sua produção, o seu nível tecnológico, assim como, o grau de especialização de sua mão-de-obra (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Aqui, cabe destacar que o ECI considera em suas métricas apenas aqueles produtos referentes ao comércio internacional, de modo a não abranger completamente todos os processos produtivos dos países, pois nem tudo aquilo que é produzido internamente, é exportado (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Embora isto revele uma limitação do indicador – a qual reconhecemos de antemão –, é factível pontuar num sentido contrário, conforme afirma Gala (2017), que "[...] a partir da análise da pauta exportadora de determinado país tornou-se possível medir indiretamente a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo" (Gala, 2017, p. 21-22).

[96] No que se refere ao nível de ubiquidade, se um determinado produto é considerado 'ubíquo', isto significa que ele é comum e, portanto, exige relativa baixa capacidade produtiva, pois, afinal, muitos países possuem o conhecimento – *'know-how'* produtivo – necessário e suficiente para produzi-lo. Em contrapartida, se um determinado produto é considerado 'não-ubíquo', isto geralmente significa que se trata de um bem raro que exige, por sua vez, alto conhecimento e capacidade produtiva e tecnológica, haja vista que poucos países são capazes de efetivar a sua produção; exceto, nos casos onde a situação de raridade está relacionada à outros fatores, tal como a disponibilidade e a oferta de recursos naturais (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2024).

Ao analisar comparativamente o nível de complexidade econômica dos países, torna-se evidente, então, que na realidade está se comparando os seus tecidos produtivos, isto é, os processos de produção que conformam a sua estrutura produtiva, cuja configuração trata-se do elemento definidor da divisão internacional do trabalho (DIT). Afinal, quanto maior o nível de complexidade econômica de um determinado país, isto é, a sua capacidade de produzir bens complexos – como por exemplo, máquinas –, isto significa que ele apresenta aspectos econômicos, políticos e sociais característicos do 'centro' da economia mundial capitalista, porque tal métrica pressupõe a existência de processos produtivos industriais, com altos níveis relativos de tecnologia, mão-de-obra especializada, salários altos, etc. (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Sob a outra face da moeda, se um determinado país tem uma pauta produtiva e exportadora de baixa complexidade – cuja composição é basicamente de produtos primários –, a sua economia dispõe de uma série de aspectos característicos da 'periferia', a qual se caracteriza pela preponderância de processos com baixo grau relativo de tecnologia, mão-de-obra abundante e pouco especializada, salários baixos, etc. (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2025). Em vista disso, o ECI demonstra-se de fundamental relevância na análise dos resultados do desenvolvimento latino-americano. Isto porque, a partir de suas métricas, pode-se verificar a evolução histórica da estrutura produtiva dos países, de maneira a evidenciar seus alcances e limites num determinado período histórico.

No início do século XXI, num contexto caracterizado pelo chamado modelo neodesenvolvimentista em alguns países da América Latina, a partir de uma interpretação que assume a factibilidade deste processo, espera-se teoricamente que as economias avancem na industrialização, como estratégia não apenas de crescimento, mas, também, de desenvolvimento econômico – isto é, de transformação estrutural em economias mais complexas, com elevados níveis de produtividade, tecnologia, etc. (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Porém, à luz da TMD, tal processo não é factível, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista pode significar apenas o 'desenvolvimento do subdesenvolvimento', isto é, a reprodução ampliada da própria dependência (Marini, 2022b).

Com base nisto, a partir do ECI, é possível corroborar alguns pressupostos da teoria, aplicando-os na realidade latino-americana. Em primeiro lugar, é possível examinar a estrutura hierárquica da divisão internacional do trabalho e a configuração da relação centro-periferia, pois aquilo que mede o nível de complexidade econômica dos países, tal como discutido anteriormente, é precisamente o elemento definidor de sua posição na totalidade integrada e diferenciada da economia mundial capitalista. Em segundo lugar, também é possível

demonstrar a atual situação e condição exportadora latino-americana, a partir da: (a) evolução da composição setorial das exportações e importações dos países; (b) dos seus principais produtos exportados e importados; (c) dos seus principais destinos e origens; etc. Daí, resulta, em terceiro lugar, outra contribuição da base de dados e de seus indicadores: verificar o intercâmbio desigual que se estabelece entre as economias centrais e periféricas a partir do comércio internacional (The Atlas of Economic Complexity, 2025). A partir disso, espera-se confirmar o tradicional padrão de troca de bens primários por bens industriais, que fundamentam as relações comerciais entre as nações industriais imperialistas e aquelas dependentes (Marini, 2022b).

Estes nexos teórico-metodológicos, portanto, estão intimamente relacionados com o próprio elemento estruturante da dependência. Se o neodesenvolvimentismo latino-americano não efetua um avanço industrial em conformidade com uma transformação estrutural da pauta produtiva e exportadora dos países – isto é, se não ocorre uma melhoria efetiva nos seus indicadores de complexidade econômica (ECI) –, ainda que a região apresente outros indicadores positivos – crescimento econômico, etc. –, tal resultado pode significar, assim como prevê a TMD, apenas a manutenção e o aprofundamento da condição dependente. Nos termos de Marini (2022b), representam a continuidade das relações de produção que asseguram a reprodução ampliada da dependência; neste caso, através da esfera produtiva, tecnológica e comercial (Marini, 2022b).

Estes dados empíricos, porém, não são exclusivamente determinantes da dependência, nem são exaustivos da mesma, é claro. Ou seja, a situação dependente é mais abrangente do que unicamente o resultado deste indicador. O ECI possibilita a verificação de parcela significativa do fenômeno, mas não a sua essência por completo. Por isso, uma análise mais ampla e profunda da dependência latino-americana em termos metodológicos, também deve considerar a partir de outros indicadores, os efeitos conjuntos dos mecanismos de transferência de valor nas suas diversas formas de manifestação, a superexploração da força de trabalho no âmbito interno; e a reprodução do subimperialismo (Marini, 2022b).

Trilhando o caminho metodológico proposto por Osorio (2012a) em sua análise do atual padrão de reprodução do capital[97], no que concerne ao mecanismo de transferência de valor como intercâmbio desigual (Luce, 2018), torna-se necessário utilizar alguns dados e indicadores, com o intuito de operacionalizar as suas diversas formas de manifestação: (1) a deterioração dos termos de intercâmbio; (2) a remessa de lucros, *royalties* e dividendos; (3) o

[97] Retornaremos à discussão acerca da noção de padrão de reprodução do capital sobreposta à dialética do desenvolvimento latino-americano no próximo capítulo. Para saber mais, ver Osorio (2012a, 2012b).

serviço da dívida (remessas de juros); e (4) a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (Luce, 2018). Na presente dissertação, dado o enfoque da investigação no modelo neodesenvolvimentista, apesar da importância da terra e da questão agrária nesta discussão, iremos destacar sobretudo as três primeiras formas de manifestação citadas acima. Isto não significa que tal forma manifesta não seja útil ou relevante para analisar o neodesenvolvimentismo, pois, ela o é, ainda mais considerando o uso intensivo e extensivo de terra pelo modelo em vista; com efeito, significa apenas que a relação entre o imperialismo, a dependência e a questão da terra, deve considerar amplamente o debate acerca da reforma agrária e dos movimentos sociais[98], cuja discussão extrapola a delimitação da presente dissertação (Traspadini, 2016).

Em relação à operacionalização de sua (1) primeira forma de manifestação, a investigação utiliza-se simplesmente (a) do índice de preços de produtos básicos de exportação selecionados, a fim de verificar se a tendência de deterioração dos termos de troca se efetiva sob a conjuntura do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro. No que diz respeito à (2) segunda forma, deve-se, primeiramente, situar o papel e o peso do grande capital estrangeiro em ambas as economias, isto é: (a) o nível de investimento estrangeiro direto (IED); por valor total e por setor de destino; para que seja melhor concebida, posteriormente, (b) o nível anual de remessa ao exterior de lucros, *royalties* e dividendos pelas economias sul-americanas. Por último, (3) a terceira forma pode ser interpretada a partir dos seguintes indicadores: (a) o nível da dívida externa total; (b) o nível percentual da dívida externa em relação ao PIB; e, finalmente, (c) o nível anual de remessas de juros transferidas 'para fora' das economias sul-americanas. Nisto, é de suma importância os dados e estatísticas coletados da série de relatórios '*Anuario estadístico de América Latina y el Caribe'* e '*Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe*' da CEPAL, assim como, das autoridades oficiais da Argentina e do Brasil – isto é, do *Banco Central de la República Argentina* (BCRA) e do Banco Central do Brasil (BCB), respectivamente.

Na perspectiva dependentista-marxista de Marini (2022b), a superexploração do trabalho é outro mecanismo essencial que deve ser traduzido empiricamente. À maneira de Osorio (2012a, p. 123-133) e Luce (2018, p. 177-196), deve-se destacar uma série de indicadores a partir de anos selecionados dos países latino-americanos: (a) o índice de salário médio real; (b) o índice de salário mínimo real; (c) indicadores de emprego formal; (d) indicadores de subemprego por horas; (e) o nível de pobreza e extrema-pobreza; e (f) o nível

[98] Para saber mais sobre imperialismo, dependência e questão agrária na América Latina, ver a tese de Traspadini (2016).

de salário mínimo necessário (SMN). Aqui, para além das fontes já mencionadas, torna-se particularmente relevante os dados e estatísticas coletados a partir da série de relatórios anuais '*Estudio Económico de América Latina y el Caribe*' da CEPAL, da base de dados da CEPALSTAT, assim como, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Por último, sob o enfoque marinista proposto na presente investigação, deve-se contemplar também a categoria de subimperialismo. Conforme discutido anteriormente, tal mecanismo de compensação está diretamente associada à inserção e à política internacional das economias pertencentes à 'semiperiferia' (Clemente, 2024b, p. 29). A definição de tal posição hierárquica entre os países é produto da expansão, diversificação e concentração da indústria no interior de sua formação econômico-social (Marini, 1977 *apud* Amaral, 2012); cujos resultados derivam-se precisamente da análise realizada a partir dos nexos-metodológicos do índice de complexidade econômica (ECI). Ou seja, a estrutura produtiva e econômica dos países latino-americanos, sobretudo, em relação aos setores industriais manufatureiros é o primeiro passo – enquanto condição necessária, porém, insuficiente – para se verificar a situação subimperialista. Nesta toada, também deve-se considerar os seguintes elementos: num sentido econômico, (a) a exportação e expansão de capitais nacionais via investimento direto no exterior; (b) o grau de participação e o peso econômico das empresas argentinas e brasileiras translatinas no exterior, a partir tanto do nível de vendas totais, quanto do nível de fusões e aquisições transfronteiriças; e num sentido político, (c) a incorporação e o protagonismo junto aos organismos internacionais; nos quais pesam, novamente, a série de relatórios anuais '*Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe*' da CEPAL, a base de dados da UNCTADSTAT, assim como, outras fontes secundárias (Clemente, 2024b).

A partir destes indicadores, finalmente, a relação centro-periferia, a condição dependente e seus mecanismos basilares – intercâmbio desigual, transferência de valor (em suas diferentes formas), superexploração do trabalho e subimperialismo – poderão ser quantificadas, classificadas e comparadas historicamente, de modo a lançar luz em que medida se materializa a dualidade entre desenvolvimento e dependência sob o modelo neodesenvolvimentista argentino e brasileiro. Em outras palavras, com base nisto, torna-se possível analisar quantitativamente o desenvolvimento de ambos os países sul-americanos durante a conjuntura do neodesenvolvimentismo, revelando os impactos deste modelo na configuração de uma mudança estrutural da situação dependente num sentido econômico-produtivo.

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: a categoria do ‘desenvolvimento’ na intersecção teórica

As categorias expostas no presente marco teórico expressam as veias da dialética do desenvolvimento latino-americano. Elas demonstram que a compreensão da realidade concreta da América Latina, ontem e hoje, vai muito mais além do que a simples análise do crescimento e de outros indicadores econômicos. Com efeito, para que isto seja realizado de maneira adequada, deve-se tomar em conta as engrenagens que estruturam o movimento das relações econômicas internacionais: o imperialismo e a dependência. É somente a partir disso que se torna possível entender a inserção historicamente subordinada da periferia à economia mundial capitalista, a conformação da condição dependente, seus mecanismos de compensação e sua reprodução ampliada ao longo do tempo; a fim de identificar, em fim último, em que mediada materializou-se efetivamente a dualidade entre desenvolvimento e dependência.

No seio do pensamento crítico latino-americano, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a proposta teórica foi construída dialeticamente com base numa dimensão dupla, articulando os fatores e condicionantes externos e internos, econômicos e políticos da dependência, isto é: a sua dimensão estrutural, por um lado, e a sua dimensão estatal-nacional, de outro lado. Isto porque, em nosso entendimento, embora se mantenha a primazia dos determinantes econômicos/ estruturais sobre os políticos/ superestruturais, a categoria de desenvolvimento não deve ser interpretada somente a partir de uma única dimensão, caso contrário tal análise não logra abordar o fenômeno em sua totalidade. Por outro lado, defende-se a sua intepretação na intersecção teórica entre ambas as dimensões da dependência, considerando tanto os seus mecanismos fundamentais – transferência de valor, superexploração do trabalho e subimperialismo –, quanto o caráter dependente do Estado capitalista nas formações sociais periféricas – e, inclusive, a sua função na reprodução de sua própria condição.

Em suma, a primeira dimensão foi responsável, primeiro, pelo debate sobre a Escola da Dependência, apresentando-a e diferenciando suas vertentes. A partir do pensamento de Ruy Mauro Marini – um dos principais expoentes da vertente teórica marxista – e de outros autores mais recentes, conceitualizou-se a dependência, assim como, as suas categorias de operacionalização, delineando as formas nas quais ela se materializa na realidade concreta das economias dependentes da América Latina. A transferência de valor como intercâmbio desigual – por meio da deterioração dos termos de troca; das remessas de lucros, *royalties* e dividendos; do serviço da dívida, etc. – que se desenrola a partir das relações econômicas desiguais na economia mundial capitalista impulsiona nas nações dependentes, ainda que no contexto de

industrialização, a superexploração do trabalho e o subimperialismo, enquanto mecanismos de compensação frente às suas perdas de riqueza. Nesse sentido, na medida em que não se rompe com a situação de subordinação, o desenvolvimento latino-americano pode significar apenas a reprodução ampliada da própria dependência.

Na segunda dimensão, por sua vez, a partir do diálogo entre o pensamento de Marini e Nicos Poulantzas, discutiu-se o papel do Estado capitalista dependente, abordando, primeiro, o seu caráter de classe e o seu aspecto coercitivo (relacionando-a com a superexploração do trabalho). Ademais, em relação à configuração estatal dependente, debateu-se a complexidade de forças sociais por meio da ideia de fracionamento de classes, a essencial questão acerca da autonomia relativa do Estado – com destaque especial para a relação de disputa/ associação entre as burguesias nativas e as burguesias internacionais imperialistas –, e a manifestação da situação de dependência através do subimperialismo – afinal, este também é resultado dos interesses econômico-políticos das classes dominantes. Por fim, complementando a discussão na ótica da TMD, desenvolveu-se o conceito poulantziano de bloco no poder, a fim de revelar não somente a unidade contraditória e conflitiva entre as classes dominantes em sua relação com os governos à frente do Estado, mas, também, os condicionamentos políticos internos que tal situação impõe às estratégias de desenvolvimento das economias dependentes em cada e determinada conjuntura.

Diante disso, conclui-se que as estratégias e políticas de desenvolvimento latino-americano e seus resultados, em qualquer um de seus períodos ou fases históricas – qual seja, o desenvolvimento nacional-popular, o nacional-desenvolvimentismo, o neoliberalismo e/ou o neodesenvolvimentismo – são reflexos de ambas as dimensões combinadas da dependência. Ou seja, além da dimensão estruturante (predominantemente econômica e externa) que engendra as relações de subordinação em termos sistêmicos – a nível da economia mundial capitalista –; também se opera simultaneamente a dimensão estatal-nacional (predominantemente política e interna), na qual deve-se analisar centralmente o papel do próprio Estado em reforçar sua condição dependente, revelando a correlação de classes e frações de classes no interior do bloco no poder.

É precisamente por meio deste método teórico integrado na qual a presente dissertação buscar-se-á fundamentar a sua interpretação acerca do desenvolvimento latino-americano. Antes de avançar para a análise da unidade político-temporal (Osorio, 2012b, p. 40) do neodesenvolvimentismo, o próximo passo é a necessária compreensão da categoria de desenvolvimento – com destaque especial para o seu caráter capitalista e ideológico – e de seu processo histórico-dialético na América Latina. Isto porque é somente através da história que

um pode visualizar e entender com clareza a trajetória que engendra as condições econômico-sociais da conjuntura vigente, para enfim, transformar a realidade, dando a ela novos horizontes.

3 O PROCESSO HISTÓRICO DIALÉTICO DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

> *A definição de desenvolvimentismo como uma "religião da periferia capitalista" ilustra essa peculiar tendência à reiteração. Ao concluir uma experiência fracassada, emerge a amnésia social que faz esquecer esse fracasso, mas ao mesmo tempo são preparadas as condições para repetir o experimento.*
>
> (Katz, 2016, p. 210).

No seu âmago, a epígrafe de Katz (2016) contém a essência daquilo que se almeja discutir aqui. Esta citação é primordial por três razões que estão profunda e incontestavelmente integradas. A primeira delas é a definição crítica acerca do 'desenvolvimento' – ou, em seus próprios termos, da ideologia desenvolvimentista – como 'religião da periferia capitalista'. A segunda razão é a concepção deste fenômeno de forma associada com o capitalismo. E, por último, mas não menos importante, apesar de assumir o fracasso do experimento, é sua interpretação do desenvolvimentismo enquanto processo histórico que se conserva ao longo do tempo, tendo em vista a sua tendência à reiteração, manutenindo, o horizonte econômico e político no marco da economia mundial capitalista – embora, é necessário salientar que tal fenômeno atravessa modificações e transformações, de modo que não se manifesta igualmente em suas experiências desenvolvimentistas (Katz, 2016).

Conforme apresentado na introdução e em concordância com a concepção de Katz (2016), o objetivo específico do presente capítulo é compreender o processo histórico dialético do desenvolvimento na América Latina a partir do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), isto é, os avanços, recuos e contradições de seus modelos em seus diferentes períodos históricos – quais sejam, a) o nacional-desenvolvimentismo – entre meados da década de 1940 até a década de 1970 –; b) o neoliberalismo – a partir da década de 1980 com a Crise da Dívida, mas, sobretudo, nos anos 1990 com o Consenso de Washington –; e c) o neodesenvolvimentismo – a partir dos anos 2000 com a onda progressista latino-americana. Em outras palavras, trata-se de historicizar a trajetória da noção de desenvolvimento capitalista na região, entendendo dialeticamente as políticas, estratégias e ideologias de seus respectivos modelos, assim como, as suas mudanças e continuidades ao longo do tempo.

A partir de qualquer análise histórica – seja ela através ou não do enfoque materialista histórico-dialético –, deve-se definir um ponto de partida. Apesar da esquematização proposta

não abordar outros momentos anteriores acerca do desenvolvimento latino-americano que, evidentemente, também são importantes – qual seja, o desenvolvimentismo nacional-popular (entre a década de 1930 até os anos de 1940), tal como no Brasil de Getúlio Vargas, por exemplo –, o pós-guerra é o ponto de partida da análise histórica da presente pesquisa por duas razões. A primeira é metodológica, simplesmente, por uma questão de escopo. A segunda razão, por sua vez, é histórica, porque é a partir do pós-guerra que se difunde globalmente aquilo que é denominado de ideologia do desenvolvimento, cujas ideias encontraram terreno fértil na América Latina, arraigando-se desde então na região. Ou seja, isto não implica a inexistência de outros contextos anteriores importantes, nem que é impossível tratar destes a partir da dialética, porque eles tanto existem, quanto podem ser interpretados dialeticamente. Contrariamente, tal decisão indica apenas um recorte histórico específico que apresenta limitações, as quais assumimos de antemão.

Outros dois elementos que são importantes de sublinhar acerca da proposta de esquematização do desenvolvimento na América Latina, a fim de evitar críticas imprecisas, tratam-se de sua periodização e de seu grau de generalidade. Sobre a primeira questão, é importante mencionar que a esquematização entre distintos modelos de desenvolvimento não é concebida de modo a corresponder necessariamente a origem imediata do fenômeno historicamente – seja em seu contexto mais amplo e/ou até mesmo no âmbito regional. Em outras palavras, não se trata de uma periodização que se constrói rigorosamente a partir da emergência de seus modelos, mas, sim, de uma que busca apontar o contexto no qual estes se tornam hegemônicos e dominantes na realidade latino-americana. Este são os casos, por exemplo, tanto do nacional-desenvolvimentismo que é proveniente de uma fase anterior do padrão industrial, o desenvolvimentismo nacional-popular – etapa internalizada e autônoma (Osorio, 2012b, p. 78) –, tal como discutido acima; quanto do neoliberalismo latino-americano que, por sua vez, surge na década de 1970, no Chile sob Pinochet e, posteriormente, em outras ditaduras da região, mas que se difunde e consolida-se, sobretudo, com o Consenso de Washington na década de 1990 (Katz, 2016, p. 79; 81-84). Retornaremos a estes pontos nas próximas seções deste capítulo. Nesse sentido, o esquema proposto se detém mais na consolidação hegemônica de seus modelos do que simplesmente no surgimento deles, embora, seja necessário compreender os seus contextos históricos de origem.

Sobre a segunda questão da esquematização – isto é, o seu grau de generalidade –, em síntese, ela revela traços gerais e comuns em vários países latino-americanos, porém, isto não significa, é claro, que os processos históricos de desenvolvimento destas economias ocorreram de maneira semelhante, nem simultânea ao longo do tempo. E, mesmo aquelas que tenham

passado por um processo similar em termos históricos, as suas experiências político-econômicas não são exatamente as mesmas. Afinal, o objetivo não é forçar a realidade a se adequar a estes termos. Nesse sentido, apesar de referir-se a uma visão geral do fenômeno com a finalidade de simplificar a sua acepção, não perdemos de vista o significado das particularidades. Contrariamente, seguindo a trilha da TMD, defende-se, aqui, a importância de se diferenciar as formas com que o desenvolvimento ocorre nas diversas nações, analisando o caso específico de cada formação econômico-social para dar conta de suas particularidades (Osorio, 2012b, p. 80; 85). Daí, inclusive, surge a necessidade de se analisar especificamente a experiência neodesenvolvimentista da Argentina e do Brasil, tal como será discutido no próximo capítulo. Portanto, ainda que casos divergentes possam enfraquecer o esquema, eles não invalidam o seu argumento geral, somente apontam limitações – as quais também assumimos antecipadamente –, ao mesmo tempo que reforçam a validade dos preceitos da teoria marxista da dependência.

Isto exposto, atrelado ao objetivo específico do presente capítulo, busca-se também realizar duas discussões fundamentais a fim de amparar a análise histórico-dialética marxista. Em primeiro lugar, num sentido mais teórico-metodológico, o presente capítulo sobrepõe a periodização proposta de seus modelos de desenvolvimento à noção de padrões de reprodução do capital, a fim de demonstrar a indissociabilidade da ideologia do desenvolvimento – ainda que se fundamente nos elementos superestruturais – com a dimensão produtiva e com a luta de classes – isto é, com a dimensão estrutural/ infraestrutural. Ou seja, mesmo que a noção de desenvolvimento seja um elemento essencial da dimensão ideológica do capitalismo, ele não está apartado do seu modo de produção, nem da disputa classista no interior de cada formação econômico-social. Com efeito, ela depende e reflete a luta de classes. Esta observação é importante para evitar críticas de que a concepção histórico-dialética adotada é hegeliana ao invés de marxista, simplesmente por objetivar historicizar a questão do desenvolvimento, tendo em vista sua dimensão ideológica.

Em segundo lugar, a fim de melhor explorar as mudanças nos modelos de desenvolvimento, busca-se também exemplifica-las a partir dos distintos ciclos de regionalismo na América Latina – quais sejam, o regionalismo fechado (ou modelo do velho regionalismo); o regionalismo aberto (ou modelo do novo regionalismo); e o regionalismo pós-hegemônico (também denominado de pós-liberal). Isto porque os seus processos de regionalismo e integração regional refletem, em grande medida, a ideologia do desenvolvimento na região. Ou melhor dizendo, o modelo vigente de desenvolvimento latino-americano orienta profundamente o tipo de regionalismo concebido e praticado, materializando-se concretamente nas propostas

de integração regional em cada período histórico. Segundo Mariano e Ribeiro (2020), a busca pelo 'desenvolvimento' é o ponto de convergência entre as distintas experiências na América Latina, pois "[...] independentemente do processo histórico que lhe deu origem e da formação institucional resultante, podemos afirmar que a questão do desenvolvimento permanece como o grande motor dos referidos processos" (Mariano; Ribeiro, 2020, p. 50). Contudo, apesar desta relação, é necessário destacar que o debate acerca do regionalismo/ integração regional e sua periodização na América Latina não é o objetivo da pesquisa; sendo ele, a grosso modo, útil somente para complementar a discussão, isto é, apenas como um aporte para a historicização da categoria do 'desenvolvimento' na região.

Dito isso, cabe apenas apresentar as duas seções centrais do capítulo. A primeira seção é responsável por discutir a categoria de 'desenvolvimento' no pós-Segunda Guerra Mundial, revelando o seu caráter intrinsecamente ideológico e capitalista, apesar de suas metas políticas supostamente neutras. Não é por acaso que certos autores interpretam o fenômeno enquanto 'horizonte utópico', mito, ilusão, ou 'religião' da periferia capitalista, etc. Após tal conceituação, a segunda seção busca debater a dialética do desenvolvimento na América Latina[99], de maneira a demonstrar a sua trajetória desde o pós-guerra até os dias atuais, qual seja, os seus modelos de desenvolvimento – sobrepostos aos padrões dominantes de reprodução do capital –, exemplificando-os com os ciclos de regionalismo e propostas de integração regional em seus respectivos períodos históricos. Para isso, busca-se, primeiro, introduzir a noção de padrão de reprodução do capital relacionando-a com a temática; segundo, discutir brevemente a relação entre desenvolvimento e regionalismo latino-americano; e, finalmente, apresentar o processo histórico-dialético do desenvolvimento na região em conjunto com os demais aportes teórico-metodológicos/ conceituais, de modo a conceber o seu movimento enquanto tese, antítese e síntese; destacando, assim, os seus avanços, recuos e contradições ao longo do tempo.

[99] Apesar de seu caráter ideológico, utilizamos preferencialmente a expressão 'dialética do desenvolvimento' ao invés de 'dialética da ideologia desenvolvimentista' na América Latina, simplesmente, porque no contexto do neoliberalismo, seria conceitualmente incorreto discutir uma ideologia neoliberal desenvolvimentista, devido à mudança de eixo na concepção do desenvolvimento e de suas estratégias político-econômicas. Isto não significa, é claro, que o desenvolvimento não é concebido a partir do ideário neoliberal, mas, sim, que este pensa-o diferentemente daquilo que é tipicamente considerado como ideologia desenvolvimentista. Portanto, a fim de salvaguardar seus respectivos significados, conteúdos e diferenças, seguiremos desta maneira.

3.1 A CATEGORIA DE DESENVOLVIMENTO: revelando o seu caráter ideológico e capitalista

A partir do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a noção de desenvolvimento é uma categoria central para se compreender as ciências econômicas e sociais; delineando, inclusive, as relações internacionais (Rocha, 2022). No caso específico da América Latina, esta relação é ainda mais profunda em termos históricos, pois desde o século XIX, a partir dos movimentos de independência política e construção dos Estados nacionais em contraposição ao colonialismo e às intervenções externas (Deciancio, 2016; Granato; Batista, 2018; Briceño-Ruiz; Lombaerde, 2018), a categoria do desenvolvimento é fundamental para o pensamento e tradição político-econômica latino-americana. Porém, trilhando a história mundial, isto se acentua efetivamente na região a partir de sua difusão global no pós-guerra, instrumentalizando o 'desenvolvimento' como horizonte utópico das nações – isto é, como "[...] um fim em si mesmo, um lugar a ser alcançado, embora pareça sempre fora do alcance" (Prado, 2020, p. 32).

Isto porque diante de sua suposta meta – qual seja, superar a pobreza, o 'atraso' e o subdesenvolvimento –, o 'desenvolvimento' adquiriu traços quase incontestáveis no pós-guerra, difundindo-se globalmente com base na legitimidade por trás de seu fins econômico-políticos. Não é por acaso que vários autores revelam a importância que esta categoria assume para aqueles considerados mais 'atrasados' ou 'subdesenvolvidos'. Santos Filho (2005), por exemplo, afirma que as crenças no 'desenvolvimento' e no 'progresso' da modernidade – isto é, na convergência entre a indústria, a ciência moderna e a tecnologia – representam simbolicamente o fogo do mito grego de Prometeu[100]: uma esperança de transformação das condições sociais (Santos Filho, 2005, p. 15). Em um sentido complementar, Gilbert Rist (2008) alude que o desenvolvimento é como o canto de sereias, tendo em vista que a força do seu discurso "[...] procede do seu poder para seduzir, em todo o sentido do termo: atrair, agradar, fascinar, fazer sonhar, e também, abusar, afastar-se da verdade, e enganar" (Rist, 2008, p. 1, tradução nossa[101]); e, diante disso, o autor questiona "[c]omo alguém poderia possivelmente

[100] O mito grego de Prometeu se refere a história na qual o titã rouba o fogo dos deuses – representação simbólica do 'conhecimento' – e concede-o aos homens – à humanidade –, ofertando-lhes "[...] a esperança de poderem mudar sua vida, sair da condição miserável em que viviam e ascenderem a deuses" (Santos Filho, 2005, p. 15). Devido à transgressão do herói mítico, Prometeu é acorrentado e punido pelos deuses por toda a eternidade. Santos Filho (2005) correlaciona o velho mito grego com o 'desenvolvimento', pois, ele, assim como o 'conhecimento', constitui-se na mudança por meio da qual "[...] subtrairia os homens do reino da escassez inicial para os altos níveis de abundância futura" (Santos Filho, 2005, p. 15).

[101] [...] comes of its power to seduce, in every sense of the term: to charm, to please, to fascinate, to set dreaming, but also to abuse, to turn away from the truth, to deceive.

resistir à ideia de que existe uma maneira de eliminar a pobreza pela qual se sente tão atormentado?" (Rist, 2008, p. 1, tradução nossa[102]).

E, desde então, independentemente de seus objetivos e fins políticos praticamente incontestáveis, torna-se possível afirmar que tal categoria cumpre uma função de ideologia em escala global, tendo em vista que desistoriciza o desenvolvimento e naturaliza as relações de dominação e exploração sob a economia mundial capitalista "[...] mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais" (Prado, 2020, p. 32). Em outras palavras, ela se apresenta como um tipo de ideologia do progresso que promete a superação dos problemas econômicos das nações; ou, melhor dizendo, que o desenvolvimento econômico, social, político, etc. – dentre outras inúmeras adjetivações do termo – torna-se não somente possível individualmente, mas, também, generalizável no marco do sistema capitalista, desde que determinadas políticas econômicas sejam adotadas pela periferia visando subir degraus rumo à chamada modernidade (Prado, 2020).

Em síntese, de acordo com Dos Santos (2023, p. 17-18), desde o século XIX, as ciências sociais buscaram explicar a modernidade como um novo estágio civilizatório de condutas econômicas, políticas e culturais nas sociedades, cujo processo social criador originou-se da Revolução Industrial e do surgimento da civilização ocidental. Com efeito, a depender do contexto, tal conceito é apresentado como resultado histórico, seja ele, da ação de forças econômicas do mercado ou do socialismo, de um modelo de conduta racional do indivíduo racional e utilitário, ou simplesmente da suposta superioridade racial e cultural da Europa. Ou seja, de qualquer modo, trata-se de uma noção evolucionista e eurocêntrica, a qual concede superioridade às sociedades 'modernas' do Ocidente sob àquelas outras meramente classificadas enquanto sociedades 'tradicionais' das demais regiões do globo, ignorando as particularidades e especificidades que as constituem ao longo do tempo (Dos Santos, 2023; Santos Filho, 2005). Conforme explica o autor (2023), portanto:

> "[a] modernidade deveria ser encarada fundamentalmente como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática que uma parte dos vitoriosos identificava com o liberalismo norte-americano e inglês e, outra parte, com o socialismo russo" (Dos Santos, 2023, p. 18)

Diante disso, não é de nenhuma maneira insensato e/ou imprudente, relacionar a ideologia do desenvolvimento como 'horizonte utópico' com a busca dos países pelo alcance

[102] How could one possibly resist the idea that there is a way of eliminating the poverty by which one is so troubled?

da dita modernidade capitalista, ainda mais após o fim da experiência socialista russa e o fracasso de seu próprio modelo. Inclusive, não é por acaso que esta interpretação sustenta o surgimento de uma vasta literatura nas ciências econômicas e sociais do pós-guerra, qual seja, a chamada Teoria do Desenvolvimento – também, denominada de 'economia do desenvolvimento' –, a qual ainda é, até hoje, influente na maneira pela qual se pensa a questão do desenvolvimento[103] (Dos Santos, 2023; Prado; 2020; Rocha, 2022). Retornaremos a este ponto com mais detalhes posteriormente nesta seção.

Num movimento contrário a esta interpretação, conforme argumenta Prado (2020, p. 83), a forma básica de combater uma ideologia é desnaturalizando-a, o que implica direcionar-se para a dimensão histórica do fenômeno, a fim de revelar seu conteúdo particular. Neste intento, além da obra de Prado (2020), demonstram-se também imprescindíveis as contribuições de Arrighi (1998); Dos Santos (2023); Furtado (1974); e Santos Filho (2005); devido, sobretudo, às suas interpretações críticas ao 'desenvolvimento', o que não afasta, é claro, a necessidade de resguardar as suas diferenças teóricas, analíticas etc. Antes de avançar na origem histórica da ideologia do desenvolvimento, no surgimento das Teorias do Desenvolvimento, e no seu enraizamento na América Latina, torna-se primordial responder as seguintes questões, pois, ainda que pareçam simples, elas são complexas e omitem o seu caráter ideológico e capitalista. Afinal, no que consiste o desenvolvimento? Como desenvolver? Quais estratégias e modelos devem ser seguidos?; dentre outras inúmeras possibilidades.

Em síntese, no seu âmago, a noção de 'desenvolvimento' se refere ao processo de desdobrar-se a partir de si mesmo em direção a uma dimensão econômica, política e social superior (ou mais ideal) àquela da sua condição anterior. Em outros termos, de acordo com Santos Filho (2005), "[...] desenvolver-se é sempre progredir, em estágios sucessivos, para níveis cada vez mais altos de civilização, no qual o domínio crescente da realidade natural possibilita uma vida melhor para os homens" (Santos Filho, 2005, p. 15). Esta noção está intimamente relacionada com as ideias de evolucionismo, organicismo e, também, com a crença do progresso ilimitado da modernidade capitalista; pressupondo que este processo é necessário, inevitável e irreversível (Santos Filho, 2005, p. 13-15).

[103] Além do esforço necessário de desnaturalizar o 'desenvolvimento', uma das grandes contribuições da obra de Prado (2020) sobre a ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência trata-se, justamente, de demonstrar em termos críticos não somente o processo histórico do fenômeno em escala mundial, mas, também, seu enraizamento na América Latina, com especial destaque para o Brasil, no qual tal ideologia tornou-se legitimada pela histórica hegemônica do pensamento 'econômico' brasileiro, sendo ela comum no cenário político e intelectual do país até os dias atuais (Prado, 2020, p. 31-35).

A Filosofia do Girino de R.H. Tawney é uma metáfora que ilustra bem tal noção de 'desenvolvimento'. Conforme cita Arrighi (1998), o teórico Immanuel Wallerstein observa que a ideologia do 'desenvolvimento' se trata simplesmente da versão global desta filosofia, a qual defende que:

> [...] é possível que girinos inteligentes se resignem com a inconveniência de sua posição, ao refletir que, embora a maioria vá viver e morrer como girinos e nada mais, os mais afortunados da espécie um dia perderão seu rabo, distenderão sua boca e estômago, pularão lepidamente para a terra seca e coaxarão discursos para seus ex-amigos sobre as virtudes pelas quais girinos de caráter e capacidade podem ascender à condição de sapos (Wallerstein, 1979 *apud* Arrighi, 1998, p. 220).

Tal pensamento expressa basicamente a ideia do desenvolvimento à maneira da conceituação de Dos Santos (2005). Primeiro, porque os países devem se desdobrar a partir deles próprios naquilo que seria um movimento orgânico e evolucionista para atingir aquela dita etapa 'superior', desenvolvida; dependendo, assim, apenas de seus próprios esforços e capacidades para alcançar o progresso. Em segundo lugar, porque é propagada enquanto ideologia, como um processo possível de se realizar por quaisquer países – isto é, passível de universalização –, tendo em vista que alguns casos bem-sucedidos (as economias 'avançadas' e 'desenvolvidas') ditam a possibilidade real do 'desenvolvimento' aos demais (às economias ditas 'atrasadas', 'subdesenvolvidas', etc.). Isto porque, no discurso, todos eles partem supostamente de um mesmo ponto inicial, inferior – o qual se baseia num padrão evolutivo por etapas e uma concepção linear de tempo –, de modo que o sucesso de um supõe o êxito do outro, concedendo legitimidade à ideologia. Por conseguinte, o segredo para desenvolver-se reside na adoção de medidas político-econômicas modernizantes tais como àquelas típicas dos países desenvolvidos, vistos como exemplos a serem seguidos (Santos Filho, 2005; Wallerstein, 1979 *apud* Arrighi, 1998, p. 220). Daí, ergue-se o fundamento basilar que dá origem à ideologia global do desenvolvimento e às suas teorias no pós-guerra, tal como discutiremos a seguir.

Contudo, antes de avançar nesta discussão, aqui, deve-se ressaltar apenas que tal noção emerge muito antes da segunda metade do século XX. Com efeito, em termos históricos, pode-se verificar que o 'desenvolvimento' é produto da ideologia da modernidade capitalista, relacionando-se intimamente ao pensamento do Iluminismo no século XVIII – geralmente interpretado como o 'século das luzes' – a partir da ideia de valorização da razão humana e de secularismo na busca pelo progresso da humanidade. Segundo Ramón Grosfoguel[104] (2008),

[104]Aqui, cabe tecer alguns comentários em relação à utilização de tal referência, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas ou críticas. Ramón Grosfoguel é um sociólogo porto-riquenho pertencente ao Grupo Modernidade/ Colonialidade, isto é, vinculado aos pensamento decolonial na América Latina, adotando, assim, uma postura crítica ao eurocentrismo e à modernidade capitalista. Inclusive, neste artigo, o autor elabora várias críticas à Teoria

"[...] a ideia de que o novo é necessariamente bom e desejável porque nós vivemos em uma era do progresso é fundamental para a ideologia da modernidade" (Grosfoguel, 2008, p. 308, tradução nossa[105]). É a partir disto, portanto, que nasce a noção de desenvolvimentismo, isto é, a busca incessante pela riqueza das nações baseada na ideia de progresso e na ideologia liberal (Grosfoguel, 2008, p. 308).

No século XIX, por exemplo, o debate sobre o 'desenvolvimento' girou em torno dos adeptos ao livre-mercado *versus* neo-mercantilistas. O primeiro grupo – representado, sobretudo, pelo pensamento de Adam Smith e David Ricardo – defendia uma doutrina liberal baseada no livre-mercado para estimular a riqueza das nações. Por outro lado, o segundo grupo – baseado no pensamento de Frederich List – defendia uma posição protecionista, a fim de promover o desenvolvimento. Inclusive, conforme defende Grosfoguel (2008), apesar da tendência de tratar a questão acerca do desenvolvimento na América Latina somente no pós-1945, devido à dinâmica da economia capitalista, este debate também alcançou a região ainda no século XIX, influenciando discussões políticas e econômicas em vários países latino-americanos, tais como Argentina, Chile e México (Grosfoguel, 2008).

Inclusive, conforme argumenta Prado (2020), ainda no início do século XX – mais especificamente, no período precedente à Segunda Guerra Mundial –, houve também outros processos históricos que foram determinantes para a formação específica do horizonte utópico do desenvolvimento no pós-guerra. Entre eles, deve-se citar a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a Revolução Russa (1917), a criação da Liga das Nações, a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Grande Depressão – também denominada de Crise de 1929 –, etc. (Prado, 2020, p. 84-85).

Dito isso, embora a ideia do 'desenvolvimento' preceda os meados do século XX, como discutido acima, a sua origem enquanto constructo ideológico global ou a sua transformação num fenômeno 'universal', de fato, situa-se somente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e em particular com a Guerra Fria (Prado, 2020, p. 85-86). Neste cenário, mediante o declínio em definitivo das potências imperialistas, a consolidação da hegemonia estadunidense, a disputa e confrontação global entre os EUA e a URSS, os impactos destrutivos da guerra e a necessidade de reconstrução (Dos Santos, 2023, p. 15-16), deu-se uma enorme centralidade à

---

da Dependência – cujas formulações são o marco teórico da presente pesquisa –, relacionando-a com a ideologia desenvolvimentista e, logo, com a própria modernidade. Portanto, tal referência não reflete uma tentativa de ecletismo teórico, de maneira a ignorar as discordâncias existentes entre ambas as abordagens. Contrariamente, a utilizamos criticamente somente como referência para a reconstrução do balanço histórico do período (Grosfoguel, 2008). Para saber mais sobre os debates pós-colonial e decolonial, ver (Moraña; Dussel; Jáuregui, 2008).

[105] The idea that anything new is necessarily good and desirable because we live in an era of progress is fundamental to the ideology of modernity.

noção de ‘desenvolvimento’ entre os países; não somente em seus respectivos termos, mas também para os outros, conforme “[...] construção ideológica de universalização – em escala mundial – dos interesses vinculados a distintos projetos de desenvolvimento” (Prado, 2020, p. 86). Ademais, os processos de descolonização e o fim do domínio colonial na África e na Ásia aumentaram consideravelmente o número de Estados nacionais com vários problemas econômicos e sociais, resultando, assim, numa “[...] série de demandas relativas à correção de desigualdades na distribuição de recursos e de riquezas entre os Estados na sociedade internacional” (Santos Filho, 2005, p. 24).

Daí, segundo Prado (2020), estabeleceu-se no pós-guerra:

> [...] todo um enorme aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que apresentava o “desenvolvimento” mesmo como um fim político praticamente incontestável. A partir de então, e cada vez mais, é o *desenvolvimento em si* – ou até mesmo adjetivado – que passa a figurar como um horizonte utópico. Desde então, em quase todas as esferas sociais em que se faz presente, o “desenvolvimento” tem sido o principal horizonte utópico de diversas nações” (Prado, 2020, p. 85-86, itálico do autor).

E acrescenta:

> [...] é somente no pós Segunda Guerra que a própria base material capitalista possibilita a universalização desse constructo ideológico enquanto tal, dentro do processo de transformação do padrão de reprodução do capital em escala mundial sob hegemonia dos EUA. Tais transformações permitem que diferentes projetos de “desenvolvimento” se tornem hegemônicos, através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele então, começarão a ser denominadas de “áreas subdesenvolvidas” (Prado, 2020, p. 86-87).

Neste contexto histórico, não é por acaso a criação de uma série de instituições e organismos internacionais, cuja preocupação central e função perpassava deliberadamente a questão do ‘desenvolvimento’ como horizonte, isto é, o desenvolvimento dos países ‘subdesenvolvidos’. A partir dos Acordos de Bretton Woods, em 1944, foram realizadas conferências nas quais foram fundadas as instituições econômicas e financeiras do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) – convertendo-se posteriormente no Banco Mundial –; do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – posteriormente, Organização Mundial do Comércio (OMC) –; e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Este é um evento emblemático, pois não apenas confirma o poder hegemônico dos Estados Unidos nos meados do século XX, conformando-se naquilo que se denominou padrão monetário internacional dólar-ouro, “[...] sob cuja égide foi viabilizada pela abundância de crédito que se fez necessária para a exportação de capital e a integração dos

sistemas produtivos no mundo capitalista entre as décadas de 1950 e 1970" (Prado, 2020, p. 87); como também marca a fundação dos organismos que fornecem os princípios das relações econômicas e financeiras do sistema internacional até os dias atuais (Prado, 2020, p. 87-88).

Outra instituição de suma importância[106], criada em 1945, trata-se da própria Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da qual o 'desenvolvimento' era colocado no centro do debate. De acordo com Prado (2020), sob todo o sistema ONU, isto se deu sobretudo através de seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o qual abrangia mais de 70% de seus recursos humanos e financeiros; bem como mediante a criação, a partir de 1947, das Comissões Econômicas regionais para a Europa, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, África e Ásia Ocidental, a fim de discutir os temas relevantes em termos mais específicos. Aqui, deve-se destacar a fundação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), cujo peso e relevância histórica são essenciais para o pensamento crítico latino-americano, tal como introduzido no capítulo teórico e será aprofundado na próxima seção (Prado, 2020, p. 87-88).

Com o advento da Guerra Fria, a disputa ideológica por zonas de influência entre os Estados Unidos e a União Soviética – blocos capitalista e socialista, respectivamente – também favoreceu a noção de desenvolvimento e a crença no progresso da modernidade, na medida em que estabeleceu um terreno fértil para a sua consolidação e difusão entre os países no sistema internacional, sobretudo, entre aqueles Estados recém formados pelos movimentos de descolonização e libertação nacional (Santos Filho, 2005, p. 24). Isto ocorre, pois, nesta conotação pós-guerra, conforme já discutido, o 'desenvolvimento' é formulado ideologicamente como um 'horizonte utópico' dos países e propagado globalmente "[...] como parte da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo" (Prado, 2020, p. 83). Quer dizer, no seio da disputa, confrontação e bipolaridade, o 'desenvolvimento' foi instrumentalizado pelos EUA em favor de seus próprios interesses capitalistas no âmbito global (Prado, 2020; Santos Filho, 2005).

Isto não significa, porém, que a União Soviética se absteve da ideia de 'desenvolvimento', não instrumentalizando-a de nenhuma maneira em favor de seus interesses, tendo em vista que o contexto de disputa ideológica da Guerra Fria também colocava em evidência a sua própria experiência socialista. Antes de avançar para a perspectiva capitalista,

[106] Dos Santos (2023, p. 17) também cita outras instituições econômicas e políticas relevantes que surgem neste contexto, tais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e, posteriormente, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964 (Dos Santos, 2023).

cuja explicação é o foco da pesquisa, pois é nela que se operacionaliza o neodesenvolvimentismo e a dependência, cabe aqui explicitar a perspectiva soviética. Conforme discute Dos Santos (2023, p. 21), o seu pensamento também não escapava do esquema geral de raciocínio – isto é, da relação entre o 'desenvolvimento' como 'horizonte utópico' e o alcance da chamada modernidade –, embora, neste caso, o horizonte apresentava paisagens distintas, já que o estágio civilizatório superior não se identificava com o capitalismo – o qual representava somente um estágio do desenvolvimento global da humanidade –, mas, sim, com o socialismo. Em relação à URSS e os demais Estados socialistas, "[a]cossados por forças materiais e ideológicas extremamente superiores, tentaram apresentar suas experiências históricas de transição ao socialismo como modelos de uma sociedade, uma economia e um mundo cultural *post capitalista*" (Dos Santos, 2023, p. 16, itálico do autor), muito embora, segundo o teórico (2023), tratavam-se de modelos rígidos que tentavam universalizar – em suas próprias palavras, transformar em leis gerais da evolução históricas – a sua experiência particular e, muitas das vezes, limitada e improvisada[107] (Dos Santos, 2023, p. 16; 21-24).

Nos moldes soviéticos – e, mais especificamente, na visão stalinista do marxismo –, a tarefa de 'modernização' realizava-se através de um regime de 'democracia popular' sob o comando da classe operária e do partido no poder, conduzindo o país num processo político de transição à uma sociedade pós-capitalista. Porém, este empreendimento revelou-se de difícil realização na maior parte do 'mundo não desenvolvido', haja vista que exigia não somente a existência de tais forças políticas, bem como de uma indústria moderna para sustentar o novo regime econômico e o novo modo de produção que, na realidade, coexistia com o mercado e outras formas mais 'arcaicas' de produção. A dificuldade se tornava ainda maior, considerando que muitos destes países do chamado Terceiro Mundo não haviam sequer alcançado a dita maturidade da revolução democrático-burguesa, inserindo, assim, a problemática questão sobre a necessidade ou não de se transitar por uma etapa capitalista antes de atingir o socialismo. A solução encontrada para este problema, sob a hegemonia do estalinismo – mais positivista do que dialético-marxista –, tratava-se, então, de converter o regime soviético num modelo ideal a ser seguido pelos novos regimes revolucionários (Dos Santos, 2023, p. 21-22).

Segundo Dos Santos (2023), os fundamentos deste modelo eram:

[107] Não é por acaso, tal como discutido no capítulo teórico, que a TMD também se diferencia do pensamento dos Partidos Comunistas vinculados à Terceira Internacional, criticando precisamente a sua visão dogmática e sua aplicação mecânica e esquemática da experiência soviética à realidade dos países latino-americanos (Traspadini; Stedile, 2022, p. 31-35).

> [...] crescimento econômico sustentado na industrialização de base e só secundariamente na indústria de bens de consumo; partido único ou coligação de partidos democráticos populares controlados pelo Partido Comunista para conduzir as transformações revolucionárias; reforma agrária e distribuição de renda que assegurasse maior igualdade social; cultura popular que valorizasse o folclore, as manifestações do trabalho e a construção do socialismo (Dos Santos, 2023, p. 22).

Ou seja, ainda que ela não escape do esquema geral da ideologia do desenvolvimento – também entendendo o fenômeno como 'horizonte utópico' –, a visão defendida pela União Soviética tratava-se de um modelo de desenvolvimento distinto daquele de ideologia capitalista e hegemônica, do qual os Estados Unidos eram o principal expoente e difusor. Mesmo assim, evidentemente, tal modelo também não deixou de demonstrar elementos normativos, na medida em que "[...] pretendiam apresentar o socialismo como '*solução*' de todos os '*males*' do capitalismo" (Dos Santos, 2023, p. 23, itálico do autor). Contudo, diante, primeiro, da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista pós-guerra (Prado, 2020), cujas forças materiais e ideológicas eram superiores às soviéticas – afinal, não se deve esquecer que o regime soviético e os demais socialistas estabeleceram-se numa economia mundial capitalista, de modo que o desenvolvimento destes estava condicionado às exigências do sistema (Dos Santos, 2023, p. 16; 23-24) –; e, posteriormente, da dissolução da URSS e do fracasso de seu projeto com o fim da guerra fria, torna-se difícil não relacionar a questão do 'desenvolvimento' e seu 'horizonte utópico' com a modernidade capitalista. Isto exposto, retornemos à perspectiva capitalista, a qual nos ajudará a compreender a dialética do desenvolvimento na América Latina, conforme será discutida na próxima seção.

Desse modo, à maneira de Prado (2020), é inegável que a ideologia desenvolvimentista e do progresso ficam intimamente associadas ao bloco capitalista e, em particular, ao projeto hegemônico estadunidense. Um exemplo emblemático que evidencia esta relação é o discurso simbólico de posse do presidente Harry Truman, em 1949, por meio do qual ele defendeu que os países 'desenvolvidos' deveriam fornecer ajuda àqueles 'subdesenvolvidos' para a superação de sua condição de pobreza (Prado, 2020, p. 89-92; Santos Filho, 2005). Como observa Prado (2020), em seu discurso corolário da Doutrina Truman – caracterizada pela contenção do comunismo e expansão do capital e do poder estadunidense –, o então presidente afirmou:

> [...] devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessíveis, visando à melhoria e ao crescimento das *áreas subdesenvolvidas*. [...] O velho imperialismo – exploração parra lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um *programa de desenvolvimento* baseado nos conceitos de trato justo e democrático (Truman, 2012 [1949] *apud* Prado, 2020, p. 91, itálico do autor).

Este discurso é um cânone do processo de criação do horizonte utópico do ‘desenvolvimento’ capitalista, pois trata-se da primeira vez que o termo ‘subdesenvolvido’ foi utilizado na política mundial (Prado, 2020, p. 89-92). Neste período, os países da África, da Ásia e da América Latina sequer eram classificados como ‘áreas subdesenvolvidas’, mas, sim, retratados pelo Ocidente por meio dos termos ‘atrasados’, ‘bárbaros’, ‘semicoloniais’, ‘agrários’, ‘tradicionais’, ‘arcaicos’, ‘rurais’ etc. E, até então, os seus problemas econômicos e sociais tampouco eram caracterizados “[...] em termos de necessidade de alcançar o desenvolvimento – ou, quando assim colocavam a questão, normalmente vinha acompanhado com um substantivo: desenvolvimento da indústria, da economia nacional, das forças produtivas, e não em si mesmo” (Prado, 2020, p. 89). Nesse sentido, tal evento capitaneado por Truman atribuiu um novo significado, um eufemismo, um novo par dicotômico para o debate sobre ‘civilização’ e ‘barbárie’, qual seja, a dualidade ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’ (Dos Santos, 2023, p. 65; Prado, 2020, p. 89-92; Santos Filho, 2005).

Conforme argumenta Prado (2020), sob hegemonia estadunidense, esta reformulação da questão acerca do ‘desenvolvimento’ como horizonte utópico implicou também a redefinição de elementos ideológicos fundamentais da modernidade capitalista: o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo. Em síntese, em relação ao *humanismo*, reconfigurou-se o eurocentrismo, tendo em vista “[...] a pretensão de universalizar os próprios interesses e subordinar a realidade do ‘outro’ à sua própria” (Prado, 2020, p. 93). Sobre o *individualismo*, reforçou-se a garantia das liberdades individuais. O *progressismo*, modo de legitimação social no qual os processos encontram-se num movimento de mudança imparável do ‘atrasado’ ao ‘avançado’, isto é, sob a condição de progresso ilimitado, seguiu “[...] sujeitando, agora em escalas nunca antes vistas, a lógica de criação de riqueza social à lógica de acumulação de capital” (Prado, 2020, p. 94). Por conseguinte, conformou-se o *industrialismo* como horizonte do progresso em todos os países, mediante um processo de industrialização através da integração monopólica dos sistemas produtivos em escala mundial e do investimento externo direto – poderíamos, talvez, afirmar do tipo dependente e associado. E, por último, no que se refere ao *economicismo*, aprofundou-se a separação aparente do ‘econômico’ e do ‘político’ no capitalismo (Prado, 2020, p. 92-95).

Daí, a partir da nova dualidade – ‘desenvolvido’ *versus* ’subdesenvolvido’ – e da redefinição destes elementos da modernidade capitalista, configurou-se toda uma nova narrativa histórica, da qual emergiu a ideologia do desenvolvimento, sustentando um conjunto de formulações teóricas evolucionistas, etapistas e lineares acerca do ‘desenvolvimento’, denominada de Teoria do Desenvolvimento (Dos Santos, 2023, p. 15-24). Isto porque,

conforme já mencionamos (Santos Filho, 2005, p. 24), no pós-guerra, frente à descolonização, à formação de novos Estados nacionais e à disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, "[e]ra preciso responder à percepção que muitos povos manifestavam em relação às enormes desigualdades entre a 'riqueza das nações'" (Prado, 2020, p. 95).

Em resposta a estas demandas, Marini (1992, p. 71 *apud* Prado, 2020) argumenta:

> [...] os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar as disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que – sob a denominação de *teoria do desenvolvimento* – se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa (Marini, 1992, p. 71 *apud* Prado, 2020, p. 96, itálico nosso).

A partir disso, é possível discutir o surgimento da chamada 'economia do desenvolvimento'[108], isto é, um projeto no qual "[...] os aparelhos privados e estatais de hegemonia existentes nos países capitalistas [...], sob a égide dos Estados Unidos, estimularam e orientaram a produção de teorias sobre o 'desenvolvimento', tendo como foco a superação do 'subdesenvolvimento' de outros países" (Prado, 2020, p. 96). Dito de outra maneira, estimulou-se a formação de várias interpretações e receituários a partir do pensamento de intelectuais principalmente no mundo anglo-saxão, a fim de direcionar, guiar e orientar os processos de desenvolvimento nos países ditos 'subdesenvolvidos', relacionando-os intimamente com o crescimento econômico *per capita*; embora, conforme indica Prado (2020, p. 101), nem sempre elas se limitam a estes termos. Nesta linha, considerando sua relevância, deve-se citar as obras de Walt Whitman Rostow; Paul Rosenstein Rodan; Hans Singer; Ragnar Nurkse; Arthur Lewis; Gunnar Myrdal; dentre outros[109] (Cardoso, 2018).

De acordo com Dos Santos (2023), a principal característica da 'economia do desenvolvimento' e de sua vasta literatura político-intelectual produzida neste período era a concepção do desenvolvimento como a "[...] adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza" (Dos Santos, 2023, p. 18). O 'subdesenvolvimento' tratava-se, então, simplesmente da ausência, da falta de 'desenvolvimento', isto é, de uma etapa

[108] Nesta seara político-intelectual, segundo Prado (2020), soma-se à 'economia do desenvolvimento' outras literaturas coadjuvantes como a 'sociologia do desenvolvimento', a 'sociologia da modernização', os 'estudos de área', e a '*state and nation building analysis*', as quais são representadas por vários autores sociólogos, antropólogos e politólogos tais como, por exemplo, Talcott Parsons, Merton, Levy-Bruhl, Franz Boas, Herkovics, Lipset, Almond e Apter, para citar alguns (Prado, 2020, p. 96; Dos Santos, 2023, p. 19).

[109] Para uma discussão mais aprofundada sobre o pensamento desses autores da Teoria do Desenvolvimento e de outros clássicos do desenvolvimento econômico, ver a obra de Agarwala e Singh (2010); e Cardoso (2018).

prévia do processo contínuo de se desenvolver (Prado, 2020, p. 101), de modo que era suficiente apenas corrigir a própria trajetória para alcançar os resultados desejados rumo ao estágio 'superior' de organização social. Ou seja, o elemento diferenciador de ambas as situações – 'subdesenvolvido' e 'desenvolvido' – se referia somente à distinção no grau concreto de modernização existente entre os países, cujos resultados eram possíveis de serem detectados através de técnicas de verificação empírica, contribuindo, assim, para localizar os obstáculos e definir os instrumentos de intervenção, em busca da sociedade ideal (Dos Santos, 2023, p. 18-24). Em relação à metodologia, segundo Prado (2020), de caráter descritiva e propositiva e com baixa capacidade explicativa, era representada tautologicamente[110] por uma série de indicadores econômicos, tais como produto interno bruto (PIB), renda *per capita*, índices de alfabetização, taxas de mortalidade infantil, esperança de vida, dentre outros (Prado, 2020, p. 102).

As razões do 'atraso' de cada país 'subdesenvolvido', portanto, nada mais seriam do que entraves estruturais que quaisquer nações poderiam superar desde que elas adotassem as políticas adequadas, compatíveis e necessárias, o que pressupõe, é claro, seguir o modelo ideal e as etapas indicadas pelo mundo 'desenvolvido', as quais ele supostamente trilhou para se desenvolver (Dos Santos, 2023, p. 18-24; Prado, 2020, p. 101-102).A partir de Prado (2020), tem-se uma mesma interpretação, a qual vale reproduzir, pois:

> Ao mesmo tempo **processo** e **objetivo**, o desenvolvimento seria um **horizonte político** não apenas **necessário**, mas também **alcançável por todos os países**, sempre e quando suas respectivas políticas econômicas e sociais fossem adequadas (o receituário variava segundo o diagnóstico). [...] Tratava-se, portanto, de analisar os *obstáculos* que as 'estruturas arcaicas' ou 'atrasadas' das áreas subdesenvolvidas impunham ao desenvolvimento, bem como os meios e 'mecanismos' necessários para alcançar o próprio desenvolvimento. [...] Enfim, geralmente supunham que para um país se desenvolver deveria seguir determinadas metas gerais, correspondentes a uma etapa progressiva, cujo modelo era abstraído a partir das características das 'economias desenvolvidas' (Prado, 2020, p. 101-102, itálico do autor, negrito nosso).

Nesse sentido, a partir do conjunto da Teoria do Desenvolvimento, em seu momento mais radical e divulgado, na década de 1950, destaca-se a obra emblemática de W. W. Rostow – não pelo seu argumento amplo e facilmente criticado, conforme explica Prado (2020), "[...] mas pela sua clareza em relação à função geopolítica da ideologia do desenvolvimento (Prado, 2020, p. 99) – na qual o intelectual defende a sua ideia de etapas do desenvolvimento[111] –

[110] Prado (2020) indica a tautologia existente no interior do pensamento da Teoria do Desenvolvimento: "[...] a economia que apresentasse determinados indicadores era subdesenvolvida e, no inverso, era subdesenvolvida porque apresentava tais indicadores" (Prado, 2020, p. 102).

[111] Aqui, não trataremos exaustivamente de cada uma das cinco etapas do desenvolvimento à maneira de Rostow, pois, não se trata do objetivo da presente pesquisa resgatar tal debate, mas, sim, apontar a sua função em relação à ideologia do desenvolvimento. Para saber mais sobre o pensamento de Rostow, ver a obra de Agarwala e Singh (2010).

definindo todas as sociedades no estágio inicial como ‘tradicionais’ –, pelas quais todos os países devem passar para iniciar o famoso processo de ‘*take-off*’’ (decolagem) até alcançar o estágio final. A partir de sua obra – inclusive, a qual denominava-se ‘um manifesto anticomunista’ –, a ideia de ‘desenvolvimento’ tornou-se, então, em conformidade com a discussão anteriormente, “[...] um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’” (Dos Santos, 2023, p. 20). Por conseguinte, não dependia de um Estado revolucionário, tal como advogava o modelo da União Soviética, “[...] e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado que assumisse uma ideologia desenvolvimentista” (Dos Santos, 2023, p. 20).

Apesar desta formulação teórica aparentar ser uma construção científica neutra, cuja finalidade é elevar todas as sociedades à condição ideal de modernas, racionais, universalistas etc. – assim como supõe toda a ‘economia do desenvolvimento’ –, na realidade, ela oculta um objetivo ideológico, o qual é evidente pelo menos no pensamento de Rostow, haja vista sua posição anticomunista. Isto ocorre porque ela não somente considera a sociedade ‘moderna’ que se originou na Europa e se afirmara nos Estados Unidos como um modelo ideal a se alcançar e uma meta sociopolítica a se conquistar universalmente, mas, também, entende que tal processo seja uma necessidade histórica incontestável, necessária e irreversível (Dos Santos, 2023, p. 19-20; Santos Filho, 2005). Em termos críticos, trata-se apenas de uma perspectiva evolucionista, etapista e linear, sem nenhuma validade científica que busca universalizar o processo de desenvolvimento através de um receituário a todos os países, independentemente de suas particularidades.

Mesmo assim, desde o seu surgimento até a época atual, é importante constatar que houve uma imensa produção bibliográfica “[...] *a partir da* e *sobre a* ‘economia do desenvolvimento’, apontando suas referências teóricas, suas propostas políticas, em geral pautados pela questão de ‘como desenvolver’ as então denominadas ‘áreas subdesenvolvidas’” (Prado, 2020, p. 100, itálico do autor). Dessa forma, é possível argumentar que este modelo prevalece operante em termos mais diversificados nas ciências sociais e econômicas contemporâneas, ainda que ele tenha perdido força e relevância devido à incapacidade de se reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento sob o capitalismo (Dos Santos, 2023, p. 20; 24; Prado, 2020). Não é por acaso que Dos Santos (2023) afirma que “[t]alvez esta [a obra de Rostov] tenha sido uma das intervenções mais fortes e brutais da ideologia no campo científico” (Dos Santos, 2023, p. 20).

Daí, faz-se necessário introduzir as perspectivas críticas à tal categoria de ‘desenvolvimento’ e de suas teorias. Com base numa ótica marxista – a qual também se difere profundamente da interpretação discutida acima –, deve-se lembrar que o significado do ‘desenvolvimento’ capitalista é simplesmente o desenvolvimento do próprio capitalismo, tanto encoberto de suas tendências, contradições e assimetrias intrínsecas (Rocha, 2022, p. 27-28), quanto desprovido de sentido humano (Bonente, 2014, p. 279-280). No primeiro caso, de julgamento positivo, a Teoria do Desenvolvimento apenas se utiliza de expressões empíricas para avaliar o desenvolvimento capitalista de uma determinada economia como bom ou ruim, num sentido restrito de apologia ao capital. Na segunda interpretação, de julgamento negativo, por sua vez, se estabelece uma crítica à tais teorias, denunciando o caráter desumano do capital e de seu ‘desenvolvimento’ (Bonente, 2014, p. 279-280).

Por isto, dentro da perspectiva marxista, conforme explicita Bonente (2014):

> [...] podemos dizer que *o capital é tanto mais desenvolvido*, quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contraintuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência à formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto etc.) e atuar em um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuta e o retorno é mais demorado), imprimindo, em todos esses casos, a sua lógica de funcionamento, significa que *o capital se desenvolveu* (Bonente, 2014, p. 279, itálico nosso).

Embora também deve-se lembrar, tal como discutido no capítulo teórico a partir da TMD, que o ‘desenvolvimento’ capitalista é desigual e combinado, de modo que o processo de desenvolvimento do capital não ocorre da mesma maneira e não produz exatamente os mesmos efeitos, sendo assim, de suma necessidade verificar as especificidades e particularidades de cada formação econômico-social. Aquilo que é relativo a todos os casos, com efeito, trata-se somente de suas tendências, contradições e assimetrias intrínsecas, desprovidas de sentido humano (Bonente, 2014; Rocha, 2022).

De maneira suplementar, na visão de Furtado (1974), Arrighi (1998), que apesar de suas divergências teóricas ambos são críticos às Teorias do Desenvolvimento, o ‘desenvolvimento’ trata-se de um mito e uma ilusão, respectivamente. Furtado (1974), de perspectiva cepalina, não somente argumenta que os mitos exercem influência nas ciências sociais[112], haja vista que a sua

[112] Coincidentemente ou não, conforme discutido anteriormente, Santos Filho (2005) utiliza da própria estrutura do mito, qual seja, de Prometeu, para ilustrar aquilo que é a essência da ideia de ‘desenvolvimento’: a promessa da transformação social, do progresso ilimitado. A partir disso, a contribuição do autor nos ajuda a compreender como os mitos influenciam as ciências sociais e, em particular, o próprio debate acerca do ‘desenvolvimento’ – à maneira de Furtado (1974) –, revelando, assim, o sistema de valores implícitos na categoria em questão (Santos Filho, 2005).

principal função é orientar a visão do processo social a partir de um sistema de valores, como também o relaciona com o 'desenvolvimento', isto é, com a ideia "[...] segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticados pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado" (Furtado, 1974, p. 14), assim como, os atuais padrões de consumo dos países centrais podem ser generalizados. De acordo com o autor, esta concepção esquemática do processo de acumulação de capital constitui-se, na realidade, uma prolongação do mito do progresso, cuja ideia é essencial para a modernidade capitalista; de maneira a ignorar, em contrapartida, as pressões sobre os recursos, as consequências e impactos no plano cultural, social e ecológico (Furtado, 1974, p. 13-18).

Em sua análise, Furtado (1974) conclui que:

> [...] o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. [...] as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar **formas de dependência** que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito [...], seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista (Furtado, 1974, p. 75, itálico do autor, negrito nosso).

De forma semelhante, Arrighi (1998, p. 207-220), expoente da Teoria do Sistema-Mundo (TSM), entende que o 'desenvolvimento' é uma ilusão ou, melhor dizendo, que a ideia de que todos os Estados podem alcançá-lo trata-se de uma concepção ilusória. Isto porque as condições e oportunidades de produzir riqueza não são as mesmas entre os países, logo, "[...] não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de *exploração* e processos relacionais de *exclusão* que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial" (Arrighi, 1998, p. 217, itálico nosso). Contudo, segundo o autor (1998), esta relação não significa que os Estados, individualmente, não podem se desenvolver, tornando-se centrais, mas, sim, que o 'desenvolvimento' não pode ser universalizado entre todos os Estados em escala global; inclusive, porque o processo de desenvolvimento de um provoca o aumento das tendências de exploração e exclusão em termos sistêmicos, dificultando, ainda mais, a situação daqueles que ficam para trás (Arrighi, 1998, p. 219-220).

Ambas as concepções críticas ao 'desenvolvimento' se aproximam do pensamento de Katz (2016), segundo a qual tal noção trata-se da 'religião' da periferia capitalista, conforme apresentado na epígrafe. Dada a sua relevância na discussão, também convém-se expor, na

íntegra, a sua interpretação em relação às possibilidades de universalização do ‘desenvolvimento’, na qual o autor (2016) argumenta criticamente que:

> [...] o pressuposto deste raciocínio é a convergência potencial de todas as economias emergentes para um nível superior, que as aproximará dos países centrais. Aqui, retomam a velha ideia neoclássica de uma ascensão geral a situações de prosperidade, à medida que a modernização se expanda por todo o planeta. [...] Este sistema [capitalismo] é regido por princípios de cruel competição e não costuma dar oportunidades a progressos coletivos. Sempre induz a situações de grande desigualdade. O que muda em cada etapa são os protagonistas da prosperidade e do retrocesso, como resultado das assimetrias geradas pelos lucros diferenciais das várias economias. Se todos pudessem se desenvolver seguindo a mesma norma de aproximação ao bem-estar, desapareceriam as diferenças de competitividade na qual o sistema se assenta” (Katz, 2016, p. 168).

Apesar de perspectivas teóricas distintas – inclusive, daquela adotada na dissertação, exceto a última – as obras de Furtado (1974), Arrighi (1998) e Katz (2016) citadas acima demonstram-se de suma relevância para a discussão do ‘desenvolvimento’ como ‘horizonte utópico’, sobretudo, em relação aos seus limites sob a economia mundial capitalista. E a razão disto não é devido a uma tentativa de ecletismo teórico na presente pesquisa, e muito menos devido a uma debilidade analítica e conceitual da Teoria Marxista da Dependência para interpretar a questão. Contrariamente, salvaguardadas as suas diferenças entre si e frente à TMD, a importância de suas contribuições reside no esforço de desnaturalizar a ideologia global do desenvolvimento, tal como defende Prado (2020), revelando, assim, não o seu universalismo, mas, sim, o seu caráter particular e histórico (Prado, 2020).

Afinal, a partir de sua acepção no pós-guerra, o ‘desenvolvimento’ não se trata simplesmente de uma noção benévola preocupada com a superação da condição de pobreza e ‘subdesenvolvimento’, cujos benesses podem ser universalizadas. Ela se refere a uma ideologia capitalista, hegemônica e moderna que se afirma em favor de determinados prognósticos – progressistas, evolucionistas, etc. – para lidar com os problemas estruturais da periferia, em detrimento de outras alternativas que vão para além do capitalismo – sejam elas socialistas ou não (Prado, 2020; Santos Filho, 2005) –, ignorando as suas contradições e seus processos desiguais e combinados; seus impactos, consequências e limites, o seu caráter predatório, assim como, as suas tendências de exploração e exclusão em escala sistêmica (Arrighi, 1998; Bonente, 2014; Furtado, 1974; Katz, 2016).

Mesmo assim, conforme já indicado anteriormente, a ideologia do desenvolvimento, resultado da modernidade capitalista e do projeto hegemônico estadunidense, teve grande incidência na periferia, com destaque especial para a América Latina (Prado, 2020, p. 102). A partir de sua busca histórica por autonomia e independência, o debate sobre a dualidade do

‘desenvolvimento’/ ‘subdesenvolvimento’ encontrou terreno fértil principalmente nesta região porque, conforme explica Prado (2020), “[...] a América Latina, em sua unidade diversa, já era independente há mais de um século e continha em seu interior relações sociais de produção especificamente capitalistas” (Prado, 2020, p. 105), em contraponto aos Estados recém formados a partir dos processos de descolonização. Um exemplo disso é a constituição de uma incipiente burguesia industrial nas sociedades de alguns países latino-americanos entre o final do século XIX e início do século XX – sobretudo, no período entre-guerras –, como é o caso da Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Nesse sentido, deve-se pontuar que tal ideologia ingressa na América Latina não somente por influência econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos – do qual ela está vinculada, de fato –, mas, também, devido às suas próprias contradições internas (Prado, 2020, p. 103-105).

Isto posto, seja no início do século XX, mais em alguns países do que outros frente às relações sociais capitalistas no interior de suas sociedades – principalmente, nos países mencionados anteriormente –, ou a partir da década de 1950 – no pós-Segunda Guerra Mundial –, a preocupação com a ideia de desenvolver-se promoveu amplos debates na América Latina, gerando controvérsias específicas, das quais relacionam-se não somente à ‘economia do desenvolvimento’, como também, ao estruturalismo latino-americano da CEPAL, à Escola da Autonomia, à Escola da Dependência – na qual se localiza a TMD –, dentre outras perspectivas. Dessa forma, aqui, a partir de um pensamento autóctone, é necessário destacar que o debate latino-americano acerca do ‘desenvolvimento’ adquiriu outros contornos para lidar com a realidade específica da região, embora ele ainda continue sendo parte constituinte da ideologia do desenvolvimento[113] (Prado, 2020).

Diante da reconfiguração da economia mundial capitalista, de suas tendências e contradições, das mudanças no contexto nacional e internacional, etc., a noção de ‘desenvolvimento’ e seus debates se transformaram numa escala mundial, adquirindo novos significados e adjetivações ao longo do tempo. Ao analisar o processo histórico do ‘desenvolvimento’ capitalista na América Latina a partir do pós-guerra, por exemplo, torna-se possível, então, identificar três modelos de desenvolvimento em períodos históricos distintos. Ou seja, a depender do contexto, é possível afirmar que cada modelo articulou um tipo de

[113] De acordo com Prado (2020), ainda que seja uma perspectiva crítica, deve-se admitir que “[...] *o tema da dependência* também perpassa diretamente o *desenvolvimentismo* e, em grande medida, é parte da própria *ideologia do desenvolvimento*” (Prado, 2020, p. 17, itálico nosso). Isto simplesmente porque ela também busca tratar as questões impostas pelas correntes desenvolvimentistas, cujas problemáticas são relevantes e, ainda, pendentes, tais como a pobreza, a miséria, a desigualdade, o analfabetismo, a dívida externa, etc. Porém, a partir da TMD, “[...] se encontra toda uma problemática que o desenvolvimentismo não pôde tratar” (Prado, 2020, p. 17): das contradições do capitalismo dependente, etc.

padrão de reprodução de capital – isto é, um prognóstico para desenvolver-se. Na próxima seção, discutir-se-á este processo em termos histórico-dialéticos, a fim de expor "[...] as veias da dialética do desenvolvimento latino-americano" (Osório, 2018, p. 106), isto é, as mudanças conformando sua trajetória particular na região até a configuração daquele seu modelo mais recente, o neodesenvolvimentismo – cuja análise dos alcances e limites enquanto estratégia de superação do 'subdesenvolvimento' e da dependência é o foco da presente investigação.

3.2 A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: transitando entre modelos de desenvolvimento e padrões de reprodução do capital

O 'desenvolvimento' não se resume apenas a discutir ideologia capitalista enquanto "[...] certeza racional derivada das possibilidades abertas pela Ciência Moderna" (Santos Filho, 2005, p. 15). Abordar esta categoria, mais do que somente debater a 'crença', significa também verificar a disposição de forças sociais e as estratégias econômico-políticas concretas na realidade material dos países. A dialética do 'desenvolvimento' latino-americano, apesar de seu caráter ideológico, dos quais se baseiam na superestrutura, ela também tem implicações estruturais no que se refere às fases de produção, acumulação, circulação, apropriação, etc. Logo, antes de avançar no seu processo histórico-dialético, isto é, tratar especificamente de cada um dos modelos de desenvolvimento que se efetivaram na região desde o pós-guerra até o início do século XXI – naquilo que foi denominado de neodesenvolvimentismo, cuja unidade político-temporal é o objeto de análise da presente dissertação –, faz-se necessário explicitar primeiro a noção de padrão de reprodução do capital, a fim de compreender de que maneira a discussão acerca do 'desenvolvimento' capitalista também está intimamente associada com o próprio processo de reprodução do capitalismo, abordando todos os ciclos do capital[114], para além simplesmente da dimensão de ideologia (Ferreira; Osorio; Luce, 2012).

Em síntese, seguindo a trilha da TMD, a noção de padrão de reprodução é concebida para "[...] captar o movimento do capital em sua processualidade no contexto de situações histórico-concretas, o que exige transitar entre diferentes níveis de abstração" (Ferreira; Osorio; Luce, 2012, p. 9). Ou seja, trata-se de uma proposta teórica para compreender o processo histórico-dialético do capital, que atua metodologicamente como uma ponte entre os níveis de análise mais abstratos (modo de produção, sistema mundial, economia mundial, etc.) e aqueles

[114] Para saber mais sobre a noção de padrão de reprodução e os ciclos do capital do capital na economia dependente, ver a obra de Ferreira; Osorio e Luce (2012), mais especificamente, os artigos de Marini (2012) e Osorio (2012b).

mais concretos (Estado, formação econômico-social, conjuntura etc.) (Ferreira; Osorio; Luce, 2012, p. 9-20). Ainda, neste sentido, em relação à sua conceituação:

> O padrão de reprodução, ao ser definido como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundiais e como nível de abstração intermediário entre as formações socias e o sistema mundial, revelou-se algo de suma importância para compreender a estruturação do capitalismo mundial (Ferreira; Osorio: Luce, 2012, p. 17).

No que diz respeito ao conjunto de regularidades históricas e geoterritorialmente definidas na América Latina, encontra-se a tipologia de seus padrões de reprodução do capital, as quais se caracterizam pelo: (1) padrão agromineiro exportador – até a segunda década do século XX –; (2) padrão industrial e suas subfases [(a) etapa internalizada e autônoma; e (b) etapa de integração ao capital estrangeiro] – entre a segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970 –; e (3) padrão exportador de especialização produtiva – entre meados dos anos 1980 até o presente[115], tal como pode ser visto na figura a seguir (Ferreira; Osorio; Luce, 2012; Osorio, 2012b, p. 78-80). Isto porque, conforme argumenta o próprio teórico Jaime Osorio (2012b), esta categoria emerge "[...] para dar conta das *formas como o capital se reproduz* em *períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados,* tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles" (Osorio, 2012b, p. 40, itálico do autor).

Quadro 1 - Padrões de reprodução do capital na América Latina

Padrão de reprodução dominante	**Período histórico que abrange**
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980

[115] Ao invés de explicar exaustivamente cada um destes padrões de reprodução do capital na América Latina – pois, não se trata do objetivo específico do capítulo –, a presente pesquisa irá explorar os seus significados de maneira associada à discussão acerca do desenvolvimento na região desde o pós-guerra nas próximas subseções. Para saber mais sobre a noção de padrão de reprodução do capital e suas formas históricas, ver Ferreira, Osorio e Luce (2012).

e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: Adaptado de Osório (2012b, p. 78).

A figura acima representa exatamente a tipologia dos padrões de reprodução geoterritorialmente localizados na América Latina desde a sua independência política – considerando a situação dos países mais desenvolvidos em termos relativos –, isto é, as diversas formas dominantes que a reprodução do capital assumiu na região em determinados períodos históricos. De acordo com Osorio (2012b), cada um destes padrões-eixos (agromineiro exportador, industrial, exportador de especialização produtiva) e suas subetapas (internalizada e autônoma, de integração ao capital estrangeiro) possuem uma lógica interna específica de reprodução do capital, a qual está subjacente, evidentemente, ao movimento mais geral do sistema mundial capitalista, cuja trajetória proporciona significado à sua periodização particular (Osorio, 2012b, p. 79). No que diz respeito à esta relação, cabe acrescentar ainda a explicação do teórico (2012b), segundo a qual:

> A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre eixos novos de acumulação e/ou novos valores de uso. *Isso permite historicizar a reprodução do capital* e diferenciar os padrões que se estabelecem [...] [o que] implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante (Osorio, 2012b, p. 41, itálico do autor).

Aqui, na presente pesquisa, tal conceito, sua periodização e formas são úteis, pois permitem vincular a dialética do desenvolvimento latino-americano, seus diferentes modelos ou fases com a processualidade do capital na América Latina – isto é, a especificidade de seus distintos padrões históricos –, compreendendo-a conjuntamente com o próprio movimento deste último – muito embora, seja importante considerar que ambos os processos fazem parte de um movimento mais geral, qual seja o do sistema mundial capitalista (Osorio, 2012b, p. 79). Desta maneira, em primeiro lugar, ressalta-se a relação dialética entre os elementos estruturais e superestruturais do capitalismo, isto é, entre as relações sociais de produção capitalista e a ideologia do desenvolvimento, distanciando-se de críticas que não visualizam a vinculação deste último com a luta de classes, devido ao seu caráter ideológico. Isto porque a processualidade da reprodução do capital – e, logo, do desenvolvimento também – possuem

tanto razões econômicas quanto políticas, tendo em vista que refletem "[...] projetos de classe de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem" (Osorio, 2012b, p. 46).

Ademais, considerando situações históricas específicas na processualidade destes, deve-se sublinhar também que os eixos da acumulação e da reprodução do capital transfigura-se na realidade concreta dos países, de modo que "[...] o capital não privilegia sempre os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização" (Osorio, 2012b, p. 42). Com efeito, segundo o teórico (Osorio, 2012b, p. 41-42), a depender do tempo histórico, alguns ramos e/ou setores produtivos são mais privilegiados do que outros. Inclusive, neste sentido, não é por acaso que a ideologia desenvolvimentista demonstrou ser mais forte na América Latina naqueles períodos históricos que se articularam com a crise do mercado mundial – cujo padrão industrial tornou-se dominante –, exigindo a industrialização do capital local como forma de reprodução (Osorio, 2012b, p. 79).

Em segundo lugar, mediante esta relação, a historicização dos padrões de reprodução do capital contribui para a própria proposta de periodização dos modelos de desenvolvimento na América Latina. Embora, elas não sejam exatamente correspondentes, conforme será discutido nas próximas subseções, muito do processo dialético do desenvolvimento latino-americano pode ser compreendido a partir dos padrões de reprodução do capital dominantes sob determinado período histórico específico. Outro elemento que deve ser mencionado no pensamento de Osorio (2012b), trata-se de sua compreensão acerca dos momentos históricos de transição entre os padrões de reprodução, que não se modificam abruptamente, mas, refletem um processo histórico. Isto porque eles também apresentam uma dinâmica de ascensão, auge, amadurecimento, declínio e crise – em função da dinâmica externa do capital e dos conflitos classistas, é claro –, o que também influencia o movimento do 'desenvolvimento' na região, refletindo em seus avanços, recuos e contradições (Osorio, 2012b, p. 41; 78-80).

Com base nisto, torna-se possível concluir que a discussão acerca da dialética do desenvolvimento na América Latina torna-se mais robusta, de maneira combinada à noção de padrão de reprodução do capital (Ferreira; Osorio, Luce, 2012). Conforme apresentação anteriormente, baseado no enfoque materialista histórico-dialético, concebe-se, então, a questão do desenvolvimento na região em três momentos distintos sob uma estrutura dinâmica, complexa e processual: (1) enquanto tese (afirmação), o nacional-desenvolvimentismo – entre meados da década de 1940 até a década de 1970 – e o seu padrão industrial; (2) enquanto antítese (negação), o neoliberalismo – a partir da década de 1980 com a Crise da Dívida, mas,

sobretudo, nos anos 1990, com o Consenso de Washington – entre uma etapa de transição e a emergência de um novo padrão; e (3) enquanto síntese (negação da negação), o neodesenvolvimentismo – a partir dos anos 2000 com a onda progressista latino-americana – e o padrão exportador de especialização produtiva – contraditoriamente engendrado no modelo anterior (Osorio, 2012b).

Embora seja importante sublinhar que o movimento dialético nem sempre se opera uniformemente nesta sequência – pois, o elemento da continuidade às vezes se faz presente no processo[116] (Luce, 2018, p. 20), cada um destes momentos representa um período histórico específico que reflete o movimento em sua processualidade, conformando, assim, contradições centrais na realidade concreta dos países latino-americanos. Este é o caso emblemático do neodesenvolvimentismo que apesar de se apresentar, aqui, enquanto a síntese (negação da negação), ele não se trata estritamente de uma superação das contradições gestadas na oposição entre a afirmação e a negação do processo histórico-dialético. Na realidade, tal modelo – cuja análise conjuntural trata-se do objeto de estudo da presente pesquisa – significa a continuidade de fragmentos da tese e da antítese em uma unidade complexa, diferenciada e contraditória; na qual deve ser investigada com maior profundidade.

Finalmente, nos resta agora adentrar a história.

3.2.1 Da 'tese': nacional-desenvolvimentismo e padrão industrial de reprodução do capital

Ao discutir o processo histórico do 'desenvolvimento' na América Latina a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, partimos daquele evento que talvez seja um dos principais marcos do pensamento crítico latino-americano no século XX: a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em 1948. Conforme apresentado anteriormente, tal comissão se trata de uma organização regional no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por pensar e explicar a "[...] situação latino-americana daquele momento para, a partir de um determinado *diagnóstico*, sugerir um *prognóstico* – a *industrialização* –, como forma de alcançar o desenvolvimento" (Prado, 2020, p. 103, itálico nosso). A partir do pensamento de seus intelectuais – sobretudo, de Raúl Prebisch –, introduziu-

[116] De acordo com Luce (2018), "[...] à diferença de uma compreensão vulgar acerca do movimento dialético, pressupondo que toda tendência contraditória inexoravelmente leva à superação da contradição percorrendo uma sequência tese (afirmação) – antítese (negação) – síntese (negação da negação) a realidade, na verdade, pode se apresentar em determinadas circunstâncias de tal modo que o movimento dialético seja portador mais diretamente do elemento da *continuidade*, o qual não opera uniformemente" (Luce, 2018, p. 20, itálico nosso).

se, então, uma nova corrente no entendimento do binômio 'desenvolvimento'/ 'subdesenvolvimento', estabelecendo, assim, não somente o método histórico-estruturalista, assim como, novos conceitos e variáveis, tais como: divisão centro-periferia; tendência secular de deterioração dos termos de troca; industrialização via substituição de importações, dentre outros; que continuam vigentes até hoje (Prado, 2020, p. 103-109; Rodríguez, 2009).

Embora o estruturalismo latino-americano[117] surge no pós-guerra, isto é, no bojo da difusão da ideologia do desenvolvimento, deve-se pontuar que sua contribuição para o debate no âmbito da CEPAL não ocorreu somente como resultado do projeto hegemônico estadunidense capitalista. Apesar disso, segundo Fiori (*apud* Prado, 2020), sua análise "[...] partiu de um ponto radicalmente oposto ao da '*development economics*': começou pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional e acabou produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento" (Fiori, 1999, p. 28 *apud* Prado, 2020, itálico nosso). Muito embora, frente à TMD, seja um avanço com limitações significativas, conforme discutido no capítulo teórico. No entanto, aqui, deve-se destacar o esforço do pensamento estruturalista cepalino em refletir sobre as próprias contradições internas da região, evidenciando que suas propostas de políticas ainda que preservando as estruturas de poder (Dos Santos, 2023, p. 71) e "[...] cumprindo a missão de difundir a ideologia do desenvolvimento, [ele] não o fez seguindo os mesmos passos da *economia do desenvolvimento*" (Prado, 2020, p. 106, itálico nosso).

Dado o seu peso e relevância no pensamento crítico latino-americano, a corrente estruturalista no âmbito da CEPAL inspirou os diversos processos de desenvolvimento na região, sobretudo, entre as décadas de 1950 e 1970. Nesse contexto, com a finalidade de internalizar os centros de decisão e promover melhores condições econômicas, políticas e sociais no âmbito nacional, discutia-se projetos nacionais de desenvolvimento entre as nações, inaugurando, assim, o denominado período nacional-desenvolvimentista na América Latina – entendido, aqui, como a tese do processo histórico-dialético.

Mediante os postulados histórico-estruturalistas, o 'atraso' econômico dos países no sistema econômico mundial explicava-se a partir da difusão desigual de progresso tecnológico, configurando, assim, a hierarquia das relações centro-periferia. Considerando isto, o diagnóstico da situação de 'subdesenvolvimento' das economias periféricas – conjunto do qual a América Latina pertencia –, em contraste com as economias centrais, era o seguinte: diversidade produtiva relativamente baixa e alta especialização produtiva (em produtos

[117] Para saber mais sobre o estruturalismo latino-americano, ver Rodríguez (2009).

primários), oferta de mão-de-obra pouco qualificada e com renda próxima a subsistência, problemas de infraestrutura, heterogeneidade estrutural e tecnológica[118], e estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital, etc. Nesse sentido, conforme explicita Prado (2020), as questões motoras do 'porquê' do 'subdesenvolvimento' e, depois, de 'como se desenvolver' relacionavam-se, assim, com a necessidade de propagação 'universal' do progresso técnico – aumento da produtividade – entre a periferia, de modo que, à maneira da 'economia do desenvolvimento', elas permaneceram orientando e subordinando o debate acerca da realidade latino-americana (Prado, 2020, p. 107-109).

O prognóstico defendido, então, para a correção e superação destes desequilíbrios e obstáculos estruturais do capitalismo periférico, tratava-se da industrialização, "[...] como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política" (Dos Santos, 2023, p. 66). Ou seja, a industrialização era concebida como a chave do desenvolvimento, de modo que as propostas da CEPAL para a busca de bases autônomas eram fundamentadas, sobretudo, numa política de industrialização por substituição de importações (ISI) a partir da intervenção do Estado (Prado, 2020, p. 109). Isto porque a operacionalização das transformações estruturais indispensáveis ao desenvolvimento nacional perpassava necessariamente pela atuação do Estado, concebido como agente promotor e condutor deliberado do processo de diversificação produtiva, "[...] como uma *entidade acima da sociedade*, com uma *racionalidade própria*, sem debates sobre os interesses e projetos que determinam sua composição e suas possibilidades de ação em um determinado processo histórico" (Prado, 2020, p. 109, itálico nosso).

A política de industrialização substitutiva se refere a um tipo de transformação da estrutura produtiva do simples para o complexo – isto é, de bens de consumo, aos intermediários e de capital (Rodríguez, 2009, p. 210-211). Em relação à sua descrição, segundo Rodríguez (2009):

> Este processo começa com a elaboração de bens simples; somente de maneira gradual se empreende a produção interna de bens que exigem o uso de técnicas mais e mais complexas. Enquanto isso, muda a composição das importações: diminuem as dos bens substituídos e de outros bens dispensáveis, e são incrementadas as importações de produtos de tecnologia mais complexa, que se tornam necessários devido ao

[118] Além do seu caráter especializado ou unilateralmente desenvolvido, a heterogeneidade estrutural e tecnológica se refere ao outro traço fundamental da estrutura produtiva parcialmente 'atrasada' da economia periférica, na qual "[...] coexistem em seu seio setores onde a produtividade alcança níveis muito altos – em especial o setor exportador – e atividades que utilizam tecnologias com as quais a produtividade do trabalho resulta significativamente inferior" (Rodríguez, 2009, p. 81-82). Em contraste com a estrutura produtiva *especializada* e *heterogênea* da periferia, por outro lado, a estrutura produtiva do centro caracteriza-se por ser *diversificada* e *homogênea* (Rodríguez, 2009).

> próprio processo substitutivo. [...] Chega-se então a uma etapa da industrialização em que a estrutura produtiva adquire um certo grau de integração e complementariedade; em que as importações são compostas predominantemente por bens simples insubstituíveis e por bens de elaboração mais complexa cuja substituição não ocorreu ou é insuficiente (Rodríguez, 2009, p. 213).

Aqui, antes de avançar na discussão, cabe fazer um adendo. O fenômeno da substituição de importações não surge com a CEPAL na década de 1950, sendo ele, na realidade, resultado das crises e do declínio do comércio mundial no entre-guerras, sobretudo, a partir da década de 1930, – tal contexto trata-se do desenvolvimentismo-popular (etapa internalizada do padrão de reprodução industrial) na América Latina, mencionado anteriormente, cujo processo histórico extrapola a presente pesquisa. Por isso, torna-se possível identificar casos de países latino-americanos – com especial destaque para o Brasil – que adotaram tal política de substituição de importações num período histórico anterior. Porém, ainda que isto seja possível, é necessário destacar que, segundo Ricardo Bielschowsky (*apud* Prado, 2020), "[...] o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50" (Bielschowsky, 2007, p. 250, *apud* Prado, 2020, p. 117), precisamente, no pós-guerra e a partir dos postulados cepalinos (Dos Santos, 2023, p. 71-72; Prado, 2023, p. 117).

Num sentido amplo, portanto, o esforço do nacional-desenvolvimentismo na América Latina significava, em certa medida, resistência à uma inserção passiva na divisão internacional do trabalho (DIT). Isto porque os países latino-americanos buscavam reposicionar-se na estrutura da economia mundial capitalista, rejeitando, assim, a condição de 'subdesenvolvimento' e dependência externa frente às economias do centro capitalista. Entretanto, conforme indicação prévia, apesar de seu caráter crítico, é necessário ressaltar que sua materialização não era contrária à ideologia capitalista do desenvolvimento; por outro lado, ela reproduzia e a reforçava, na medida em que as propostas desenvolvimentistas "[...] reificavam, dentro do contexto latino-americano, o progressismo, o industrialismo e o economicismo, próprios da modernidade capitalista" (Prado, 2020, p. 109).

Isto exposto, torna-se possível compreender a relação entre os modelos de desenvolvimento latino-americano e o padrão de reprodução do capital dominante no período histórico. No contexto do nacional-desenvolvimentismo tratado acima, torna-se evidente que se privilegiou determinados ramos, setores produtivos, investimentos, tecnologias, meios de produção específicos, formas de exploração, a produção de certos valores de uso, modalidades de uso do território, e a aplicação de certas políticas econômicas; de modo que o capital estabeleceu, assim, um padrão de reprodução neste período histórico específico (Osorio, 2012b,

p. 42; 72). De acordo com a tipologia elaborada pelo teórico Osorio (2012b), já descrita anteriormente, sob o modelo nacional-desenvolvimentista na América Latina, o padrão de reprodução dominante trata-se do 'padrão industrial', mais especificamente, de sua 'etapa de integração ao capital estrangeiro'[119] – operante desde os anos 1950 até meados dos anos 1970 – , haja vista a tendência de internacionalização do capital e de descentralização das multinacionais no pós-guerra – tal como discutido no capítulo teórico (Osorio, 2012b, p. 78).

Evidentemente, no que se refere aos ramos e setores produtivos, tecnologias, produções etc., sob o padrão industrial, o nacional-desenvolvimentismo da América Latina tratou-se de privilegiar a indústria em detrimento de seu papel produtivo meramente agrário-exportador – isto é, do padrão primário exportador anterior –, mediante uma política de industrialização substitutiva com a finalidade de alcançar o desenvolvimento, como discutido anteriormente. Em relação à modalidade de uso do território, como requisitos básicos deste padrão, cabe destacar não somente a necessidade de uma infraestrutura em termos de instalações ferroviárias e rodoviárias para fins logísticos e de transporte – qual seja, estabelecer a conexão entre os espaços produtivos e os portos –, importantes em todos os casos, mas, também, de "[i]nvestimentos estatais em plantas siderúrgicas, eletricidade e outros energéticos, água, rodovias e infraestrutura urbana" (Osorio, 2012b, p. 74). Como resultado, 'corredores industriais' surgiram em zonas urbanas ou semiurbanas, devido tanto à "[...] necessidade de contar com matérias-primas e demais insumos em uma economia em escala que busca tornar seus abastecimentos mais baratos" (Osorio, 2012b, p. 74); quanto em razão da demanda de mão de obra abundante e da exigência de proximidade com os mercados para os quais se destina a produção (Osorio, 2012b, p. 73-74).

Ainda, sob tal padrão industrial impulsionado na América Latina que abrange o nacional-desenvolvimentismo, em relação às políticas econômicas para lograr seus objetivos político-econômicos, conforme explica Osorio (2012b), demandava-se:

> [...] políticas econômicas protecionistas em termos de tarifas de importação; forte intervenção do Estado em matéria de investimentos; um tipo de bancos de

[119] De acordo com Jaime Osorio (2012b, p. 83), esta subdivisão do padrão industrial entre uma etapa 'internalizada e autônoma' e outra de 'integração ao capital estrangeiro', tal como visto anteriormente – figura 3 –, remete-se ao papel dos Estados no impulso à industrialização e no fortalecimento dos setores burgueses locais. No caso da primeira subfase, os Estados latino-americanos assumem um papel significativo nestes termos em face aos efeitos das guerras que provocam uma retração no centro capitalista. No pós-guerra, relativo à segunda subfase, diante da necessidade de avançar no processo de industrialização – produção de bens de produção –, eles decidem-se por associarem-se ao capital estrangeiro. Segundo o teórico (2012b), "[i]sso provoca uma guinada significativa no curso da industrialização latino-americana, com uma acelerada monopolização e mudanças na conformação do mercado interno, [...] propiciando fissuras e polarizações que terminarão por se aprofundar posteriormente (Osorio, 2012b, p. 83). Para saber mais sobre tais resultados, ver Marini (2022b; 2022d).

> desenvolvimento com créditos a baixas taxas de juros para as empresas; um sistema bancário com condições de fomentar o consumo individual mediante empréstimos brandos; políticas salariais que permitissem a incorporação de segmentos operários ao consumo e, dessa forma, alcançar uma ampliação do mercado interno; na mesma linha, um Estado que impulsionasse políticas sociais que ampliassem a demanda dos assalariados (aposentadorias, benefícios sociais etc.) (Osorio, 2012b, p. 73).

Estas demandas ocorreram porque a conformação do processo de industrialização como forma de reprodução do capital dominante requeria a aplicação desta corrente econômica específica e não de outra. Tal definição explica-se por duas razões: pela economia e pela política. Em relação à economia, porque cada padrão de reprodução requer distintas políticas econômicas. Por sua vez, no que diz respeito à política, porque "[...] as exigências dos setores do capital que se convertem em eixos de determinado padrão tendem a buscar as maiores cotas de poder estatal para, dessa forma, lograr a aplicação das políticas econômicas que melhor se ajustem a suas necessidades de reprodução" (Osorio, 2012b, p. 72). Isto demonstra que a aplicação de determinada política econômica (seja ela, desenvolvimentista, neoliberal, etc.) reflete necessariamente as exigências do capital e a disputa classista – entre classes e frações de classe – no interior do bloco no poder de cada formação econômico-social; favorecendo os interesses e as necessidades de reprodução de alguns e prejudicando aqueles de outros mais (Osorio, 2012b, p. 70-73).

Tal compreensão que emerge da sobreposição entre a categoria do 'desenvolvimento' e o padrão dominante de reprodução do capital é essencial, pois revela que o processo histórico-dialético do desenvolvimento na América Latina – tal como formulado na presente dissertação – extrapola somente a sua dimensão ideológica, fincando suas raízes no próprio fenômeno da luta de classes. No caso do modelo nacional-desenvolvimentista sob o padrão industrial de reprodução do capital – assim como em qualquer outra forma histórica dominante –, por exemplo, não é possível desassociar sua ideologia, seus diagnósticos, prognósticos e estratégias – a industrialização –, as quais foram aplicadas na realidade concreta dos países latino-americanos, do caráter material e estrutural da disputa de classes existente no seio de cada sociedade (Osorio, 2012b).

Em síntese, sob o modelo nacional-desenvolvimentista, superar a condição de 'subdesenvolvimento' exigia transformações estruturais. Na dimensão econômica-produtiva, com as políticas de industrialização substitutiva, o objetivo era desenvolver a estrutura produtiva nacional – e, regional –, de modo a distanciar-se do papel de economias agrário-exportadoras para economias mais complexas a partir de atividades manufatureiras e industriais. No sentido político, buscava-se idealmente transformar a estrutura tradicional e patrimonialista do Estado para àquela nos moldes democrático-liberais com participação

crescente da população[120]. Por fim, na dimensão social, buscava-se constituir um Estado do Bem-Estar Social a partir de medidas políticas que expandissem os direitos civis e sociais da população – principalmente, dos estratos sociais mais baixo – com atenção especial à oferta de serviços públicos tais como a educação, a saúde, a previdência social etc. (Santos Filho, 2005).

No âmbito regional, devido à influência da CEPAL, estimulou-se também que certos países latino-americanos dessem início a um processo de integração econômica como um meio para promover o desenvolvimento econômico (Granato; Batista, 2018, p. 211). Segundo Deciancio (2016), "[...] a ideia era ampliar a planificação industrial a um nível de escala em toda a região, a fim de eliminar as barreiras ao comércio recíproco, mantendo altos níveis de proteção externa para servir como um incentivo à industrialização, o crescimento econômico e o investimento" (Deciancio, 2016, p. 98, tradução nossa[121]). Dentre os seus objetivos, defendia-se a ampliação dos mercados nacionais e a formação de um mercado comum, pois, tais medidas poderiam aumentar a produtividade e, assim, provocar uma expansão industrial endógena. Em outros termos, buscava-se promover uma política de industrialização por substituição de importações numa escala regional, baseada na cooperação econômica e na inserção mais equitativa da região na economia mundial capitalista, diminuindo, assim, as vulnerabilidades de suas economias (Deciancio, 2016).

Diante disso, não é por acaso o debate acerca do tipo de regionalismo então proposto como ilustração da processualidade do 'desenvolvimento latino-americano' – isto é, da dinâmica de ascensão, auge, amadurecimento, declínio e crise de seus modelos –, haja vista a sua relação próxima com o fenômeno da integração regional. No contexto do nacional-desenvolvimentismo, o ciclo do regionalismo em que se procede na América Latina, denomina-se 'regionalismo fechado' – também conhecido como 'velho regionalismo' –, na qual suas propostas, inspiradas pelo estruturalismo cepalino, orientou diversas políticas para a integração e o desenvolvimento na região, como mencionado anteriormente (Granato; Batista, 2018; Prado, 2020; Santos Filho, 2005; Teixeira; Neto, 2012).

[120] Aqui, cabe destacar, no entanto, que vários países da América Latina passaram por um longo período de regimes autocráticos e ditaduras militares na segunda metade do século XX, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980 – tais como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai etc. – que, por sua vez, obviamente, afetou negativamente o desenvolvimento desses países nos moldes democrático-liberais (Santos Filho, 2005).

[121] La idea era ampliar la planificación industrial a un nivel de escala en toda la región, para eliminar las barreras al comercio recíproco, manteniendo altos niveles de protección externa para servir como un incentivo a la industrialización, el crecimiento económico y la inversión.

Como resultado, dentre outras iniciativas[122], neste contexto, destaca-se a fundação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) na década de 1960, isto é, a criação do primeiro grande projeto de integração regional da América Latina, "[...] com o objetivo de criar uma zona de livre comércio que avançaria até a criação de um mercado comum, o que criaria, em tese, estímulos para o desenvolvimento industrial sobre bases competitivas, reduzindo a dependência externa dos países membros" (Granato; Batista, 2018, p. 211). Ademais, no âmbito do bloco, buscava-se coordenar políticas de industrialização e planos de desenvolvimento econômico. Com base nestas metas, a partir de suas reuniões, a ALALC avançou em termos de reduções tarifárias e expandiu a participação das exportações regionais nas exportações totais da região (Teixeira; Neto, 2012).

No entanto, como discutem Granato e Batista (2018), a ALALC não foi capaz de atingir seus objetivos devido à reduzida participação dos empresariados nacionais na tomada de decisões, a baixa utilização das concessões comerciais e a incorporação de novos países no bloco (Granato; Batista, 2018). Num sentido complementar, a iniciativa de integração apresentava limitações em termos de coordenação macroeconômica dos projetos nacional-desenvolvimentistas – e, também, em termos de integração produtiva e da infraestrutura –, tendo em vista que "[...] não foram previstos no tratado, de maneira específica, canais formais para a cooperação em políticas econômicas para o desenvolvimento" (Teixeira; Neto, 2012, p. 18). Este fracasso se explica pelo contexto de nacionalismo das ditaturas militares na região, pela ausência de coordenação da política interna e externa e pela baixa interdependência produtiva dos países (Granato; Batista, 2018; Teixeira; Neto, 2012).

Por fim, apesar de seus avanços e esforços, conforme discutem Teixeira e Neto (2012), o modelo nacional-desenvolvimentista e o ciclo do regionalismo fechado enfrentaram vários obstáculos na busca por atingir suas metas. Aqui, cabe destacar o alto nível de assimetria entre os países; a crescente influência das grandes burguesias industrias nacionais e o protecionismo exacerbado; o papel decisivo das multinacionais e a lógica global do capitalismo; e por último, a instabilidade macroeconômica mundial frente ao colapso do Sistema de Bretton Woods, os choques do petróleo e a Crise da Dívida Externa da década de 1980 (Teixeira; Neto, 2012). Diante dessas dificuldades e problemas internos, externos e sistêmicos, o modelo e sua lógica desenvolvimentista desgastaram-se na região, encerrando, assim, a primeira onda do regionalismo latino-americano e abrindo espaço para o surgimento de um novo paradigma. Em

[122] Aqui, é importante ressaltar que a ALALC não é a única organização internacional criada na América Latina sob o período histórico do nacional-desenvolvimentismo; nem que todas as instituições fundadas na região neste contexto seguem o ideário desenvolvimentista de inspiração cepalina, haja vista sua diversidade na unidade.

relação às crises, de acordo com Osorio (2012b), elas também podem propiciar o esgotamento e, logo, o declínio de um padrão de reprodução do capital, estabelecendo, assim, as condições necessárias para a emergência de uma nova configuração (Osorio, 2012b, p. 70).

Conforme explica o teórico (2012b), quando um novo padrão prevalece:

> [...] é porque o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão o papel de eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que farão investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (Osorio, 2012b, p. 70).

Considerando, portanto, o processo histórico-dialético na América Latina, com o declínio do nacional-desenvolvimento sob o padrão industrial transformou-se o modelo do desenvolvimento; consolidando, então, sob outras bases de reprodução, o neoliberalismo na região. Além dos impactos da chamada 'década perdida', com o fim da Guerra Fria, a derrota do modelo socialista anunciava também o fracasso da economia planificada, caracterizada pela forte intervenção estatal em prol do planejamento econômico. Por outro lado, com o triunfo ideológico dos Estados Unidos, o sistema capitalista encontrou-se fortalecido com a difusão e a adoção do receituário neoliberal, substituindo, assim, a atuação do Estado como agente promotor e condutor de mudanças sociais pela lógica do mercado, tal como será discutido a seguir (Santos Filho, 2005; Traspadini; Mandarino, 2013).

3.2.2 Da 'antítese': neoliberalismo entre a etapa de transição e um novo padrão de reprodução

Com base na trajetória do 'desenvolvimento' na América Latina, desde a Crise da Dívida Externa nos anos de 1980 – a chamada década perdida[123] – e, depois, com a vitória do 'Primeiro Mundo' e o declínio do 'Segundo Mundo', anunciando, respectivamente, o fim da Guerra Fria; o esforço histórico do nacional-desenvolvimentismo do 'Terceiro Mundo' e seus resultados sofreram duras inflexões. Neste contexto, sobretudo, a partir do chamado Consenso de Washington na década de 1990, o neoliberalismo tornou-se hegemônico (Martins, 2011, p.

[123] Aqui, é importante ressaltar a relevância da Crise da Dívida Externa na década de 1980 para o esgotamento do nacional-desenvolvimento e a consequente mudança no modelo do 'desenvolvimento' latino-americano. Isto porque as medidas neoliberais difundidas posteriormente a partir do Consenso de Washington, também foram implementadas em resposta à tal evento ocorrido na década anterior, tendo em vista o alto endividamento externo das economias latino-americanas, o qual supostamente era advindo do financiamento dos programas nacionais de desenvolvimento impulsionados pela ação estatal no modelo anterior (Amaral, 2007; Santos Filho, 2005).

262), isto é, consolidou-se como hegemonia ideológica mundial (Katz, 2016, p. 79), de maneira que o modelo nacional-desenvolvimentista foi fortemente afetado entre os países latino-americanos, ao mesmo passo em que a ideologia e a práxis neoliberal, por sua vez, ascenderam como o subsequente modelo do 'desenvolvimento' na região[124] – entendido, aqui, enquanto a antítese do processo histórico-dialético.

De acordo com Claudio Katz (2016), até a sua crise no início do século XXI quando ele perde sua homogeneidade e adota conotações múltiplas[125] – embora, seja necessário destacar que não se extingue –, o neoliberalismo latino-americano atravessou duas etapas diferenciadas no plano econômico. A primeira fase neoliberal de 'reformas de primeira geração' prevaleceu nos anos 1980, na qual a prioridade tratava-se do ajuste anti-inflacionário, das políticas de choque, do corte de gastos públicos e da busca pelo equilíbrio fiscal. A segunda etapa, por sua vez, ocorreu na década seguinte precisamente com o 'Consenso de Washington' nos anos 1990, na qual buscava-se diante do equilíbrio macroeconômico, as transformações complementares de abertura comercial, privatização e flexibilização do trabalho, etc. que permitiam elevar a eficiência e a competitividade das economias latino-americanas (Katz, 2016, p. 82-84).

Tal emblemático evento denominado de Consenso de Washington tratou-se de um conjunto de estratégias e medidas políticas neoliberais de uma ortodoxia convencional defendidas e difundidas globalmente pelo governo dos Estados Unidos, em conjunto com as instituições financeiras multilaterais – tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – para as regiões periféricas do sistema capitalista, das quais deve-se destacar, sobretudo, a América Latina, na qual esta ideologia se direcionou fortemente, estabelecendo efeitos e mudanças profundas em cada formação econômico-social (Santos Filho, 2005; Traspadini; Mandarino, 2013, p. 14-16). Inclusive, como defende Amaral (2007), cabe ressaltar que a difusão e consolidação deste modelo não se tratou de um processo autônomo, mas, sim, de um discurso globalizante e de uma estratégia "[...] imposta pelos países do centro do capitalismo mundial aos países da periferia e abundantemente incorporada por estes últimos" (Amaral, 2007, p. 3).

Dentre as suas metas, as quais giravam em torno de dez pontos, tal como aponta Martins (2011), propunha-se em seu epicentro "[...] o desmonte das *políticas de substituição de*

[124] Conforme discutido anteriormente na introdução deste capítulo, cabe ressaltar que tal contexto do Consenso de Washington na década de 1990 não se trata da emergência do neoliberalismo no mundo, nem na própria América Latina – que já havia sido introduzido na região a partir das ditaduras na década de 1970 –, mas, sim, de sua consolidação enquanto ideologia hegemônica e modelo dominante de 'desenvolvimento' na região e, assim, de sua generalização entre os países latino-americanos (Katz, 2016, p. 79; 81-84; Martins, 2011).
[125] Discutiremos as conotações múltiplas do neoliberalismo mais a frente na presente seção.

importações e a assunção do *ideário da competição* como eixo de sua restruturação" (Martins, 2011, p. 263, itálico nosso). Isto porque, contrariamente ao modelo desenvolvimentista anterior, os fundamentos do neoliberalismo difundido globalmente mediante o Consenso rejeitavam o papel social do Estado como um agente promotor e condutor da mudança social e do desenvolvimento – lógica do Estado mínimo –, e introduziam em seu lugar a necessidade de adotar políticas visando a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados, a liberalização financeira, a privatização de empresas estatais e serviços públicos, a eliminação dos déficits fiscais, a apreciação cambial, a flexibilização do trabalho, etc., e (Amaral, 2007; Katz, 2016; Martins, 2011; Santos Filho, 2005).

Em outras palavras, um dos objetivos primordiais do modelo neoliberal tratava-se de liberar os mercados da ação prejudicial do Estado nos assuntos econômicos, visto que sob a sua ótica, era precisamente a interferência estatal que havia ocasionado os problemas estruturais que a América Latina estava enfrentando nas últimas décadas. Com base nisto, invertendo-se a lógica do nacional-desenvolvimentismo, o mercado tornou-se, assim, a instância reguladora da sociedade (Santos Filho, 2005). Porém, conforme argumenta Katz (2016), "[...] esta intepretação omite que o Estado não é tão adverso aos capitalistas, que financia ativamente o enriquecimento dos poderosos e legitima o desamparo dos desprotegidos. Nunca abandona os dominadores à sua própria sorte, nem assegura a subsistência dos desamparados" (Katz, 2016, p. 100), relembrando-nos, tal como discutido no capítulo teórico, que a partir de uma interpretação marxista não se deve perder de vista o caráter classista do Estado (Katz, 2016).

Em síntese, segundo Martins (2011), através do Consenso defendia-se, então:

> [...] uma arquitetura macroeconômica fundada na abertura comercial, na sobrevalorização cambial e na formação de grandes reservas – baseadas em quedas das taxas de juros internacionais e acordos de renegociação da dívida, mas sobretudo em altas taxas de juros internas, na privatização e na desnacionalização da economia – necessárias para criar um superávit na conta financeira e equilibrar o balanço de pagamentos ameaçado por significativos déficits comerciais e de transações correntes (Martins, 2011, p. 302).

A aplicação deste receituário neoliberal revelar-se-ia supostamente a solução para a crise, os desequilíbrios e os limites dos países latino-americanos, equilibrando as suas contas, elevando a competitividade e colocando-os, assim, novamente no curso do crescimento econômico e do 'desenvolvimento', embora tal processo pudesse significar em contrapartida uma maior desigualdade no interior de cada sociedade (Katz, 2016, p. 82-83). Evidentemente, com a rejeição de medidas protecionistas e a eliminação de tarifas, o neoliberalismo sustentava um padrão de desenvolvimento fundamentado no livre-comércio, na reprimarização e na "[...]

ideia de *especialização* – em contraposição à industrialização diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior" (Amaral, 2007, p. 4). Sob esta perspectiva, as nações devem se especializar produtivamente com base nas suas vantagens comparativas, de maneira a explorar as possibilidades do livre-mercado, tornarem-se competitivas e, assim, alcançar um crescimento sustentado na atual fase do capitalismo globalizado (Amaral, 2007; 2012, p. 113).

Em suma, tais estratégias de defesa ao livre-comércio e à especialização opuseram-se e prejudicaram o processo de industrialização dos países latino-americanos[126], tal como proposto sob o nacional-desenvolvimentismo, de modo que "[...] a implementação deste princípio na América Latina desembocou na primazia das exportações agromineiras e importações industriais. Essa assimetria levou ao *subdesenvolvimento* e à *inserção dependente* no mercado mundial" (Katz, 2016, p. 93, itálico nosso). Isto porque ao invés de significar 'avanço' às nações latino-americanas, a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados, a liberalização financeira, etc., elas produziram obstáculos à diversificação econômica dos países, situando a produção da América Latina somente na agricultura ou na mineração, como se a região "[...] carregasse um mandato divino de provisão de matérias-primas aos países desenvolvidos" (Katz, 2016, p. 93). Ou seja, reproduzindo e reforçando a velha estrutura produtiva e padrão primário-exportador entre as economias latino-americanas (Katz, 2016), embora sob outras bases de reprodução do capital.

A partir disso, finalmente, torna-se possível adentrar a discussão do padrão de reprodução sob o neoliberalismo. Relacionando este 'modelo de desenvolvimento' ao padrão-eixo de reprodução do capital dominante na América Latina sob tal contexto histórico, trilhando a periodização de Jaime Osorio (2012b), deve-se sobrepor o modelo neoliberal entre uma etapa de transição e a conformação de um novo padrão de reprodução. Segundo o teórico (2012b), no caso específico, tal fase transitória se refere à etapa de crise entre meados dos anos 1970 aos anos 1980 "[...] na qual o antigo [padrão industrial] não termina de morrer ou de subordinar-se e o novo, de se impor e prevalecer" (Osorio, 2012b, p. 70). Após o término deste período, emergiu-se, então, num quadro de crise, o padrão exportador de especialização produtiva nos meados da década de 1980, cuja forma de reprodução permanece vigente, pelo menos, até as primeiras décadas do século XXI – inclusive, englobando contraditoriamente o modelo do neodesenvolvimentismo, do qual trataremos na próxima seção (Osorio, 2012b, p.78-80).

[126] Logo em seguida Katz (2016, p. 93) relembra a esquecida trajetória histórica trilhada pelos defensores do livre-comércio hoje, a qual merece aqui uma breve menção, isto é, o fato de que os países somente aceitaram e optaram por tal estratégia quando já eram dominantes ou, pelo menos, "[...] quando conseguiram alta produtividade nos setores sujeitos à competição global" (Katz, 2016, p. 93). Para saber mais sobre isso, ver a obra *Chutando a escada* de Chang (2004).

Em relação ao seu contexto de conformação, Osorio (2012) explica que:

> O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de relocalização de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização (Osorio, 2012b, p. 79).

E, ainda, sobre as suas políticas econômicas, o teórico (2012b) acrescenta:

> Na nova situação, a política econômica aponta para a redução do papel dos assalariados no consumo e de sua participação no mercado; propicia-se uma concentração de renda, processo que, unido ao anterior, gera uma polarização social aguda; os setores sociais já não são protegidos mediante tarifas de importação, e sim se reduzem significativamente; a concorrência e o mercado, se diz, é que devem destinar os recursos, o que faz com que se retirem subsídios e diversas formas de proteção à produção industrial; parte substantiva da produção é voltada para o mercado mundial, fazendo com que se apliquem medidas de política econômica que fomentem as exportações; e, à medida que o discurso do livre-comércio ganha terreno, também se fomenta a abertura de fronteiras para as importações (Osorio, 2012b, p. 73).

No que se refere, por sua vez, à sua modalidade de uso do território, assim como em qualquer outro padrão de reprodução do capital existente na América Latina, tanto se exige de suas economias um uso extensivo e/ou intensivo de territórios – devido à agricultura e a mineração, respectivamente –, quanto se requer uma infraestrutura básica, necessária para o funcionamento das atividades produtivas. No caso específico do padrão exportador de especialização produtiva, apesar de sua vocação exportadora, ele demanda também um alto nível de importação de bens de consumo e de meios de produção, o que torna de suma importância a existência de uma forte infraestrutura nos países latino-americanos, sobretudo, em termos de portos, aeroportos e rodovias. Diante disso, surgem os ‘grandes portos concentradores’ – também denominados de ‘portos-eixos –, os quais possuem “[...] capacidade para receber barcos cada vez maiores e com elevada capacidade de carga, [...] muitas vezes em ligação com outras obras de infraestrutura em matéria de transporte multimodal” (Osorio, 2012b, p. 75), convertendo-se, assim, em um novo paradigma de desenvolvimento do transporte e do comércio latino-americanos (Osorio, 2012b, p. 74-75).

Ou seja, diante de tais características, tal padrão emerge durante o fenômeno que posteriormente foi ampla e vulgarmente denominado de ‘globalização’ na economia e nas ciências sociais. Osorio (2012b), crítico ao termo por sua amplitude e vulgarização, prefere adotar o conceito de ‘mundialização’ para se remeter aquilo que, acertadamente, em sua

concepção, trata-se basicamente de um processo de expansão do mercado mundial capitalista sob a fase imperialista do capitalismo. Diante de suas metas econômico-políticas, não é por acaso sua íntima relação com as chamadas transnacionalização e financeirização do capital – discutidas no capítulo teórico –, as quais constituem ambas tendências vigentes da atual fase do capitalismo global. Isto porque ao mesmo passo que advoga pela abertura comercial, promovendo a descentralização da produção a partir das empresas transnacionais proveniente dos países desenvolvidos para as regiões periféricas, ao defender a desregulamentação financeira e dos mercados, o neoliberalismo sob o padrão exportação de especialização produtiva desloca também o eixo de acumulação do capital das atividades produtivas para aquelas no âmbito da esfera financeira, por meio de atividades rentistas e da valorização fictícia do capital[127] (Amaral, 2012; Osorio, 2012b, p. 84).

De acordo com Traspadini e Mandarino (2013), considerando as mudanças no capitalismo global a partir da 'hipertrofia do capital financeiro e fictício' na era neoliberal, não somente o padrão de acumulação e reprodução do capital se modificou, como o próprio padrão de dependência transformou-se no sistema capitalista, levando, assim, "[...] à necessidade de repensar o desenvolvimento da América Latina ontem e hoje" (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 3), Obviamente, a adoção do neoliberalismo e a conformação de tal padrão de reprodução do capital alterou o modo de inserção das economias latino-americanas na chamada nova divisão internacional do trabalho (DIT) – cuja reestruturação caracterizou-se tanto pela conservação do monopólio de investigação e pesquisa pelos países centrais, quanto pela descentralização da produção direta para os países periféricos de partes e componentes de maior ou menor valor agregado (Martins, 2011, p. 302) –, relegando, assim, a industrialização frente à velha estrutura primário-exportadora, estimulada pelas políticas econômicas adotadas no período em questão. Porém, ainda segundo o autor (2011), as teses neoliberais demonstram um enorme desconhecimento desta nova configuração da economia mundial capitalista e da realidade histórica latino-americana por três principais razões (Martins, 2011, p. 264-265).

Primeiramente, porque "[...] elas [as teses neoliberais] veem as contribuições do capital estrangeiro apenas a partir dos fluxos que se estabelecem na conta financeira, não os integrando à balança de serviços fatoriais ou aos pagamentos de fretes e serviços tecnológicos" (Martins, 2011, p. 264). Ou seja, considera somente a entrada do investimento, ignorando a sua

[127] Vale comentar que não se trata, porém, conforme argumenta Amaral (2012), de uma contraposição entre os setores produtivo e financeiro, como se o primeiro fosse o 'eixo do bem' e, o segundo, o 'eixo do mal' do capital. Apesar do caráter estrutural do processo financeirização do capital e de seus efeitos negativos sob as economias periféricas, ambos os setores são partes constituintes daquilo que é o sistema capitalista e de suas contradições inerentes (Amaral, 2012, p. 125).

contrapartida, a transferência de valor por meio da remessa de lucros, etc. Em segundo lugar, porque as políticas de abertura econômica e sobrevalorização cambial resultam em déficits na conta corrente, o que provocam uma profunda depressão e liquidação de ativos, incompatível com a meta de aumento da produtividade. E, por último, em terceiro lugar, porque conceber tal meta – a produtividade – como o objetivo central dos países latino-americanos trata-se de um equívoco, tendo em vista que, sob a nova divisão internacional do trabalho (DIT), importa mais dominar as fontes de inovação tecnológica do que simplesmente elevar a produtividade – a qual não elimina a deterioração dos termos de troca. Em seus próprios termos, "[a] globalização e o desenvolvimento da revolução científico-técnica constroem cada vez mais uma economia em que a capacidade de agregar valor está centrada na *qualidade das mercadorias* e em seu *valor de uso*, não na produtividade" (Martins, 2011, p. 264-265, itálico nosso).

Com base nisto, apesar de seus êxitos enquanto hegemonia ideológica global e ofensiva do capital, segundo Martins (2011, p. 265) e Katz (2016, p. 84-88), entre meados da década de 1990 e o início do século XXI, diante do baixo nível de atividade econômica, da crise do balanço de pagamentos (carência estrutural de divisas) que se instaura na América Latina devido às suas políticas econômicas, o neoliberalismo entra em crise na região; embora, seja essencial destacar novamente que ele não desaparece, tendo em vista que este modelo tem suas bases em alguns países – México, Colômbia, Chile e Peru – e permanece condicionando as políticas macroeconômicas de outros, tal como é no caso do Brasil (Martins, 2011, p. 313). Ademais, somam-se aos efeitos da crise do neoliberalismo latino-americano: a deterioração da renda, a desintegração da indústria local e dos segmentos de maior valor agregado, o aumento da vulnerabilidade, a saída de capitais e a dependência da flutuação internacional dos preços das matérias-primas, a desnacionalização, o aprofundamento da superexploração do trabalho e a deterioração ecológica (Katz, 2016, p. 84; Martins, 2011, p. 315). Nesse sentido, de acordo com Katz (2016):

> Os desequilíbrios gerados por esse modelo espalharam-se por toda a região, juntamente com a primazia crescente do setor exportador em detrimento do desenvolvimento interno. Aumentou a heterogeneidade estrutural da economia e concentraram-se as atividades mais rentáveis num punhado de empresas. A capacidade do Estado para priorizar as decisões de investimento ficou muito debilitada (Katz, 2016, p. 84)

Contudo, mesmo após sua crise e seus fracassos, o neoliberalismo – e seus efeitos – se faz presente na América Latina no século XXI, ainda que sob conotações múltiplas, referenciando quatro dimensões específicas e diferenciadas: a) como etapa do capitalismo; b) estratégia de livre-comércio; c) política econômica; e d) governos de direita. Em síntese, a

primeira concepção trata-se do neoliberalismo como nova etapa do capitalismo em escala global, na qual a América Latina reafirma sua inserção internacional como fornecedora de matérias-primas – isto é, reproduzindo o tradicional padrão primário-exportador do qual todos os países da região compartilham. Em segundo lugar, situa-se a interpretação deste modelo como estratégias de livre-comércio adotadas pelos países, mediante convênios bilaterais, tratados de livre comércio (TLC), etc. A terceira diz respeito ao seu entendimento como política econômica de ortodoxia monetária, fiscal e cambial. E, por último, a quarta concepção refere-se à dimensão política, segundo a qual identifica-se com aqueles governos de direita subordinados aos Estados Unidos que diante de protestos populares recorrem à repressão (Katz, 2016, p. 88-92).

Refletindo a partir do regionalismo latino-americano, na década de 1990, o neoliberalismo sustentou aquele paradigma denominado pela literatura especializada de 'regionalismo aberto' – ou 'novo regionalismo', contrapondo-se ao modelo anterior tido como 'fechado' e 'velho'. Esta mudança ocorre em contrapartida à dita primeira onda, tendo em vista que a sua perspectiva sobre a integração e o 'desenvolvimento' partem de uma lógica neoliberal. Neste contexto, sob a égide estadunidense no pós-Guerra Fria, discutiu-se entre os governos latino-americanos a inserção no processo de globalização, o multilateralismo, a abertura comercial, a desregulamentação financeira, o livre-mercado, a redução do Estado e do funcionalismo público, a privatização de empresas estatais e serviços públicos etc. Em sua busca pelo 'desenvolvimento', o regionalismo transformou-se, então, em "[...] um modelo de integração com abertura para os mercados comuns, assumindo um caráter principalmente comercial" (Granato; Batista, 2018, p. 212), por meio do qual objetivava-se simplesmente a efetivação de um mercado globalizado e liberalizado multilateralmente (Granato; Batista, 2018; Santos Filho, 2005; Teixeira; Neto, 2012).

À luz do regionalismo aberto, destaca-se principalmente as iniciativas do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991; da proposta de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994; e da Comunidade Andina de Nações (CAN), em 1996. Em relação ao Mercosul, como discutem Teixeira e Neto (2012), no contexto pós-assinatura do tratado, ainda que existisse o debate sobre o 'desenvolvimento' e coordenação de políticas econômicas, o objetivo do bloco era a desgravação tarifária gradual entre os seus países membros direcionadas para os assuntos comerciais. No mesmo sentido, o Grupo Andino foi substituído pela CAN, com o objetivo de estabelecer uma tarifa externa comum, relegando ao segundo plano a coordenação de políticas e a integração produtiva no bloco sub-regional (Granato; Batista, 2018; Teixeira; Neto, 2012).

O caso da ALCA, por sua vez, é emblemático para o regionalismo aberto. Em 1990, com a Iniciativa para as Américas, os Estados Unidos propuseram a formação de uma zona de livre comércio hemisférica no continente americano baseada, sobretudo, na liberalização comercial, desregulamentação financeira e desestatização da economia. Esta proposta seguiu, em 1994, com o projeto de formação da ALCA. Porém, de acordo com Teixeira e Neto (2012), apesar do compromisso inicial, alguns países latino-americanos se contrapuseram à operacionalização da proposta, tal como o Brasil, que demonstrou resistência à criação da zona devido aos seus impactos nos setores industriais. Nesse sentido, o projeto hegemônico estadunidense não se materializou efetivamente, fracassando, assim, a sua proposta de regionalismo aberto e neoliberal para o continente (Teixeira; Neto, 2012).

Outro caso de suma relevância sob tal paradigma que merece destaque é o da CEPAL, que se submeteu contraditoriamente à proposta de uma integração regional aberta na América Latina, provocando, assim, um giro no seu pensamento, uma inversão, uma ruptura histórica em relação às suas teses estruturalistas. Neste contexto, diante do neoliberalismo e da chamada 'globalização', ao invés de advogar pela industrialização, protecionismo, etc., postula-se a integração financeira, tecnológica e comercial ao mercado mundial, a limitação das tarifas aduaneiras, a restrição da intervenção do Estado na economia, etc.; a fim de impulsionar a competitividade, a transformação produtiva, a inovação tecnológica, o crescimento econômico com equidade social, dentre outras metas[128] (Corazza; Herrera, 2006; Martins, 2011, p. 262).

Assim como o primeiro ciclo do regionalismo latino-americano, os resultados do paradigma aberto também se mostraram incapazes de atingir suas metas e objetivos políticos. Além do fracasso da iniciativa hegemônica dos Estados Unidos na construção da ALCA, como discutido anteriormente, tal modelo apresentou "[...] como resultado um crescimento econômico instável, uma piora na equidade social e uma maior vulnerabilidade externa" (Corazza; Herrera, 2006, p. 13). Ademais, conforme pontuam Granato e Batista (2018), sob a onda neoliberal, as iniciativas regionais promovidas se demonstraram ausentes de uma agenda positiva em áreas estratégicas, tais como infraestrutura, política social ou cultural; de modo que a região enfrentou instabilidade política, estancamento econômico e dificuldade de mobilização social (Granato; Batista, 2018, p. 213).

Diante disso, a conjuntura política latino-americana gira mais uma vez para a esquerda (Martins, 2011, p. 265). Nesta guinada, além de sua articulação com o fim do crescimento acelerado da economia estadunidense, é de significativo peso a ofensiva dos movimentos

[128] Para saber mais sobre o 'regionalismo aberto' da CEPAL, ver Corazza e Herrera (2006).

sociais em escala mundial e regional (Martins, 2011, p. 265); da qual Katz (2016, p. 86) denomina de sublevações populares, cujos desdobramentos entre os anos de 1999-2005 representaram o desafio mais direto ao modelo neoliberal (Katz, 2016; Martins, 2011). Com base nisto, os rumos do 'desenvolvimento' – e, inclusive, do regionalismo – se transformam novamente na região, constituindo-se, portanto, não somente um novo modelo de desenvolvimento, mas, também, um novo ciclo caracterizado pelo relativo abandono da lógica liberal e resgate do desenvolvimentismo (Teixeira; Neto, 2012), embora distinto daquele seu modelo clássico promovido anteriormente.

Daí, finalmente, adentra-se o neodesenvolvimentismo latino-americano.

3.2.3 Da 'síntese': neodesenvolvimentismo e continuidade do padrão exportador de especialização produtiva

No início do século XXI, em contrapartida ao neoliberalismo na América Latina, a trajetória do 'desenvolvimento' perpassa novamente uma mudança na região, configurando, assim, um novo modelo de desenvolvimento, o chamado 'neodesenvolvimentismo' ou 'novo-desenvolvimentismo' – aqui, entendido como a síntese do processo histórico dialético, tal como será discutido a seguir. No que diz respeito ao contexto histórico, a sua origem remete-se à denominada 'onda rosa' ou 'guinada à esquerda', isto é, ao processo de ascensão de governos de esquerda e progressistas em grande parcela dos países latino-americanos a partir dos anos 2000 – embora seja necessário destacar que não se trata de um movimento unitário e homogêneo na região, a qual atravessa distintos processos econômicos, políticos e sociais, considerando a situação diversa de suas sub-regiões[129] (Cepal, 2017; Dos Santos, 2020).

De acordo com Dos Santos (2020, p. 1), a onda progressista na região se refere à vários governos identificados politicamente com a esquerda e eleitos em reação ao período neoliberal. Aqui, deve-se destacar os casos da Argentina, a partir dos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2008-2015) sob o Partido Justicialista (PJ); e do Brasil, a partir dos governos de Luiz Inácio 'Lula' da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) sob o Partido dos Trabalhadores (PT); dos quais analisar-se-ão com maior profundidade

[129] Nesse sentido, deve-se citar, por exemplo, os casos do Peru, da Colômbia e do México. Os dois primeiros países porque se inclinam à direita num sentido contrário aos demais; e o terceiro país porque adentra a dita onda tardiamente (Dos Santos, 2020). Para saber mais sobre a história da onda progressista na América do Sul e suas particularidades histórico-sociais em cada país da região; assim como, uma análise comparada dos ciclos econômicos na América Latina e o Caribe – diferenciando suas sub-regiões – entre o período de 1990 até 2016, ver Dos Santos (2020) e Cepal (2017b, p. 95-117), respectivamente.

no próximo capítulo. Ainda, nesta toada, deve-se incluir também os governos de Hugo Chávez na Venezuela (1998), de Tabaré Vásquez (2004) e José Mujica (2010) no Uruguai, de Evo Morales na Bolívia (2005), de Rafael Correa no Equador (2006), de Fernando Lugo (2008) no Paraguai, dentre outros. (Dos Santos, 2020; Prado, 2020, p. 172-173).

Neste contexto, como argumentam Traspadini e Mandarino (2013) e Bustelo (2015), é possível observar algumas melhorias pontuais nos indicadores sociais de alguns países latino-americanos e "[...] uma recomposição da capacidade de intervenção do Estado na economia, assim como um novo ciclo de expansão econômica, caracterizado por taxas de crescimento altas e sustentadas" (Bustelo, 2015, p. 45). Para Bustelo (2015), tais resultados ocorreram devido, sobretudo, ao crescimento do comércio mundial impulsionado pela China, com especial destaque para os altos preços das *commodities*, incentivando as exportações desses países (Bustelo, 2015; Traspadini; Mandarino, 2013). Retornaremos a este ponto de maneira mais detalhada posteriormente na presente seção.

A partir disso, introduz-se, então, o neodesenvolvimentismo, que surge como uma 'terceira via' ou 'terceiro discurso'[130] entre o nacional-desenvolvimentismo e o neoliberalismo para a 'retomada' do desenvolvimento latino-americano (Traspadini; Mandarino, 2013) – embora tal modelo não seja ele próprio coeso e apresente distintas variantes[131] (Katz, 2016).

---

[130] De acordo com Sampaio Jr. (2012), os neodesenvolvimentistas buscam "[...] uma *terceira via* que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem como as inevitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal" (Sampaio Jr., 2012, p. 11 *apud* Traspadini; Mandarino, 2013, p. 21, itálico nosso). Ou seja, nesse sentido, ambos os termos de 'terceira via' e 'terceiro discurso' evocam a mesma ideia, qual seja, sobre a necessidade de consolidar um modelo de desenvolvimento que escape dos aspectos negativos tanto do nacional-desenvolvimentismo e do populismo da esquerda burocrática, quanto do neoliberalismo e da ortodoxia convencional (Bresser-Pereira, 2006, p. 5 *apud* Traspadini; Mandarino, 2013, p. 21), ao mesmo passo que aproveite "[...] do maior planejamento estatal de um e da estabilidade macroeconômica e financeira de outro" (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 20). No que concerne ainda à relação entre o Estado e o mercado, busca-se uma posição intermediária entre a total preponderância do Estado, de um lado, e a total ausência deste, por outro lado; conformando um novo modelo no qual ambos sejam complementares no processo de desenvolvimento econômico (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 20-22). De maneira complementar, Martins (2011) afirma que os enfoques de 'terceira via' são aqueles "[...] que adaptam a macroeconomia neoliberal à políticas externas independentes e sociais compensatórias" (Martins, 2011, p. 314), introduzindo outra faceta desta concepção. Para saber mais, ver Traspadini e Mandarino (2013).

[131] Seguindo a caracterização de Katz (2016, p. 237-282), existem outras duas variantes do neodesenvolvimentismo, quais sejam, as concepções *social-desenvolvimentistas* e *pós-desenvolvimentistas* – muito embora, talvez, seja mais adequado compreender apenas a primeira como uma variante 'mais progressista' de fato e, a segunda, mais como uma variante crítica ao modelo. Em síntese, as concepções social-desenvolvimentistas são aquelas que atribuem "[...] maior relevância à dimensão social do que às metas de desenvolvimento" (Katz, 2016, p. 237), buscando, assim, gestar um modelo de crescimento com inclusão social, um tipo de 'capitalismo inclusivo'. No plano econômico, defendem a importância do mercado interno, da demanda, e do consumo de massas como mecanismo de redistribuição da renda – na conformação de um círculo virtuoso de aumento dos investimentos, da produtividade, dos salários, do consumo, etc. (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 20). Na esfera política, situam-se amplamente no campo da esquerda e apoiam-se em modelos democrático-populares com fundamentos ideológicos socialistas (Katz, 2016, p. 237-240). Já as concepções pós-desenvolvimentistas são aquelas que problematizam o (neo)extrativismo e objetam o 'desenvolvimento' capitalista a qualquer custo, propondo, assim, desconstruir e superar tal noção eurocêntrica a partir de "[...] um projeto alternativo ao modelo

Isto porque o novo modelo neodesenvolvimentista se coloca tanto em contraponto aos aspectos negativos relacionados ao nacional-desenvolvimentismo, quais sejam, o endividamento externo, a inflação, etc., por um lado, quanto oposto ao neoliberalismo, por outro lado (Traspadini; Mandarino, 2013). Disso, emerge precisamente a sua interpretação como a síntese do processo histórico-dialético do desenvolvimento na América Latina, sendo o neodesenvolvimentismo tanto portador do elemento de superação – negação da negação – no movimento dialético, quanto do elemento da continuidade com os modelos anteriores, conformando, assim, a contradição da qual se erige a problematização da presente pesquisa (Luce, 2018, p. 20).

Embora reúna uma variedade de enfoques e não seja simples de conceitualizar, de acordo com Katz (2016, p. 159-161), o neodesenvolvimentismo apresenta cinco principais teses. Em suma, a primeira tese se refere à revalorização do intervencionismo estatal, isto é, à necessidade de utilizar-se da intervenção econômica enquanto estratégia para superar o 'subdesenvolvimento', ainda que buscando um equilíbrio entre as matrizes 'Estado-cêntricas' e 'mercado-cêntricas', sem resgatar o velho keynesianismo e a noção do Estado de bem-estar social. Afinal, sob esta concepção, a atuação do Estado deve prezar pela eficiência de sua gestão pública e não obstruir o investimento privado (Katz, 2016, p. 160). A segunda tese diz respeito à política econômica, isto é, à importância do conjunto de medidas macroeconômicas – monetárias, fiscais e cambiais – como instrumentos centrais tanto de atuação conjuntural, quanto de crescimento econômico. Em relação à sua orientação, segundo o autor (2016), "[s]ua prioridade é manter o déficit fiscal reduzido para estimular a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio" (Katz, 2016, p. 160).

Por sua vez, a terceira tese neodesenvolvimentista relaciona-se à ideia de retomada da industrialização, de expansão industrial frente à necessidade de criar emprego urbano, cujos avanços devem ser prioridade das economias intermediárias. Relacionado a isto, em quarto lugar, para superar as insuficiências da velha industrialização, deve-se também reduzir a defasagem tecnológica existente entre os países e promover a inovação local mediante acordos com as empresas transnacionais, isto é, com o capital estrangeiro. E, por último, inspirado nos

atual de acumulação em detrimento da natureza" (Katz, 2016, p. 262), fundamentado nas resistências sociais, em cosmovisões, práticas e saberes 'outros' (Katz, 2016, p. 261-263). Isto exposto, é necessário apenas salientar que, embora retornaremos à discussão acerca do pós-desenvolvimentismo ainda no presente capítulo a partir da descrição de alguns conceitos-chave relevantes para compreender a onda progressista latino-americana, reforçamos que o enfoque da presente pesquisa reside no neodesenvolvimentismo. Para saber mais sobre ambas as variantes e suas respectivas críticas, ver Katz (2016).

êxitos do Sudeste Asiático – os chamados 'Tigres Asiáticos'[132] e outros –, a quinta tese trata-se de advogar pelo avanço exportador da economia através de estratégias estatais que estimulem a competitividade, a produtividade e a rentabilidade (Katz, 2016, p. 160-161).

Antes de avançar, cabe destacar que tais principais teses econômicas explicitadas por Katz (2016) vão de encontro com o pensamento de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003 *apud* Traspadini; Mandarino, 2013), um dos principais expoentes brasileiros do neodesenvolvimentismo, segundo o qual este trata-se precisamente de:

> [...] um modelo que apoia-se na estabilidade monetária e dos indicadores macroeconômicos do período liberal, ao mesmo tempo que defende um Estado que corrija as falhas de mercado e alie-se com um nacionalismo moderado ao capital estrangeiro para promover o crescimento econômico e a consequente melhora nos indicadores sociais (Bresser-Pereira, 2003 *apud* Traspadini; Mandarino, 2013, p. 21).

Nesta interpretação de Bresser-Pereira (2003), o qual reivindica a formulação de tal concepção para si, aparece a intervenção do Estado – ainda que seja apenas para corrigir e eliminar as distorções geradas pelo mercado – e suas convergências com o setor privado, a centralidade das políticas macroeconômicas como estratégia de estabilidade, assim como, a relação de 'aliança' com o capital estrangeiro na promoção de melhorias dos indicadores sociais e do crescimento econômico (Bresser-Pereira, 2003 *apud* Traspadini; Mandarino, 2013). Isto posto, ainda trilhando a caracterização de Katz (2016), apesar do neodesenvolvimentismo retomar alguns princípios do seu predecessor, torna-se possível, então, conceber as diferenças do novo modelo com o nacional-desenvolvimentismo, suas indefinições e inconsistências, bem como, suas próprias contradições internas (Katz, 2016, p. 161-167).

Ainda que o neodesenvolvimentismo resgate a ideia de industrialização, ele não o faz visando as mesmas estratégias e objetivos do enfoque desenvolvimentista tradicional, isto é, de superação da deterioração dos termos de troca, da heterogeneidade estrutural, do modelo agroexportador, etc. Contrariamente, devido ao forte e acelerado processo de capitalização do setor primário, sob o novo modelo, os processos de crescimento econômico são previstos em combinação com o agronegócio, tendo em vista que "[...] o neodesenvolvimentismo visualiza a *agroexportação* como um potencial fornecedor de divisas para a *reindustrialização*" (Katz, 2016, p. 162, itálico nosso). Porém, conforme argumenta Katz (2016), tal mudança "[...] implica

[132] O termo 'Tigres Asiáticos' é utilizado para se referir à Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan – também denominados de 'Novos Países Industrializados' (NICs) de primeira geração (Palma, 2004) – devido ao seu intenso processo de crescimento industrial durante o período de 1960-80 na região do Sudeste Asiático (Sukup, 2009). Para saber mais sobre os êxitos do Sudeste Asiático e sua inspiração para o neodesenvolvimentismo, ver Katz (2016, p. 167-171).

aceitar a *remodelação neoliberal* da agricultura e a consequente concentração de terras, especialização em exportações básicas, perda de cultivos diversificados e acentuada deterioração do meio ambiente" (Katz, 2016, p. 162, itálico nosso).

Além disso, apesar do novo modelo também defender os efeitos do crescimento industrial – aumento do emprego, expansão do mercado interno, estímulo do consumo, etc. –, ao contrário do desenvolvimentismo tradicional, ele promove a generalização de tecnologias que provocam a redução da utilização da mão de obra e da criação de emprego. Aqui, é necessário pontuar que este problema se trata de uma contradição fundamental do capitalismo, impactando a todas as economias em escala global, muito embora seus impactos sejam maiores no capitalismo periférico, haja vista a incidência prévia do desemprego e de outros problemas estruturais. Desta maneira, independentemente do ritmo do investimento, a expansão da economia não modifica estruturalmente a carência de emprego, pois ela "[...] gera insuficientes postos de trabalho e estabiliza a precarização em atividades informais, desqualificadas e mal remuneradas" (Katz, 2016, p. 163).

Outra diferença entre ambos os modelos reside na compreensão acerca da deterioração dos termos de troca e da relação centro-periferia. Na concepção neodesenvolvimentista, tais princípios já não se constituem em obstáculos significativos para o desenvolvimento latino-americano. Isto porque simplesmente "[...] considera que a reversão do primeiro parâmetro [da deterioração] registrada na última década é perdurável e que a segunda polaridade tende a se diluir com o crescimento das economias emergentes" (Katz, 2016, p. 163), ainda que tais efeitos sejam mais resultados da valorização recente das *commodities*. De forma semelhante, apesar de reconhecer a continuidade de velhas contradições, o novo modelo também atribui menor gravidade e periodicidade às crises econômicas da região, mediante o controle adequado das políticas macroeconômicas para superar os seus desajustes – isto é, de suas variáveis, com destaque especial para a administração da taxa de câmbio, a qual deve ser depreciada com a finalidade de estimular a indústria; embora não seja considerado os impactos da desvalorização cambial sobre os preços internos e o salário –, ignorando, assim, os obstáculos e tensões estruturais dos quais advertia o nacional-desenvolvimentismo (Katz, 2016, p. 163-164).

Em relação às suas indefinições, inconsistências e contradições, de acordo com Katz (2016, p. 164-167), apesar de conceber e idealizar um processo intenso de reindustrialização e crescimento econômico, o neodesenvolvimentismo não define de maneira notória quais serão as estratégias empregadas para alcançar estas metas. Diante das exigências e desafios da conjuntura, ele adota uma postura de adaptação pragmática, a qual contém múltiplos elementos e orientações, sem nunca deixar de favorecer evidentemente aos grupos capitalistas mediante

as políticas macroeconômicas – geralmente, atribuindo prioridade à uma taxa de câmbio competitiva – desvalorizada – com baixa inflação e déficit fiscal reduzido –, mesmo que este modelo gere efeitos e custos sociais para os trabalhadores através de "[...] desvalorizações, restrições ao gasto social ou arrocho dos salários" (Katz, 2016, p. 165).

Na concepção neodesenvolvimentista, postula-se um estímulo significativo das empresas transnacionais para a recuperação manufatureira na América Latina. Segundo Katz (2016), "[c]onsideram que estas companhias garantem a expansão continuada do produto se o Estado evitar uma abertura indiscriminada ao capital estrangeiro e direcionar os investimentos aos setores estratégicos" (Katz, 2016, p. 165). Porém, ao mesmo tempo, se esquecem que tais empresas não definem a aplicação de seus recursos em função das necessidades e prioridades dos países receptores, mas, sim, em função de seus próprios planos em escala global que raramente se coincidem. Em outras palavras, ainda que a atuação das empresas estrangeiras possa significar investimento, emprego, tecnologia, etc. no plano interno dos países latino-americanos – embora, isto tenha suas limitações e suscite fortes controvérsias –, elas não se preocupam efetivamente com o 'desenvolvimento' de suas economias, apenas na concretização de seus próprios interesses, isto é, do lucro capitalista (Katz, 2016, p. 165-166).

Com efeito, para além das supostas vantagens da globalização e do capital estrangeiro, não se incorpora à esta equação os demais efeitos negativos que estão relacionados à atuação das empresas transnacionais e às suas exigências de livre mobilidade de capitais e mercadorias (Katz, 2016, p. 166-167). Em primeiro lugar, no plano comercial, configura-se "[...] um déficit comercial crônico do setor manufatureiro, provocado pela baixa integração nacional dos componentes e uma alta dependência de insumos importados" (Katz, 2016, p. 166), cujos desequilíbrios não se resolvem com a aplicação de políticas macroeconômicas, sejam elas cambiais, fiscais ou monetárias. No plano tecnológico, uma maior presença econômica de empresas transnacionais não significa uma maior e melhor distribuição de conhecimento produtivo à periferia, porque estas apenas transferem práticas e tecnologias às suas filiais no exterior de maneira muito limitada, enquanto permanecem liderando a fronteira tecnológica a partir de seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em seus países de origem. E, por último, no plano do trabalho, conforma-se a sua exploração e apropriação, mediante a superexploração e a transferência de valor, isto é, "[...] a continuada transferência de recursos para as economias centrais através de mecanismos situados na órbita financeira ou produtiva" (Katz, 2016, p. 179).

Em resposta à tais custos e efeitos negativos, argumenta-se que é o preço a se pagar pela reindustrialização, muito embora, segundo o autor (2016), os neodesenvolvimentistas:

> [...] não consideram a contradição existente entre essa meta [a reindustrialização] e a legitimação da primazia agroexportadora. Enquanto os recursos requeridos pela expansão fabril continuarem localizados prioritariamente no agronegócio, uma indústria latino-americana de certo valor agregado continuará fenecendo (Katz, 2016, p. 165).

Ou seja, além de ignorar os efeitos e custos econômicos e sociais do 'desenvolvimento' nestes termos, com efeito, a estratégia de sustentar a reindustrialização da economia através da primazia agroexportadora também legitima a inserção dependente da América Latina simplesmente como fornecedora de produtos primários. Esta é a grande 'oportunidade comercial' que a globalização reserva à região, reforçando a sua 'posição natural' na divisão internacional do trabalho (Katz, 2016, p. 94; 171). Diante da modernização da produção agrícola, do aumento da demanda internacional e da valorização das *commodities*, ganha ainda mais força a histórica tendência à primarização estrutural das economias latino-americanas – a qual os projetos de industrialização buscam superar desde os meados do século XX. Isto porque, sob tal cenário, eleva-se a renda agroexportadora em comparação à industrial, o que impõe limites às atividades manufatureiras, privilegiando, assim, o agronegócio, a mineração, etc. (Katz, 2016, p. 193-194).

Ademais, também é importante destacar que a estratégia de coalizão com o agronegócio depende necessariamente da capacidade do governo frente ao Estado de aumentar a apropriação da renda agroexportadora – seja, por exemplo, mediante o aumento dos impostos às exportações –, a fim de direcionar o seu excedente para a reindustrialização e as melhorias sociais. Caso isto não seja realizado, torna-se difícil sustentar a expansão produtiva, tendo em vista que o Estado perde os recursos necessários para atingir suas metas. Outro elemento que deve ser mencionado trata-se do caráter de curto-prazo desta estratégia, haja vista que "[s]e os grupos dominantes se resignam ao *status* tradicional de seus países como exportadores de matérias-primas, a economia fica sujeita ao vaivém internacional dos preços desses produtos, não gera emprego e padece da ampliação das fraturas sociais" (Katz, 2016, p. 210, itálico do autor). Daí, emerge-se mais uma contradição do neodesenvolvimentismo, pois é evidente que tal modelo concede força e influência demasiadamente às classes sociais e suas frações vinculadas ao agronegócio, à mineração, etc. – isto é, às atividades neoextrativistas –, tendo em vista que ela depende destas e do cenário internacional favorável para lograr uma transformação estrutural que as deslocariam da posição motriz da economia em detrimento da indústria (Katz, p. 192-195).

É precisamente sob estas contradições que se insere o debate acerca do neoextrativismo, do Consenso das *Commodities*, da ilusão desenvolvimentista (Svampa, 2019), e do mal-

desenvolvimentismo[133] (Svampa; Viale, 2014). De acordo com Svampa (2019), o neoextrativismo é uma importante categoria analítica do desenvolvimentismo proposto pelo ciclo progressista latino-americano[134]. Isto porque ele se caracteriza num modelo de desenvolvimento insustentável baseado na extração, superexploração e apropriação da natureza, no aprofundamento da lógica de espólio e saqueio dos bens naturais; no qual o Estado desempenha um papel mais ativo frente às vantagens e oportunidades econômicas conjunturais, qual seja, de captação do excedente, de redistribuição e de legitimador social de tal processo, apesar de seus impactos sociais e ecológicos negativos (Svampa, 2019, p. 17-43).

Tal dinâmica neoextrativista subjacente ao progressismo latino-americano se expandiu num contexto de passagem do Consenso de Washington àquele a partir dos anos 2000-2003, denominado posteriormente pela literatura especializada de 'Consenso das *Commodities*', devido ao ciclo de altos preços internacionais e crescente demanda global dos produtos primários – sobretudo, proveniente do crescimento da China. De acordo com Svampa (2019), tal mudança pode ser interpretada tanto em termos de ruptura, quanto de continuidade. No primeiro sentido, porque tanto estabelece um espaço de maior flexibilidade em relação ao papel e atuação do Estado para além de sua função como apenas agente metarregulador; quanto permite a implantação e coexistência de governos de matriz política progressista e conservadora em comparação com a homogeneização política do neoliberalismo na região. Por outro lado, no segundo sentido, constituem um dos núcleos duros comuns entre ambos, "[...] a confirmação da América Latina como uma economia adaptativa em relação aos diferentes ciclos de acumulação – e, portanto, a aceitação do lugar que ela ocupa na divisão internacional do trabalho" (Svampa, 2019, p. 40, itálico da autora), assim como, a manutenção da hegemonia do capital transnacional, ainda que os governos progressistas tenham defendido uma retórica de

[133] Apesar de relevantes e úteis recursos descritivos – embora, com limitações (Katz, 2016, p. 261-282; Osorio, 2012a, p. 104-105) – da contradição entre a atividade industrial e a atividade primária na onda progressista latino-americana – e, inclusive, sob o neodesenvolvimentismo –, tais conceitos não são parte do arcabouço teórico dependentista marxista, mas, sim, constituintes de concepções pós-desenvolvimentistas. Por isso, abordaremos brevemente os conceitos, sem aprofundar muito na discussão e nos prognósticos defendidos por tal vertente teórica. Para saber mais sobre o pós-desenvolvimentismo, ver Escobar (2011); Gudynas (2010; 2012); Katz (2016, p. 261-282); Svampa (2019); e Svampa e Viale (2014).

[134] Apesar do sufixo 'neo', o 'extrativismo' e 'neoextrativismo' são imbuídos de semelhanças, tais como a lógica de exploração, apropriação, extração, produção e acumulação histórica da natureza – inclusive, enquanto traço estruturante da economia mundial capitalista, remontando à conquista e à colonização da América Latina. Contudo, no século XXI, tal fenômeno adquiriu novas dimensões que justificam a adição do sufixo. Além das diferenças objetivas, tais como a quantidade e escalas dos projetos, os tipos de atividades e os atores envolvidos (nacionais e transnacionais); o neoextrativismo também apresenta diferenças subjetivas, qual seja, o surgimento de grandes movimentos e resistências sociais a partir de outras linguagens e narrativas em defesa da terra, do território, da natureza, etc. (Svampa, 2019, p. 17-43).

autonomia e soberania no espaço regional (Svampa, 2019, p. 36-40), tal como será ilustrado posteriormente a partir de seu ciclo do regionalismo.

De qualquer maneira, em síntese, a conceituação do 'Consenso das *Commodities*' é utilizada para se referir à ideia de um acordo tácito ou explícito entre os países no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento elaborado na região – o qual entendemos aqui como o neodesenvolvimentismo –, cujos fundamentos baseiam-se na primário-exportação (reprimarização da economia), no crescimento econômico e na expansão do consumo. Neste cenário internacional economicamente favorável, apesar de suas divergências e inclinações ideológicas, Svampa (2019) argumenta que todos os governos latino-americanos acentuaram[135] "[...] as vantagens comparativas do auge das *commodities*, negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias socioambientais, que traziam consigo a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de matérias-primas em larga escala" (Svampa, 2019, p. 36, itálico da autora), resgatando, assim, uma visão produtivista acerca do fenômeno e a ilusão desenvolvimentista (Svampa, 2019, p. 36-43).

Com base no pensamento de Svampa (2019, p. 36-43), a noção de ilusão desenvolvimentista não se diferencia daquelas interpretações críticas discutidas anteriormente no presente capítulo a partir da obra de outros autores. Na sua visão mais recente (2019), tal noção se "[...] expressa na ideia de que, graças às oportunidades econômicas [...], seria possível encurtar rapidamente a distância com relação aos países industrializados, a fim de alcançar aquele desenvolvimento sempre prometido e nunca realizado de nossas sociedades" (Svampa, 2019, p. 41). Ou seja, a ideia de que a partir do neoextrativismo se concebe uma possibilidade real de desenvolvimento, por meio do qual revigora-se o imaginário de abundância dos recursos naturais, sem ter em conta os seus impactos negativos. Por isto, no marco do Consenso das *Commodities* e de sua dinâmica neoextrativista, emerge a retomada do conceito de 'mal-desenvolvimento' na obra de Svampa e Viale (2014), a fim de tratar o caráter insustentável dos modelos de desenvolvimento hoje vigentes, revelando os seus limites multidimensionais – econômico, social, ecológico, político, cultural, etc. – e o seu fracasso, enquanto ideal e promessa, horizonte utópico da periferia (Svampa. Viale, 2014, p. 30).

---

[135] Antes de avançar, uma breve ressalva deve ser feita aqui em relação à diferenciação de dinâmicas regionais na América Latina no contexto de expansão do neoextrativismo. Conforme explica Svampa (2019) a partir de Burchardt (2016, p. 63), é necessário distinguir três dinâmicas regionais distintas, "[d]e um lado estão os países que se destacam pela tendência à monoprodução por meio da exportação de matérias-primas, como Equador e Venezuela (petróleo), Peru e Chile (mineração) e Bolívia (gás). De outro estão os países que contam com uma economia diversificada, mas que incrementaram seus setores extrativistas, como é o caso do Brasil com mineração, soja e petróleo – por meio do pré-sal. Por último estão os países da América Central e o México, que durante a primeira fase do Consenso das Commodities não apostaram totalmente no extrativismo, mas avançam claramente nessa direção" (Svampa, 2019, p. 37, itálico da autora).

Isto exposto, pode-se, finalmente, relacionar o neodesenvolvimentismo ao padrão de reprodução do capital dominante, qual seja, o padrão exportação de especialização produtiva, abordando a contradição existente entre a implantação de um novo modelo de desenvolvimento – o neodesenvolvimentismo, que promete resgatar a lógica desenvolvimentista, embora sob outras bases de sua variante tradicional – e a continuidade de um mesmo padrão de reprodução que se impôs durante a consolidação do neoliberalismo na região, subordinando o padrão industrial. Daí, em termos teóricos, emerge a problematização central da investigação, isto é, acerca dos impactos do modelo neodesenvolvimentista sob a estrutura da economia dependente da América Latina. Isto porque, teoricamente, a mudança estrutural não pode ser efetiva, real, possível, se a estratégia econômico-política utilizada para superar a dependência mantém intacta a base na qual ela se sustenta e se reproduz (Osorio, 2012b). Em outras palavras, introduz-se uma contraditória incongruência no interior do neodesenvolvimentismo, a qual exige a análise de seus alcances e limites, tal como se propõe a presente investigação.

Retomando brevemente a sua definição – pois aquela explicitada anteriormente ainda se aplica sob tal cenário –, a fim de interpretá-lo em conjunto com o neodesenvolvimentismo, de acordo com Osorio (2012b), o padrão exportador de especialização produtiva se caracteriza:

> [...] pelo regresso a *produções seletivas*, seja de *bens secundários e/ou primários*, seja de relocalização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como "toyotismo", flexibilidade laboral e precariedade, *economias voltadas à exportação*, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (Osorio, 2012b, p. 85, itálico nosso).

Ou seja, num cenário de rearticulação da economia mundial e de nova divisão internacional do trabalho, dada a sua condição exportadora, trata-se de um padrão orientado a mercados externos a partir de um maior grau de especialização e elaboração dos bens exportados, que "[...] tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas" (Osorio, 2012a, p. 111, itálico do autor). Nestes eixos incluem-se alguns bens secundários, de produção local ou de *maquiladoras*, embora seja necessário sublinhar que continua o predomínio dos bens agromineiros – àqueles provenientes da agricultura e da mineração – no total das exportações. E mesmo nos casos dos países latino-americanos mais industrializados – isto é, com uma parcela industrial relevante –, suas economias permanecem "[...] integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas

transnacionais" (Osorio, 2012a, p. 106), as quais não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento (Osorio 2012a, p. 103-113; 2012b).

É precisamente sob esta mesma base de reprodução do capital que se impõe e prevalece durante a consolidação do neoliberalismo na América Latina – entre meados dos anos 1980 e 1990 – e permanece operante até o presente, na qual o neodesenvolvimentismo finca suas raízes enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI. Não é por acaso que para alguns estudiosos, segundo Traspadini e Mandarino (2013), o neodesenvolvimentismo significa um esvaziamento dos ideais do nacional-desenvolvimentismo e uma aproximação indireta ao projeto neoliberal (Traspadini; Mandarino, 2013). À título de exemplo, para Castelo (2010a), o novo modelo representa a decadência ideológica do estruturalismo (cepalino), uma vez que suas formulações se preenchem de "[...] considerações tópicas a respeito de mudanças nas políticas econômicas e sociais [...] e o desenvolvimento é visto novamente como uma questão de altas taxas de crescimento econômico, agora com uma (velha e ineficaz) preocupação adjetiva dos seus aspectos sociais" (Castelo, 2010a, p. 208).

Inclusive, conforme argumenta Katz (2016) a partir de Cantamutto e Costantino (2013), a classificação do neodesenvolvimentismo como modelo de desenvolvimento e projeto econômico diferenciado tanto do desenvolvimentismo clássico – aqui, denominado de nacional-desenvolvimentismo –, quanto do neoliberalismo na região, provoca fortes controvérsias na literatura especializada (Katz, 2016, p. 207). Isto porque, em suas palavras (2016), "[...] alguns autores questionam a especificidade desta corrente, considerando que seu nome oculta meras intenções e projetos não realizados. Consideram que não existem conquistas de acordo com os objetivos enunciados no terreno da industrialização ou do desenvolvimento" (Katz, 2016, p. 207). De qualquer maneira, para além da legitimidade ou não de sua denominação e independentemente do grau de cumprimento de seu programa, considerando apenas o seu conteúdo, deve-se ter em conta que "[t]al como qualquer outro conceito político ou econômico, o neodesenvolvimentismo pretende *singularizar um projeto representativo de certos setores sociais*" (Katz, 2016, p. 207, itálico nosso), relembrando-nos de seu caráter intrinsecamente classista[136]. Afinal, segundo outra crítica de Castelo (2010a), na concepção neodesenvolvimentista, o "[...] 'interesse nacional', [é] abstrata e voluntariamente colocado acima dos conflitos antagônicos de classes" (Castelo, 2010a, p. 198). Em certa medida,

[136] Retornaremos à discussão acerca das forças sociais no próximo capítulo, a partir do estudo de caso de experiências neodesenvolvimentistas ensaiadas na região – isto, é do Brasil (2003-2016) e da Argentina (2003-2015), respectivamente.

subjacente à tal interpretação (2013), reside o elemento de continuidade do neodesenvolvimentismo para com os modelos anteriores de desenvolvimento (Katz, 2016).

De outro ponto de vista, apesar de Traspadini e Mandarino (2013) afirmarem que existe simultaneamente uma aproximação política do novo modelo à ambos pensamentos e tradições, eles defendem que "[...] tanto o desenvolvimentismo quanto o neodesenvolvimentismo configuram-se como apreensões teóricas e propostas da política econômica limitadas aos marcos do capitalismo em seus diferentes momentos históricos e padrões de reprodução ampliada do capital" (Traspadini; Mandarino, 2013, p. 3). Ou seja, tratam-se respostas históricas da América Latina para lidar com as suas próprias contradições e desafios provenientes do desenvolvimento do capitalismo periférico (Traspadini; Mandarino, 2013); muito embora deve-se sublinhar que, contraditoriamente, sua vertente mais recente compartilha com o neoliberalismo o mesmo padrão de reprodução dominante, por meio das quais se processam as suas políticas econômicas (Katz, 2016, p. 208; Osorio, 2012b).

Ainda, de acordo com os autores (2013), o problema do neodesenvolvimentismo é que este foca demasiadamente nos instrumentos de política macroeconômica – equilíbrio fiscal, controle de preços, taxas de juros moderadas, combate à sobrevalorização do câmbio, etc. (Brito, 2019) –, sem considerar a luta de classes dentro e fora do Estado e problematizar os nexos estruturais causais da dependência (Traspadini; Mandarino, 2013). Prado e Meireles (2010) também contribuem para tal crítica argumentando que o modelo neodesenvolvimentista apresenta: a) pouca originalidade frente ao período nacional-desenvolvimentista; b) uma limitação à análise econômica tradicional, isto é, um foco demasiado nas políticas macroeconômicas ortodoxas; e c) uma visão distorcida dos debates sobre a dependência a partir da corrente marxista (Prado, Meireles, 2010). Nesse sentido, o modelo se configura naquilo que Katz (2016) denomina de 'virada endogenista', como se todos os obstáculos ao desenvolvimento se situassem no plano interno e a escolha correta de uma estratégia de crescimento fosse suficiente para garantir o processo de acumulação (Katz, 2016, p. 173; 178). Segundo o autor (2016, p. 178-180), a partir dos anos 2000, tal tradição endogenista de primazia dos fatores internos e desconhecimento das relações de dominação e subordinação coincidiu:

> [...] com o neodesenvolvimentismo no novo cenário sul-americano de revalorização das matérias-primas, diminuição da dívida externa e ampliação das margens de autonomia geopolítica. Este cenário induz a supor que a inserção internacional primária já não representa um obstáculo ao desenvolvimento, caso sejam aplicadas políticas adequadas para garantir o crescimento (Katz, 2016, p. 180).

Dessa forma, ainda que tenha se distanciado inicialmente do neoliberalismo e reconheça formalmente as velhas contradições da heterodoxia (Katz, 2016, p. 163; 200), o neodesenvolvimentismo apresenta uma trajetória e um legado conservador, na medida em que perde aquela fundamentação crítica que existia no nacional-desenvolvimentismo e, do mesmo modo que no período neoliberal, não questiona o padrão de acumulação e reprodução do capital dominante na região (Katz; 2016, p. 182-184; Traspadini; Mandarino, 2013). Dito de outra maneira, os neodesenvolvimentistas não somente afastam-se do pensamento crítico cepalino, como também legitimam a especialização primário-exportadora e abandonam o léxico anti-imperialista (Katz, 2016, p. 183). De acordo com o autor (2016), "[s]eus teóricos estimulam políticas econômicas diferentes da ortodoxia neoclássica, mas não aceitam rupturas significativas com o neoliberalismo e compartilham mais terreno com esta vertente do que com sua precedente desenvolvimentista" (Katz, 2016, p. 183).

Nesse sentido, refletindo o atual contexto latino-americano, segundo Osorio (2012a), "[m]ais do que economias dinâmicas que se orientam para o *desenvolvimento* [...], o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da *dependência* e do *subdesenvolvimento*" (Osorio, 2012a, p. 104, itálico nosso), sustentando a transferência de valores e a superexploração do trabalho. É daí que surgem muitas das críticas ao modelo neodesenvolvimentista, tanto daquelas que problematizam a sua indefinição e ambiguidade, ora de continuidade, ora de ruptura com o neoliberalismo – semelhante à passagem do Consenso de Washington ao Consenso das *Commodities* (Svampa, 2019) –, questionando, assim, a sua atualidade política (Clemente; Féliz, 2024); quanto das que problematizam seu desconhecimento frente ao desenvolvimento desigual e combinado, à subordinação comercial, financeira ou produtiva, e à inserção dependente na divisão internacional do trabalho (Katz, 2016; Traspadini; Mandarino, 2013), isto é, frente à "[...] vigência de uma ordem global estratificada [economia mundial capitalista] que obstrui o avanço das economias subdesenvolvidas" (Katz, 2016, p. 176), a transformação estrutural e a superação da dependência.

Por último, trilhando o mesmo caminho metodológico, cabe apenas ilustrar a materialização do modelo neodesenvolvimentista a partir do ciclo de regionalismo proposto durante o contexto do chamado progressismo latino-americano no início do século XXI. Neste contexto de declínio do projeto neoliberal (Katz, 2016; Martins, 2011) e ascensão de governos progressistas e de esquerda em grande parcela dos países na América Latina (Dos Santos, 2020), originou-se o terceiro ciclo do regionalismo latino-americano, qual seja, a onda pós-hegemônica – também denominada de pós-liberal e pós-comercial (Granato; Batista, 2018).

Além da crise do neoliberalismo, de acordo com Riggirozzi e Tussie (2012), o paradigma pós-hegemônico também é resultado do colapso da liderança hegemônica dos Estados Unidos na América Latina, tendo em vista "[...] uma repolitização da região [em termos de contestação e processos contra-hegemônicos], dando origem a novas políticas ou projetos regionais, nos quais os Estados, os movimentos sociais e líderes interagem e constroem novos entendimentos do espaço regional" (Riggirozzi; Tussie, 2012, p. 3, tradução nossa).

Em comparação ao paradigma 'aberto' proposto pelo neoliberalismo na região, isto significa uma ampliação e expansão do regionalismo latino-americano em termos de agenda, processos e atores, na medida em que busca uma visão integral da integração regional (Granato; Batista, 2018). Nesta perspectiva, portanto, a integração envolve múltiplos atores sociais para além da figura do Estado; e extrapola uma agenda baseada em assuntos econômico-comerciais para incluir processos e temas políticos e sociais – tais como defesa, infraestrutura, meio-ambiente, saúde e educação (Deciancio, 2016; Mariano; Ribeiro, 2020; Riggirozzi; Tussie, 2012). No que se refere ao modelo de desenvolvimento, os novos entendimentos pós-hegemônicos do espaço regional resgatam em certa medida a lógica desenvolvimentista, embora seja com suas diferenciações e limitações (Katz, 2016) e, agora, com forte preocupação com a ideia de equidade social, na medida em que buscam alcançar um 'desenvolvimento' supostamente autônomo através dos processos e iniciativas de integração regional (Granato; Batista, 2018; Mariano, Ribeiro, 2020).

Contudo, apesar desta ampliação, expansão e resgate de uma lógica desenvolvimentista do regionalismo latino-americano sob a onda pós-hegemônica, é importante destacar que frente às indefinições, inconsistências e contradições do neodesenvolvimentismo – a subjacente continuidade do neoliberalismo (Katz, 2016), a manutenção do padrão exportador de especialização produtiva (Osorio, 2012b), etc. –, muitas destas mudanças não se traduziram efetivamente em realidade na dinâmica regional. Isto não significa desconsiderar as mudanças, nem rejeitar seus avanços, mas, sim, constatar que a aceitação de sua inserção como fornecedora mundial de produtos primários na divisão internacional do trabalho a partir do mesmo padrão de reprodução do capital, demonstram certos limites do ciclo pós-hegemônico na região, tal como discutiremos a seguir. Não é por acaso, tal como aponta criticamente Svampa (2019), que apesar da ênfase na reivindicação de uma autonomia econômica, da soberania nacional e da construção de um espaço latino-americano, muito disso apoiou-se na retórica dos governos progressistas (Svampa, 2019, p. 40).

Dito isso, deve-se abordar as experiências ensaiadas na região. Em relação às iniciativas e propostas de integração do regionalismo pós-hegemônico, é fundamental destacar a

reconfiguração do Mercosul; a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), em 2004; da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008; e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010 (Granato; Batista, 2018; Teixeira; Neto, 2012). Antes de avançar na discussão, aqui, cabe destacar que apesar de serem geralmente entendidas como iniciativas regionais sob o mesmo paradigma, tais processos são amplos e diversos, apresentando, portanto, significativas diferenciações, alcances, limites e resultados – cuja explicação foge do escopo definido da pesquisa e merece uma investigação por si própria.

No que diz respeito ao Mercosul, ainda que a sua agenda tenha centralidade no comércio, a instituição perpassou uma ampliação temática, de modo a incluir projetos políticos e sociais que vão além da esfera econômica e comercial. A emergência da ALBA-TCP, por sua vez, trata-se de um projeto fortemente contra-hegemônico, liderado pela Venezuela, que "[...] enfatiza radicalmente aspectos políticos e sociais da integração, com novos compromissos econômicos e de bem-estar, reivindicando os princípios do socialismo em direta oposição à globalização neoliberal" (Riggirozzi; Tussie, 2012, p. 11, tradução nossa[137]). A UNASUL, por sua vez, semelhante ao Mercosul, apresenta centralidade no comércio, porém, não se limita somente a esta agenda, tendo em vista que, desde a sua origem, a instituição busca consolidar a integração em outras áreas de ordem política e social (pós-comerciais) – inclusive, de maneira inédita na América Latina –, tais como de segurança, saúde e infraestrutura (Riggirozzi; Tussie, 2012). Nesse sentido, Granato e Batista (2012) afirmam que a UNASUL "[...] avançou em matérias de política de defesa comum, de difusão de ideais democráticos na região e em concerto político entre os governos da região" (Granato; Batista, 2018, p. 214). Do mesmo modo, em busca de construir uma unidade política e simbólica na diversidade da região, a CELAC também avançou no âmbito da governança regional, na medida em que a instituição buscou efetivar um maior grau de diálogo e coalizão política e concertação diplomática na América Latina (Pino, 2015).

No entanto, apesar de tais avanços, a onda pós-hegemônica revelou-se incapaz de superar efetivamente o neoliberalismo na região, tal como indicado anteriormente. Isto porque nem todas as iniciativas e projetos que surgem ou atuam neste período consolidam a lógica pós-hegemônica/ pós-liberal/ pós-comercial, indicando sobreposições organizacionais e fragmentação regional. Este é o caso, por exemplo, da manutenção da Comunidade Andina (CAN); e da Aliança do Pacífico (AP), formada em 2012, no Chile, que buscar efetivar os

[137] radically emphasizes political and social aspects of integration, with new economic and welfare commitments, reclaiming the principles of socialism in direct opposition to neoliberal globalization.

pressupostos do regionalismo aberto, com a formação de acordos de livre-comércio (Granato; Batista, 2018; Mariano; Ribeiro, 2020). Por isso, Riggirozzi e Tussie (2012) argumentam que, no ciclo pós-hegemônico, a configuração do regionalismo latino-americano é um mosaico que pode ser definido pela sobreposição e competição entre projetos regionais distintos (Riggirozzi; Tussie, 2012). Isto é mais uma comprovação da unidade na diversidade da América Latina, cujos desdobramentos não são coesos e homogêneos, mesmo que a região esteja perpassando uma dita onda – neoliberal, progressista, etc. –, reafirmando, assim, a importância de se verificar a realidade particular de cada formação econômico-social[138].

De modo complementar, à maneira de Svampa (2019), Briceño-Ruiz (2020) defende que o neodesenvolvimentismo e as chamadas políticas pós-liberais consistiram-se num 'Consenso de *Commodities*' e em práticas neoextrativistas (Briceño-Ruiz, 2020; Svampa, 2019). Nesse sentido, segundo o autor (2020), "[...] as tentativas neo-desenvolvimentistas foram uma ilusão e a região por mais de uma década não somente não havia deixado de viver por conta da exportação de bens primários, mas a sua *dependência* destes, tinha se incrementado" (Briceño-Ruiz, 2020, p. 26, itálico nosso). Com a queda nos ciclos das *commodities* e a adoção de políticas macroeconômicas erradas, a crise econômica dos países latino-americanos somou-se a uma crise política e institucional do próprio regionalismo (Briceño-Ruiz, 2020) – e, inclusive, do seu modelo de desenvolvimento.

A fragmentação regional se torna ainda mais aparente ao considerar os resultados do modelo pós-hegemônico e a crise do regionalismo que se instalou na América Latina, após a emergência do fenômeno da 'onda azul' – isto é, de uma guinada ou virada ideológica à direita dos governos – e o consequente fim do ciclo progressista na região. Isto não significou somente desafios às instituições do ciclo pós-hegemônico, como também, implodiu estas iniciativas e seus avanços, desmantelando, assim, esforços comuns de integração nas áreas de segurança, defesa, saúde, educação, etc.[139] (Granato; Batista, 2018; Mariano; Ribeiro, 2020), – ainda que tal processo revele-se insuficiente para propor um projeto alternativo na região, sem resgatar o paradigma do regionalismo aberto ou inaugurar um novo ciclo, devido à ausência de um

[138] Novamente, para saber mais sobre esta diferenciação, ver Dos Santos (2020) e Cepal (2017b, p. 95-117).

[139] Este é o caso emblemático do abandono e colapso da UNASUL e posterior criação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América Latina (PROSUL) para substituí-la, tendo em vista a divergência existente entre os governos na região. Diante de um contexto de polarização ideológica, como discutem Mariano e Ribeiro (2020), "[...] a opção não foi pela concertação ou utilização dos instrumentos institucionais para se chegar a um consenso. Os governos com perfil ideológico à direita optaram não só por abandonar o processo, mas estabelecer um substituto para reafirmar sua diferenciação" (Mariano; Ribeiro, 2020, p. 46). A criação do PROSUL, em 2019, – iniciativa liderada pelo Chile e pela Colômbia –, por sua vez, não recuperou a institucionalidade e a agenda proposta pela UNASUL – em termos de defesa, saúde e infraestrutura –, causando o recuo da integração regional na América Latina e contribuindo, assim, para o baixo nível de concertação política na região (Briceño-Ruiz, 2020; Mariano; Ribeiro, 2020).

arcabouço institucional e de uma agenda regional clara e pragmática dos governos conservadores (Briceño-Ruiz, 2020).

Em grande medida, tal crise e impasse do regionalismo latino-americano (Briceño-Ruiz, 2020) pode ser interpretada como reflexo da própria crise e impasse que atinge 'desenvolvimento' na região atualmente – mais especificamente, de seu modelo neodesenvolvimentista, que enfrenta fortes desafios e questionamentos, hoje, diante dos resultados alcançados e daqueles que se fazem possíveis. Isto porque, mesmo após a chamada 'guinada à direita', continua-se em aberto a questão acerca do neodesenvolvimentismo em relação aos seus alcances, limites e sua atualidade política (Clemente; Féliz, 2024). É precisamente a partir deste tipo de cenário que se estabelece a tendência à reiteração, da qual Katz denuncia (2016, p. 210), isto é, a oscilação histórica entre iniciativas e estratégias que se repetem ao longo do tempo, de modo a reproduzir as mesmas frustrações, pois "[...] como persiste o desequilíbrio estrutural que estimula retornar à tentativa, nenhuma decepção elimina a tendência de trilhar, várias vezes, os mesmos passos" (Katz, 2016, p. 210).

Em oposição à tal tendência, para não se repetir os mesmos erros e fracassos, as promessas capitalistas de futuros promissores para a América Latina mediante a adoção das políticas adequadas para atingir o 'desenvolvimento', torna-se necessário mirar a concretude a partir das formações econômico-sociais, isto é, analisar as experiências neodesenvolvimentistas de fato ensaiadas na região (Katz, 2016).

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: historicização e sobreposição de processos na América Latina

Em resumo, o atual capítulo – de cunho teórico-conceitual e histórico – elaborou duas discussões fundamentais para a investigação. Em primeiro lugar, foi responsável por conceitualizar a noção de 'desenvolvimento', de maneira a revelar seu caráter ideológico e capitalista desde o pós-Segunda Guerra Mundial – enquanto 'horizonte utópico' da modernidade capitalista –, expondo tanto os debates acerca das teorias do desenvolvimento – a chamada 'economia do desenvolvimento' (Prado, 2020) –, quanto as críticas à sua suposta universalização, quais sejam, o 'desenvolvimento' enquanto ilusão (Arrighi, 1998), mito (Furtado, 1974) e 'religião da periferia' (Katz, 2016). E, em segundo lugar, a partir de uma interpretação dialética, se propôs também a compreender a trajetória histórica do 'desenvolvimento' na América Latina, abordando os seus distintos modelos de

desenvolvimento em conjunto com os seus respectivos padrões dominantes de reprodução do capital (Osorio, 2012b), e ilustrando-os com base nos ciclos de regionalismo latino-americano.

A historicização e sobreposição destes processos latino-americanos a partir do 'desenvolvimento' pode ser vista com mais detalhes a partir do quadro a seguir:

Quadro 2 – Historicização e sobreposição dos processos na América Latina

Modelo de desenvolvimento	Padrão de reprodução do capital	Ciclo de regionalismo
Nacional-desenvolvimentismo (*Tese*)	Padrão industrial	Regionalismo fechado/ Regionalismo velho
Neoliberalismo (*Antítese*)	Etapa de transição; Padrão exportador de especialização produtiva	Regionalismo aberto/ Regionalismo novo
Neodesenvolvimentismo (*Síntese*)	Padrão exportador de especialização produtiva	Regionalismo pós-hegemônico/ Regionalismo pós-liberal/ Regionalismo pós-comercial

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Deciancio (2016), Katz (2016), Martins (2011), Prado (2020), Osorio (2012b), Traspadini e Mandarino (2013).

A partir disso, configura-se o processo histórico-dialético do desenvolvimento latino-americano: (1) enquanto tese (afirmação), apresenta-se o 'nacional-desenvolvimentismo' sobreposto ao padrão industrial de reprodução entre meados da década de 1940 até a década de 1970, cujas estratégias se definem pela industrialização substitutiva e pela atuação do Estado como agente promotor do desenvolvimento, produzindo um tipo de regionalismo adjetivado de 'fechado' e 'velho' diante da defesa de medidas protecionistas; (2) enquanto antítese (negação), situa-se o 'neoliberalismo' entre uma etapa de transição e a emergência de um novo padrão de reprodução do capital – exportador de especialização produtiva –, o qual se caracteriza pelo predomínio do mercado, da abertura comercial, desregulamentação financeira, etc., estabelecendo o paradigma 'aberto' e 'novo' do regionalismo num sentido de liberalização da economia; e, por último, (3) enquanto síntese (negação da negação), operando o elemento de ruptura e continuidade no início do século XXI – com a chamada onda progressista latino-americana –, encontra-se o 'neodesenvolvimentismo' ainda justaposto ao padrão exportador de especialização produtiva e, agora, relacionado ao regionalismo pós-hegemônico/ pós-liberal/ pós-comercial, o qual evita os aspectos negativos e combina aqueles positivos de ambos os modelos anteriores, conformando, assim, inconsistências e contradições.

A importância desta historicização e sobreposição é múltipla. Cumprindo a finalidade, tal como propõe Prado (2020), de desnaturalizar o ‘desenvolvimento’ – contrariamente à ideia de que se trata de um processo necessário, inevitável e irreversível (Santos Filho, 2005) –, a intepretação dialética não somente historiciza a trajetória do desenvolvimento na América Latina a partir de seus modelos, cujo feito é o objetivo específico do presente capítulo, mas o faz conjuntamente com a noção de reprodução do capital e com os ciclos de regionalismo, possibilitando, assim, tanto a articulação dos elementos ideológicos e materiais do capitalismo, quanto a operacionalização de suas estratégias na região.

Dessa forma, abre-se espaço para a análise específica de seu modelo mais atual, o neodesenvolvimentismo latino-americano em suas formações econômico-socias particulares e concretas, cujo debate é de extrema atualidade e urgência para se visualizar futuro da região em termos de autonomia e dependência. Em outras palavras, se tal estratégia é qualificada suficientemente para impactar a condição dependente, de maneira a provocar uma mudança estrutural destes no atual marco do capitalismo global e de suas tendências vigentes. Isto porque o presente não pode ser resultado de outra coisa, senão de sua própria história, de sua própria trajetória; assim como, o futuro é produto daquilo que se decide hoje.

Em busca de cumprir com o objetivo geral da investigação, finalmente, nos direcionemos à análise dos principais ‘ensaios’ neodesenvolvimentista latino-americanos no século XXI, quais sejam, o caso da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016).

4 NEODESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

> *O século XXI exige a utopia, ou-topos, que na etimologia grega significa em parte alguma. Exige o imaginário. Só assim o presente, isto é, o que existe, pode suportar a pressão do futuro e articular-se com este. A nossa utopia é a liberação da América Latina do jugo de dependência e exclusão em que se encontra. Essa liberação, como tal, ainda não existe. Mas seus elementos já se apresentam nas tensões e no movimento das forças sociais. Temos a convicção de que o século XXI, antes do que em geral se imagina, colocará o desafio da liberação em nossas portas.*
>
> (Martins, 2011, p. 346).

De acordo com inúmeros estudiosos (Clemente; Féliz, 2024; Katz; 2016) as experiências da Argentina e do Brasil foram os principais 'ensaios' neodesenvolvimentistas da América Latina no século XXI – mais especificamente, na sub-região denominada Cone Sul[140]. Apesar de suas particularidades e de certo grau de variância entre as perspectivas no que diz respeito à duração do modelo, à definição do caso mais bem sucedido; em termos amplos, elas concordam com a relevância da etapa do neodesenvolvimentismo na história de ambos os países sul-americanos. Em vista disso, a fim de avançar na investigação num nível de análise cada vez mais concreto, que seja capaz de dar conta das formações econômico-socias, da conjuntura, do padrão de reprodução do capital, da dependência, do desenvolvimento etc., torna-se necessário, então, aprofundar o olhar sobre as formações histórico-concretas dos Estados nacionais e de seus processos políticos.

No início dos anos 2000, tal como discutido anteriormente, o neodesenvolvimentismo latino-americano manifestou-se em conjunto com um fenômeno intrinsecamente político na região, isto é, a ascensão de governos progressistas de esquerda em resposta ao neoliberalismo. No caso brasileiro e argentino, sob tal conjuntura, introduziram-se processos políticos em suas formações econômico-sociais, quais sejam, o 'kirchnerismo' na Argentina – referente aos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015) –; e

[140] O Cone Sul é uma sub-região da América do Sul, composta pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile Paraguai e Uruguai.

o ‘petismo’[141] no Brasil – referente aos governos de Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Assim sendo, torna-se importante observar que o cenário neodesenvolvimentista em ambos os países sul-americanos mescla-se com seus processos políticos, muitas das vezes sendo eles associados e interpretados conjuntamente. Afinal, segundo a concepção de Katz (2016), a caracterização do neodesenvolvimentismo “[...] deve incorporar sua dimensão política. Não basta observar qual é o *modelo macroeconômico* promovido ou que *fração do capital* se beneficia com essa orientação. Deve-se notar [também] as afinidades deste projeto com certo *tipo de governo*” (Katz, 2016, p. 235, itálico nosso).

Em outros termos análogos, de acordo com Clemente (2024), isto significa dizer que para tomar a sério o neodesenvolvimentismo deve-se:

> [...] considerá-lo como o produto de uma *relação de forças específica*s [bloco histórico e geográfico distinto]. Como o resultado contraditório da disputa entre projetos econômicos e políticos antagônicos animados por classes e frações de classe e pela reestruturação fundamental do capitalismo contemporâneo que ocorre nos níveis regional, continental e global. [...] Investigar o neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil dessa forma requer, portanto, considerar as *relações de forças* em nível nacional, mas também o *ciclo econômico* pelo qual esses dois países atravessaram nos últimos anos e o *tipo de inserção internacional* que perseguiram (Clemente, 2024b, p. 26-27, tradução nossa[142], itálico nosso).

Baseada sob uma ideia de ‘lógica do lugar’, a concepção de Clemente (2024) complementa àquela de Katz (2016), pois implica uma análise de duplo nível à maneira de Marini e da escola dependentista. Isto porque além de advogar pelo nível interno – isto é, pelo desdobramento de uma ‘lógica do local/ nacional’ –, tal proposição busca também contemplar tanto uma ‘lógica do regional’, quer dizer, do espaço sul-americano ou latino-americano; quanto uma ‘lógica do mundo’, referente à interação com a economia mundial capitalista a partir da inserção internacional e da integração ao mercado mundial. Para o autor (2024, p. 27), o

[141] Apesar de fazer referência apenas ao período no qual o Poder Executivo esteve sob o Partido dos Trabalhadores (PT), aqui, faz-se necessário salientar que os termos ‘petismo’, ‘petista’, dentre outros; são, em certa medida, problemáticos e devem ser interpretados com um viés crítico. Isto porque eles também são amplamente utilizados por setores conservadores e reacionários num sentido contrário, negativo e hostil ao partido, aos seus governos, à sua base de apoio, aos seus eleitores, etc. Outro termo possível que, de certa maneira, escapa desta controvérsia é o chamado ‘lulismo’ em referência à figura de Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva, enquanto liderança política de esquerda no Brasil e na América Latina (Sader, 2022). Porém, é um termo que também apresenta limitações, na medida em que não inclui os mandatos subsequentes de Dilma Rousseff sob o PT que, em nossa leitura, também fazem parte do mesmo processo político. Por isto, na presente dissertação, a despeito de seus problemas, utilizamos preferencialmente o termo ‘petismo’, a fim de nos referir aos governos sob o PT (2003-2016) em seu conjunto, sem incorrer, é claro, ao sentido pejorativo que lhe é incutido.

[142] [...] considerarlo como el producto de una relación de fuerzas específica. Como el resultado contradictorio de la disputa entre proyectos antagónicos de carácter económico y político animados por clases y fracciones de clase y de la reestructuración de fondo del capitalismo contemporáneo acontecida a nivel regional, continental y global. [...] Investigar el neodesarrollismo en Argentina y Brasil de esa forma requiere, por lo tanto, considerar las relaciones de fuerzas a nível nacional, pero también el ciclo económico que atravesaron estos dos países en años recientes y el tipo de inserción internacional que persiguieron.

entrelace destas dimensões tripartite sob uma geografia comum do Cone Sul numa mesma conjuntura histórica é precisamente aquilo que configura o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, conformando, assim, "[...] um *lugar* quase compartilhado, cuja *lógica* se refere a vicissitudes históricas que se sobrepõem e onde, na última década, consolidou-se uma relação de forças, uma lógica de lugar semelhante e paralela" (Clemente, 2024b, p. 27, itálico do autor, tradução nossa[143]).

Com base neste raciocínio, segundo Clemente (2024), ainda é importante destacar que a 'lógica do mundo' compartilhada entre os países latino-americanos – no caso, entre Argentina e Brasil – também diz respeito ao que parece ser um tipo de destino comum. Isto porque as suas formações econômico-sociais tanto possuem suas raízes na experiência colonial, quanto estruturam-se historicamente a partir da condição dependente, sendo ambos elementos condicionantes de seu desenvolvimento. E, considerando especificamente a conjuntura neodesenvolvimentista no início do século XXI, ambas as economias atravessaram um ciclo econômico semelhante frente ao cenário internacional economicamente favorável do *boom* das *commodities*. No âmbito da estratégia política sul-americana e internacional, sob tal cenário, Argentina e Brasil compartilharam o avanço da incorporação às Cadeias Globais de Valor (CGV) e da integração regional, o relançamento do Mercosul, o desenvolvimento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a criação da Unasul e da CELAC, a adesão simultânea ao G20, a aproximação com a China, etc., de tal modo que define-se "[...] não somente uma trajetória comum, mas também a contínua relevância deste par geoeconômico na determinação da inserção da região no mercado mundial" (Clemente, 2024b, p. 28, tradução nossa[144]).

Trilhando nesta direção, dada a sua importância (geo)política e (geo)econômica na América Latina, a presente dissertação propõe um estudo de caso de ambos os países sul-americanos em questão, a fim de aprofundar a discussão acerca do neodesenvolvimentismo a partir de seus processos políticos, quais sejam, o 'kirchnerismo' na Argentina (2003-2015) e o 'petismo' no Brasil (2003-2016). Em relação à sua estruturação, inspirado em Katz (2016) e Clemente (2024b), os estudos de caso se configuram a partir do balizamento de três principais categorias de análise: (1) a dimensão da política, referente ao tipo de governo e à relação de forças específicas na composição do bloco no poder; (2) a dimensão da economia, relativa ao

[143] [...] un *lugar* casi compartido, cuya *lógica* remite a vicisitudes históricas superpuestas y donde, en esa década pasada, se consolidó una relación de fuerzas, una lógica del lugar, parecida y paralela.
[144] no solo una trayectoria común, sino también la continua relevancia de este par geoeconómico en la determinación de la inserción de la región en el mercado mundial.

ciclo econômico, seu modelo macroeconômico e sua orientação frente à estrutura produtiva; e, por último, (3) a dimensão externa, no que diz respeito ao tipo de inserção e política internacional dos países sul-americanos.

A partir disso, à maneira da escola dependentista-marxista (TMD) e em consonância com a 'lógica do lugar', a investigação estabelece as bases de uma análise de duplo nível, na medida em que não somente busca olhar dialeticamente no âmbito interno e externo, mas, também, no sentido político e econômico. Isto executado, abre-se espaço, finalmente, para a análise comparada de ambos os casos; tendo em mente cumprir mais um objetivo específico da investigação, qual seja, examinar a conjuntura neodesenvolvimentista da Argentina sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) e do Brasil sob o 'petismo' (2003-2016), a fim de demarcar a 'lógica do lugar' dos países sul-americanos, isto é, as suas principais similaridades e diferenças político-econômicas-externas.

Afinal, segundo Clemente (2024), "[...] embora o neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil se expressa como o produto de uma lógica do lugar e uma lógica do mundo semelhantes, também se registram diferenças significativas entre os dois países que não podem ser descartadas" (Clemente, 2024b, p. 28, tradução nossa[145]). Isto porque a existência de um marco comum não implica uma mesma lógica, uma exata identidade do lugar operante; ou seja, as semelhanças de suas formações econômico-sociais não apagam suas particularidades, de onde emergem as suas distinções fundamentais (Clemente, 2024b).

Dentre outras razões, de acordo com Clemente (2024b, p. 28-31), as diferenças entre os dois países sul-americanos surgem em duas instâncias, as quais merecem ser antecipadas a fim de esclarecer de que modo ocorre "[...] o choque e o entrelaçamento entre uma lógica do lugar e uma lógica do mundo que são *parecidas*, porém *diferentes* em um período de tempo longo e, ainda assim, limitado" (Clemente, 2024b, p. 30, itálico do autor, tradução nossa[146]). A primeira instância trata-se do distinto papel que a 'crise' – seja ela, do neoliberalismo ou do próprio modelo neodesenvolvimentista – desempenhou na realidade de ambas nações. No início dos anos 2000, no caso argentino, a crise do programa da Convertibilidade, entre 1998 e 2002, apresentou um caráter mais 'estrutural' e 'orgânico' comparativamente ao respectivo processo de transição no Brasil – suplantação do consenso neoliberal –, cujo desdobramento se deu de maneira mais 'suave'. Por outro lado, no caso brasileiro, a partir de 2013, iniciou-se a formação

[145] [...] si el neodesarrollismo en Argentina y Brasil se expresa como el producto de una lógica del lugar y una lógica del mundo semejantes, también se registran en ellas diferencias tan significativas que no pueden ser aquí desestimadas.
[146] [...] el choque y entrelazamiento entre una lógica del lugar y una lógica del mundo parecidas pero diferentes a lo largo de un lapso largo y a la vez acotado [...].

de uma crise 'orgânica' do neodesenvolvimentismo, cuja saída foi fortemente autoritária e regressiva, culminando no golpe de Estado, em 2016, que conduziu ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e, posteriormente, lançou as bases internas do chamado 'bolsonarismo'[147]; enquanto que na Argentina, o declínio deste modelo ocorreu mais sob um cenário de 'empate hegemônico' diante da vitória da aliança *Cambiemos*, em 2015, que levou Mauricio Macri (2015-2019) à presidência, retornando, assim, um governo neoliberal à frente do país, sem a radicalização e o autoritarismo operante no seu par geoeconômico[148] (Clemente, 2024b; Constantino; Cantamutto, 2024).

Em segunda instância, segundo Clemente (2024b), não se deve confundir "[...] o marco comum da integração dependente ao mercado global que caracterizou o neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil [...] com uma idêntica forma de *inserção e política internacional*" (Clemente, 2024b, p. 29, itálico nosso, tradução nossa[149]). A explicação para tal questão é simples: apesar de semelhantes – ora de periferias ou semiperiferias, ora de 'economias emergentes' –, o lugar de cada um dos países sul-americanos na lógica do mundo não é exatamente o mesmo. Inclusive, tal concepção é essencial, pois abre espaço para a compreensão das categorias dependentista-marxistas, notadamente daquela de 'subimperialismo', haja vista a discussão existente na literatura sobre o resgate de tal conceito para caracterizar a atuação recente do Brasil no âmbito regional e internaciona. Ou seja, ainda

[147] O 'bolsonarismo' trata-se de um fenômeno político ultraconservador, reacionário, de retórica nacionalista, militarista e 'patriótica' em defesa do retorno aos 'valores tradicionais', que se remete à figura do político brasileiro Jair Bolsonaro – ex-presidente da República entre 2019 e 2022 –, mas que o transcende em seu significado. Isto porque emerge no pós-2013 e, mais notadamente, com o golpe de Estado em 2016, em reação contrária tanto às mudanças políticas e sociais promovidas no ciclo de governos petistas – o movimento chamado 'anti-petismo' –, quanto devido à crise institucional que provoca descrença generalizada nos políticos e partidos tradicionais (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019). Inaugura, portanto, uma forma de fazer política 'antissistema' e 'anti-establishment' que abre espaço para uma nova direita, qual seja, a ultradireita ou extrema-direita no ambiente político brasileiro e na região latino-americana, haja vista o avanço desta ao longo de toda a periferia. Para saber mais sobre o 'bolsonarismo' e o surgimento da extrema-direita no Sul Global, ver a obra de Pinheiro-Machado e Freixo (2019); e de Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023), respectivamente.

[148] Na atual conjuntura, porém, tal raciocínio encontra limitações. Isto porque a Argentina não deixou de sofrer o avanço da extrema-direita frente à um cenário de crise, refletindo, assim, em certa medida, o caso brasileiro. Após o retorno de uma aliança progressista ao poder sob o governo de Alberto Fernández (2019-2023) – no qual a própria Cristina Fernández de Kirchner assumiu a vice-presidência –, que foi incapaz de sustentar o modelo neodesenvolvimentista diante dos problemas econômicos e sociais do país, abriu-se espaço para uma forte radicalização na política argentina. Em 2023, o candidato ultraliberal à presidência, Javier Milei, venceu as eleições nacionais, introduzindo, então, a direita radical ao poder – à maneira de Jair Bolsonaro no Brasil; muito embora, seja necessário destacar que, em nossa perspectiva, o político argentino e seu governo possuam um perfil distinto daquele tipicamente associado ao 'bolsonarismo'. Diante disso, apesar de não serem simultâneas, quando se considera uma delimitação histórica mais ampla, as experiências argentina e brasileira não parecem de todo distintas no que se refere à 'crise' neodesenvolvimentista; contrariamente, ao invés de tratar-se somente de uma diferença em termos de intensidade – entre uma crise orgânica e um empate hegemônico –, a questão central parece se diferir em termos temporais (Clemente, 2024b, p. 28-29).

[149] [...] el marco común de integración dependiente al mercado global que caracterizó el neodesarrollismo en Argentina y Brasil [...] con una idéntica forma de inserción y política internacional.

que ambos estejam experienciando um modelo neodesenvolvimentista, o papel geopolítico e geoeconômico global desempenhado pelo par ‘Argentina-Brasil’ não é idêntico, mas, sim, diferenciado (Clemente, 2024b); o que será melhor substanciado posteriormente a partir de dados e indicadores no presente capítulo.

Obviamente, estas duas instâncias não são as únicas diferenças entre a Argentina e o Brasil sob esta determinada conjuntura. Aqui, elas cumprem apenas a função de ilustrar a ‘lógica do lugar’ entre os dois países sul-americanos, isto é, a existência de particularidades em suas formações econômico-sociais, mesmo que elas possuam vicissitudes históricas sobrepostas e compartilhem uma trajetória comum (Clemente, 2024b) – tal como é o neodesenvolvimentismo e a condição dependente, em destaque na presente investigação. Daí, mais uma vez, ressaltamos a importância do estudo de caso e da análise comparada, a fim de não somente revelar as suas semelhanças e diferenças essenciais, mas, também, em última instância, para investigar os resultados dos ensaios neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro, isto é, os seus alcances, limites, e sua atualidade política enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI.

Aqui, antes de avançar na discussão, torna-se necessário realizar alguns adendos. Em primeiro lugar, torna-se necessário salientar a existência de um enorme debate na literatura acerca da caracterização do ‘neodesenvolvimentismo’ – isto é, se ele constitui ou não um novo ‘modelo’, ‘programa’, ‘política’, ‘estratégia’, etc. – e de sua aplicabilidade na realidade econômico-social concreta dos países latino-americanos, no qual manifestam-se distintas concepções. Na presente investigação – tal como pode ser visto na problematização e no segundo capítulo da dissertação –, tratamos a categoria de neodesenvolvimentismo na América Latina a partir de seu processo histórico-dialético enquanto um modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico. Inclusive, utilizando os termos modelo, programa, política, etc. para se referir às experiências dos países na região. Porém, em conformidade com a ótica de Clemente (2024a, p. 59, 67), tal conceitualização não serve para evidenciar um suposto caráter programático desta categoria num sentido positivo, orgânico, coerente. Contrariamente, ela obedece apenas à função analítico-descritiva, de maneira a considerar até mesmo a existência de múltiplas formas com base nas particularidades das formações econômico-sociais, validando, assim, “[...] o uso da categoria de *projeto* neodesenvolvimentista unicamente como *diferentes* projetos em disputa e a categoria de *modelo* neodesenvolvimentista como uma

ferramenta analítica e não programática" (Clemente, 2024a, p. 67, itálico do autor, tradução nossa[150]).

Em segundo lugar, deve-se pontuar também que os estudos de caso não são estruturados especificamente frente aos governos dos países selecionados – isto é, aos seus mandatos –, mas, sim, integralmente, frente aos seus processos políticos, quais sejam, o 'petismo' (2003-2016) e o 'kirchnerismo' (2003-2015), respectivamente. Isto posto, em terceiro lugar, por tratarem-se de fenômenos políticos longos e perduráveis que sofreram inúmeras mudanças ao longo dos anos, deve-se observar que os estudos de caso não são exaustivos; isto é, não objetivam englobar minuciosamente todos os seus câmbios, nem a totalidade das políticas e decisões governamentais promovidas pelos países sul-americanos em cada um de seus respectivos governos – cuja tarefa, diga-se de passagem, exigiria por si só um esforço e rigor que extrapolam as delimitações da presente pesquisa. Ao invés de referenciar e compilar todas as políticas econômicas específicas[151] destes numa tentativa de reconstrução de seus processos históricos, o foco reside na explicação do *modelo econômico* proposto sob tal conjuntura – obedecendo à função analítico-descritiva –, a partir de seus principais *hitos* (marcos históricos).

Em quarto lugar, embora os estudos de caso sejam delimitados pela duração contínua dos processos políticos em questão, aqui, deve-se também indicar uma possível limitação temporal, mesmo que ela também apresente problemas. Isto porque tanto o chamado 'petismo', quanto o 'kirchnerismo' retornam de certa maneira à frente do Estado em seus respectivos países, após um hiato sob outros governos que demarcam a crise e o declínio do neodesenvolvimentismo em ambas as economias sul-americanas[152]. Portanto, fica ausente da análise, o governo de Alberto Fernández (2019-2023) na Argentina pós-Macri; e o novo governo de Lula, reeleito democraticamente pela terceira vez em 2022, no Brasil pós-Temer e Bolsonaro. Porém, ainda que tais governos possam ser considerados parte integrante de seus respectivos processos políticos, vale ressaltar que eles não são enquadrados como neodesenvolvimentistas – seja por incapacidade, pela conjuntura ou pelo cenário de crise vigente. Inclusive, no caso brasileiro, tal caracterização é ainda mais difícil, uma vez que o governo petista ainda está transcorrendo; o que seria, em nossa perspectiva, precoce e

[150] [...] el uso de la categoría de *proyecto* neodesarrollista únicamente como *diferentes* proyectos en pugna y a la categoría de *modelo* neodesarrollista como herramienta analítica y no programática.
[151] As políticas públicas e econômicas específicas de ambos os países – Brasil e Argentina – serão consideradas e discutidas na investigação quando: (a) constituírem-se *hitos* (marcos históricos) do modelo econômico do 'petismo' e do 'kirchnerismo', respectivamente; e (b) demonstrarem-se relevantes para uma ampla compreensão da trajetória histórica do neodesenvolvimentismo sob ambos os processos políticos em questão.
[152] No Brasil, este é o caso dos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022). Na Argentina, por sua vez, é o caso do governo de Mauricio Macri (2015-2019).

problemático do ponto de vista analítico. Por isto, na presente investigação, nos limitamos ao ‘ciclo progressista’ argentino e brasileiro que se encerrou em meados da última década.

Dito isso, cabe apenas apresentar as quatro seções centrais do capítulo. Em resumo, as duas primeiras seções são referentes à técnica de estudo de caso. Mais especificamente, a primeira seção diz respeito ao estudo de caso da Argentina sob o ‘kirchnerismo’ (2003-2015); e, por sua vez, a segunda seção se refere ao estudo de caso do Brasil sob o ‘petismo’ (2003-2016) – ambos de enfoque qualitativo. A terceira seção trata-se da técnica de análise comparada das experiências neodesenvolvimentistas ensaiadas em ambos os países sul-americanos sob os seus respectivos processos políticos – aqui, de enfoque predominantemente quantitativo. Nesta seção, busca-se resgatar e operacionalizar as categorias dependentista-marxistas discutidas no marco teórico a partir de dados e indicadores selecionados, a fim de corroborar empiricamente a hipótese da pesquisa. Por último, na quarta seção, finalmente, elabora-se a conclusão do capítulo com base nos resultados finais obtidos.

4.1 ARGENTINA: o neodesenvolvimentismo sob o ‘kirchnerismo’ (2003-2015)

Para alguns estudiosos, a Argentina talvez seja o principal caso neodesenvolvimentista latino-americano do início do século XXI (Katz, 2016; Piva, 2024). Diante do pioneirismo histórico de suas mudanças econômicas no conjunto da região – conforme ocorreu com a substituição de importações nas décadas de 1950 e 1960; e com o neoliberalismo extremo na década de 1990 –, no início dos anos 2000, através do neodesenvolvimentismo, a economia argentina “[r]eafirmou o seu papel de balão de ensaio de mudanças significativas na América Latina” (Katz, 2016, p. 185), inspirando, em certa medida, o que viria a ocorrer também em outros países sul-americanos. Embora seja destacada por parte da literatura especializada como o principal ensaio neodesenvolvimentista da região, por outro lado, tal caracterização também é concebida apenas por um breve e curto período histórico frente à múltiplos desajustes, desequilíbrios e falhas estruturais, que dificultaram a manutenção de seu curso ao longo do tempo até a ruptura do modelo (Katz, 2016).

Antes de avançar propriamente sobre a caracterização das categorias de análise do neodesenvolvimentismo na Argentina, referentes à sua correlação de forças sociais, ao seu modelo econômico, e ao seu tipo de inserção internacional; deve-se brevemente entender, em princípio, a conjuntura político-econômica então vigente no país no início dos anos 2000, isto é, o contexto de declínio do neoliberalismo e de surgimento do ‘kirchnerismo’ enquanto

processo político. Este ponto de partida é fundamental para o estudo de caso porque é somente a partir da constatação desta mudança política no modelo de hegemonia e no modelo de desenvolvimento que se torna possível compreender de maneira profunda a fisionomia da 'Argentina kirchnerista' em seus distintos sentidos.

Por isto, iniciamos, então, o estudo de caso pela sua dimensão política.

4.1.1 Dimensão da política

De acordo com Costantino e Cantamutto (2024), a economia argentina enfrentou uma de suas maiores e piores crises sob o corolário da Convertibilidade[153] (1991-2001), quer dizer, da forma concreta adotada pelo programa neoliberal promovido sob os governos de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de la Rúa (1999-2001). Tal conjuntura político-econômica, cujo auge ocorreu entre os anos de 1998 e 2002, foi chamada de Crise da Convertibilidade, por meio da qual emergiram tensões sociais e rupturas no interior do bloco então no poder, culminando, assim, em mudanças na economia e na política do país sul-americano. Em outras palavras, a partir daí, configurou-se a gênese do neodesenvolvimentismo na Argentina no início do século XXI (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 138-139).

Em resumo, sob o programa da Convertibilidade, a meta tratava-se de levar adiante as reformas neoliberais. Neste período, administrou-se, então, um sistema de caixa de conversão com um tipo de câmbio fixo, sendo um peso equivalente a um dólar, a fim de controlar a inflação e promover o crescimento econômico. No mesmo sentido, estimulou-se a abertura econômica, as privatizações, a entrada de capitais do exterior por meio do investimento estrangeiro e da dívida externa, etc. – isto é, à maneira do modelo de desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina discutido no capítulo anterior. A partir disso, conforme ressaltam Costantino e Cantamutto (2024, p. 140-141), frente ao cenário prévio de hiperinflação e estancamento, o programa neoliberal logrou impulsionar dois ciclos de crescimento da economia argentina, o que explica a sua vigência extensa no país. No entanto, ainda segundo os autores (2024), deve-se verificar também que:

> Isto resultou em uma crescente concentração da produção, com um aumento da centralização e da estrangeirização da propriedade, o que prejudicou severamente as pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, intensificou severamente as formas

[153] Em síntese, considerado o epítome do neoliberalismo no país, o chamado programa da 'Convertibilidade' "[...] foi o regime de câmbio fixo com caixa de conversão [*currency board*] vigente na Argentina entre 1991 e 2001, sob o qual foram realizadas as reformas estruturais [neoliberais]" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 138, tradução nossa).

> de exclusão social e desigualdade. O desemprego e o subemprego cresceram de forma persistente, elevando a pobreza a níveis até então desconhecidos. Esta dinâmica de crescimento concentrador foi agregando atores em oposição, uma rejeição que se ampliou com o avanço da crise (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 141, tradução nossa[154]).

Diante de tal conjuntura, em 1998, com o término da privatização da petroleira estatal argentina, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), irrompeu a crise da Convertibilidade (1999-2002). Nesta fase recessiva, a partir de uma dinâmica pouco sustentável, a dívida pública e o endividamento externo tornaram-se os mecanismos utilizados pelos governos argentinos para sustentar o programa neoliberal. Isto aprofundou a necessidade de uma política de ajuste fiscal; o que por sua vez, agudizou as tensões sociais no país, tendo em vista a incompatibilidade desta para com a busca de uma recuperação econômica. Daí, sob tal cenário, seja por um rompante ou por um amplo processo histórico de organização social, emergiu uma série de protestos e rebeliões em todo o território nacional contra o modelo vigente, reivindicando demandas populares, tais como a redistribuição de renda e o aumento das políticas sociais (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 141-143; Katz, 2016).

Inclusive, conforme apontam Costantino e Cantamutto (2024, p. 143-144), a crise e suas tensões provocaram uma ruptura no interior do bloco no poder. Isto ocorreu a partir de 1998, quando a União Industrial Argentina (UIA) começou a defender uma saída do programa de Convertibilidade através da desvalorização cambial. Contudo, de maneira a refletir o fracionamento de classe, tal posicionamento não foi unânime mesmo no seio do próprio grupo, haja vista a divergência de interesses entre diferentes setores – "[...] enquanto um setor se via prejudicado com a concorrência externa, outro – altamente competitivo – encontrava vantagens no acesso ao financiamento em dólares e nos baixos custos de importação de máquinas e insumos" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 143, tradução nossa[155]). Com o agravamento da crise, tal situação modificou-se: as propostas da UIA se ampliaram e, em 2001, sob a sua liderança, criou-se o 'Grupo Produtivo', cuja atuação aprofundou a divisão interna no bloco do poder, isto é, intensificou a disputa entre dois polos em torno das políticas econômicas vigentes no país. Segundo os autores (2024), enquanto, por um lado, a Associação de Bancos da Argentina, a Sociedade Rural Argentina e as câmaras de empresas de serviços privatizadas, em

---

[154] Esto produjo una creciente concentración de la producción, con un aumento de la centralización y extranjerización de la propiedad, lo cual perjudicó severamente al empresariado pyme, al tiempo que intensificó severamente las formas de exclusión social y la desigualdad. El desempleo y el subempleo crecieron de forma persistente, elevando la pobreza a niveles hasta entonces desconocidos. Esta dinámica de crecimiento concentrador fue sumando actores en oposición, rechazo que se magnificó con el avance de la crisis.

[155] [...] pues si bien un sector se veía perjudicado por la competencia externa, otro sector – altamente competitivo – encontraba ventajas em el acceso a financiamiento en dólares y bajos costos de importación de maquinarias e insumos.

conjunto, defendiam o esquema neoliberal vigente; por outro lado, o Grupo Produtivo – junto à Câmara da Construção e à Confederação Rural Argentina – aproximou-se de movimentos sociais e trabalhistas com uma proposta que defendia discursivamente a saída da crise a partir de políticas que promovessem "[...] a produção – centralmente industrial –, o que criaria empregos, conseguindo reduzir, assim, a pobreza. Seu discurso propunha uma ideia de desenvolvimento baseada na produção nacional, opondo-se, assim, à crescente financeirização e internacionalização" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 143-144, tradução nossa[156]).

Como resultado, em 2001, sob intensas tensões e disputas, intensificaram-se os protestos sociais que, mesmo após enfrentarem uma repressão generalizada do governo que declarou Estado de sítio, conseguiram provocar a renúncia do então presidente, Fernando de la Rúa (1999-2001). Neste contexto de incerteza política, assumem brevemente a presidência, primeiro, Adolfo Rodríguez Saá (somente durante dezembro de 2001) e, depois, Eduardo Duhalde (2002-2003); sendo este último responsável por governar o país até o final do mandato. Sob tais governos interinos, é necessário situar que houve o resgate das propostas econômicas do Grupo Produtivo, a moratória da dívida pública, a desvalorização cambial, a 'pesificação' das tarifas dos serviços públicos e das dívidas no sistema financeiro local, a aplicação de impostos à exportação de bens agropecuários, a contenção do salário, a massificação das políticas sociais, a recuperação do diálogo social – para com os sindicatos, movimentos sociais e a Igreja Católica –, dentre outras medidas. Contudo, também deve-se tomar em consideração que se trataram de governos repressivos que foram incapazes de superar a falta de legitimidade frente à crise política e econômica. Mesmo assim, para alguns estudiosos, tal período histórico é relevante, pois é a partir daí que se inicia a conjuntura que lança as bases do neodesenvolvimentismo na Argentina, antecipando, assim, inclusive ao próprio kirchnerismo[157] (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 144-145).

Em 2003, após eleições democráticas na Argentina, sob a coligação 'Frente para a Vitória', Néstor Kirchner (2003-2007) do Partido Justicialista (PJ) assume a presidência, a partir do mesmo discurso de desenvolvimento nacional baseado na indústria, convocando o país a construir uma 'burguesia nacional' e um capitalismo 'sério' (Costantino; Cantamutto, 2024,

[156] [...] la producción – centralmente industrial –, lo que crearía empleo, logrando reducir así la pobreza. Su discurso proponía una idea de desarrollo basado en la producción nacional, oponiéndose así a la creciente financiarización e internacionalización [...].

[157] Ainda que eles possam ser relevantes para a composição da conjuntura neodesenvolvimentista na Argentina – conforme defendem Costantino e Cantamutto (2024, p. 139; 144) –, aqui, porém, torna-se necessário reforçar que, em nossa análise sobre o neodesenvolvimentismo argentino, consideramos somente o período histórico referente ao kirchnerismo (2003-2015), sem englobar os governos prévios de Saá e Duhalde. Por isto, na presente investigação, tais governos são apenas brevemente discutidos enquanto elementos explicativos para a crise da Convertibilidade e a emergência do processo político kirchnerista no país (Costantino; Cantamutto, 2024).

p. 145). Tal evento dá início, finalmente, ao primeiro estudo de caso da investigação, isto é, a etapa neodesenvolvimentista sob o 'kirchnerismo' (2003-2015) – incluindo também os governos posteriores de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). Exposto o contexto político-econômico então vigente no país, é possível entender a etapa kirchnerista como um processo político de ruptura popular com o neoliberalismo, haja vista que ele emerge sob uma conjuntura pós-neoliberal[158] ou, melhor dizendo, pós-Convertibilidade, na qual tanto a política argentina, quanto a política na região sul-americana atravessam um cenário de protestos e mudanças sociais. Isto porque, conforme explicita Katz (2016, p. 235-236), deve-se notar também as afinidades deste processo com um certo *tipo de governo* na América Latina, pois ele se insere justamente dentro da chamada 'onda rosa' que se espraia por toda a região no início do século XXI, isto é, como parte da onda progressista de governos de centro-esquerda que compartilham alguns traços gerais, "[...] como sua oposição às políticas neoliberais das décadas anteriores, reivindicando uma maior intervenção do Estado tanto na regulamentação quanto na produção, com políticas sociais compensatórias mais amplas e um discurso de unidade latino-americana" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 139, tradução nossa[159]).

Ainda, para além destas interpretações, mirando na primeira categoria de análise em sua completude – qual seja, (1) a dimensão da política, referente ao tipo de governo e à relação de forças sociais –, deve-se ter em conta que o kirchnerismo trata-se fundamentalmente da configuração específica de forças políticas no interior do bloco no poder, representada por frações do poder econômico que protagonizam todo o processo econômico e político (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 137). Em termos mais pontuais, tal conjuntura política argentina que pode ser denominada de neodesenvolvimentista, tratou-se de um "[...] programa elaborado por uma fração do poder econômico concentrado, qual seja, a *indústria* [...] [que] juntamente com uma série de recomendações de política econômica, construiu uma aliança

[158] O termo 'pós-neoliberalismo' deve ser utilizado, a rigor, com cuidado em relação à América Latina. Isto porque, embora o seu significado busque aludir ao período histórico imediatamente posterior a uma política neoliberal, ele também pode implicar a ideia de ruptura e superação do neoliberalismo enquanto modelo econômico; o que seria incorreto diante de sua vigência em certas economias latino-americanas. E, mesmo naqueles países que atravessaram um ciclo de governos progressistas e de esquerda – tal como é o caso da Argentina e do Brasil –, tal sentido também é incorreto, tendo em vista a existência de elementos de continuidade estrutural que não foram efetivamente rompidos e continuam operantes em suas formações econômico-sociais; inclusive, retomando uma política neoliberal subsequentemente. Por isto, adiante na presente investigação, o uso do termo 'pós-neoliberalismo' fica limitado exclusivamente ao seu primeiro sentido no âmbito geral. No caso específico da trajetória argentina, em nossa análise, é mais adequado utilizar o termo 'pós-Convertibilidade', pois ele faz referência exatamente à sequência temporal do país sul-americano (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 140).

[159] [...] como su oposición a las políticas neoliberales de las décadas previas, bregando por una mayor intervención del Estado tanto en la regulación como en la producción, con políticas sociales compensatórias más amplias, y un discurso de unidad latinoamericana.

social mais ampla, que ganhou representação no Estado com a crise de 2001" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 137, itálico nosso, tradução nossa[160]).

Trilhando o pensamento dos autores (2024), do ponto de vista da esfera política-dominação, isto é, no sentido hegemônico, em contraposição aos interesses de outros agentes sociais, o neodesenvolvimentismo na Argentina sob tal etapa foi basicamente o programa da fração industrial em busca de sustentar sua própria acumulação, valorizar seu capital e, em fim último, reproduzir a si mesma – embora seja necessário destacar que tal liderança e protagonismo não ocorrem sem disputas entre diferentes frações de classe no interior do bloco do poder. Inclusive, é daí que emergem os limites políticos do programa neodesenvolvimentista, tal como discutiremos adiante nesta seção. Enfim, esta é precisamente a fisionomia política do processo kirchnerista (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 137-138).

4.1.2 Dimensão da economia

No que se refere, por sua vez, à segunda categoria de análise da investigação, isto é, aquela referente à (2) dimensão da economia, mais especificamente, ao ciclo econômico, ao modelo macroeconômico e à orientação frente à estrutura produtiva; antes de tudo, deve-se notar que o neodesenvolvimentismo e suas ideias econômicas sob a etapa kirchnerista, conforme argumentam Costantino e Cantamutto (2024, p. 137; 140), não se trataram de "[...] um modelo elaborado *a priori*, projetado para ser aplicado como uma totalidade coerente, mas, sim, um conjunto de conceitos e propostas que foram ajustados a uma realidade social concreta" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 140, itálico dos autores; tradução nossa[161]), qual seja, o cenário de crise que exigia um programa de saída do regime neoliberal da Convertibilidade. Com efeito, diante da mencionada crise, a concepção neodesenvolvimentista "[...] serviu como um desdobramento intelectual para ordenar um processo em curso, em virtude das tensões sociais e econômicas, e não como uma ideologia prévia da força política" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 137, tradução nossa[162]), isto é, das frações industriais no bloco do poder. Porém, isto não significa afirmar que tal modelo surge espontaneamente na política argentina;

[160] [...] programa elaborado por una fracción del poder económico concentrado, a saber, la industria. Esta fracción, perjudicada por las políticas de desregulación de los años noventa, construyó a la par de una serie de recomendaciones de política económica una alianza social más amplia, que alcanzó representación en el Estado con la crisis de 2001.

[161] [...] un modelo elaborado a priori, pergeñado para ser aplicado como totalidad coherente, sino que son un conjunto de conceptos y propuestas que se acoplaron a una realidad social concreta.

[162] [...] sirvió de despliegue intelectual para ordenar un proceso en curso, en virtud de tensiones sociales y económicas, no como ideología previa de la fuerza política.

pelo contrário, ele surge estreitamente vinculado às necessidades e demandas de forças sociais concretas, que buscam intervir e modificar a realidade econômica do país sob uma determinada conjuntura (Costantino e Cantamutto 2024, p. 137; 140).

Tal observação é importante e necessária por duas principais razões. A primeira é porque ela contribui para desfazer a ideia acerca da criação ou da existência prévia de uma burguesia nacional – autônoma e anti-imperialista – que se comporta em defesa de um interesse supostamente nacional e é capaz de promover o desenvolvimento se estimulada através das políticas adequadas. A trajetória concreta da Argentina kirchnerista demonstrou-se contrária às expectativas neodesenvolvimentistas sobre tal comportamento produtivo da burguesia nacional, frustrando, assim, as suas crenças capitalistas. Segundo Katz (2016, p. 195-196), ao favorecer aos setores da burguesia local com recursos, o Estado argentino esperou receber maiores investimentos em troca, pressupondo, então, que bastava apenas certos estímulos para criar um círculo virtuoso de crescimento, porém, na realidade, "[...] esses subsídios voltaram a engrossar o patrimônio dos amigos do poder, sem nenhuma renda produtiva para o conjunto da economia" (Katz, 2016, p. 195-196). Ou seja, além de ser resultado combinado da conjuntura interna e externa, o neodesenvolvimentismo sob a liderança das frações industriais na etapa kirchnerista baseia-se simplesmente no interesse classista de certos setores do empresariado que são apenas particulares, sem quaisquer aspirações nacionais[163]. A segunda razão, sem romper com a primazia dos determinantes econômicos/ estruturais sobre os políticos/ superestruturais, diz respeito à relação intrínseca e dialética entre a economia e a política, demonstrando a necessidade de se verificar o modelo neodesenvolvimentista a partir de ambas as dimensões, a fim de melhor caracterizá-lo e analisá-lo em sua totalidade.

Em síntese, o neodesenvolvimentismo da Argentina kirchnerista (2003-2015) tratou-se de um modelo econômico baseado na maior intervenção do Estado na economia, cujo papel foi primordialmente de impulsionar as atividades econômicas – com destaque para a expansão da produção industrial –, criar emprego, aumentar as exportações – e, assim, lograr uma maior integração às cadeias globais de valor (CGV), bem como, assimilar e estimular inovações –, e promover mecanismos redistributivos através da implementação e da ampliação de políticas sociais para atender as demandas populares (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 140; Piva, 2024, p. 33). Para isto, buscou-se administrar uma estratégia de política macroeconômica heterodoxa

[163] Inclusive, especificamente sobre as burguesias industriais, Katz (2016) critica que elas "[...] não jogaram nenhum papel significativo na formação das nações latino-americanas. Também não foram artífices da limitada industrialização registrada durante o século XX. Os Estados arcaram com a maior parte dessa tarefa frente a empresários que sempre foram mais ativos no recebimento de subsídios do que na introdução de investimentos" (Katz, 2016, p. 212-213).

em distintos campos de aplicação – fiscal, cambial, de comércio exterior, monetário, de consumo, investimento, etc. (Osorio, 2012b, p. 71) – a partir de uma série de instrumentos, dos quais destacam-se, sobretudo: (a) as metas de superávit fiscal – a fim de sustentar um esquema de subsídios e atingir um marco de sustentabilidade financeira –; (b) a alta taxa de câmbio a partir da desvalorização cambial – que estimulou tanto a produção e as exportações primárias, quanto a recuperação e a competitividade da indústria –; (c) as baixas taxas de juro; (d) a expansão do consumo via crédito; (e) a expansão do gasto social para a incorporação política dos movimentos sociais; (f) as metas de inflação visando o emprego e a atividade econômica; etc. (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 148; Katz, 2016, p. 186; Piva, 2024, p. 33; 40-41).

Daí, segundo Katz (2016, p. 185), foram reunidas as condições necessárias para alcançar um ciclo de crescimento com baixa inflação e recuperação do emprego; isto pelo menos durante a sua fase inicial, mais especificamente, entre os anos de 2003-2007. À título de ilustração[164], a partir de dados de Costantino e Cantamutto (2024, p. 145-146), a economia argentina não somente apresentou uma alta taxa de crescimento de cerca de 15% entre 2002-2004, com uma média de 8,8% até o ano de 2007; como também, até 2013, expandiu-se a sua indústria em um total de 77%, gerando, assim, o aumento do emprego industrial, dos salários e uma maior cobertura das políticas sociais. Ademais, no que se refere ao mercado laboral, em 2007, o país apresentou uma recuperação frente ao difícil cenário neoliberal precedente, na qual o governo kirchnerista logrou recuperar o valor prévio do salário real que havia sido desvalorizado entre o período de 1999-2002; bem como, diminuir a taxa de desemprego, o nível de emprego informal e, inclusive, a pobreza. A partir destas bases econômicas, como afirmam os autores (2024), "[...] sob um discurso de produção e emprego nacionais, políticas de diálogo social, recuperação dos direitos humanos, oposição aberta ao modelo prévio e aproximação com os países da região, o kirchnerismo construiu sua legitimidade para além do governo" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 145, tradução nossa[165]).

De acordo com Katz (2016), sob a aplicação da política macroeconômica elaborada pelo governo kirchnerista, tal expansão econômica teve três principais determinantes. O primeiro motor tratou-se, inicialmente, da desvalorização dos salários e a recomposição da rentabilidade no âmbito doméstico; o segundo foi a valorização internacional das agroexportações; e por último, o terceiro foi a mudança na administração do Estado e em suas relações com os grupos

[164] Discutiremos com mais atenção e detalhes os dados empíricos de ambos os casos – Argentina e Brasil – na seção direcionada à técnica de análise comparada. Para saber mais, ver seção 3.3.

[165] [...] bajo un discurso de producción y empleo nacionales, políticas de diálogo social, recuperación de los derechos humanos, la abierta oposición al modelo previo y acercamiento a países de la región, el kirchnerismo construyó su legitimidad más allá del gobierno.

dominantes; inclusive, limitando, à princípio, a valorização financeira (Katz, 2016, p. 185-186). Na concepção de Piva (2024), a partir desta conjuntura, o excedente comercial que foi produzido "[...] permitiu ignorar por um tempo a dependência financeira da acumulação de capital e moderar o impacto da tendência à restrição externa durante as fases expansivas" (Piva, 2024, p. 41, tradução nossa[166]). Nisto, deve-se observar, conforme pontua o próprio autor (2024, p. 40-41), que em muito pesa o contexto externo favorável, representado pelo ciclo no qual a Argentina e os demais países latino-americanos atravessam internacionalmente, isto é, sob o mencionado *boom* das *commodities*, produto do crescimento do comércio mundial impulsionado pela economia chinesa (Bustelo, 2015); muito embora, tal cenário também implique efeitos indesejados e a reprodução de problemas estruturais em suas formações econômico-sociais.

De maneira complementar, para Costantino e Cantamutto (2024, p. 145-146), a recuperação econômica a partir da indústria na Argentina baseou-se em quatro tipos-chave de transferência de valor, a fim de favorecer às frações industrias do bloco no poder: (a) no aumento do lucro das empresas sob a forma de apropriação frente à queda dos salários durante a crise da Convertibilidade, cujo valor real demorou recuperar-se mesmo sob a etapa kirchnerista; (b) na regulação e congelamento das tarifas dos serviços públicos – principalmente aqueles de energia e transporte – que levou à redução dos custos de produção da indústria – isto porque reduziu-se relativamente os custos de vida dos trabalhadores –; (c) na apropriação pelos setores industrias de parte da renda da terra através de direitos de exportação cobrados pelo Estado; e, por último, (d) na apropriação também pela indústria de divisas do setor primário, "[...] cujas exportações foram impulsionadas pelo aumento da taxa de câmbio e pela melhora dos preços internacionais –, que permitiu deslocar a restrição externa ao crescimento, liberando a possibilidade de aumentar as importações para uma indústria eminentemente deficitária" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 146, tradução nossa[167]).

Aqui, porém, deve-se ressaltar que, aproveitando-se das reformas estruturais neoliberais precedentes, as frações de classe vinculadas ao agronegócio e aos setores primário-exportadores não deixaram de se expandir sob tal conjuntura kirchnerista, sendo elas, na realidade, ganhadoras em matéria econômica – isto é, nos termos de acumulação capitalista –, em peso no comércio exterior e, inclusive, em poder estrutural – no sentido de capacidade para vetar

[166] [...] permitió ignorar durante un tiempo la dependencia financiera de la acumulación de capital y moderar el impacto de la tendencia a larestricción externa durante las fases expansivas.
[167] [...] –cuyas exportaciones se vieron impulsadas por la suba del tipo de cambio y la mejora de los precios internacionales–, que permitió desplazar la restricción externa al crecimiento, liberando la posibilidad de aumentar las importaciones a una industria eminentemente deficitaria.

políticas. Isto ocorreu ainda que tais forças sociais tenham sido deslocadas da esfera política-dominação no interior do bloco no poder e delegadas *provisoriamente* ao papel de fornecedoras de divisas como recursos fiscais para sustentar a recuperação da indústria (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 137; 148-150).

Distintivamente, em termos críticos, a partir de dados e estatísticas de Piva (2024, p. 42), entre os anos de 2003-2011, o valor agregado bruto da indústria manufatureira como proporção do PIB não somente ficou abaixo dos níveis de 1998, mas também se manteve inalterado neste período, isto é, consolidando o processo de desindustrialização relativa do neoliberalismo sob tal conjuntura. No que se refere ao salário real, apesar de sua tendência ascendente, foi apenas em 2011 que a Argentina kirchnerista conseguiu superar os níveis gerais sob o período neoliberal, mais especificamente, da Crise de 2001. Mesmo com as melhorias salariais em sua economia, o autor (2024) também aponta as altas taxas de informalidade e o elevado nível de pobreza do país, necessitando, assim, crescentemente de políticas sociais e da transferência de renda para sustentar o seu programa. Ainda que sejam análises negativas em relação ao kirchnerismo, ao invés de enfraquecer o argumento de seus avanços e conquistas concretas, tais indicadores tanto demonstram o caráter lento da recuperação da economia argentina sob tal etapa, quanto indicam também os seus limites (Piva, 2024, p. 42).

Dito isso, mesmo diante dos avanços econômicos na Argentina kirchnerista, deve-se ter em conta que "[...] a acelerada dissipação dessa conjuntura antecipou a escassa margem existente para manter esse curso" (Katz, 2016, p. 186). Isto porque o modelo neodesenvolvimentista argentino possuía algumas sérias limitações, as quais levaram-no à desajustes, falhas e, finalmente, à sua crise. Lançando luz à hipótese da presente dissertação, Costantino e Cantamutto (2024) argumentam que apesar de sua ruptura com o programa da Convertibilidade, o neodesenvolvimentismo evitou uma confrontação direta com o neoliberalismo, haja vista que ele ainda possuía vários elementos de continuidade estrutural para com o modelo anterior. Ou seja, a transformação no modelo de desenvolvimento – do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo – não implicou uma mudança estrutural no país sul-americano, de modo que este não logrou superar e alcançar os níveis prévios da reestruturação dos anos noventa, assim como, não modificou o papel determinante da demanda externa e dos fluxos de capital (Piva, 2024, p. 43). Com efeito, houve a persistência das características do modo de acumulação anterior (Piva, 2024, p. 44). E, assim, segundo os autores (2024), "[...] ao aceitar as reformas estruturais neoliberais, incluindo a abertura da economia, as privatizações e parte das regulamentações trabalhistas, pretendeu-se captar recursos para redirecioná-los para três objetivos: criar emprego, aumentar as exportações e elevar a inovação" (Costantino;

Cantamutto, 2024, p. 141, tradução nossa[168]). O problema disso reside no fato de que os avanços neodesenvolvimentistas estão condicionados à estrutura dependente vigente (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 140-141), na qual o modelo neoliberal "[...] persiste como o principal organizador das concepções e práticas dos capitalistas" (Katz, 216, p. 235).

Nesse sentido, Costantino e Cantamutto (2024) acrescentam que:

> A indústria que se expandiu foi a efetivamente existente, ou seja, sob as *condições de dependência* que a caracterizam. Não se tratou de uma *mudança estrutural* ou de um processo substitutivo similar ao de seis décadas antes. Mas, mesmo assim, o contraste em relação à dinâmica prévia é evidente. A indústria elevou seus lucros e, embora tenha aumentado o investimento, o fez em menor escala, destinando recursos para desendividar-se e atesourar. Produziu-se um salto nos níveis de concentração da produção, centralização e estrangeirização da propriedade. Com o aumento da produção, aumentou o perfil das importações, tensionando a balança comercial, que repousou de forma crescente no superávit de um conjunto reduzido de setores – centralmente, o complexo de cereais e oleaginosas, de alimentos e bebidas, e da mineração (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 147, itálico nosso, tradução nossa[169]).

Em relação às suas limitações, Katz (2016, p. 186-190) aponta quatro tensões geradas pelo neodesenvolvimentismo e outras falhas estruturais ao longo de sua trajetória na Argentina kirchnerista. Após a fase inicial de expansão, apesar de novos estímulos a partir da introdução de uma renda mínima universal e a estatização dos fundos de pensão para sustentar o modelo, entre os anos de 2007-2010 – sob o governo de Cristina Kirchner –, o crescimento econômico estagnou, o mercado laboral se deparou com limites, e iniciou-se, então, o seu principal desajuste, qual seja, (1) a elevada taxa de inflação. Na visão do autor (2016), esse aumento dos preços obedeceu à quatro elementos centrais: (a) ao baixo nível de investimento frente à demanda; (b) ao controle concentrado de numerosos setores (oligopólios) na disputa social pela renda; (c) "[...] à proeminência de uma estrutura exportadora de alimentos que internaliza, nos preços agrários, a valorização internacional em dólar desses produtos" (Katz, 2016, p. 188); e, por último, (d) à emissão de moeda para manter o consumo, cujo ritmo intenso "[...] ficou

[168] Aceptando las reformas estructurales neoliberales, incluyendo la apertura de la economía, las privatizaciones y parte de la normativa laboral, se pretendió captar recursos para redirigirlos con tres objetivos: crear empleo, aumentar las exportaciones y elevar la innovación.

[169] La industria que se expandió fue la efectivamente existente, es decir, bajo las condiciones de dependencia que la caracterizan (Costantino, 2018). No se trató de un cambio estructural o de un proceso sustitutivo similar al de seis décadas antes. Pero, aun así, el contraste respecto de la dinámica previa es evidente. La industria elevó sus ganancias, y aunque elevó la inversión, lo hizo en una medida inferior, destinando recursos a desendeudarse y atesorar (Azpiazu y Manzanelli, 2011). Se produjo un salto en los niveles de concentración de la producción, centralización y extranjerización de la propiedad (Castells y Schorr, 2015). Con el aumento de la producción, aumentó el perfil importador, tensionando la balanza comercial, que de forma creciente reposó sobre el superávit de un conjunto reducido de sectores –centralmente, el complejo cerealero-oleaginoso, alimentos y bebidas, y minería– (Gaggero, Schorr y Wainer, 2014).

divorciado do respaldo em divisas e dos montantes requeridos para a produção" (Katz, 2016, p. 188-189), acentuando, assim, inclusive, a desvalorização do peso (Katz, 2016).

Dentre os seus vários componentes, Piva (2024) aponta que a inflação se explica pelo tensionamento ou defasagem entre a implementação de uma política econômica expansiva e a permanência do modo de acumulação neoliberal. Por sua vez, Costantino e Cantamutto (2024, p. 147) também associam a questão inflacionária com a maior disputa pelo excedente no país; relacionando-a tanto com o custo fiscal de manter as transferências de valor em direção à indústria, quanto com a necessidade crescente do governo de pressionar os setores primário-exportadores a partir da captação de suas divisas; o que irá desdobrar-se no principal divisor de águas do processo kirchnerista, tal como discutiremos adiante.

Com base numa perspectiva dependentista, aqui, é interessante observar tanto o efeito externo indesejado do mercado internacional – a inflação – sob o país sul-americano mesmo num ciclo economicamente favorável; quanto o peso da manutenção e reprodução da estrutura agrário-exportadora no âmbito interno – isto é, a tendência à primarização estrutural que também é estimulada pela economia mundial capitalista –, ainda que sob um modelo neodesenvolvimentista. Daí, torna-se possível compreender parte das limitações 'de fora para dentro' do neodesenvolvimentismo latino-americano. Sob tal contexto, diante de seus limites externos, certamente deve-se pensar que pesam os impactos da crise financeira global de 2008. Porém, tais impactos foram limitados de modo geral na América do Sul, devido sobretudo à valorização das exportações primárias que beneficiavam a região pelo lado comercial, mas, também, especificamente, devido ao fato de que a Argentina não teve acesso à crédito externo no início dos anos 2000, reduzindo, assim, o peso do financiamento externo privado em sua economia (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 148-149; Katz, 2016, p. 190-192). Com efeito, neste sentido, pesam mais os impactos do fim do próprio *boom* das *commodities*, entre 2013 e 2014 (Piva, 2024, p. 43-44), cuja duração foi condição de sustentação de tal modelo de desenvolvimento, revelando, assim, o seu caráter temporário – pelo menos no que diz respeito à sua faceta externa. Apesar disso, conforme argumenta Katz (2016), em realidade, deve-se ter em conta que "[o]s principais desequilíbrios do experimento neodesenvolvimentista radicam no próprio modelo" (Katz, 2016, p. 191).

A partir de 2011, os desequilíbrios intensificaram-se na Argentina kirchnerista, reintroduzindo o segundo desajuste do neodesenvolvimentismo, qual seja, (2) o déficit fiscal. (Katz, 2016, p. 186). Segundo Piva (2024), entre os anos de 2010-2011, tal fenômeno desgastou as capacidades de regulação e integração do Estado argentino, resultando, daí, a tendência à restrição externa sob tal fase (Piva, 2024, p. 43). Por isto, as iniciativas políticas e econômicas

tomadas pelo governo não lograram reverter a queda, de modo que "[o] controle de câmbios, a *pesificação* e a expansão da emissão de moedas não atenuaram a ruptura do modelo" (Katz, 2016, p. 186, itálico do autor). Com efeito, em 2013, o terceiro ponto de tensão sob tal etapa tratou-se precisamente daquilo que Katz (2016, p. 189) denominou de (3) caldeira cambial, em referência às pressões de desvalorização do peso, cujo formas de controle foram limitadas e tardias, reduzindo, assim, fortemente o nível de divisas do país. Por último, diante de tais tensões, reside (4) os ajustes do governo kirchnerista e suas políticas de contração da demanda que, na verdade, questionam os princípios neodesenvolvimentistas. Isto porque a administração "[e]levou as taxas de juros e forçou um encarecimento do crédito que asfixia o consumo. Passou de um estancamento na criação de postos de trabalho a uma conjuntura de diminuição do emprego, num cenário de alta informalidade do trabalho" (Katz, 2016, p. 190), no qual também se aplicou medidas de restrição salarial que vão contra aos rendimentos populares (Katz, 2016).

Contudo, mesmo diante de todos esses limites, segundo Katz (2016, p. 192), o ponto de inflexão do neodesenvolvimentismo sob a Argentina kirchnerista está relacionado principalmente à uma contradição estrutural que se estabelece entre a primazia da condição agroexportadora da economia argentina e sua meta político-econômica de reindustrialização. A partir de um viés da dimensão política, tal desdobramento está vinculado à crescente tensão e disputa entre as distintas frações de classe no interior do bloco no poder – representadas, sobretudo, pelas frações industriais e agropecuárias – em torno da política econômica vigente no país sul-americano; mais especificamente, no que se refere tanto à captação e ao controle estatal sobre a renda e as divisas provenientes do comércio exterior – principalmente dos setores primário-exportadores –, quanto à sua transferência para a indústria (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 147-148; Katz, 2016, p. 192-195).

Em vista disso, Katz (2016) argumenta que o ensaio neodesenvolvimentista argentino:

> [...] falhou pela incapacidade do governo em aumentar a apropriação estatal da renda da soja. Esta medida era uma condição inevitável para estabilizar um modelo de expansão produtiva e de melhorias sociais. O kirchnerismo pretendeu aumentar a captação pública desse excedente aumentando os impostos às exportações da soja (retenções), mas foi derrotado no enfrentamento de 2008 com o agronegócio e, desde então, abandonou toda tentativa de retomar a iniciativa neste campo (Katz, 2016, p. 192).

De acordo com Costantino e Cantamutto (2024, p. 147-148), longe de ser apenas um problema fiscal da conjuntura neodesenvolvimentista, tal tensionamento entre as burguesias dominantes implicou uma nova ruptura no interior do bloco no poder sob o kirchnerismo, modificando, assim, tal processo político nos anos subsequentes. Inclusive, em conformidade

com a visão de Katz (2016), na perspectiva dos autores (2024, p. 149), é precisamente neste contexto que se desdobra o principal divisor de águas do processo, qual seja, o conflito, em 2008, com a chamada '*Mesa de Enlace*' – isto é, com a união das quatro associações empresariais agropecuárias tradicionais da Argentina – em torno de uma mudança no esquema de pagamentos dos direitos de exportação, introduzindo, a partir daí, uma forte polarização política na sociedade argentina (Costantino; Cantamutto, 2024).

Em resumo, em 2008, a administração kirchnerista propôs a utilização de taxas variáveis no comércio exterior em conformidade com os preços internacionais; o que significaria um aumento de impostos às exportações primárias na ocasião em questão. Sob um discurso mais amplo de atropelo às liberdades de mercado, o referido grupo do agronegócio, porém, se opôs à tal medida política, iniciando um conflito social que "[...] conseguiu mobilizar não apenas os produtores envolvidos, mas também grande parte do setor não exportador e até mesmo parte da população não vinculada ao mundo agrário" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 149, tradução nossa[170]). Em contraposição, sob um discurso de legítimo defensor da totalidade social e representante do programa da indústria, o governo adotou uma postura de tradição nacional popular, "[...] alegando a racionalidade do esquema tributário e o fato – real – de que o seu setor [das câmaras agropecuárias] havia se expandido e obtido grandes lucros sob as políticas neodesenvolvimentistas" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 149, tradução nossa[171]).

De fato, ganhadores do ponto de vista da economia e perdedores do ponto de vista político, tal posição simultânea do empresariado agropecuário – tal como discutido anteriormente – estabeleceu um desajuste entre a economia e a política sob o kirchnerismo. Isto provocou um tensionamento cada vez maior na política argentina, na medida em que a própria economia do país se expandia. Neste cenário, as frações industriais buscaram evitar a polarização crescente e a confrontação, pois, ainda que eram as principais forças sociais beneficiadas pelo modelo neodesenvolvimentista, elas "[...] não estavam em condições, nem tinham interesse em protagonizar uma disputa com outras frações do bloco no poder" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 150, tradução nossa[172]). Na verdade, conforme acrescentam os autores (2024), as frações industriais possuíam vínculos pessoais com as demais,

[170] [...] logró movilizar no solo productores afectados, sino gran parte del sector que no exporta e incluso parte de la población no vinculada al mundo agrario.
[171] [...] alegando la racionalidad del esquema tributario y el hecho –real– de que su sector se había expandido y obtenido grandes ganancias bajo las políticas neodesarrollistas.
[172] [...] no estaban en condiciones ni tenían interés en protagonizar una disputa con otras fracciones del bloque en el poder.

compartilhando interesses comerciais, participações acionárias e negócios em comum (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 150).

No marco desta confrontação com a 'Mesa de Enlace', o governo decidiu radicalizar sua posição, adotando um maior protagonismo em termos econômicos e sociais. A partir deste período, a fim de consolidar sua identidade e ganhar as eleições de 2011 – referente ao segundo mandato de Cristina F. de Kirchner (2011-2015) –, a administração kirchnerista tomou uma série de medidas progressistas, das quais deve-se citar: a reestatização do sistema de previdência social, a ampliação do assistencialismo, a promoção de leis de direitos reprodutivos, de gênero, de serviços e mídias audiovisuais, etc. (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 150-152). Porém, aqui, torna-se necessário apontar que estas medidas políticas – que eram produto da radicalização governista – não faziam parte constituinte da vontade político-econômica das frações industriais que protagonizavam o projeto neodesenvolvimentista. Ou seja, tal mudança no programa, "[...] excedeu os interesses da indústria, cujo objetivo era reproduzir-se a si mesma, e não se transfigurar em um sujeito histórico que não era" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 156, tradução nossa[173]), afastando-a, assim, do governo kirchnerista.

Inclusive, diante dos custos políticos do conflito com o empresariado agropecuário, por um lado, e das demandas populares, por outro lado; tal desdobramento provocou uma lenta convergência do capital industrial para com as frações agropecuárias e o restante do bloco no poder, rompendo, assim, verticalmente com as classes populares (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 138; 151-152; 154; 156). Por sua vez, frente à ambivalência de tal força social, a administração kirchnerista buscou sustentar o processo e seu programa a partir de seu próprio pessoal político e sua própria burocracia. Ainda que isto possa ter sido apresentado como um plano de radicalizado de mudança social, na realidade, conforme argumentam os autores (2024), tal conduta governista apenas "[...] buscou arbitrar na mesma base; quer dizer, não se tratou de uma confrontação com o bloco no poder, mas sim uma tentativa de sustentar as intervenções que lhe permitiram validar socialmente sua proposta" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 152, tradução nossa[174]). Em última instância, esta postura do governo como único representante legítimo de seu programa e da totalidade social significou, desde então, que toda demanda proveniente de qualquer setor ou fração de classe era simplesmente tratada como uma

[173] [...] excedía los intereses de la industria, cuyo objetivo era reproducirse a sí misma, no transfigurarse en un sujeto histórico que no era.
[174] [...] buscaba arbitrar sobre la misma base; es decir, no se trataba de una confrontación con el bloque en el poder, sino un intento por sostener las intervenciones que le permitían validar socialmente su propuesta.

particularidade, mesmo que ela fosse popular ou do movimento trabalhista (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 154)

Diante desta ruptura no interior do bloco no poder, através da atuação de alguns grupos empresariais argentinos – tais como a *Asociación de Empresas de la Argentina* (AEA), o colóquio do *Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina* (IDEA) e o *Foro de Convergencia Empresarial* –, buscou-se recompor elementos e demandas comuns entre as diversas frações de classe que constituem o referido bloco. Como resultado, em 2014, sob um viés excludente em relação às demandas populares, estabeleceu-se através destes espaços a criação de "[...] um novo programa baseado na reabertura da economia (a liberalização dos controles do setor externo), no incentivo ao negócio energético e nas reformas fiscal e trabalhista" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 152, tradução nossa[175]). De acordo com os autores (2024, p. 152), esta foi a origem, em 2015, do programa da aliança *Cambiemos* – referente ao governo neoliberal de Mauricio Macri (2015-2019) –, que marcou a derrota do processo político kirchnerista e, assim, o fim da etapa neodesenvolvimentista no país sul-americano.

Isto, porém, não ocorreu sem mais intempéries político-econômicas do modelo neodesenvolvimentista sob o kirchnerismo. A partir do enfrentamento com a 'Mesa de Enlace' e, consequentemente, de sua derrota ante ao agronegócio, em 2008, os governos kirchneristas e seu programa enfrentaram uma série de outros conflitos e limitações. Sob tal lógica, segundo Costantino e Cantamutto (2024, p. 152-153), destaca-se como *hito,* a normalização das relações para com o capital financeiro neste mesmo ano, sobretudo, a partir da reabertura da dívida externa frente aos organismos internacionais – FMI, Banco Mundial, Clube de Paris, etc. No mesmo sentido, Katz (2016, p. 196-198) argumenta que a política argentina sob a etapa kirchnerista de 'cancelar' a dívida externa utilizando as reservas e divisas do Banco Central – simplesmente para que o país se mostrasse ao mercado como um 'pagador sério'– tratou-se, na realidade, de um fracasso do processo político em questão. Isto porque na medida em que "[...] pagou-se, pontualmente, uma dívida pública resultante de empréstimos internacionais duvidosos, sem investigar sua origem e legitimidade" (Katz, 2016, p. 197), tal expectativa amigável do mercado não se cumpriu. Em última instância, com efeito, em 2014, não somente recriou-se o endividamento externo na Argentina, como também, reintroduziu-se a busca de créditos externos pelo governo num suposto movimento de 'soberania financeira'; o qual, na

[175] [...] un nuevo programa basado en la reapertura de la economía (la liberación de controles del sector externo), el incentivo al negocio energético, y las reformas fiscal y laboral.

realidade, indica apenas o ressurgimento de tensões clássicas e estruturais de sua formação econômico-social sob o capitalismo dependente (Katz, 2016).

Outra tensão que emerge, em 2012, sob o kirchnerismo, trata-se dos conflitos para com o sindicalismo. Apesar dos avanços no mercado laboral nesta etapa em sua fase inicial – tal como discutido anteriormente –, desde 2008, as melhorias tornaram-se cada vez mais lentas e fragmentadas, tendo em vista a perda do dinamismo prévio do programa neodesenvolvimentista, que não mais conseguiu sustentar o aumento do emprego e dos salários no âmbito nacional. Soma-se a isto, conforme aponta Katz (2016, p. 189-190), o encarecimento do crédito, a queda do consumo e o aumento da informalidade do trabalho. Assim sendo, entre o período de 2012-2015, é possível afirmar que "[...] o neodesenvolvimentismo perdeu certa legitimidade frente à parte organizada dos trabalhadores e trabalhadoras" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 153, tradução nossa[176]).

Além disso, de acordo com Katz (2016, p. 198-200), o ensaio neodesenvolvimentista argentino também se defrontou com falhas estruturais. Apesar dos discursos do governo em favor da industrialização e do programa elaborado pelas frações industriais no interior do bloco no poder, o modelo promovido pelo kirchnerismo não modificou a estrutura produtiva de sua economia, mantendo, assim, "[...] intacta a crescente influência do extrativismo mineiro-petroleiro [...] [cuja atividade] destrói o meio ambiente sem criar emprego nem gerar desenvolvimento. Aumenta os lucros das corporações internacionais que pagam baixos impostos" (Katz, 2016, p. 198). Inclusive, diante disso, uma série de conflitos socioambientais se manifestou na realidade do país sul-americano. Ora sustentando leis em favor da expansão da mineração e do agronegócio, ora aprovando leis de proteção ambiental, a forma pela qual a administração kirchnerista lidou com tal tensão foi ambígua. De modo geral, a estratégia articulada pelo governo buscou a tramitação institucional do conflito, delegando o controle e a fiscalização destas leis às províncias argentinas e escapando, assim, de seu tratamento em escala nacional (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 153-154).

Do ponto de vista dos defensores do neodesenvolvimentismo, a recuperação econômica atingida pela Argentina kirchnerista a partir da reindustrialização – frente ao período neoliberal nos anos 1990 e à crise de 2001 – é a justificativa para estes problemas. Contudo, segundo Katz (2016), tal perspectiva não considera que após recuperar os níveis de produção e emprego do país, "[...] voltou a se instalar a mesma estrutura industrial dependente e vulnerável do passado" (Katz, 2016, p. 199), de maneira a desgastar o superávit fiscal e externo (Costantino;

[176] [...] el neodesarrollismo perdió certa legitimidad ante parte de los y las trabajadoras organizadas.

Cantamutto, 2024, p. 154), reaparecendo, assim, o déficit comercial e a escassez de divisas na economia sul-americana. Ademais, soma-se a isto o aprofundamento da concentração e estrangeirização da indústria sob o controle das empresas transnacionais, que possuem total liberdade pela legislação argentina para remessa de lucros às suas matrizes no exterior (Katz, 2016, p. 198-200). De forma semelhante, a concepção de Constantino e Cantamutto (2024, p. 154-157) vai ao encontro da conclusão de Katz (2016). Isto porque, de acordo com os autores (2024), o neodesenvolvimentismo sob a Argentina kirchnerista "[n]ão produziu uma mudança estrutural que permitisse à indústria alterar seu caráter desequilibrado e dependente; pelo contrário, consolidou-se sua concentração, estrangeirização e centralização, com uma forte propensão deficitária – com exceção da agroindústria" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 154, tradução nossa[177]).

4.1.3 Dimensão externa

E, por último, no que diz respeito à terceira categoria de análise da investigação, qual seja, (3) a dimensão externa, referente ao tipo de inserção internacional, Costantino e Cantamutto (2024) acrescentam acertadamente que apesar da adoção de políticas heterodoxas e progressistas durante a fase kirchnerista, o modelo neodesenvolvimentista "[...] aprofundou o poder estrutural da produção primária, assim como, a crescente gravitação das finanças na economia" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 155, tradução nossa[178]), sem modificar profundamente o seu papel produtivo na estrutura da economia mundial capitalista. À princípio, tal constatação de uma inserção internacional da Argentina fundamentada na atividade primário-exportadora pode parecer contraditória, uma vez que o programa adotado sob tal conjuntura trata-se daquele elaborado pela própria indústria – isto é, pelas frações industriais do bloco no poder, como discutido anteriormente.

Contudo, de acordo com Piva (2024, p. 34), não se deve perder de vista que nesta etapa as expectativas de reindustrialização da economia argentina partiram precisamente de uma "[...] inserção internacional baseada no processamento industrial de recursos naturais, na produção industrial de baixo valor agregado e na extração e processamento de hidrocarbonetos e

[177] No se produjo un cambio estructural que permitiera a la industria cambiar su carácter desbalanceado y dependiente; por el contrario, se consolidó su concentración, extranjerización y centralización, con una fuerte propensión deficitaria – con excepción de la agroindustria –.
[178] [...] profundizó el poder estructural de la producción primaria, así como la creciente gravitación de las finanzas sobre la economía.

minerais" (Piva, 2024, p. 34, tradução nossa[179]). Em outras palavras, fundamentada basicamente na exportação de *commodities* industriais, agroindustriais e primárias. Em vista disso, é possível afirmar que o tipo de inserção internacional da Argentina kirchnerista necessitou amplamente de uma articulação subordinada aos setores primários e extrativistas para se consolidar, o que contribuiu ainda mais para o crescimento desequilibrado e o aprofundamento da heterogeneidade estrutural de sua economia (Piva, 2024, p. 42; 46). E, conforme concluem Costantino e Cantamutto (2024, p. 155-156), mirando as limitações do próprio programa neodesenvolvimentista, deve-se finalmente visualizar que "[...] a consolidação da inserção externa do país como produtor primário [e o aprofundamento do negócio extrativista] não foi um saldo pendente, mas, sim, um resultado direto das necessidades de uma indústria dependente" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 156, tradução nossa[180])

Isto exposto, diante de seus avanços, limitações e resultados, com a vitória da aliança *Cambiemos*, em 2015, encerra-se o ensaio neodesenvolvimentista sob a Argentina kirchnerista – embora o kirchnerismo perdure como identidade e força política (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 139) –, marcando, então, a crise do modelo e o retorno do programa neoliberal no país sul-americano. Por último, ainda que extrapole a delimitação estabelecida para o estudo de caso, aqui, deve-se mencionar que, em 2019, sob a aliança '*Frente de Todos*', assume a presidência Alberto Fernández (2019-2023), resgatando as principais ideias do neodesenvolvimentismo kirchnerista novamente sob um contexto de crise – dívida pública, redução salarial, etc. Mesmo assim, nesta conjuntura, em termos políticos, o novo governo apresentou uma estratégia semelhante à anterior, evitando, ao máximo, a confrontação com o bloco no poder; inclusive, com as frações financeiras. No sentido econômico, reproduzindo as suas limitações prévias, tal modelo também buscou "[...] aprofundar a exploração de recursos naturais em grande escala como condição para pagar a dívida, redistribuir e financiar a mudança estrutural" (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 156, tradução nossa[181]), sem considerar, mais uma vez, a expansão econômica e de poder estrutural das frações agropecuárias e do próprio capital financeiro; assim como, em fim último, a ausência de vontade política do bloco no poder de trilhar nesta direção (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 156-157).

[179] [...] inserción internacional basada en el procesamiento industrial de recursos naturales, la producción industrial de bajo valor agregado, y la extracción y el procesamiento de hidrocarburos y minerales.
[180] [...] la consolidación de la inserción externa del país como productor primario no era un saldo pendiente, sino un resultado directo de las necesidades de una industria dependiente.
[181] [...] profundizar la explotación de recursos naturales a gran escala como condición para pagar la deuda, redistribuir y financiar el cambio estructural.

Apesar de avanços e conquistas concretas na realidade da Argentina kirchnerista (2003-2015), sobretudo, em sua fase inicial (Katz, 2016), a experiência neodesenvolvimentista não foi um processo de mudança radical em sua formação econômico-social (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 156). De acordo com Piva (2024, p. 35; 46), ainda que o neodesenvolvimentismo latino-americano possa apresentar um salto em termos de crescimento, etc., o aprofundamento da inserção internacional da região sob uma lógica que reconfigura a velha estrutura da divisão do trabalho – a qual se baseia na provisão de matérias primas e no processamento industrial de recursos naturais – apresenta argumentos sérios acerca de sua impossibilidade prática para além do desenvolvimento dependente. Sendo assim, mirando sua atualidade política hoje, a partir do estudo de caso argentino, aqui, pode-se concluir, também à maneira do autor (2024), que "[a]s experiências neodesenvolvimentistas prévias, em contextos muito mais favoráveis, indicam o quão pobres são as perspectivas de uma melhoria qualitativa na vida dos setores populares" (Piva, 2024, p. 47, tradução nossa[182]).

Agora, afastando-se da Argentina, por ora, com base na 'lógica do lugar' (Clemente, 2024b), direcionemo-nos ao segundo estudo de caso da presente investigação: ao seu par geoeconômico no Cone Sul, qual seja, o Brasil e sua respectiva experiência neodesenvolvimentista sob o petismo (2003-2016) no marco do século XXI.

4.2 BRASIL: o neodesenvolvimentismo sob o 'petismo' (2003-2016)

Embora não esteja isento de controvérsias, para alguns estudiosos, diante de sua trajetória, o Brasil é outro dos principais ensaios neodesenvolvimentistas da América Latina no início do século XXI. Não é por acaso a vasta produção científica existente acerca deste processo político com suporte em distintas áreas, perspectivas e problematizações, considerando a importância e relevância político-econômica do chamado 'petismo' (2003-2016) tanto no âmbito interno do país sul-americano, quanto no âmbito regional. A partir de uma mirada sobre o 'neodesenvolvimentismo', segundo Katz (2016, p. 200) deve-se notar, inclusive, a existência de um intenso debate sobre o grau de aplicabilidade do modelo neodesenvolvimentista em relação aos governos 'petistas' sob o Partido dos Trabalhadores (PT) – quais sejam, os governos de Lula (2003-2010) e de Dilma (2011-2016) –, questionando, assim, a sua presença e manifestação concreta na formação econômico-social brasileira sob tal conjuntura progressista (Katz, 2016).

[182] Las experiencias neodesarrollistas previas, en contextos mucho más favorables, indican cuán pobres son las perspectivas de una mejora cualitativa en la vida de los sectores populares.

Diferentemente da ruptura introduzida pela Argentina kirchnerista em direção à um cenário pós-Convertibilidade no início dos anos 2000, de acordo com Katz (2016), estas ressalvas e questionamentos ao caso brasileiro são elaboradas e "[...] provêm da evidente continuidade que o primeiro mandato de Lula [2003-2006] manteve com a política econômica precedente" (Katz, 2016, p. 200), formulada sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em outros termos, com base no esquema interpretativo de Piva (2024, p. 45), elas se referem ao grau e ao tipo de transformação da economia e da política frente ao neoliberalismo, isto é, à maneira pela qual o petismo inicialmente relacionou-se com a reestruturação capitalista do período neoliberal; a qual, no caso, não foi disruptiva, tendo em vista que o governo petista, desde o início, recebeu aprovação dos grandes grupos capitalistas e adotou uma postura conformista, sem indicar elementos de uma mudança neodesenvolvimentista (Katz, 2016, p. 201). Por isto, em alusão, sobretudo, à fase inicial de tal conjuntura brasileira, é possível encontrar na literatura várias denominações alternativas e complementares do neoliberalismo num sentido polêmico, tais como 'social-liberalismo', 'neoliberalismo atenuado' (Katz, 2016, p. 201), 'neoliberalismo inclusivo' (Feldmann; Dos Santos, 2024), 'neoliberalismo reformado', e, inclusive, 'neodesenvolvimentismo liberal' (Clemente, 2024a, p. 56-57), dentre outras.

No entanto, tal conceituação se complexifica, sobretudo, a partir do segundo mandato de Lula (2007-2010) – inclusive, englobando o período subsequente sob a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) –, quando os governos petistas passam a demonstrar elementos de uma guinada em sua política econômica, produzindo, então, três caracterizações distintas sobre a aplicabilidade do neodesenvolvimentismo (Katz, 2016, p. 200-202). A primeira concepção, de cunho positivo (neo), defende o descarte do receituário ortodoxo e a transição ao modelo neodesenvolvimentista, ainda que "[...] Lula teve de fazer concessões ao grande capital (altas taxas de juro, tributação regressiva, proeminência do agronegócio) para reintroduzir a política industrial" (Katz, 2016, p. 201); assim como, para incentivar o investimento público e estimular o consumo via aumento do salário mínimo e de políticas sociais e assistencialistas (Katz, 2016).

Rejeitando tal transição e em consonância com as denominações complementares discutidas acima, o segundo enfoque, de cunho negativo – ou seja, não neo –, trata-se daquele que sustenta a ausência de ruptura e a continuidade do neoliberalismo no Brasil petista, haja vista que sob tal conjuntura os governos apenas introduziram "[...] algumas regulamentações nas privatizações, algum controle na liberalização financeira e estreitos limites à abertura comercial" (Katz, 2016, p. 201), de modo a ajustar as suas políticas econômicas sem modificar substancialmente o modelo neoliberal em curso no país sul-americano desde os anos noventa.

Nesta interpretação, ressalta-se tanto a contínua vulnerabilidade da economia brasileira, quanto as suas políticas ortodoxas disfarçadas (Katz, 2016, p. 201-202). Nesta toada, encontram-se os pensamentos de Bastos (2024) e Cerqueira (2024), segundo os quais, não houve um modelo neodesenvolvimentista ou social-desenvolvimentista, apenas uma transição frustrada em sua direção (Bastos, 2024, p. 185); e o neodesenvolvimentismo não representa sequer um novo modelo, mas, sim, a flexibilização do neoliberalismo (Cerqueira, 2024, p. 113-114).

A terceira caracterização, por sua vez, de posição intermediária, concebe o processo do petismo enquanto uma política híbrida, na qual "[a] inicial estratégia macroeconômica neoliberal ficou entrelaçada com iniciativas posteriores de cunho neodesenvolvimentista" (Katz, 2016, p. 202), permitindo, assim, um crescimento sem a consolidação de um programa econômico coerente. Este último enfoque evidencia que ao longo do período o neodesenvolvimentismo ganhou força no interior dos governos petistas em relação às correntes monetaristas ortodoxas, aplicando, assim, mudanças corretivas em suas políticas. Isto pode ser visto com destaque a partir da adoção de novas políticas fiscais de estímulo produtivo, de investimento público, de expansão do Bolsa Família, etc.; bem como, diante da reorientação no segundo mandato de Lula (2007-2010) em favor da indústria e das atividades fabris frente à primazia inicial dos bancos e do capital financeiro (Katz, 2016, p. 200-202).

Em nossa perspectiva, consideramos que o Brasil petista (2003-2016) se tratou, sim, de uma conjuntura neodesenvolvimentista, embora isto seja com algumas ressalvas. Alinhada com a primeira caracterização, apesar de sua postura inicial e de concessões, entendemos que houve a passagem ao neodesenvolvimentismo ainda sob os governos de Lula. E, mesmo que durante a sua trajetória enquanto processo político, o petismo não tenha rompido efetivamente com o neoliberalismo – conforme defende a segunda caracterização –, tal quadro não invalida o argumento de que o país sul-americano atravessou uma etapa neodesenvolvimentista neste período. Por outro lado, isto apenas demonstra a ausência de uma mudança estrutural em sua economia sob tal conjuntura – à maneira da Argentina kirchnerista. Ou seja, se tal argumento fosse suficiente para invalidar a aplicabilidade deste modelo na realidade latino-americana, ele não desconsideraria somente o caso brasileiro, mas, também, o caso argentino, haja vista o elemento subjacente de continuidade estrutural em ambas formações econômico-sociais, salvaguardadas suas particularidades. Por isto, ainda que apresente críticas relevantes à experiência brasileira – vulnerabilidade, ortodoxia, etc. –, discordamos desta linha de interpretação. Não é simplesmente porque o Brasil apresenta alguns 'velhos' problemas que ele não é neodesenvolvimentista sob tal período; com efeito, é precisamente porque o país manifesta tais problemas irresolvidos que o seu neodesenvolvimentismo tem limitações, cujas

materializações explicam os seus alcances e, em última instância, a sua crise e declínio. Por último, em relação à terceira caracterização, concordamos com a sua argumentação a partir da noção de política híbrida – ora neoliberal, ora neodesenvolvimentista – para tratar das contradições político-econômicas sob os governos petistas ao longo do período, mas, não com a sua conclusão. Isto porque a existência de uma política híbrida não impossibilita o petismo de gerar um programa neodesenvolvimentista em si mesmo – enquanto um conjunto de conceitos, propostas e políticas vinculado a uma realidade social concreta (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 140) –, ainda que ele seja contraditório e incoerente[183]. Afinal, a incoerência é a manifestação dos problemas, tensões e limites de seu programa realmente existente (Katz, 2016, p. 200-202).

Aqui, cabe fazer uma breve comparação, a fim de avançar nas particularidades do caso brasileiro. Segundo Katz (2016), independentemente da concepção em relação à aplicabilidade do neodesenvolvimentismo ao modelo econômico do Brasil sob o PT, todos os enfoques compartilham uma posição entre si, isto é, eles reconhecem a distância existente entre as experiências da Argentina e do Brasil no Cone Sul, com destaque especial para o ensaio argentino. Conforme explicita o autor (2016), "[n]os dois países houve estímulo ao consumo, assistencialismo, políticas anticíclicas e fomento parcial à reindustrialização. Mas o lulismo [petismo] nunca introduziu as iniciativas neodesenvolvimentistas que caracterizaram o kirchnerismo" (Katz, 2016, p. 203). Embora tanto o petismo, quanto o kirchnerismo sejam variantes de um mesmo tipo de administração – qual seja, governos de centro-esquerda e progressistas inspirados pela chamada 'onda rosa' na região –, a diferença basilar entre as suas experiências se deu contextualmente pela "[...] disparidade de cenários político-sociais que têm imperado em ambas as nações" (Katz, 2016, p. 203), o que explica, em grande parcela, o distinto grau de incorporação dos elementos neodesenvolvimentistas. Em outras palavras, a partir 'lógica do lugar', apesar do lugar quase comum compartilhado por este par geoeconômico, os seus respectivos processos políticos desenvolveram-se em contextos internos diferentes (Clemente, 2024b; Katz, 2016).

Trilhando Katz (2016), no Brasil, diferentemente do caso argentino, o petismo não ascendeu ao poder enquanto uma força social de ruptura populista – em relação ao

[183] Afinal, relembrando Costantino e Cantamutto (2024, p. 140), o neodesenvolvimentismo não se trata de um modelo elaborado *a priori* para ser aplicado como totalidade coerente; na verdade, ele é apenas um conjunto de ideias e propostas concebido por certos setores sociais sob uma determinada realidade social concreta e conjuntura específica. Neste sentido, rejeitando a ideia de que existe somente "[...] *um* projeto – ou suas variantes: programa, estratégia [etc.] – neodesenvolvimentista como algo orgânico e coerente" (2024a, p. 59, itálico do autor, tradução nossa), Clemente (2024a) defende "[...] a existência de *vários* projetos portadores de interesses encontrados e avançados por distintos grupos sociais e frações de classe, de cuja disputa o neodesenvolvimentismo deriva como *relação de força específica* (Clemente, 2024a, p. 59-60, itálico do autor, tradução nossa).

neoliberalismo – e representação popular (Costantino; Cantamutto, 2024), mas, sim, acentuando inicialmente a desmobilização social em sua gestão. Considerando o contexto brasileiro vigente, isto ocorreu porque a administração de Lula – à princípio – não estava submetida às pressões de baixo das classes populares, preservando, assim, de maneira quase intacta a estrutura da administração neoliberal anterior de Cardoso, que é gradualmente substituída por uma postura neodesenvolvimentista ao longo dos governos sob o PT. Estas são as condições políticas internas distintas que explicam a diferença existente não somente entre as trajetórias de ambos os países sul-americanos, mas, também, entre a definição de suas orientações econômicas (Katz, 2016, p. 202-204). Retornaremos à comparação com mais destaque na próxima seção.

4.2.1 Dimensão da política

Isto exposto, deve-se abordar a primeira categoria de análise do estudo, qual seja, (1) a dimensão política do neodesenvolvimentismo sob o petismo (2003-2016), referente ao tipo de governo e à relação de forças específicas na composição do bloco no poder. No tocante ao tipo de governo, a questão já foi devidamente discutida tanto no âmbito interno, quanto externo – aqui, ressalta-se, mais uma vez, a sintonia de presidentes de centro-esquerda sob a onda progressista latino-americana (Katz, 2016, p. 235-236). No concernente ao segundo item, independentemente de sua conceitualização e do grau de coerência e exequibilidade do modelo ou programa neodesenvolvimentista, de acordo com Clemente (2024a), não se dever perder de vista que tal processo trata-se concretamente da configuração de "[...] uma *relação de força específica* [em nível doméstico], própria de uma geografia e um contexto histórico pontual" (Clemente, 2024a, p. 51, itálico do autor, tradução nossa[184]).

A partir da fase estatal do petismo, segundo Clemente (2024a), conformou-se um modelo de hegemonia que implicou principalmente dois elementos "[...] uma inclusão passiva das massas no sistema hegemônico e um compromisso tenso entre frações da classe dominante baseado no fortalecimento relativo da burguesia industrial no bloco no poder" (Clemente, 2024a, p. 63, tradução nossa[185]). Ou seja, ambos componentes foram responsáveis por assentar temporariamente uma nova relação de forças sociais na formação econômico-social brasileira

[184] [...] una relación de fuerza específica, propia de una geografia y un contexto histórico puntual.
[185] [...] una inclusión pasiva de las masas en el sistema hegemónico y un tenso compromiso entre fracciones de la clase dominante basado en el fortalecimiento relativo de la burguesía industrial en el bloque de poder.

que, por sua vez, expressam conjuntamente a fisionomia política do neodesenvolvimentismo sob o Brasil petista (Clemente, 2024a, p. 63-64).

O primeiro destes componentes, qual seja, a integração subalterna e passiva das massas – isto é, das classes populares e trabalhadoras –, conforme explicita o autor (2024a), se tratou de um processo multifacetado que constituiu a base política desta reconfiguração hegemônica de forças sociais. Nesta conjuntura, enquanto, por um lado, o grupo de trabalhadores informais foi incorporado como a principal sustentação de tal hegemonia política por meio de políticas sociais e de transferência de renda – ainda que sob uma nova lógica de 'populismo conservador', pois, embora tais estratégias "[...] tenham melhorado os índices de pobreza extrema, [elas] não alteraram a desigualdade estrutural nem lograram universalizar novos direitos" (Clemente, 2024a, p. 63, tradução nossa[186]). Por outro lado, a classe trabalhadora formal integrou-se ao modelo mediante uma série de outras demandas: o aumento salarial contínuo acima do nível de inflação, a incorporação e participação do sindicato na gestão do grande capital, etc. No que se refere à baixa classe média e ao campesinato, por último, tais frações também tiveram suas reivindicações contempladas e compuseram apoio aos governos petistas, haja vista a elevação do gasto público orientado para a agricultura familiar e a aproximação deste para com o chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em suas administrações (Clemente, 2024a, p. 63-64).

Em relação ao outro componente da hegemonia política do petismo, isto é, ao compromisso entre as frações da classe dominante e o fortalecimento relativo da burguesia industrial, deve-se ter em conta também três interpretações distintas sobre o seu caráter e o papel do governo neste curso. Em primeiro lugar, encontra-se a concepção de Bresser-Pereira (2013 *apud* Clemente, 2024a), Singer (2012; 2015 *apud* Clemente, 2024a), dentre outros teóricos; segundo a qual o papel das elites a partir da ideia de 'coalização de apoio' foi fundamental na formulação de uma agenda neodesenvolvimentista. Nesta linha, sob os eixos articuladores do PT e do governo, os trabalhadores, empresariados industriais e a burocracia pública – sendo esta última representada por alguns Ministérios (quais sejam, Desenvolvimento Social, Relações Exteriores, e Ciência e Tecnologia), pelo gabinete da presidência e outros entes, dos quais destacam-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Caixa Econômica Federal – foram todos sujeitos sociais importantes na constituição daquilo que seria uma aliança de classes para garantir o êxito da política neodesenvolvimentista. Por outro lado, a força contrária

[186] [...] si bien mejoraron los índices de pobreza extrema, no trastocaron la desigualdad estructural ni lograron universalizar nuevos derechos (Fontes, 2010).

à realização de tal meta tratou-se da chamada ‘coalização rentista’ – aquela referente ao capital financeiro e à classe média tradicional – que, por sua vez, possuía interesses na manutenção de uma taxa de juros alta, a fim de preservar seus ganhos individuais em detrimento da competitividade industrial e do desenvolvimento da indústria (Clemente, 2024a, p. 64-65). Como resultado, de acordo com esta leitura, apesar de alguns avanços redistributivos, o projeto neodesenvolvimentista não conseguiu consolidar-se na formação econômico-social brasileira, na medida em que ele não modificou determinadas políticas econômicas – discutiremos tal questão com mais detalhes ao tratarmos da segunda categoria de análise –, nem foi capaz de sustentar a necessária ‘coalização produtivista’ sólida entre as classes – empresariados industriais, burocracia pública, etc. (Clemente, 2024a, p. 64-65). Mirando tal trajetória a partir da ótica de uma disputa geral entre uma ‘coalização produtivista’ e uma ‘coalização rentista’ no interior do bloco no poder sob o Brasil petista, conforme explicita Clemente (2024), deve-se verificar que neste esquema:

> [...] o governo-Estado teria funcionado como um ‘árbitro’ em um equilíbrio precário entre as duas coalizões, inclinando-se às vezes para uma e, em ocasiões, para outra. Contudo, diante das vacilações do ‘ensaio neodesenvolvimentista’ empreendido com mais força a partir da primeira presidência de Dilma [2011-2014], os empresários industriais teriam terminado por abandonar a coalizão produtivista (Clemente, 2024a, p. 65, tradução nossa[187]).

Em segundo lugar, ainda sobre o modelo de hegemonia, outras interpretações mais críticas do componente de compromisso entre as classes sob o petismo buscam demonstrar o caráter classista – e fracionado – do Estado neodesenvolvimentista e sua continuidade com o neoliberalismo. Nesta interpretação de Armando Boito (2012 *apud* Clemente, 2024a), Berringer (2014), Martuscelli (2018 *apud* Clemente, 2024a), dentre outros; a disputa política não se estabelece entre o capital produtivo e o capital financeiro, mas, sim, entre uma ‘burguesia interna’ e outra ‘burguesia associada’. Enquanto a primeira é mais vinculada a economia nacional, a segunda é integrada e subordinada ao imperialismo, disputando, assim, a aplicação de políticas distintas. Pensando na conjuntura específica do Brasil petista, durante o neodesenvolvimentismo, a burguesia interna e suas frações lograram conquistar “[...] uma posição privilegiada dentro do ‘bloco no poder’, obtendo apoio do Estado contra a concorrência externa, enquanto a burguesia associada advogou de maneira contrária às medidas percebidas

[187] En este esquema, el gobierno-Estado habría funcionado como un «árbitro» en precario equilibrio entre las dos coaliciones, inclinándose a veces hacia una y, en ocasiones, hacia la otra. Sin embargo, frente a las vacilaciones del «ensayo neodesarrollista» emprendido con más fuerza a partir de la primera presidencia de Dilma, los empresarios industriales habrían terminado por abandonar la coalición productivista (Singer, 2015).

como protecionistas" (Clemente, 2024a, p. 65, tradução nossa[188]). Sendo assim, ao invés de uma coalização produtivista, formou-se um tipo de 'frente neodesenvolvimentista'[189] no país sul-americano, constituída pela burguesia interna em conjunto com o movimento popular e sindical, na qual o PT e suas administrações atuaram não como árbitro, mas, sim, exercendo a função de sujeito social organizador do processo. No entanto, muito embora nesta conjuntura a preferência dos governos petistas vai ao encontro dos interesses das frações de classes pertencentes à burguesia interna a partir da elaboração de suas políticas econômicas – sobretudo, no que se refere à política industrial, social e externa –, isto não significou o deslocamento hegemônico da burguesia financeira e associada do bloco no poder. Com efeito, mesmo que afastadas do exercício da hegemonia política e ideológica, tais frações conseguiram conservar "[...] a hegemonia [econômica] ao longo de toda essa fase, porque os seus interesses marcaram os limites da ação governamental e do projeto político da burguesia interna" (Clemente, 2024a, p. 66, tradução nossa[190]).

Por último, ainda no campo crítico, deve-se considerar a interpretação, segundo a qual os governos do PT não desempenharam um papel relevante no que diz respeito à função de constituir, organizar e liderar coalizões e frentes classistas. Com base nesta leitura, independentemente das administrações petistas, o neodesenvolvimentismo brasileiro tratou-se de uma consequência tanto da financeirização do capital – considerando o seu efeito homogeneizador na burguesia do país em seu conjunto –, quanto do processo de internacionalização do Estado, isto é, de uma dominação de classe cada vez mais globalizada que se afasta da política e inabilita a esfera governamental em nível nacional (Oliveira, 2006a *apud* Clemente, 2024a, p. 66). Outrossim, segundo Fontes (2010 *apud* Clemente, 2024a, p. 66-67), apesar do PT e da liderança carismática de Lula – que, diga-se de passagem, serviu apenas como uma 'pedagogia da dominação'[191] –, tal fase neodesenvolvimentista correspondeu "[...] à

[188] [...] una posición privilegiada dentro del «bloque en el poder», obteniendo del Estado apoyo contra la competencia externa, mientras que la burguesia asociada abogaba en contra de medidas percibidas como proteccionistas.

[189] De acordo com Berringer (2024, p. 161-162), uma '*frente política'* se diferencia de uma '*aliança'*, na medida que ela é mais instável, flexível e contraditória. Além disso, a sua formação "[...] não significa que houve um acordo consciente entre as diferentes classes sociais (a grande burguesia doméstica e as classes populares), mas que seus interesses, ainda que conflitantes, convergiram para que um conjunto de políticas pudesse ser adotado" (Berringer, 2024, p. 162, tradução nossa).

[190] [...] la hegemonía a lo largo de toda esta fase, porque sus intereses han marcado los límites de la acción gubernamental y del proyecto político de la burguesía interna.

[191] Segundo Fontes (2010 *apud* Clemente, 2024a, p. 67), o termo de 'pedagogia da dominação' refere-se ao instrumento no qual a burguesia brasileira utilizou – no caso, a liderança carismática de Lula e o próprio PT – durante a fase do petismo para levar adiante "[...] um movimento de disciplinamento da sociedade por meio do qual as classes dominantes teriam logrado esterilizar exitosamente as instâncias de transformação profunda e reduzir toda a política em 'pequena política', em termos gramscianos" (Clemente, 2024a, p. 67, tradução nossa).

integração definitiva, retardatária e subalterna, do Brasil e de sua burguesia à atual forma de expansão capitalista em nível mundial que a autora define como 'capital-imperialismo' e que se caracterizaria por uma alta concentração de capitais sob o domínio do capital financeiro" (Clemente, 2024a, p.67, tradução nossa[192]). Nesta linha interpretativa, portanto, não somente o PT e o governo deixam de importar no processo político, como também, o próprio ato de fazer política se torna estéril, de modo que a conjuntura neodesenvolvimentista foi simplesmente mais uma etapa de submissão ao capital financeiro, sem transformações profundas na formação econômico-social brasileira (Clemente, 2024a, p. 66-67).

Diante de tais interpretações, aqui, antes de avançar na discussão, deve-se tecer alguns comentários, a fim de posicionar nossa investigação. No que se refere à conjuntura do petismo, apesar de compartilharem tanto a preponderância hegemônica das frações industriais no interior do bloco no poder e a relevância do apoio das frações da classe trabalhadora, quanto a ideia acerca da existência de 'coalizões', 'alianças' e 'frentes' neodesenvolvimentistas em contraposição à burguesia financeira e rentista, as duas primeiras interpretações que foram discutidas se diferenciam em suas categorias e expectativas. Enquanto o primeiro enfoque – do qual discordamos – enfatiza demasiadamente o papel das elites na construção de coalizões e alianças e na concretização do neodesenvolvimentismo, com base na crença capitalista acerca do comportamento produtivo de uma burguesia supostamente produtivista e autônoma – evocando, mais uma vez, a ideia de burguesia nacional – em contraposição ao rentismo; a segunda perspectiva – da qual concordamos – enxerga criticamente o caráter classista e a dimensão de fracionamento deste processo, concebendo o conflito a partir da disputa entre uma burguesia interna e outra, associada, no qual as frações industriais, favorecidas pelo governo, formam um tipo de 'aliança' junto às classes trabalhadoras e ocupam a hegemonia política do bloco no poder, mas, não a exercem economicamente, tendo em vista a sua conservação sob o domínio da burguesia financeira. Ou seja, nesta linha, ainda que as elites – isto é, as burguesias e suas frações – também sejam relevantes, a sua atuação e seus agrupamentos não explicam por si só o grau de sucesso de uma política neodesenvolvimentista, o qual está vinculado necessariamente aos tensionamentos e contradições do próprio modelo. Por sua vez, a terceira interpretação – da qual também discordamos em partes –, ao problematizar excessivamente a financeirização do capital e a internacionalização do Estado, cujos efeitos teriam provocado a redução da capacidade dos governos petistas e, em fim último, o disciplinamento e a

[192] [...] a la definitiva integración, retardataria y subalterna, de Brasil y de su burguesía a la forma actual de la expansión capitalista a nivel mundial, que la autora define como «capital-imperialismo» y que se caracterizaría por una alta concentración de capitales bajo el dominio del capital financiero.

esterilização da política no âmbito nacional, compreende tal conjuntura como se não houvesse 'margem de manobra' frente à dominação neoliberal, desconsiderando, portanto, que o neodesenvolvimentismo, ante suas limitações, é simplesmente "[...] a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal" (Boito Jr, 2012, p. 6 *apud* Clemente, 2024a, p. 58, tradução nossa[193]).

Enfim, apesar de suas divergências, conforme explicita Clemente (2024a, p. 67-69), todas as interpretações discutidas acima acerca do modelo de hegemonia sob o petismo contribuem para a elucidação de características fundamentais do neodesenvolvimentismo no Brasil e de sua relação de forças sociais específicas na composição do bloco no poder. Em síntese, tal conjuntura tratou-se de uma "[...] fase estatal na qual o predomínio econômico continuado da fração financeira da burguesia não se traduziu em hegemonia no bloco no poder[194], ou seja, em hegemonia 'política'" (Clemente, 2024a, p. 68, tradição nossa[195]), cujo exercício ficou a cargo da burguesia industrial e de suas frações em conjunto com as classes populares e trabalhadoras – isto é, com a integração subalterna das massas –, na disputa pelo favorecimento do governo no que diz respeito à definição das políticas econômicas e públicas da economia brasileira (Clemente, 2024a, p. 68-69).

4.2.2 Dimensão da economia

Isto posto, seguimos, então, para a segunda categoria de análise do estudo de caso, qual seja, (2) a dimensão da economia, relativa ao ciclo econômico, ao modelo macroeconômico e à orientação frente à estrutura produtiva. Na sua concepção de sistema hegemônico e fase

[193] [...] la política de desarrollo posible dentro de los límites dados por el modelo capitalista neoliberal (Boito, 2012: 6, traducción propia).

[194] Sobre a hegemonia econômica especificamente, aqui, cabe um adendo teórico interessante a partir de Bastos (2024). Numa outra perspectiva, o autor (2024) defende a tese acerca da existência de um 'condomínio hegemônico' ou uma 'unidade contraditória' compartilhada entre o capital bancário e o capital imperialista no modelo neoliberal – ainda que elas apresentem rivalidade de interesses econômico-corporativos –, o qual persiste durante o petismo. Isto porque, em sua perspectiva, segundo a qual não houve neodesenvolvimentismo no Brasil (p. 185), "[s]e os governos do PT executaram depois mudanças na política econômica para favorecer conjunturalmente a 'frente neodesenvolvimentista', eles não parecem ter modificado os elementos institucionais do modelo que favoreciam o capital bancário e imperialista" (Bastos, 2024, p. 198, tradução nossa). Daí, mesmo com os conflitos e disputas pontuais e secundários entre ambas frações, elas também compuseram a hegemonia no bloco no poder em busca de preservar o neoliberalismo financeirizado – cuja meta tratou-se do amplo consenso subjacente que as interligaram. Isto explica, enfim, como as mudanças na política econômica denominadas de 'neodesenvolvimentistas' sob tal conjuntura "[...] não foram suficientes para uma transformação estrutural do modelo de capitalismo, da forma de Estado e da hegemonia política, e revelaram-se mais facilmente reversíveis do que pareciam" (Bastos, 2024, p. 203, tradução nossa), haja vista as limitações impostas pelas leis e regimes institucionais que ainda protegiam o modelo neoliberal vigente (Bastos, 2024, p. 197-203).

[195] [...] fase estatal en la cual el predomínio económico continuado de la fracción financiera de la burguesía no se tradujo en hegemonía en el bloque de poder, vale decir: en hegemonia «política».

estatal, Clemente (2024a) denomina tal dimensão econômica do neodesenvolvimentismo sob o Brasil petista como um 'modelo de desenvolvimento' de caráter híbrido. Isto porque, conforme discutido anteriormente, diante do processo 'suave' de suplantação do neoliberalismo no Brasil no início dos anos 2000 em comparação com outros países sul-americanos – o caso da Argentina, por exemplo –, ocorreu na economia brasileira a manutenção de alguns elementos do modelo neoliberal, de modo que sob tal conjuntura – sobretudo, durante a etapa inicial do petismo –, houve "[...] a convivência de ferramentas desenvolvimentistas e industrialistas com políticas ortodoxas" (Clemente, 2024a, p. 64, tradução nossa[196]).

Esta ortodoxia advém precisamente da preservação de elementos centrais da dinâmica capitalista neoliberal e pode ser vista, sobretudo, a partir de um conjunto de políticas no campo monetário, fiscal e cambial, denominado 'tripé macroeconômico', das quais destacam-se: (a) uma alta taxa de juros; (b) um superávit fiscal primário elevado; e (c) um câmbio flutuante desvalorizado. Em resumo, os objetivos destas medidas de rígida disciplina macroeconômica tratavam-se de controlar os preços, manter o regime de metas de inflação, assegurar a liberalização e as privatizações, garantir a dinâmica do endividamento público e do ajuste fiscal – isto é, da estabilização da dívida pública como proporção do PIB como parâmetro para determinar a solvência governamental, ou seja, o compromisso do governo com o pagamento da dívida –, sustentar o nível de investimento, reduzir a vulnerabilidade financeira e, também, acumular reservas internacionais (Cerqueira, 2024, p. 118-119, 126; Clemente, 2024a, p. 61-62; 2024b).

Apesar de tal natureza híbrida e de certa continuidade para com o neoliberalismo a partir de elementos do tripé macroeconômico nas políticas econômicas, os governos do PT não avançaram na desregulamentação da economia, nem na privatização das empresas públicas – embora eles também não tenham revertido tal processo. Por outro lado, apesar de não escapar efetivamente da governabilidade neoliberal, as administrações petistas optaram por estimular a criação de associações e parcerias público-privadas. Mas, segundo Clemente (2024a), neste período, "[...] a diferença mais evidente em relação à agenda liberal foi o ativismo estatal na economia, com a aprovação de pacotes de estímulo à produção, como o 'Programa de Aceleração do Crescimento' (PAC) de 2006" (Clemente, 2024a, p. 62, tradução nossa[197]), assim como, o programa 'Brasil sem Miséria' de 2013, a 'Política de Desenvolvimento Produtivo'

[196] [...] la convivencia de herramientas desarrollistas e industrialistas con políticas ortodoxas.
[197] [...] la diferencia más evidente con la agenda liberal fue el activismo estatal en la economía, con la aprobación de paquetes de estímulo a la producción como el «Programa de Aceleración del Crecimiento» (PAC) de 2006.

(PDP) e o 'Plano Brasil Maior' (PBM), dentre outras medidas políticas, econômicas, sociais, etc. (Cerqueira, 2024, p. 119).

É precisamente disso que se introduz o neodesenvolvimentismo na formação econômico-social particular do Brasil, ainda que com suas próprias contradições e limitações. Sob tal conjuntura, a meta de (re)industrialização não se direcionava ao mercado interno, nem objetivava a situação de pleno emprego tal como no desenvolvimentismo clássico, mas, era induzida centralmente tanto à competitividade nos mercados globais, privilegiando, assim, as empresas locais exportadoras – as chamadas 'Campeões Nacionais'[198] –, quanto à inclusão social a partir de políticas sociais – das quais destaca-se o 'Bolsa Família'. Inclusive, disso é possível visualizar o fortalecimento relativo da burguesia industrial e a integração das massas no bloco no poder, ambas favorecidas pelos governos petistas. Enquanto para alguns, tal política se tratou de "[...] uma versão mais radical do programa de transferência condicionais e de combate à pobreza extrema já contidos no Consenso de Washington" (Clemente, 2024a, p. 63, tradução nossa[199]), para outros, isto foi o surgimento do Estado neodesenvolvimentista no país sul-americano (Clemente, 2024a, p. 62-63).

Esta mudança de rumo adotada na economia brasileira sob o petismo se deu guiada a partir de duas orientações por vezes tratadas como opostas, quais sejam: (1) a 'social-desenvolvimentista', também chamada de 'desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado'; e (2) a do 'novo-desenvolvimentismo', também denominado de 'desenvolvimentismo exportador do setor privado' pela literatura especializada (Katz, 2016). Enquanto a primeira tem seu programa econômico fundamentado no mercado interno e no gasto social como motores do desenvolvimento, a segunda defende a atividade industrial e as exportações a partir do câmbio competitivo e dos juros reduzido. Porém, conforme argumenta Clemente (2024), é necessário salientar que "[...] ambas orientações – não sem tensões, nem vaivéns – conviveram dentro dos executivos guiados pelo PT durante o neodesenvolvimentismo, cuja natureza híbrida permitiu compatibilizar a promoção das exportações com numerosos programas sociais" (Clemente, 2024a, p. 55, tradução nossa[200]). Ou seja, ao invés de se incompatibilizarem, elas conformam conjuntamente aquilo que foi o modelo neodesenvolvimentista no Brasil – mais

[198] As empresas brasileiras denominadas de 'Campeões Nacionais' são aquelas exportadoras que se concentram em setores econômicos nos quais o país apresenta vantagem comparativa, sendo elas, assim, capazes de competir internacionalmente (Clemente, 2024a, p. 62).
[199] [...] una versión más radical del programa de transferencias condicionales y combate a la pobreza extrema ya contenido en el Consenso de Washington.
[200] [...] ambas orientaciones –no sin tensiones ni vaivenes– han convivido dentro de los ejecutivos guiados por el PT durante el neodesarrollismo, cuya naturaleza híbrida permitió compatibilizar la promoción de las exportaciones con numerosos programas sociales.

uma vez, enquanto ferramenta analítica e não programática, conforme explicitado na introdução deste capítulo (Clemente, 2024a).

Desse modo, de acordo com Katz (2016, p. 204), a partir de 2006 até 2013, alguns indicadores econômicos do Brasil avançaram significativamente, provocando um ciclo ascendente. Diante das políticas macroeconômicas adotadas pelos governos do PT, a economia brasileira não somente cresceu, como também, as suas reservas internacionais aumentaram, a oferta de crédito de consumo se expandiu, o nível de pobreza absoluta reduziu e a sua posição externa melhorou, dentre outros resultados. À título de ilustração, segundo dados de Cerqueira (2024, p. 116-117), entre os anos de 2004-2014, a taxa média de crescimento anual do PIB foi de 3,7% no país sul-americano. Além do maior ativismo estatal, nestes resultados influem, é claro, as condições externas mais favoráveis, sobretudo, a partir do chamado *boom* das *commodities* – conforme já discutido anteriormente – que resultou no aumento dos preços e da quantidade de produtos exportados pelo país. Isto produziu uma melhoria em suas contas externas e flexibilizou a restrição ao crescimento econômico Cerqueira, 2024, p. 116), muito embora, deve-se reforçar o caráter conjuntural deste cenário de maior dinamismo internacional, cujo término nos meados da última década impactou negativamente os resultados do programa neodesenvolvimentista brasileiro. Retornaremos aos dados empíricos com mais detalhes na próxima seção.

Apesar de não reconhecerem a existência de um 'modelo' neodesenvolvimentista – ou social-desenvolvimentista – no Brasil por suas razões distintas, as contribuições de Cerqueira (2024) e Bastos (2024) também nos ajudam a explicitar a política econômica e seus resultados sob os governos do PT. A partir da perspectiva de Cerqueira (2024, p. 113-116), assim como na concepção de Katz (2016), a economia brasileira perpassou um ciclo de expansão durante o período de 2004-2014. Sob tal período, verificou-se avanços econômicos e sociais reais no país sul-americano, tais como a melhoria das contas externas – já elucidado anteriormente –, a diminuição do desemprego, o aumento da formalização do mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo acima do nível da inflação, dentre outras medidas públicas concentradas "[...] na oferta de crédito subsidiado, na concessão de benefícios fiscais e tributários, e na alteração do marco regulatório das atividades produtivas" (Cerqueira, 2024, p. 116, tradução nossa[201]). Em função destas políticas de cunho salarial, creditício, assistencialista, etc. sob os governos do PT, aqui, é importante destacar tanto a importância central do consumo das famílias, quanto da situação do setor externo – referente à balança comercial, ao investimento externo direto

[201] [...] en la oferta de crédito subsidiado, en la concesión de beneficios fiscales y tributarios, y en la alteración del marco regulador de las actividades productivas.

brasileiro e abertura de novos mercados de exportação – como instrumentos para estimular o crescimento do PIB e, assim, sustentar o seu programa (Cerqueira, 2024, p. 116-118). Inclusive, segundo o autor (2024), no que diz respeito especificamente ao setor externo, "[...] o objetivo da intervenção estatal era aumentar o saldo comercial e a entrada de lucros e dividendos dos investimentos para permitir a condução da política monetária e fiscal em favor da industrialização" (Cerqueira, 2024, p. 118, tradução nossa[202]), cuja meta trata-se de um pressuposto central do neodesenvolvimentismo.

No mesmo sentido, sob tal conjuntura, Bastos (2024, p. 183) argumenta que é difícil negar uma melhoria nas condições materiais da classe trabalhadora ao menos até o ano de 2013 – quando se inicia em sua visão a subfase de declínio e crise do petismo. E, segundo o autor (2024), no que se refere à industrialização, entre os anos de 2004-2008, a indústria de transformação se tornou o setor produtivo que mais produziu empregos formais na economia brasileira. Nisto pesam as já mencionadas políticas de Estado desempenhadas pelas administrações petistas, a fim de gerar emprego e incentivar o consumo e o investimento privado, das quais destacam-se: a valorização do salário mínimo, a expansão do crédito nos bancos públicos, a promoção de políticas sociais e de transferência de renda – sustentadas pela arrecadação tributária –, etc.; ampliando, assim, a renda dos trabalhadores e os mercados nos setores agrícola, industrial e de serviços. Ademais, no âmbito da política externa, cabe notar também a orientação governista pela cooperação sul-americana, utilizando-se de obras de infraestrutura para estimular as exportações industriais e os setores de construção civil (Bastos, 2024, p. 183-184).

Além destas políticas econômicas, a intervenção estatal também se deu a partir do aporte governamental aos setores econômicos e às empresas através da elaboração de estudos técnicos e do financiamento dos investimentos. Nestas medidas é de suma importância citar a atuação do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – com destaque especial ao último, tendo em vista o seu protagonismo enquanto agente interno de mobilização de subsídios financeiros, transferindo recursos para a iniciativa privada, embora sem definir metas a cumprir pelas empresas. O objetivo neodesenvolvimentista subjacente à tais medidas intervencionistas trata-se basicamente de construir um ambiente estável, incentivando, assim, o investimento privado. No que diz respeito ao investimento público e aos gastos do governo na economia, destaca-se também o papel desempenhado pela estatal petroleira brasileira, 'Petrobras', na subfase de

[202] [...] el objetivo de la intervención estatal fue aumentar el saldo comercial y el ingreso de lucros y dividendos de las inversiones para permitir el manejo de la política monetaria y fiscal en pro de la industrialización.

expansão capitalista brasileira sob o petismo, de maneira tanto a aumentar o nível de investimento visando a extração de petróleo e gás – sobretudo, das áreas descobertas do pré-sal –, quanto estimular toda a cadeia de fornecimento do setor – isto é, o segmento de máquinas e equipamentos, assim como os segmentos de biocombustíveis, de construção e da indústria naval, etc. – a partir de uma política de conteúdo nacional mínimo em relação aos insumos utilizados no processo produtivo (Cerqueira, 2024, p. 119-122).

Em síntese, portanto, a expansão neodesenvolvimentista sob o petismo – seja num sentido distributivo orientado pelo Estado ou exportador do setor privado – ocorreu devido à dois fatores principais: (1) o contexto externo favorável; e (2) o intervencionismo estatal, a partir de políticas econômicas que simultaneamente estimulassem o consumo e o investimento privado, e diminuíssem o chamado 'custo Brasil'. Contudo, apesar de avanços significativos em certas áreas, tal qual os outros casos neodesenvolvimentistas sul-americanos, ao longo desta subfase de expansão emergiu na economia brasileira "[...] as mesmas contradições de modelos que estimulam a demanda, sem remover os obstáculos estruturais ao desenvolvimento" (Katz, 2016, p. 204). Ou seja, em nossa perspectiva, sem modificar e transformar a estrutura da dependência operante historicamente em sua formação econômico-social, revelando, assim, limitações, obstáculos e falhas do neodesenvolvimentismo no Brasil sob o petismo – resultantes de sua trajetória histórica particular – para além somente da continuidade com o 'tripé econômico' – já discutido anteriormente –, embora este seja constituinte de suas contradições.

Nesse sentido, de acordo com Katz (2016, p. 204-205), entre os anos de 2006-2013, apesar da subfase expansionista, as taxas de crescimento econômico do Brasil não somente foram muito baixas se comparadas a outros períodos anteriores, como também, elas foram sustentadas por esquemas de endividamento público frente à expansão do consumo. Outros elementos interessantes de serem observados tratam-se: (a) da taxa de investimento abaixo da média histórica; e (b) do pagamento de juros da dívida, cujos valores correspondem aproximadamente à metade da arrecadação fiscal brasileira no contexto (Katz, 2016, p. 204). Além disso, deve-se considerar também o crescente tensionamento e conflito subjacentes ao modelo de desenvolvimento em questão frente à sua necessidade cada vez maior do agronegócio, haja vista que "[u]m projeto neodesenvolvimentista industrializador entra em choque, no Brasil, com a prioridade atribuída à agroexportação, em detrimento do desenvolvimento manufatureiro" (Katz, 2016, p. 205). Isto ocorreu mesmo que as frações industriais tenham ganhado espaço após a etapa inicial do petismo e exercido a hegemonia política no bloco no poder sob tal conjuntura. Inclusive, trilhando o autor (p. 205), o protagonismo político destas não gerou uma recuperação fabril significativa no país que, na

realidade, enfrentou problemas de perda de competitividade, estancamento tecnológico e obsolescência da infraestrutura, dificultando, assim, o desenvolvimento econômico (Katz, 2016, p. 204-205).

Na concepção de Cerqueira (2024), por sua vez, quatro principais fatores contribuíram para o esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, quais sejam: (1) a desaceleração econômica mundial; (2) o conflito pela apropriação de recursos públicos; (3) a insuficiência para com os trabalhadores; e, por último, (4) a redefinição da atuação das empresas e órgãos públicos. Em relação ao primeiro fator, pesa muito: tanto (a) a crise econômica global de 2008, cujos efeitos impactaram as taxas de crescimento, o fluxo de investimentos e do comércio na economia mundial, resultando no menor dinamismo e na maior competitividade pelos mercados; quanto (b) o fim do ciclo das *commodities* a partir de 2012, com a diminuição dos preços internacionais das matérias primas e minerais, afetando a rentabilidade das empresas, o preço das ações e o endividamento. De acordo com o autor (2024), isto significou a "[...] alteração de elementos conjunturais que contribuíram para o ciclo do neodesenvolvimentismo, [...] [e] dos estruturais em relação à inserção internacional da economia brasileira, seja pela perda de competitividade de sua indústria, seja pela piora de suas contas externas" (Cerqueira, 2024a, p. 125-126, tradução nossa[203]). Consequentemente, tal cenário pós-crise vai de encontro ao modelo neodesenvolvimentista no Brasil, desfazendo o ambiente externo favorável que desde o início constituiu um de seus fundamentos basilares, de modo que o intervencionismo estatal não foi suficiente para sustentar a expansão econômica do país sul-americano desde então (Cerqueira, 2024, p. 122-126).

No que diz respeito ao segundo elemento, a desaceleração econômica dificultou a sustentação do programa neodesenvolvimentista, na medida em que impôs a redução de gastos aos governos do PT. Isto porque, diante da vulnerabilidade externa, as administrações petistas não foram capazes de atender as diversas demandas classistas simultâneas no bloco no poder – tais como a remuneração do capital financeiro, o financiamento ao empresariado brasileiro, a política de transferência de renda e valorização do salário mínimo, etc. –, estabelecendo-se, assim, um conflito entre as distintas frações de classe pela apropriação dos recursos públicos. Aqui, é importante ressaltar o peso econômico das frações financeiras que aumentaram a pressão sob o governo federal, contrapondo-se aos seus 'excessos' – isto é, às suas políticas

[203] [...] el escenario exterior poscrisis y la intensificación de la competencia se tradujeron no solo en la alteración de elementos coyunturales que contribuyeron al ciclo de neodesarrollismo, sino también de aquellos estructurales respecto a la inserción internacional de la economía brasileña, bien sea por la pérdida de competitividad de su industria, bien por el empeoramiento de las cuentas exteriores.

intervencionistas e sociais –, em defesa do ajuste fiscal e de reformas estruturais[204] que permitam um maior compromisso público com a valorização do capital. Daí, segundo Cerqueira (2024), se estabelece mais um dos limites do neodesenvolvimentismo e de sua reedição, qual seja, "[...] a prioridade política econômica em garantir a remuneração do capital vinculado às finanças, num contexto de baixo crescimento econômico e redução dos recursos governamentais" (Cerqueira, 2024, p. 128, tradução nossa[205]).

Relacionado diretamente aos dois primeiros fatores, encontra-se o terceiro elemento, qual seja, da insatisfação das classes trabalhadoras para com os governos do PT, haja vista a insuficiência de suas políticas neodesenvolvimentistas – seja pela valorização do salário, ou pela transferência de renda – em atender suas demandas. Além do aumento salarial, as reivindicações trabalhistas e populares referiam-se à melhores condições de trabalho, à ampliação dos direitos sociais, ao acesso aos serviços públicos de qualidade (educação, saúde e transporte), etc., as quais exigiam do governo em sua grande maioria a ampliação dos gastos em detrimento da política de superávit fiscal, intensificando, então, o conflito pelos recursos públicos. Porém, conforme argumenta o autor (2024), dado que o pagamento dos juros da dívida foi superior à soma dos gastos do governo em educação, saúde e assistência ao longo do período – exceto nos anos de 2010, 2012 e 2013 –, é possível apontar que a centralidade do modelo não se situa nas necessidades da população, mas, sim, se mantém no ajuste fiscal, cuja realização é imanente para a burguesia financeira, detentora da hegemonia econômica sob tal conjuntura (Cerqueira, 2024, p. 129-131). Diante do contexto de instabilidade e redução do crescimento, isto é outro indicativo do esgotamento do neodesenvolvimentismo, tendo em vista que "[...] ocorreu uma acentuação da gestão ortodoxa das políticas monetárias e fiscais, nesse caso, com a restrição de direitos sociais e a adoção de mudanças para favorecer a expansão do capital" (Cerqueira, 2024, p. 131, tradução nossa[206]).

Por último, considerando a mudança no perfil intervencionista do governo, o quarto fator refere-se à redefinição da atuação das empresas públicas, sobretudo, da Petrobras – a partir de 2013 – e do BNDES – a partir de 2015. No caso da estatal petroleira, baseada numa perspectiva de reorientação pró-mercado contrária à ideia de autossuficiência energética,

[204] Um exemplo de reforma estrutural na política brasileira que comprova tal peso econômico das frações financeiras trata-se da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, cuja aprovação, em 2016, durante o governo de Michel Temer – ou seja, após a crise do neodesenvolvimentismo sob o petismo – instituiu "[...] um novo regime fiscal para o Brasil, que teve como consequência a desvinculação dos gastos em saúde e educação dos recursos da União, dos estados e dos municípios" (Cerqueira, 2024, p. 128, tradução nossa).

[205] [...] en un contexto de bajo crecimiento económico y de caída de los recursos gubernamentales, la prioridad de la política económica es garantizar la remuneración del capital ligado a las finanzas.

[206] [...] tuvo lugar una acentuación de la gestión ortodoxa de las políticas monetarias y fiscales, en este caso, con la restricción de los derechos sociales y la adopción de cambios para favorecer la expansión del capital.

introduziu-se uma política de desinvestimento e de venda de ativos com o objetivo de reduzir o endividamento e a alavancagem da empresa, impactando, assim, diretamente o nível de renda e de emprego da economia brasileira. Em relação ao BNDES, por sua vez, houve um processo de reorientação de sua política de gestão dos recursos públicos, de maneira a reduzir fortemente os seus dispêndios com financiamentos, etc. Inclusive, nesta toada, redefiniu-se também a relação entre o banco e o Tesouro Nacional, pois, a partir de 2015, ao invés de tomar empréstimos – conforme ocorreu durante o período de 2008-2014 –, o BNDES passou a realizar a amortização de sua dívida para com o órgão, invertendo, assim, o fluxo de recursos entre ambos. Tais mudanças na lógica de funcionamento das empresas públicas sob o petismo expressam, mais uma vez, a radicalização da ortodoxia neoliberal na condução da economia brasileira, colocando em xeque o modelo do neodesenvolvimentismo em sua formação econômico-social (Cerqueira, 2024, p. 132-133).

Isto exposto, deve-se compreender, tal como sugere Cerqueira (2024), que "[...] o esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil não pode desvincular-se da condição dependente da economia do país" (Cerqueira, 2024, p. 133, tradução nossa[207]). Afinal, de maneira complementar às críticas discutidas acima e à hipótese da presente investigação, conforme defende o autor (2024), a ausência de modificações estruturais a partir da conjuntura neodesenvolvimentista sob o petismo ocorreu porque ao invés dele se configurar tanto numa ruptura à ordem neoliberal precedente, quanto numa estratégia de superação da condição de submissão na economia mundial capitalista – isto é, da própria dependência –, a ideia por trás deste modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico e de seu processo político tratou-se apenas de:

> [...] aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ciclo de expansão da economia, utilizando os instrumentos de política econômica disponíveis, sem, contudo, promover alterações estruturais que se contrapusessem ao modelo de reprodução do capital, que impõe a supremacia dos mercados na condução da economia. Portanto, a intervenção do Estado não questiona os principais elementos do neoliberalismo que contribuíram para o processo de reestruturação regressiva da economia brasileira e aumentaram a vulnerabilidade externa do país, de modo que se pretendia reindustrializar a economia brasileira sem confrontar diretamente as políticas neoliberais das quais esses processos eram resultado (Cerqueira, 2024, p. 118, tradução nossa[208]).

[207] El agotamiento del ciclo neodesarrollista en Brasil no puede desvincularse de la condición dependiente de la economía del país [...].

[208] La idea era aprovechar las oportunidades que ofrecía el ciclo de expansión de la economía utilizando los instrumentos de la política económica disponibles sin, no obstante, promover alteraciones estructurales que se opusieran al modelo de reproducción del capital, que impone la supremacía de los mercados en la conducción de la economía. Por lo tanto, la intervención del Estado no cuestiona los principales elementos del neoliberalismo que contribuyeron al proceso de reestructuración regresiva de la economía brasileña y aumentaron la vulnerabilidad

Ou seja, o neodesenvolvimentismo no Brasil não constituiu uma modificação em sua estrutura produtiva, cuja lógica continuou sob o mesmo padrão de reprodução do capital – qual seja, de acordo com Osorio (2012b), o padrão exportador de especialização produtiva –, preservando, daí, elementos vigentes do modelo neoliberal (Cerqueira, 2024, p. 122). Dessa forma, ainda segundo o autor (2024), sob tal conjuntura, estabeleceu-se a continuidade do processo de regressão produtiva da economia brasileira – o fenômeno chamado de 'desindustrialização' –, tendo em vista: (a) a expansão da 'indústria agropecuária' e 'extrativista' em detrimento da 'indústria de transformação'; (b) a diminuição dos setores de bens de capital e intermediários – dos quais destacam-se os segmentos de metalurgia, máquinas e equipamentos, informática e eletrônicos –; e, também, (c) o aprofundamento da reprimarização de sua pauta exportadora (Cerqueira, 2024, p. 122). Além disso, cabe salientar também que estes fatores convergem com o pensamento de Clemente (2024a, p. 62), segundo o qual, apesar de suas metas de (re)industrialização, o modelo de desenvolvimento neodesenvolvimentista provocou contraditoriamente a reprimarização da economia, a especialização produtiva nos produtos primários – *commodities* –, e a desindustrialização na formação econômico-social brasileira (Clemente, 2024a, p. 62).

4.2.3 Dimensão externa

Daí, introduzimos a terceira e última categoria de análise do estudo de caso, qual seja, (3) a dimensão externa, referente ao tipo de inserção e à política internacional do neodesenvolvimentismo no Brasil petista – também produto da relação de forças sociais específicas sob tal conjuntura. Em termos gerais, segundo Clemente (2024a, p. 74), o modelo neodesenvolvimentista configurou-se numa forma subordinada de inserção internacional ao mercado mundial não somente do Brasil, mas de toda a América do Sul em seu conjunto – incluindo o caso da Argentina kirchnerista, conforme discutido na seção anterior. Entretanto, apesar destas aproximações, dada a lógica do lugar, a experiência da economia brasileira resguarda uma particularidade em relação aos demais ensaios na região. Isto porque a inserção externa brasileira encontra-se vinculada à vigência de sua condição de semiperiferia na economia mundial capitalista, de modo que se busca articular um esquema de integração específico, na qual a região sul-americana torna-se "[...] o cenário privilegiado para que se

exterior del país, de modo que se pretendía reindustrializar la economía brasileña sin confrontar directamente las políticas neoliberales de las que esos procesos eran resultado.

manifeste plenamente a ‘posição paradoxal’ que o país ocupa entre uma *economia dependente explorada* e um *país que explora e subordina* outros em sua ascensão na estrutura global de reprodução ampliada do capital” (García, 2012, p. 244 *apud* Clemente, 2024a, p. 74, itálico nosso, tradução nossa[209]).

Tal ‘posição paradoxal’ do Brasil sob o petismo pode ser melhor entendida, de acordo com Berringer (2024), a partir da prioridade concedida à integração regional durante os governos do PT, a qual está vinculada à três questões, das quais:

> [...] 1) a integração regional como instrumento para fortalecer a posição política e econômica da região e, em particular, para fortalecer a posição do Estado brasileiro na estrutura de poder internacional; 2) as enormes vantagens econômicas que a burguesia doméstica brasileira poderia obter com o aumento das exportações de produtos e capitais para essa região; e 3) a incorporação das agendas defendidas pelas organizações da classe popular que conformavam a frente neodesenvolvimentista, em particular o sindicalismo cutista e os movimentos populares (Berringer, 2024, p. 168-169, tradução nossa[210]).

Inclusive, é precisamente em função deste posicionamento – relacionado às duas primeiras questões acima – que se recupera criticamente o conceito de subimperialismo de Marini – tal como discutido no capítulo teórico – para tratar do caso brasileiro, a fim de demonstrar o seu caráter intermediário na cadeia capital-imperialista mundial, muito embora, diga-se de passagem, com suas particularidades históricas, geopolíticas e geoeconômicas. Nesse sentido, ao refletir acerca de uma ‘política internacional neodesenvolvimentista’ com suas especificidades no século XXI, quer dizer, considerando as limitações do mercado interno brasileiro e a vigência de um tipo de acumulação ‘voltado para fora’ por meio do estímulo às exportações – o qual favorece principalmente ao agronegócio e à burguesia agroindustrial –, segundo Clemente (2024a), deve-se ter em conta tanto a busca por novos mercados mediante a chamada ‘cooperação sul-sul’ – caracterizada pelo fortalecimento dos laços diplomáticos para com as nações periféricas –, quanto a busca de ‘autonomia pela diversificação’ de relações e alianças estratégicas entre os países – incluindo, com outras potências – na economia mundial capitalista (Clemente, 2024a, p. 69-71).

---

[209] Una forma de inserción que se encuentra fundamentalmente vinculada a la vigencia del estatus semiperiférico de Brasil y que ese país ha intentado articular como parte de un esquema de integración regional neodesarrollista, siendo Sudamérica el escenario privilegiado para que se manifieste plenamente la «posición paradójica » que el país ocupa entre economía dependiente explotada y país que explota y subordina a otros en su ascenso en la estructura global de reproducción expandida del capital (García, 2012: 244, traducción propia).

[210] [...] 1) la integración regional como instrumento para fortalecer la posición política y económica de la región y, en particular, para fortalecer la posición del Estado brasileño en la estructura de poder internacional; 2) las enormes ventajas económicas que la burguesía doméstica brasileña podría obtener con el aumento de las exportaciones de productos y capitales a esta región (Berringer, 2015); y 3) la incorporación de las agendas defendidas por las organizaciones de la clase popular que conformaban el frente neodesarrollista, en particular el sindicalismo cutista y los movimientos populares.

Ademais, outro eixo subimperialista fundamental trata-se da relação frente ao capital estadunidense. Ainda que o modelo de integração regional pós-hegemônico e a política externa adotados pelo Brasil durante tal período implique o afastamento e a exclusão dos Estados Unidos e não esteja alinhado diretamente aos seus interesses, respectivamente, na medida em que busca uma aproximação com a região latino-americana – com destaque especial para a Argentina –, mesmo assim, isto não impediu que o país sul-americano fosse considerado um tipo de 'semi-aliado' pela potência norte-americana. Isto ocorreu devido ao seu desempenho na "[...] função de moderador de propostas mais radicais (Venezuela, Argentina) e à sua disposição de se mostrar como uma 'potência responsável' no concerto das nações [...], com objetivos e propostas de reformas razoáveis" (Clemente, 2024a, p. 72, tradução nossa[211]). Um exemplo disso, citado pelo próprio autor, é a participação e condução brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (Clemente, 2024a, p. 72)

A partir do pensamento marinista, tal relação configura-se, então, num tipo de 'cooperação antagônica' entre ambos os países, na qual as burguesias internas do Brasil disputam esferas de influência e autonomia relativa com as burguesias estadunidenses, porém, ainda sob um marco de submissão e dependência. Clemente (2024a), por sua vez, ao invés de simplesmente conceder o protagonismo à burguesia interna, avança na hipótese de que a política externa brasileira durante o petismo se caracteriza pela expansão e projeção internacional da fase estatal do neodesenvolvimentismo, enquanto expressão de um conjunto de interesses que resultam da correlação de forças sociais sob tal conjuntura – ou seja, considerando a defasagem entre a hegemonia política da fração industrial e hegemonia econômica da fração financeira, a incorporação subalterna das massas, etc., tal como discutido anteriormente na presente seção. Não é por acaso que o declínio e a crise do neodesenvolvimentismo no Brasil – como relação de forças e modelo de desenvolvimento – significou o fim desta política internacional neodesenvolvimentista (Clemente, 2024a, p. 72-74).

Em síntese, o eixo central da integração neodesenvolvimentista sul-americana – incluindo do Brasil, ainda que de maneira intermediária – tratou-se de promover a inserção regional às Cadeias Globais de Valor (CGV). Segundo Clemente (2024a), a partir disso, buscou-se uma estratégia de '*supply side regionalism'*, cujo objetivo não era a expansão do mercado doméstico regional, mas, sim, "[...] a construção de uma plataforma regional de exportação vinculada à demanda mundial e baseada na exploração de recursos" (Clemente,

[211] [...] de moderador de propuestas más radicales (Venezuela, Argentina) y su voluntad en mostrarse como una «potencia responsable» en el concierto de las naciones [...], con objetivos y propuestas de reforma razonables [...].

2024a, p. 75, tradução nossa[212]), a qual era "[...] dominad[a] por empresas brasileiras e organizad[a] em torno de 'corredores comerciais' regionais e cadeias de valor a serem desenvolvidas nesse país" (Clemente, 2024a, p. 75, tradução nossa[213]). Neste esquema, a expansão brasileira no exterior – sobretudo, na América do Sul – se firmou a partir da emergência das empresas transnacionais (ETN) locais – as 'Campeãs Nacionais' –, do aumento das exportações – incluindo, de produtos industrializados, e do aumento do investimento externo direto (IED) de 'dentro para fora' proveniente destas mesmas empresas, que passam a disputar mercados globalmente (Berringer, 2024, p. 170; Clemente, 2024a, p. 75).

Porém, considerando a dinâmica centro-periferia na economia mundial, o resultado desta estratégia foi um tipo de integração fragmentada e desigual, assim como, uma forma de inserção subordinada da América do Sul ao mercado mundial e à globalização. Inclusive, no caso específico do Brasil, mesmo sob uma posição intermediária e subimperialista, a inserção internacional do país na região seguiu em tal direção, longe de contrariar e reverter a sua condição dependente. De acordo com o autor (2024a, p. 76), isto ocorreu devido à fragilidade estrutural da economia brasileira, que não controla os níveis de tecnologia necessários, nem determina os seus processos produtivos suficientemente, de modo que "[...] as ETNs locais desenvolvem CGVs com menor perfil industrial e alto impacto socioambiental, e se internacionalizam em parceria com – e não 'contra' – multinacionais estrangeiras" (Clemente, 2024a, p. 76, tradução nossa[214]).

Dada a situação de dependência – tecnológica, financeira, etc. –, Berringer (2024) inclui nisto a debilidade político-ideológica da burguesia interna brasileira, pois, de acordo com a autora (2024, p. 162; 178), diante dos momentos de crises políticas e econômicas nos quais ocorrem a dissolução da frente neodesenvolvimentista, tal fração de classe – que devemos relembrar não conforma uma 'burguesia nacional' – tende a "[...] se aliar à burguesia compradora e ao imperialismo em nome de seus interesses, objetivos de classe, opondo-se à políticas de distribuição de renda e conflitos abertos com o imperialismo" (Berringer, 2024, p. 162, tradução nossa[215]). Numa outra perspectiva, ainda que haja a existência de conflitos corporativos, Bastos (2024, p. 200) também concorda que o avanço das (contra)reformas

[212] [...] la construcción de una plataforma regional de exportación atada a la demanda mundial y fundada sobre la explotación de recursos (Saguier, 2012).
[213] [...] dominado por las empresas brasileñas y organizado alrededor de «corredores comerciales» regionales y las cadenas de valor a desarrollar en ese país [...].
[214] [...] las ETN locales desarrollan CGV de menor perfil industrial y alto impacto socioambiental, y se internacionalizan en asociación con –no «en contra de»– las empresas multinacionales extranjeras.
[215] [...] esta fracción tiende a aliarse con la burguesía compradora y el imperialismo en nombre de sus intereses objetivos de clase, oponiéndose a políticas de distribución de la renta y a conflictos abiertos con el imperialismo.

neoliberais no Brasil em face à crise dos governos do PT, em 2016, tanto afasta as classes populares do bloco no poder, quanto atrai a burguesia industrial interna junto à frente política da burguesia bancária, da burguesia compradora e do capital estrangeiro, debilitando, assim, a resistência ao neoliberalismo. Afinal, conforme argumenta o autor (2024, p. 198), o importante para a burguesia interna brasileira[216] parece ser, até certo ponto, simplesmente "[...] modular a dependência de modo seletivo [em favor de seus interesses corporativos], [e] não aceitar a dependência de modo absoluto" (Bastos, 2024, p. 198, tradução nossa[217]), ao invés de rejeitá-la por completo em busca de superar a condição dependente.

Numa perspectiva mais ampla, segundo Clemente (2024a), pode-se concluir, então, que:

> Esse cenário, e suas contradições, no entanto, não pode ser considerado simplesmente como um sinal de *fracasso* do esquema neodesenvolvimentista de integração – da região entre si, e de seu conjunto no mercado mundial –, mas sim representa o *resultado* do avanço deste como um movimento de inserção subordinada da economia brasileira e regional no mercado global sob as novas condições que o capitalismo mundializado reserva para a periferia latino-americana (Clemente, 2024a, p. 76, itálico do autor, tradução nossa[218]).

Finalmente, em face à todas estas limitações, contradições, e falhas do neodesenvolvimentismo no Brasil petista – seja em sua dimensão política, econômica e/ou exterior –, deve-se apontar que tal modelo de desenvolvimento irrompe em declínio, esgotando-se até a crise conclusiva de tal ciclo. Isto ocorreu sobretudo, a partir de 2013 – durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) –, quando emergiu o ponto de inflexão do modelo, qual seja, o ciclo de manifestações populares em massa denominado de 'jornadas de junho', cujo movimento multifacético gerou distintas interpretações – aglutinando desde posições trabalhistas mais radicais até posições precursoras de uma postura pró-*impeachment*. Do ponto de vista dos trabalhadores, tal processo significou a reivindicação de um maior

---

[216] Esta argumentação de Bastos (2024, p. 198) é construída em relação à dinâmica de rivalidade existente entre o capital bancário (interno) e o capital imperialista (externo) na conformação do 'condomínio hegemônico' ou 'unidade contraditória'. Conforme discutido anteriormente, ainda que ambas possuam um consenso – a preservação do neoliberalismo –, existem disputas entre as duas as frações de classe, na qual o capital bancário atua como um tipo de burguesia interna que "[...] solicita proteção estatal contra o investimento estrangeiro e regula a forma de associação dependente para preservar seus interesses [corporativos]" (Bastos, 2024, p. 198, tradução nossa), isto é, em defesa de um protecionismo setorial contra o capital imperialista que ocorre somente até certo ponto, sem prejudicar o modelo neoliberal financeirizado.

[217] Lo importante para la burguesía bancaria no es garantizar el proteccionismo a toda costa, sino conciliar el modelo neoliberal con la preservación de los intereses corporativos, es decir, modular la dependencia de modo selectivo, no aceptar la dependencia de modo absoluto.

[218] Sin embargo, este escenario, y sus contradicciones, no puede ser considerado simplemente como muestra de un fracaso del esquema neodesarrollista de integración –de la región entre sí, y de su conjunto al mercado mundial–, sino que, más bien, representa el resultado del avance de este en cuanto movimiento de inserción subordinada de la economía brasileña, y regional, al mercado global en las nuevas condiciones que el capitalismo mundializado reserva a la periferia latinoamericana.

comprometimento do governo para com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população, através de políticas públicas nas áreas de transporte, moradia, segurança, etc. Por outro lado, na perspectiva das classes dominantes, ele demonstrou o deterioramento da capacidade dos governos do PT em mediar as tensões e conflitos sociais no interior do bloco no poder (Cerqueira, 2024, p. 115; Feldmann; Dos Santos, 2024, p. 230).

Com efeito, de acordo com Clemente (2024a), sob tal contexto, se entrecruzaram e se sobrepuseram três crises distintas, mas relacionadas – quais sejam, a crise do padrão de reprodução do capital, a deslegitimação política da classe dirigente, e o processo de ruptura no interior do bloco no poder neodesenvolvimentista –, cuja combinação "[...] trouxe à tona gradualmente a crise latente do modelo de desenvolvimento e do modelo de hegemonia do neodesenvolvimentismo, configurando finalmente uma crise aberta de hegemonia" (Clemente, 2024a, p. 69, tradução nossa[219]). Em vista disso, as classes dominantes brasileiras propuseram uma saída de caráter autoritário e regressivo ao cenário de crise, por meio da qual não somente articulou-se, em 2016, o processo de *impeachment* – golpe de Estado – contra a então presidente brasileira Dilma Rousseff durante o seu segundo mandato – introduzindo o seu vice Michel Temer (2016-2018) na presidência –, mas, também, o avanço das contrarreformas neoliberais, de maneira a consolidar novas relações de forças sociais no país sul-americano, encerrando, então, a fase estatal neodesenvolvimentista do Brasil sob os governos do PT[220] (Clemente, 2024a, p. 52; 69).

Agora, por fim, considerando os elementos dos estudos de caso realizados na presente investigação, direcionemos, então, à análise comparada do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro frente à dependência, a fim de tanto explorar as principais similaridades e diferenças político-econômicas na conjuntura neodesenvolvimentista de ambos países; quanto examinar os seus alcances, limites e sua atualidade política enquanto modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico no século XXI.

[219] [...] ha traído paulatinamente a la superficie la crisis latente del modelo de desarrollo y del modelo de hegemonía del neodesarrollismo, configurando finalmente una crisis de hegemonia abierta.

[220] Segundo o autor (2024a), além do golpe – *impeachment* contra a Dilma – e das contrarreformas neoliberais de Temer, outros dois eventos contribuíram para consolidar a saída autoritária e regressiva ao ciclo neodesenvolvimentista no Brasil, quais sejam, a inelegibilidade política e o encarceramento de Lula, em 2018, assim como, a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022) à presidência do país sul-americano (Clemente, 2024a, p.69).

4.3 O NEODESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO E BRASILEIRO *VIS-À-VIS* COM A DEPENDÊNCIA

Com base nos estudos de caso elaborados acima, é evidente que a experiência neodesenvolvimentista da 'Argentina kirchnerista' (2003-2015) e do 'Brasil sob os governos do PT' (2003-2016) compartilham muitas semelhanças em suas distintas dimensões, sejam elas, política, econômica ou externa. À título de ilustração, tanto o 'kirchnerismo', quanto o 'petismo' emergem sob o mesmo contexto de 'progressismo latino-americano' no início dos anos 2000 em resposta ao neoliberalismo; ambos processos políticos introduzem uma nova relação de forças sociais em seus respectivos países – na qual a hegemonia política é exercida pela burguesia industrial em conjunto com outras frações de classe –; ambos adotam políticas de estímulo produtivo e atravessam um ciclo de expansão econômica com avanços sociais antes do esgotamento e declínio de seu modelo; assim como, ambos aprofundam uma inserção internacional baseada na especialização produtiva, dentre outras similitudes que justificam, pelo menos, o seu agrupamento e sua análise comparada.

Mesmo assim, tal lógica quase compartilhada entre os dois países sul-americanos não significa que eles possuem e ocupam o mesmo 'lugar' na região, nem na economia mundial capitalista, pois trata-se apenas de uma lógica parecida, a qual é, com efeito, diferenciada (Clemente, 2024b). Apesar das semelhanças, não é por acaso que ambos ensaios neodesenvolvimentistas também possuem diferenças notórias nas suas trajetórias históricas no que diz respeito, por exemplo, ao papel distintivo da crise, ao grau de 'ruptura' com o neoliberalismo, à configuração do bloco no poder, aos resultados econômicos e sociais obtidos, às tensões sociais e limitações existentes a partir do modelo em suas respectivas formações econômico-sociais – basta lembrar o conflito com o agronegócio pela apropriação estatal da renda da soja no caso argentino (Katz, 2016), e o conflito com a burguesia financeira pela apropriação dos recursos públicos no caso brasileiro (Cerqueira, 2024) –, à atuação e inserção internacional – entre a dependência e o subimperialismo, respectivamente –, etc.

Dentre as suas várias utilidades, aqui, a comparação é uma ferramenta metodológica fundamental que nos permite avançar na discussão acerca do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, evocando a 'lógica do lugar', na qual as semelhanças ou a quase identidade entre as posições dos países sul-americanos não apagam as suas diferenças, nem as suas particularidades (Clemente, 2024b). Mas, afinal, quais foram os resultados econômicos e sociais concretos do neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil no início do século XXI,

respectivamente? E em relação aos seus efeitos e impactos frente à questão estrutural, isto é, à dependência? Sob tal conjuntura, foram ambos os países sul-americanos capazes de modificar a estrutura? Ou o modelo neodesenvolvimentista demonstrou-se insuficiente para impactar a condição dependente? Estes são os questionamentos que a presente seção busca endereçar, a fim de responder à pergunta-problema da investigação.

Antes de avançar para a relação frente às questões estruturais, primeiro, deve-se abordar uma série de indicadores econômicos selecionados, a fim de analisar os resultados do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, isto é, os seus alcances e limites em termos de crescimento econômico, balança comercial, desenvolvimento produtivo, industrialização, etc. Ainda que eles não estejam necessariamente vinculados à discussão acerca das categorias fundamentais da dependência – (1) transferência de valor, (2) superexploração do trabalho, e (3) subimperialismo, tal como discutiremos posteriormente –, tais indicadores são importantes, pois nos permitem apresentar o preâmbulo da situação econômica de ambos os países sul-americanos sob a conjuntura neodesenvolvimentista, assim como, introduzir os elementos mais gerais da condição dependente, sobretudo, a partir de suas formas fenomênicas produtiva, tecnológica e comercial – ou seja, eles também são parte constituinte da problematização.

Dito isso, introduz-se as seguintes estatísticas da Argentina e do Brasil, respectivamente:

Tabela 1 – Indicadores econômicos selecionados da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2015-2016)

	Produto Interno Bruto[221]			**Balança comercial (em bilhões de US$)[222]**				
País	**Ano**	**PIB (em bilhões de $)**	**Variação anual (em %)**	**Exportação [A]**	**Var. A (%)**	**Importação [B]**	**Var. B (%)**	**Saldo [A – B]**
Argentina	2003	444,939	8,84	33,08	19,25	18,77	43,61	14,31
	2004	485,115	9,03	39,27	18,69	27,74	47,75	11,53
	2005	528,056	8,85	46,20	17,65	34,39	24,00	11,81
	2006	570,549	8,05	53,55	15,91	40,48	17,70	13,07
	2007	621,943	9,01	65,16	21,68	52,57	29,86	12,59
	2008	647,176	4,06	79,76	22,41	66,32	26,15	13,45
	2009	608,873	- 5,92	65,13	-18,34	48,27	-27,21	16,86
	2010	670,524	10,13	80,21	23,15	67,94	40,75	12,27
	2011	710,782	6,00	97,81	21,94	88,84	30,76	8,97
	2012	703,486	- 1,03	88,66	-9,36	78,01	-12,18	10,64
	2013	720,407	2,41	80,69	-8,98	81,24	4,14	-0,55
	2014	702,306	- 2,51	75,82	-6,04	73,69	-9,29	2,13

[221] Em unidades monetárias nacionais (UMN) a preços constantes (constant LCU).
[222] Em dólares a preços correntes (current US$).

	2015	721,487	2,73	63,67	-16,02	70,06	-4,92	-6,39

País	Ano	PIB (em bilhões de R$)	Variação anual (em %)	Exportação (A)	Var. A (%)	Importação (B)	Var. B (%)	Saldo (A - B)
Brasil	2003	2860,584	1,14	84,74	16,80	72,34	5,99	12,40
	2004	3025,352	5,76	110,74	30,67	87,89	21,49	22,84
	2005	3122,228	3,20	135,92	22,74	105,60	20,14	30,32
	2006	3245,930	3,96	159,21	17,14	129,23	22,38	29,98
	2007	3442,954	6,07	186,20	16,95	167,16	29,35	19,04
	2008	3618,345	5,09	229,52	23,26	232,73	39,22	-3,21
	2009	3613,793	- 0,13	180,89	-21,19	187,61	-19,39	-6,72
	2010	3885,847	7,53	240,00	32,68	263,00	40,18	-22,99
	2011	4040,287	3,97	303,02	26,26	323,14	22,87	-20,13
	2012	4117,908	1,92	292,81	-3,37	326,32	0,98	-33,51
	2013	4241,644	3,00	290,36	-0,83	347,28	6,42	-56,91
	2014	4263,020	0,50	270,46	-6,86	335,83	-3,30	-65,37
	2015	4111,863	- 3,55	232,49	-14,04	253,27	-24,58	-20,78
	2016	3977,162	- 3,28	223,86	-3,71	216,69	-14,45	7,18

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Banco Mundial (2025).

Em relação à Argentina sob o kirchnerismo, durante a sua etapa inicial – entre os anos de 2003-2008 – destaca-se a sua fase expansionista, tendo em vista o aumento crescente do PIB, isto é, o crescimento econômico do país que atingiu uma média de 7,97% ao ano. Outro indicador de suma importância trata-se do nível relativo das exportações de bens e serviços que cresceu de maneira interrupta neste período – isto é, cerca de 141%, se analisada sua evolução histórica –, muito embora, o nível relativo das importações de bens e serviços também tenha crescido exponencialmente, por sua vez, aproximadamente 253%; o que indica o peso cada vez maior da venda e da compra de mercadorias nos mercados mundiais. Em 2009, porém, diante da crise econômica global no ano anterior, a economia argentina sofreu uma queda tanto em seu crescimento, apresentando, então, uma variação negativa de -5,92%; quanto em seus indicadores referentes à balança comercial. Mesmo assim, o país não tardou a se recuperar nos anos seguintes, de modo a alcançar, logo em 2010 e 2011, um crescimento econômico de aproximadamente 10,13% (a maior taxa sob toda a conjuntura neodesenvolvimentista) e 6%, respectivamente; assim como, aumentar novamente as suas estatísticas do comércio exterior, atingindo, em 2011, o seu melhor resultado numérico em termos de exportações e importações – embora não seja o seu melhor saldo comercial. Apesar destes bons resultados, contudo, desde então, a economia argentina oscilou fortemente durante os anos de 2012-2015, apresentando uma variação percentual instável, ora negativa, ora positiva, sem recuperar o nível de expansão

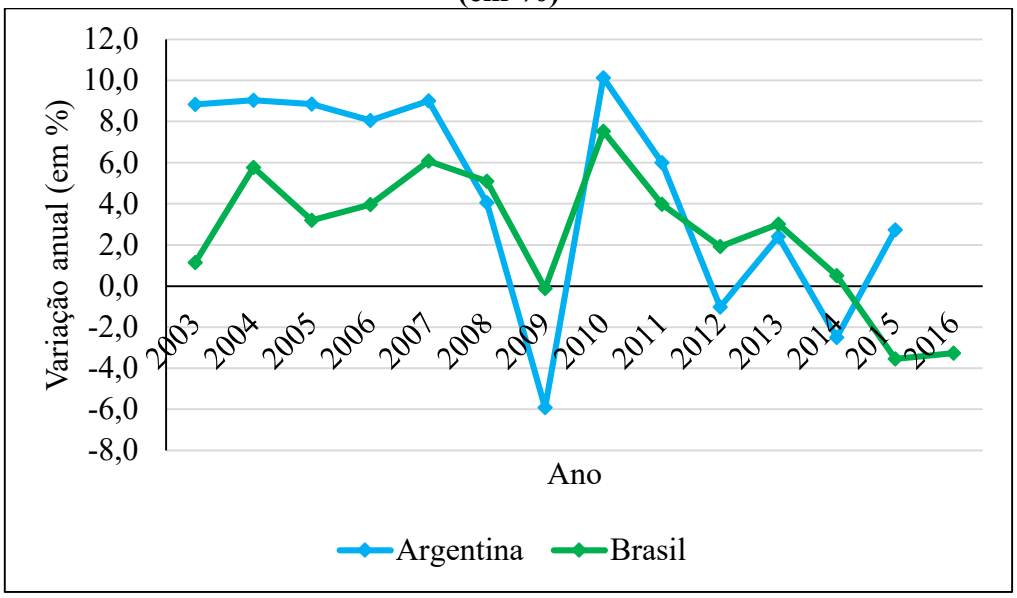
e crescimento da etapa inicial kirchnerista. Inclusive, como resultado do desaceleramento econômico, em relação à balança comercial, é precisamente sob tal período que o saldo do país se tornou deficitário pela primeira vez no recorte em questão. Isto se explica tanto externamente pelo fim do ciclo de valorização das *commodities* a partir de 2012, quanto internamente pelo declínio do próprio modelo neodesenvolvimentista em face às tensões sociais argentinas, como por exemplo, o conflito com a 'Mesa de Enlace' e o empresariado do agronegócio, conforme discutido anteriormente no estudo de caso (Banco Mundial, 2025).

De maneira semelhante, apesar de um primeiro ano aquém, logo após, o Brasil sob os governos do PT também perpassou uma fase inicial expansionista entre os anos de 2003-2008, haja vista a sequência interrupta de crescimento econômico. Neste período, – embora abaixo das estatísticas argentinas em termos percentuais e não absolutos –, a economia brasileira alcançou resultados relativamente significativos, apresentando uma variação anual média positiva de 4,20%. Ademais, sob tal intervalo específico, o país sul-americano também atravessou um salto no que diz respeito ao nível das exportações e importações de bens e serviços, atingindo um crescimento de aproximadamente 171% e 222%, respectivamente, considerando a sua evolução histórica; o que reforça, mais uma vez, a importância dos mercados mundiais. Contudo, assim como no caso argentino – embora numa escala menor –, o Brasil sofreu um impacto negativo frente aos efeitos da crise econômica global de 2008, de maneira que no ano seguinte, em 2009, tanto a sua economia reduziu 0,13%, quanto decaiu significantemente as suas estatísticas de comércio exterior. Mas, em 2010, o país logo retomou a sua expansão, uma vez que atingiu a sua maior taxa de crescimento sob o petismo (7,53%), e elevou novamente o seu nível das exportações e importações – ainda que à custa do saldo comercial. Em 2011, a economia cresceu novamente (3,97%), destacando-se especificamente o seu nível de exportações, cujo resultado alcançado foi o maior durante toda a conjuntura petista, ainda que abaixo de seu nível de importações. Embora o país sul-americano tenha mantido o baixo crescimento durante o período de 2012-2014, desde então, iniciou-se um processo de declínio do programa neodesenvolvimentista que reflete tanto as limitações e tensões sociais internas do modelo, quanto os impactos do desaceleramento econômico provocado pelo fim do *boom* das *commodities*, conforme discutido anteriormente no estudo de caso. É certo afirmar que, em 2014, a economia brasileira se estagnou (0,50%), antes de apresentar resultados negativos, com uma forte redução de 3,55% e 3,28% na variação anual do PIB em 2015 e 2016, respectivamente. No caso brasileiro, é notório também os efeitos do esgotamento do neodesenvolvimentismo sob a sua dimensão comercial, na medida em que o

seu *déficit* se aprofunda e se acumula progressivamente ao longo do ciclo, atingindo o seu ápice durante a crise que encerra o processo político petista (Banco Mundial, 2025).

A partir destas estatísticas, para além dos estudos de caso, é evidente que a trajetória das experiências neodesenvolvimentistas da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016) resguardam uma série de tendências econômicas em comum, das quais se destacam os resultados tanto do (a) crescimento econômico, quanto (b) da balança comercial de ambos os países sul-americanos; como podem ser vistos nas representações gráficas abaixo:

Gráfico 1 – Crescimento econômico da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Banco Mundial (2025).

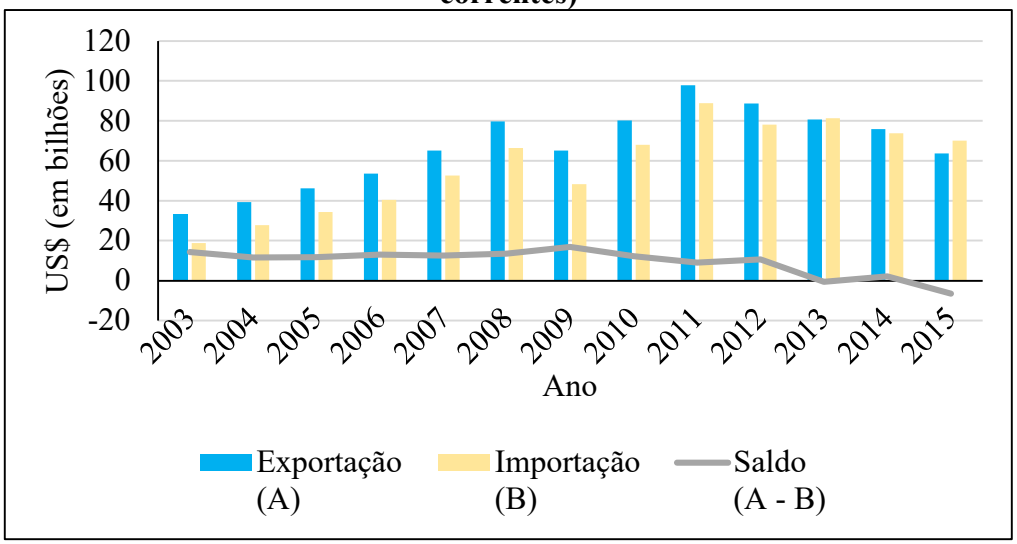
Em relação ao crescimento econômico da Argentina e do Brasil entre 2003-2016, a partir do gráfico (1), pode-se apontar alguns elementos em comum, mas, também, diferenças entre ambos. As trajetórias de crescimento dos países são um ponto de destaque, na medida em que elas se assemelham ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, seguindo praticamente o mesmo padrão; o que, em nossa perspectiva, reforça a 'lógica do lugar' quase compartilhado. Isto porque ambas economias sul-americanas atravessam simultaneamente (i) entre 2003-2008, uma fase de expansão econômica; (ii) em 2009, uma recessão frente à crise econômica global; (iii) entre 2010-2011, uma retomada do crescimento; que antecede, (iv) a partir de 2012-2013, a fase de declínio do neodesenvolvimentismo. Em tal sentido, a principal divergência reside precisamente nesta última etapa, considerando as suas particularidades internas, isto é, as tensões sociais do modelo em cada formação econômico-social. Apesar disso, por outro lado, considerando tal indicador, cabe notar que a economia argentina apresentou melhores

resultados do que a economia brasileira sob o neodesenvolvimentismo, haja vista que durante tal período histórico a primeira cresceu em média 4,59%, enquanto que a segunda cresceu apenas 2,52%. Também é certo afirmar que a economia argentina teve uma maior amplitude em relação ao seu par, uma vez que ela obteve tanto a maior taxa de crescimento econômico (10,13%), quanto a menor (-5,92%) no recorte em questão (Banco Mundial, 2025).

Nesse sentido, atentando-se unicamente ao indicador de crescimento econômico, tornar-se ia possível argumentar que em termos comparativos, o neodesenvolvimentismo na Argentina foi superior à experiência neodesenvolvimentista no Brasil, revelando-se, assim, num símbolo de desenvolvimento latino-americano no início do século XXI. Porém, aqui, em contrapartida à tal interpretação restrita, é importante ressaltar duas questões. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que aquilo que define a efetividade do neodesenvolvimentismo enquanto modelo de desenvolvimento não se trata apenas de uma única estatística, mas, sim, de um conjunto de fatores econômico e sociais. Ou seja, se a Argentina kirchnerista constitui, de fato, o principal, mais bem-sucedido ensaio neodesenvolvimentista da região em comparação com o Brasil petista, isto não se deve simplesmente às suas métricas superiores de crescimento. Em segundo lugar, deve-se ressaltar, mais uma vez, que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico, pois, tal fenômeno é muito mais complexo e abrangente, em nossa visão, intrinsecamente vinculado à questão da dependência.

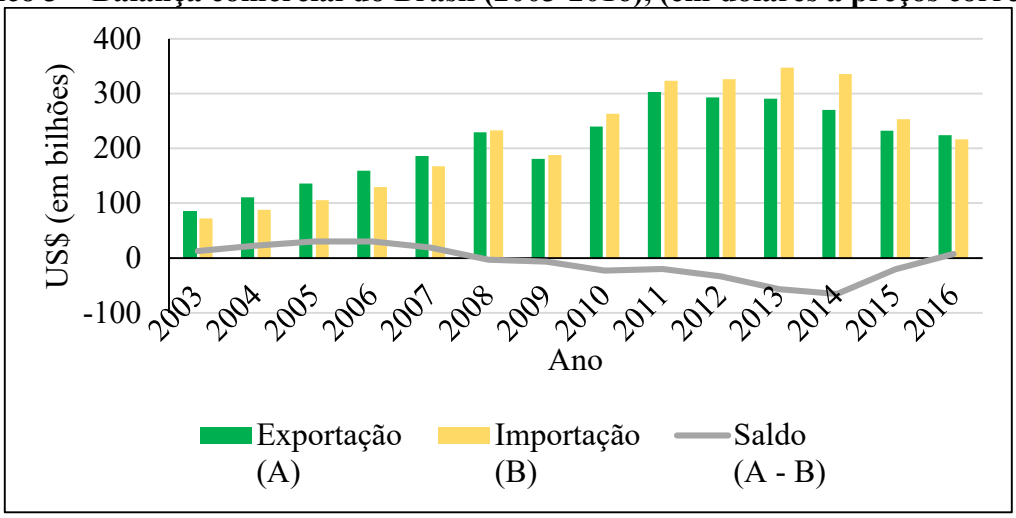
Dito isso, introduz-se abaixo os gráficos acerca da balança comercial:

Gráfico 2 – Balança comercial da Argentina (2003-2015), (em dólares a preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Banco Mundial (2025).

Gráfico 3 – Balança comercial do Brasil (2003-2016), (em dólares a preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Banco Mundial (2025).

No que diz respeito, por sua vez, às estatísticas da balança comercial dos países sul-americanos entre 2003-2015/2016, também se faz possível realizar alguns apontamentos, a fim de identificar semelhanças e diferenças entre as suas experiências. É evidente que tanto na Argentina (gráfico 2), quanto no Brasil (gráfico 3), conformou-se uma característica de aumento do nível das exportações e importações de bens e serviços sob o neodesenvolvimentismo, tal como discutido anteriormente (Banco Mundial, 2025). A elevação destes indicadores, porém, não é por acaso, nem é particular dos casos sul-americanos, na verdade, está diretamente relacionado com um crescimento das exportações na América Latina em seu conjunto, considerando a orientação à mercados externos do padrão vigente de reprodução do capital na região, tal como defende Osorio (2012a; 2012b). Isto corrobora a sua tese (2012a, p. 106-108) acerca da centralidade da condição exportadora para a viabilidade do atual *padrão exportador de especialização produtiva*, no qual está inserido o próprio modelo neodesenvolvimentista (Osorio, 2012a). Retornaremos à questão da especialização produtiva mais adiante na presente seção a partir de outros dados.

Retomando os gráficos (2 e 3), também é interessante observar em ambos os casos a existência de um padrão semelhante em suas balanças comerciais, correspondente à evolução do próprio crescimento econômico; o que, em nossa interpretação, demonstra um alto grau de correlação entre os indicadores analisados. Isto porque houve (i) entre 2003-2008, uma elevação crescente dos indicadores do comércio exterior, dado o aumento dos preços internacionais dos produtos primários; (ii) em 2009, uma redução nas suas estatísticas diante dos efeitos da crise financeira de 2008; (iii) entre 2010-2011, uma forte retomada e crescimento destes; antes de ocorrer logo em seguida, (iv) entre 2012-2016, uma estagnação e queda nos níveis de

exportações e importações em face tanto ao fim do contexto externo favorável, quanto ao cenário interno de declínio e crise do modelo de desenvolvimento em cada um dos países. As diferenças específicas nesta trajetória semelhante de ambas economias se concentram, sobretudo, na última etapa, haja vista que, a partir de 2012, a Argentina iniciou um processo de queda contínua no nível das exportações e importações em seu conjunto[223]; enquanto que o Brasil, entre 2012-2014, perpassou por tal processo apenas em relação às suas exportações, tendo em vista o aumento crescente de suas importações neste período – inclusive, de modo a atingir, em 2013, o seu maior nível sob a conjuntura neodesenvolvimentista à custa do saldo comercial. No caso brasileiro, foi somente durante o biênio de 2015-2016 que as suas importações sofreram uma forte redução, como resultado da crise político-econômica interna no país (Banco Mundial, 2025).

Contudo, a diferença fundamental que emerge entre os dois países sul-americanos em suas respectivas balanças externas trata-se precisamente da evolução do saldo comercial sob o neodesenvolvimentismo. Por um lado, enquanto a Argentina kirchnerista (gráfico 2) logrou uma série de *superávits* na balança comercial de bens e serviços durante quase todo o ciclo neodesenvolvimentista, tornando-se deficitária apenas na fase de declínio e crise do modelo – mais especificamente, nos anos de 2013 e 2015 –; por outro lado, o Brasil petista (gráfico 3) apresentou mais dificuldades de preservar um balanço superavitário – cujo resultado positivo se deu apenas entre 2003-2007 –, na medida em que, durante o período de 2008-2015, o país acumulou *déficits* nas contas externas, reproduzindo e ampliando o saldo negativo ao longo de seu ciclo. A economia brasileira recuperou o superávit somente em 2016, em função da queda no nível das importações, conforme discutido anteriormente. Sendo assim, torna-se possível acusar a ocorrência de uma deterioração da balança comercial deste país durante o período de 2009-2015, haja vista que o seu nível de exportações ficou abaixo das importações, aumentando o déficit ao longo dos anos, o que não se deu no caso argentino (Banco Mundial, 2025). Esta diferença na evolução do saldo comercial entre os países sul-americanos ocorreu porque a economia argentina, diferentemente do caso brasileiro, foi capaz de manejar o aumento respectivo do nível das exportações e importações, sem deixar que a elevação da capacidade de importar do país superasse a sua necessidade de exportar. Mesmo assim, deve-se notar que em ambos os casos, o saldo externo positivo, quando existiu, se demonstrou apenas transitório,

[223] A rigor, o processo de queda contínua no nível de exportações e importações da Argentina ocorreu durante todo o período de 2012-2015, exceto, em 2013, no que diz respeito especificamente às importações, quando a economia apresentou um reduzido aumento de aproximadamente US$ 3,23 bilhões de dólares (cerca de 4,14%) em relação ao ano anterior (Banco Mundial, 2025).

dada a incapacidade das economias em manter o alto nível das exportações e, consequentemente, o *superávit*, quando do fim do ciclo de valorização das *commodities* e do esgotamento do modelo neodesenvolvimentista.

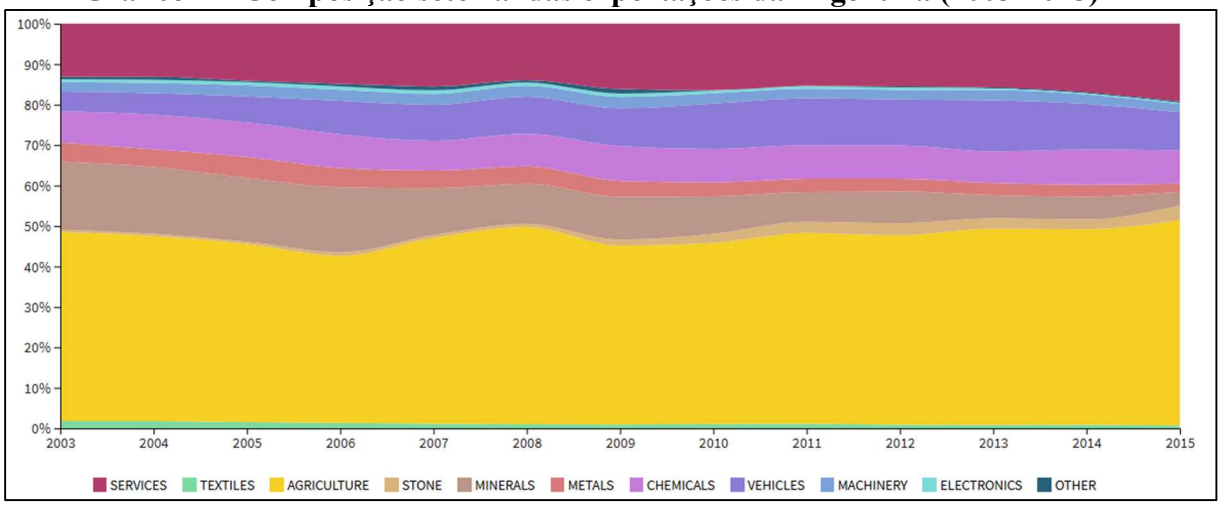
Numa perspectiva restrita, comum em diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, tal como discute Osorio (2012a), a simples "[...] elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento" (Osorio, 2012a, p. 104). No entanto, o teórico argumenta que isto somente é possível, se um isolar as estatísticas do comércio exterior do resto da economia, sem encarar os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento. Esta correlação se torna ainda mais inverossímil se considerarmos que a América Latina em seu conjunto atravessou nas últimas décadas um significativo crescimento das exportações sob o novo padrão de reprodução, mas, que isso evidentemente não se traduziu necessariamente em desenvolvimento econômico em toda a região, haja vista o cenário de ampliação da exploração e de deterioração geral das condições de vida (Osorio, 2012a). Refletindo acerca da presente investigação, de fato, como visto, a Argentina e o Brasil lograram um aumento significativo no nível das exportações e importações sob o neodesenvolvimentismo; porém, assim como o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, a elevação da condição exportadora por si só também não o é – por mais que ela seja condição necessária tanto do modelo neodesenvolvimentista, quanto do próprio padrão vigente de reprodução do capital.

Em nossa interpretação, isto exige aprofundar a análise. Para além de termos numéricos absolutos, também deve-se encarar a questão da pauta exportadora e importadora a partir de uma visão qualitativa, isto é, a partir daquilo que se exporta e se importa *setorialmente* nos mercados mundiais, pois, afinal, aquilo que se produz tem relevância central na definição da estrutura hierárquica da divisão internacional do trabalho e na configuração da relação centro-periferia entre os países imperialistas e dependentes. Ou seja, se é fato que tanto a Argentina, quanto o Brasil atravessaram uma fase de expansão nas estatísticas do comércio exterior sob o neodesenvolvimentismo, não basta apontar o crescimento do nível das exportações e importações, segundo Osorio (2012a), também "[é] relevante conhecer os valores de uso exportados pelas diferentes economias, uma vez que isso nos mostra o grau de complexidade alcançado por sua estrutura produtiva" (Osorio, 2012a, p. 115). Isto significa que é necessário analisar também a evolução da estrutura produtiva argentina e brasileira, a fim de verificar os seus alcances e limites efetivos sob o modelo neodesenvolvimentista. Em outras palavras, busca-se responder se tal crescimento avançou a meta de (re)industrialização dos países sul-americanos, se ele significou uma melhoria em seus níveis de sofisticação produtiva, de

complexidade econômica, traduzindo-se em desenvolvimento econômico? Ou, se ambas economias simplesmente trilharam o caminho da especialização produtiva, aprofundando a condição periférica e dependente?

Para isto, direcionemo-nos à evolução histórica da composição setorial das exportações da Argentina e do Brasil sob a conjuntura neodesenvolvimentista, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 4 – Composição setorial das exportações da Argentina (2003-2015)[224]



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2025)

Sobre a Argentina kirchnerista (gráfico 4)[225], apesar de relativa diversificação, é notória a preponderância histórica de setores produtivos de baixa complexidade econômica e sofisticação produtiva – isto é, de maior ubiquidade –, quais sejam, a agricultura, minérios e serviços, os quais compõem juntos a grande parcela da pauta produtiva e exportadora do país sul-americano. Dentre os setores produtivos especificamente, destaca-se a agricultura, haja vista a sua composição entre 41~50% durante todo o período neodesenvolvimentista. Para ser mais exato, após iniciar tal conjuntura, em 2003, representando 46,72% da pauta produtiva e exportadora argentina, a agricultura diminuiu relativamente sua participação, atingindo, em 2006, o seu menor resultado (41,27%), antes de aumentá-la novamente ao longo do ciclo, finalizando-o, em 2015, com o seu maior resultado (50,76%). Em segundo lugar, destaca-se também o setor de serviços que, por sua vez, logrou manter sua participação entre 13~19%, de

[224] Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: Seção (1 dígito) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

[225] Aqui, é importante pontuar que os gráficos de composição setorial das exportações e importações dos países expostos na presente seção da investigação são organizados e classificados a partir das cores, onde cada uma delas representa um setor produtivo distinto, conforme legenda. A fim de facilitar a compreensão e assimilação das informações, os setores produtivos dispostos nos gráficos – ordenados igualmente de baixo pra cima – são: (1) têxtil; (2) agricultura; (3) pedras; (4) minérios; (5) metais; (6) químicos; (7) veículos; (8) maquinários; (9) eletrônicos; (10) outros; e, por último, (11) serviços (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

modo a apresentar uma tendência positiva ao longo do tempo, ficando atrás apenas da agricultura ao fim do período. De forma semelhante, embora em diferentes graus, outros setores da economia argentina também preservaram relativamente o seu nível de participação na pauta produtiva e exportadora, tais como o setor de químicos (aprox. entre 7~9%), de maquinários (entre 2,03~2,84%), e o têxtil (entre 0,72~1,78%) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Por outro lado, é necessário pontuar também que certos setores diminuíram a sua participação ao longo do ciclo neodesenvolvimentista argentino. Em relação aos minérios, por exemplo, apesar de sua relevância na fase inicial, apresentando-se, em 2003, como o segundo principal setor da economia argentina (16,84%), desde então, tal setor produtivo perdeu a sua posição ao sofrer uma forte redução, atingindo, em 2015, a sua menor participação histórica (3,36%). Outro exemplo, de menor expressão, tratou-se da trajetória do setor de metais, cuja participação atingiu, em 2005, o seu maior resultado (5,19%) e, logo após, diminuiu até atingir, em 2015, o seu pior resultado (2,05%). Evidentemente, tais resultados negativos de uns significaram o aumento relativo da participação de outros setores na estrutura produtiva e exportadora argentina, enquanto resultado do programa neodesenvolvimentista no país sul-americano (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Além do crescimento da agricultura e dos serviços e, considerando tanto a conservação do nível de participação de determinados setores, quanto a menor expressão de outros, tais como o setor de eletrônicos (entre 0,33~0,88%) e o de outros produtos (entre 0,07~1,13%); neste período, deve-se perceber também a elevação da participação de outros dois setores da economia argentina: o setor de pedras e o setor de veículos. Em primeiro lugar, o setor de pedras, de baixa sofisticação, em 2003, apresentou um resultado percentual de apenas 0,53%, antes de iniciar um crescimento gradual, atingindo, em 2015, o seu ápice (3,59%), quase setuplicando a sua participação, ainda que o seu nível continue relativamente baixo (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Por último – e não menos importante –, o setor de veículos, de alta sofisticação produtiva, também cresceu significativamente durante o período, tendo em vista que a sua participação saltou gradativa e interruptamente[226] de 4,86%, em 2003, para 12,65%, em 2013, quase triplicando o seu tamanho, antes de aterrissar, em 2015, num resultado menor (9,45%), mas, ainda sim, de altíssima importância, haja vista o seu peso em termos de complexidade econômica. Inclusive, estes resultados são ainda melhores, se considerarmos o crescimento do

[226] O setor de veículos, de fato, cresceu interruptamente somente entre 2003-2011. Isto porque, em 2012, o setor apresentou uma participação de 11,35%, o qual representou uma redução de apenas 0,22% em relação ao ano anterior (11,57%). (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

setor de veículos conjuntamente com os outros setores mais complexos e sofisticados da economia, quais sejam, o setor de maquinários e o setor de eletrônicos – ver Apêndice A –, ainda que estes tenham um nível de participação menor na pauta, tal como visto anteriormente. Nesse sentido, entre 2010-2014, os setores representaram em conjunto 14,47%; 14,55%; 14,35%; 15,70%; e 14,05% em cada ano, respectivamente. Em 2015, com a queda no nível de participação do setor de veículos, os resultados dos setores mais complexos e sofisticados diminuíram, encerrando, assim, o ciclo com um percentual de 11,81% da estrutura produtiva do país (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

A partir disso, torna-se possível, então, analisar o panorama geral da estrutura produtiva e exportadora da Argentina sob o neodesenvolvimentismo, no qual o seu principal resultado, isto é, o seu alcance de maior expressão em termos de desenvolvimento econômico, foi precisamente o crescimento do setor de veículos, considerando a sua alta complexidade econômica e sofisticação produtiva. Contudo, sob um contexto neodesenvolvimentista, cujo pressuposto básico é a (re)industrialização, tais resultados demonstram limitações, na medida em que se revelam insuficientes, haja vista a permanência do alto nível de participação relativa de outros setores produtivos menos complexos e sofisticados ao longo de todo o período analisado, tais como os setores de agricultura e de serviços, que juntos compuseram ao fim do ciclo, cerca de 70% da pauta produtiva e exportadora argentina. Para isto, excluindo os serviços, basta verificar a participação dos principais bens produzidos e exportados pelo país ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Participação dos principais produtos de exportação selecionados da Argentina (2003-2015), (em %)[227]

	2003-2005[a]	**2006-2008[a]**	**2009-2011[a]**	**2012-2014[a]**	**2015**
Argentina					
Agricultura	45,53	45,29	45,35	47,91	50,76
Bagaços de soja	8,61	8,14	10,41	11,87	13,38
Grãos de soja	4,76	4,82	4,74	4,14	5,72
Óleo de soja	5,33	5,79	4,86	4,39	5,19
Milho	3,17	3,35	3,61	5,37	4,54
Minerais	16,36	12,51	9,05	6,40	3,36
Óleo de petróleo bruto	5,93	2,72	2,97	2,16	0,98
Óleo de petróleo refinado	5,05	4,69	2,01	1,26	0,6

[227] [a]: Médias anuais. Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: 4 dígitos (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

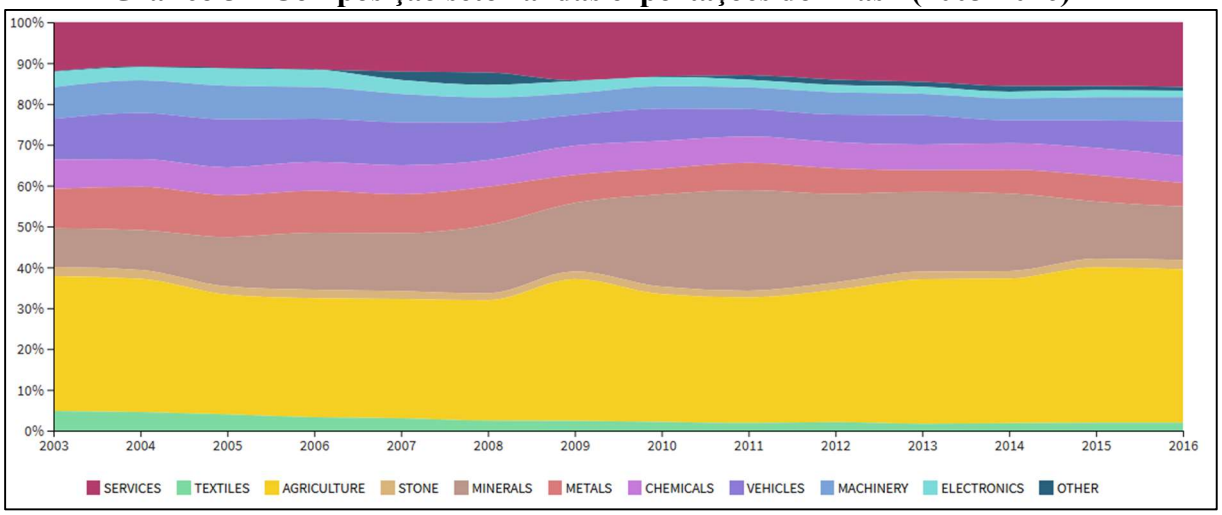
Pedras	0,54	0,83	2,19	2,65	3,59
Ouro	0,20	0,50	1,66	2,17	3,08
Veículos	5,56	8,79	10,71	11,77	9,45
Carros	1,64	3,25	4,85	4,50	1,28
Veículos automóveis	1,59	2,50	3,07	4,71	4,44
Partes de veículos	1,63	1,69	1,46	1,53	2,95

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2025).

Em 2015, durante o encerramento do ciclo, os principais produtos produzidos e exportados pela Argentina foram: (1º) bagaços e outros resíduos sólidos, triturados ou em pellets, da extração do óleo de soja (13,38%); (2º) grãos de soja, ou mesmo triturada (5,72%); (3º) óleo de soja (5,19%); (4º) milho (4,54%), etc., a fim de verificar não somente a magnitude da agricultura, mas, também, especificamente, o peso da indústria da soja que supera, neste ano, o conjunto de setores mais complexos e sofisticados (11,81%) da economia argentina – ver Apêndice A (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Ou seja, apesar do avanço de determinados setores – tal qual o setor de veículos –, o modelo neodesenvolvimentista não foi efetivo na promoção de uma mudança estrutural na economia argentina – assim como, apontado no estudo de caso –, aprofundando, assim, a sua especialização produtiva, conforme estabelecido pelo atual padrão de reprodução do capital.

No que se refere ao caso brasileiro, por sua vez, introduz-se o seguinte gráfico:

Gráfico 5 – Composição setorial das exportações do Brasil (2003-2016)[228]



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2025)

[228] Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: Seção (1 dígito) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Conforme pode ser analisado no gráfico (5) acima, neste quesito, os resultados do neodesenvolvimentismo no Brasil petista não são tão distintos do ensaio argentino. Embora seja mais relativamente diversificada e complexa – sobretudo, em sua fase inicial –, a pauta produtiva e exportadora brasileira também se destaca pelo seu ainda alto nível de ubiquidade, isto é, pela preponderância de setores produtivos de baixa complexidade e sofisticação durante o ciclo neodesenvolvimentista, quais sejam, os setores de agricultura, minérios e serviços – tal como na economia argentina, ainda que com suas particularidades. Refletindo setorialmente a estrutura produtiva brasileira, a agricultura foi o seu principal setor econômico durante todo o período em questão, tendo em vista a sua variação percentual entre 29,14~38,09% ao longo do ciclo. Com base nos dados, em 2003, em sua fase inicial, a agricultura compôs 33,01% da pauta produtiva e exportadora do país; logo depois, entre os anos 2004-2008, o setor diminuiu a sua participação, alcançando, em 2006, o seu menor resultado (29,14%); para, enfim, crescer novamente, de modo a atingir, em 2015, o seu auge, finalizando, em 2016, com um expressivo nível de participação (37,50%) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Diferentemente de seu par no Cone Sul, apesar de certo grau de relevância, em 2003 e 2004, respectivamente, o setor de minérios (9,46%; 9,75%) esteve abaixo do setor de serviços (11,97%; 10,83%), de veículos (9,99%; 11,26%), e de metais (9,63%; 10,61%), porém, a partir de 2005, tal ramo cresceu significativamente, ultrapassando-os, e tornando-se, assim, o segundo principal setor da economia brasileira sob o modelo neodesenvolvimentista, somente abaixo da agricultura. Após um crescimento gradativo, o setor de minérios atingiu, em 2011, o seu auge (24,58%), e, desde então, diminui relativamente o seu peso, ao ponto de encerrar o ciclo, em 2016, com 13,08% de participação – embora ainda seja um resultado alto, o setor cedeu a sua posição ao setor de serviços (15,86%). Os serviços, por sua vez, tratou-se de outro setor de suma relevância para a economia brasileira, uma vez que conseguiu manter alta sua participação entre 10,83~15,86% ao longo de todo o ciclo, até, finalmente, apresentar um crescimento a partir de 2012, de modo a ultrapassar novamente o setor de minérios, em 2015, atingindo, assim, em 2016, ao final do ciclo, o seu melhor resultado (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Outros setores que lograram uma certa estabilidade em sua participação trataram-se do setor de químicos (entre 6,28~7,16%) e o setor de pedras (entre 1,65~2,36%), apresentando uma baixíssima taxa de variação percentual durante todo o ciclo. Por outro lado, o setor de metais, apesar de uma variação relevante (entre 9,37~10,61%) durante o período de 2003-2008, a partir de 2009, perdeu espaço ao diminuir sua participação na pauta, de modo a alcançar, em 2013, o seu pior percentual (5,31%) e finalizar o ciclo, em 2016, com um resultado muito abaixo de seu nível inicial (5,77%). De forma semelhante, isto também ocorreu com o setor têxtil, o

qual iniciou, em 2003, com o seu mais alto percentual (4,84%) e, desde então, diminuiu a sua participação, apresentando, em 2013, o seu pior resultado (1,71%), e encerrando, em 2016, abaixo de sua composição inaugural (1,87%). A queda destes, porém, significou o crescimento relativo de outros setores, dos quais incluem-se àqueles mais complexos e sofisticados (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Em relação à tais setores, quais sejam, o setor de veículos, maquinários e eletrônicos (ver Apêndice A), todos eles apresentaram uma trajetória semelhante: mais relevantes durante a fase inicial neodesenvolvimentista, estes setores cresceram e, logo após, diminuíram sua participação – sobretudo, frente à preponderância da agricultura e do setor de minérios – ao longo do ciclo, perdendo espaço na pauta produtiva e exportadora brasileira em maior ou menor grau. À título de ilustração, durante o período de 2003-2007, os três setores compuseram conjuntamente cerca de 21,54%; 22,49%; 24,18%; 22,56%; e 20,82%, respectivamente, da pauta brasileira. Em 2008, porém, a sua participação caiu para 18,43% e, desde então, começou a reduzir gradativamente, atingindo, em 2014, o seu menor nível histórico (12,61%) – dos quais, 5,58% de veículos; 5,38% de maquinários; e 1,65% de eletrônicos[229]. No biênio de 2015-2016, durante a etapa final, apenas o setor de veículos logrou uma recuperação diante da queda do setor de minérios, encerrando, assim, o ciclo com melhores resultados em cada um dos anos (6,71% e 8,50%); enquanto os demais setores mantiveram baixos os seus respectivos percentuais (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Este é, por sua vez, o panorama geral da estrutura produtiva e exportadora do Brasil sob o neodesenvolvimentismo, do qual nota-se os seus alcances e limites. A partir dos resultados, no caso brasileiro, o principal avanço neodesenvolvimentista sob a conjuntura analisada tratou-se da relativa diversificação de sua pauta – basta verificar a relevância de distintos setores em sua economia – e do crescimento dos setores mais complexos e sofisticados – veículos, maquinários e eletrônicos –, sobretudo, durante a sua fase inicial. No entanto, tal qual o caso argentino, as limitações do programa no país sul-americano são evidentes. Isto porque, a partir de 2008, com o fim do expansionismo inicial, os setores de maior complexidade econômica atingiram um limite na economia brasileira (ver Apêndice A) e, desde então, reduziram a sua participação, enquanto o setor de minérios e a agricultura, por outro lado,

[229] De fato, o setor de veículos apresentou individualmente, em 2014, a sua menor participação (5,58%) durante todo o ciclo neodesenvolvimentista, resultando numa queda geral do conjunto, porém, isto não ocorreu no mesmo ano para os outros dois setores analisados. O setor de maquinários, por sua vez, teve a sua menor participação (5,26%), em 2013; enquanto, o setor de eletrônicos apresentou o seu percentual mais baixo (1,55%), em 2016, respectivamente. Nestes anos, em comparação com 2014, o resultado conjunto somente foi melhor em função do setor de veículos, que sustentou maiores taxas de participação (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

cresceram o seu nível de produção e exportação, de maneira a não somente aumentar a ubiquidade, mas, também, diminuir a diversificação da estrutura produtiva brasileira, deixando-a, assim, menos complexa (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Isto pode ser interpretado a partir dos principais produtos da pauta produtiva e exportadora da economia brasileira ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Participação dos principais produtos de exportação selecionados do Brasil (2003-2016), (em %)[230]

	2003-2005[a]	**2006-2008[a]**	**2009-2011[a]**	**2012-2014[a]**	**2015**	**2016**
Brasil						
Agricultura	31,66	29,26	32,24	34,37	38,09	37,50
Bagaços de soja	2,66	1,64	2,10	2,31	2,43	2,23
Grãos de soja	4,64	3,98	5,61	7,87	9,49	9,14
Açúcar	2,66	2,95	4,90	4,18	3,46	4,83
Carnes de aves	2,37	2,23	2,55	2,57	2,87	2,77
Minerais	10,43	14,96	21,32	20,04	13,96	13,08
Minérios de ferro	4,87	6,54	11,71	11,08	6,30	6,22
Óleo de petróleo bruto	2,70	4,94	6,61	6,00	5,29	4,67
Óleo de petróleo refinado	1,82	2,11	1,46	1,52	0,73	0,51
Veículos	10,99	10,10	7,36	6,51	6,71	8,50
Carros	3,23	2,63	1,81	1,60	1,56	2,22
Veículos automóveis	1,05	1,11	0,69	0,74	0,76	0,99
Partes de veículos	1,79	1,70	1,41	1,20	1,06	0,88
Veículos aéreos	2,66	2,37	1,89	1,50	1,89	2,28

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2025).

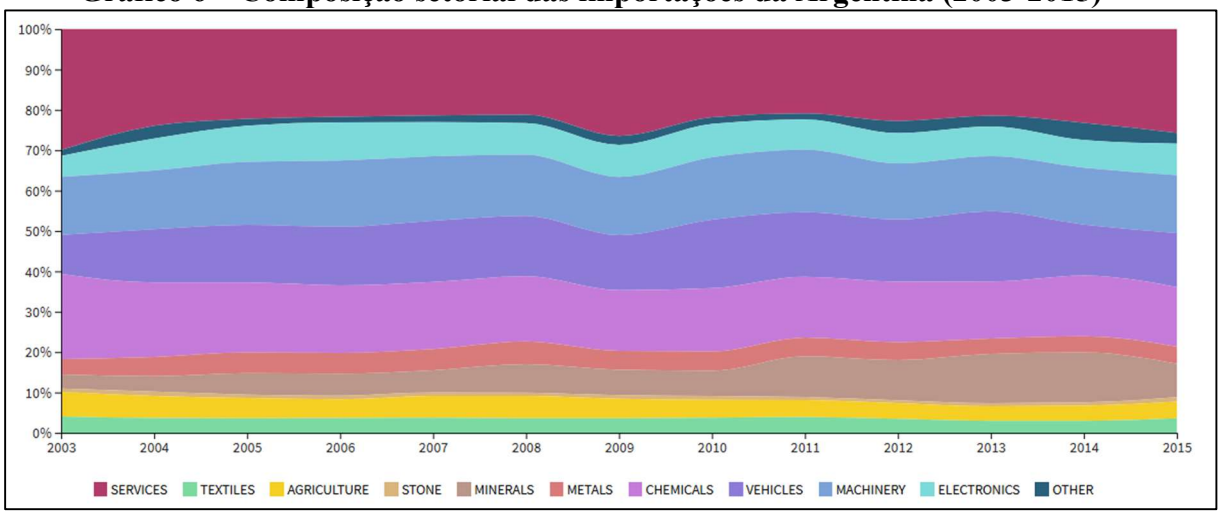
Com base nestas estatísticas, nota-se que durante o encerramento do ciclo, em 2016, somente a agricultura e os minérios compuseram mais da metade da pauta produtiva e exportadora do país (50,58%), as quais possuem também os principais bens produzidos e exportados – excluindo o setor de serviços –, quais sejam, (1º) grãos de soja (9,14 %); (2º) minérios de ferro e seus concentrados (6,22%); (3º) açúcares de cana e sacarose (4,83%); (4º) óleos brutos de petróleo (4,67%), etc. Para se ter base, estas estatísticas apontam que, neste ano, não somente a indústria da soja ultrapassou a participação de todo o setor de veículos (8,50%), como também, a indústria do aço superou todo o setor de máquinas (5,91%), ambos com apenas um único produto (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Ou seja, o

[230] **[a]**: Médias anuais. Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: 4 dígitos (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

neodesenvolvimentismo no Brasil também não logrou provocar uma mudança estrutural para além de avanços temporários e relativos em determinados setores produtivos de sua economia, que tão logo retomou o processo de especialização produtiva, aprofundando a sua dependência – pelo menos, até aqui, num sentido produtivo, tecnológico e comercial.

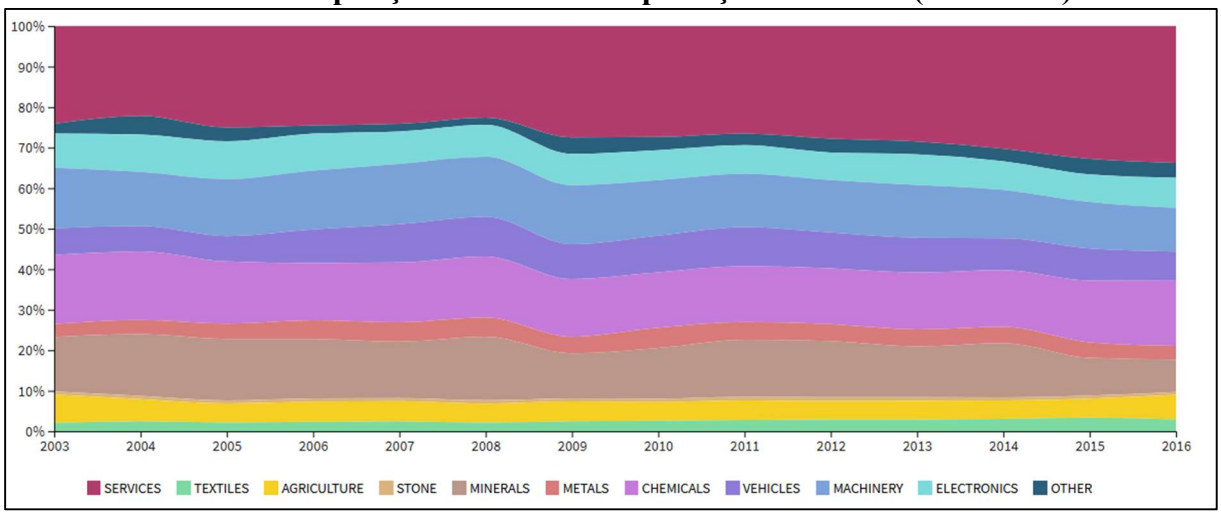
Isto se corrobora, ainda mais, quando verificamos complementarmente a evolução histórica da composição setorial das importações de ambos os países sul-americanos sob a conjuntura neodesenvolvimentista, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 6 – Composição setorial das importações da Argentina (2003-2015)[231]



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2025)

Gráfico 7 – Composição setorial das importações do Brasil (2003-2016) [232]



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2025)

[231] Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: Seção (1 dígito) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).
[232] Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: Seção (1 dígito) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

A partir dos Gráficos 6 e 7, é possível notar um certo padrão semelhante nas importações da Argentina e do Brasil – é claro, sem apagar suas particularidades – sob o período neodesenvolvimentista. Diferentemente de suas respectivas estruturas produtiva e exportadora, ambos os países sul-americanos possuem uma pauta importadora diversificada e não-ubíqua, isto é, de alta complexidade econômica e sofisticação produtiva. Isto se faz evidente a partir da participação conjunta dos setores de veículos, máquinas e eletrônicos que apresentam uma trajetória parecida nos dois países: numa primeira fase expansionista do ciclo, entre 2003-2010, tais setores cresceram conjuntamente, para depois, numa segunda fase de esgotamento, entre 2011-2016, reduzir a sua participação até atingir em seu encerramento níveis próximos – ou até mesmo abaixo – de seu ponto de partida (ver Apêndice A). Considerando todo o percurso, sob uma variação percentual de 29,22~40,68% e de 25,50~32,51%, juntos, eles compuseram, em média, cerca de 37,04% e 29,7% das importações de bens e serviços da economia argentina e brasileira, respectivamente, demonstrando, assim, o seu peso econômico em cada um dos países (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

No mesmo sentido, basta verificar os principais produtos importados por ambos países. Desconsiderando o setor de serviços, em 2010, durante o seu auge importador de bens complexos (40,68%), a economia argentina importou principalmente: (1º) carros (6,82%); (2º) partes e acessórios de veículos automóveis (4,94%); (3º) óleos de petróleo refinado (2,50%); (4º) computadores (1,75%); e (5º) aparatos de transmissão para rádio, telefone e televisão (1,59%), etc.; enquanto que a economia brasileira, em 2008, durante o seu respectivo auge (32,51%), importou: (1º) óleos de petróleo bruto (6,48%); (2º) óleos de petróleo refinado (3,48%); (3º) carros (2,73%); (4º) partes e acessórios de veículos automóveis (2,50%); (5º) telefones (1,84%), etc. Ou seja, o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro não somente significou o aumento do nível das importações, mas, implicou também, enquanto o modelo se sustentou, o aumento das importações de bens centrais – isto é, de produtos industrializados, de alto valor agregado, com alto nível tecnológico e mão de obra especializada (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Isto pode ser analisado com mais detalhes a partir da tabela a seguir:

Tabela 4 – Participação dos principais produtos de importação selecionados da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em %)[233]

	2003-2005[a]	**2006-2008[a]**	**2009-2011[a]**	**2012-2014[a]**	**2015**	**2016**
Argentina						
Eletrônicos	7,34	8,58	7,89	7,22	7,84	-
Aparatos de transmissão	1,97	2,40	1,56	0,96	0,91	-
Telefones	0,63	0,80	0,97	1,02	1,59	-
Maquinários	14,84	15,85	15,12	13,88	14,33	-
Computadores	1,32	1,42	1,52	0,94	0,84	-
Minerais	4,18	6,00	7,53	11,51	8,31	-
Óleo de petróleo refinado	1,08	2,97	2,98	4,46	3,79	-
Gases de petróleo	0,26	0,45	1,12	4,48	2,7	-
Químicos	18,95	16,50	15,26	14,71	14,77	-
Medicamentos	1,41	1,08	1,24	1,23	1,47	-
Veículos	12,38	14,88	15,53	15,15	13,34	-
Carros	4,07	5,41	6,01	5,97	4,2	-
Partes e acessórios de veículos	3,41	4,24	4,67	4,57	3,9	-
Veículos automóveis	1,61	1,59	1,31	1,37	1,23	-
Brasil	**2003-2005[b]**	**2006-2008[b]**	**2009-2011[b]**	**2012-2014[b]**	**2015**	**2016**
Eletrônicos	9,00	8,31	7,37	7,15	6,8	7,43
Circuitos eletrônicos integrados	1,23	0,95	0,92	1,06	0,93	0,96
Telefones	0,53	1,29	1,41	1,22	1,35	1,42
Maquinários	14,12	14,76	13,83	12,62	11,46	10,83
Computadores	0,90	0,90	0,77	0,77	0,58	0,58
Minerais	14,62	14,75	12,56	13,23	9,33	8
Óleo de petróleo bruto	6,81	6,06	3,85	3,64	2,33	0,9
Óleo de petróleo refinado	2,20	3,13	4,04	5,01	2,69	3,44
Gases de petróleo	1,19	1,64	1,46	2,19	1,92	1,12
Químicos	16,42	14,61	13,89	13,94	15,2	16,06
Medicamentos	1,40	1,18	1,17	1,12	1,32	1,49
Fertilizantes potássicos	0,93	0,88	0,92	0,87	1,01	0,93
Veículos	6,37	9,19	9,09	8,43	7,96	7,24
Carros	0,75	2,13	3,53	2,66	1,93	1,37
Partes e acessórios de veículos	2,98	2,57	2,28	2,41	2,27	2,35

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2025).

[233] **[a]**: Médias anuais. [b]: Médias anuais. Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: 4 dígitos (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Além disso, outros dois setores também se destacam na pauta importadora de ambos países: o setor de serviços (negócios, viagens e turismo, transporte, etc.) e de químicos (medicamentos, fertilizantes, inseticidas, vacinas, etc.), geralmente, concentrados em serviços não ofertados e insumos não produzidos localmente que são necessários para o funcionamento de seus setores internos – tal como a necessidade de produtos químicos pelo agronegócio, por exemplo. Por outro lado, a agricultura, o setor têxtil, de metais, e pedras, setores mais ou menos relevantes na pauta produtiva e exportadora, aqui, não cumprem a mesma função, revelando-se de baixa expressão comparativamente. Porém, ainda que sejam ambos países exportadores de minérios, curiosamente, tal setor especificamente possui uma importância significativa em suas respectivas pautas importadoras – principalmente na economia brasileira –, considerando as importações, em sua grande maioria, de produtos derivados do petróleo (óleos brutos, refinados, gases, etc.); o que demonstra, inclusive, limitações no setor interno de ambas economias, que possuem os recursos naturais em seu território nacional, mas, que não dispõem da capacidade produtiva, nem da técnica para aprimorar os seus processos de produção locais (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Com base nestas estatísticas, a partir da pauta produtiva, exportadora e importadora da Argentina e do Brasil, respectivamente (The Atlas of Economic Complexity, 2025), torna-se possível, então, verificar a configuração de uma relação centro-periferia e do intercâmbio desigual, na qual é evidente não somente a condição periférica – ou, até mesmo, semiperiférica – dos países sul-americanos na totalidade integrada e diferenciada da economia mundial capitalista, mas, também, o seu aprofundamento ao longo do período, apesar do ciclo neodesenvolvimentista. Isto porque as suas exportações (Gráficos 4 e 5; Tabelas 2 e 3), de um lado, são historicamente constituídas amplamente por processos de produção e setores produtivos periféricos – isto é, de baixa ou média complexidade econômica, valor agregado, nível tecnológico, e com mão de obra não especializada ou apenas semiespecializada (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

No que se refere aos parceiros comerciais – para ilustrar ainda mais tal relação periférica e desigual –, os seus principais destinos foram durante o encerramento do ciclo: em 2015, no caso argentino, (1º) o Brasil (15,44%); (2º) a China (6,80%); (3º) os Estados Unidos (4,88%); (4º) o Chile (3,57%); (5º) a Índia (2,60%); etc.; e, em 2016, no caso brasileiro, (1º) a China (17,51%); (2º) os Estados Unidos (10,39%); (3º) a Argentina (6,51%); (4º) a Alemanha (3,27%); (5º) o Japão (2,53%); etc., respectivamente (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Enquanto isso, por outro lado, as suas importações (Gráficos 6 e 7; Tabela 4) são, em grande parcela, o exato oposto, ou seja, compostas principalmente por bens industrializados e complexos – de alta sofisticação, alto valor agregado, altamente tecnológicos, etc. –, tipicamente do centro capitalista, com exceção do setor de minérios que ainda compõe uma alta participação relativa na pauta importadora dos países, especialmente, na brasileira, tal como discutido anteriormente (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Em relação aos seus parceiros comerciais, por sua vez, às suas principais origens foram durante o fim do ciclo: em 2015, no caso argentino, (1º) o Brasil (17,44%); (2º) os Estados Unidos (12,42%); (3º) a China (12,31%); (4º) a Alemanha (3,86%); e (5º) a Bolívia e o México (1,98%); e, em 2016, no caso brasileiro, (1º) os Estados Unidos (13,98%); (2º) a China (9,91%); (3º) a Alemanha (4,59%); (4º) a Argentina (4,53%); e (5º) a Coreia do Sul (2,20%), respectivamente (The Atlas of Economic Complexity, 2025). Com exceção tanto das relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil – parceiros de altíssima importância e relevância econômica mútua na América do Sul –, quanto da Argentina para com a Bolívia e o México, todas os demais principais destinos de importação de ambos países sul-americanos (Estados Unidos, China, Alemanha e Coreia do Sul) são do centro capitalista, assumindo, então, as suas parcerias comerciais, o tradicional padrão de troca de bens primários por bens industriais.

Ou seja, para visualizar tal relação centro-periferia e o intercâmbio desigual, basta apenas comparar a pauta produtiva e exportadora de ambos países – aquilo que se vende nos mercados mundiais – com as suas respectivas pautas importadoras – aquilo que se compra. Uma análise da balança comercial com os principais destinos e origens, em sua grande maioria, também indica a conformação deste padrão desigual que fundamentam as relações comerciais entre as nações industriais imperialistas e aquelas dependentes. Isto significa, conforme argumentam Costantino e Cantamutto (2024) especificamente para a experiência neodesenvolvimentista argentina, mas, que, em nossa interpretação, se aplica também para o ensaio brasileiro, um saldo comercial pendente para com o exterior – se não quantitativamente (ver Gráficos 2 e 3), pelo menos, qualitativamente em termos de complexidade –, cuja manifestação é resultado direto das necessidades tanto de uma indústria, quanto de uma estrutura interna atrasada e dependente (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 155-156).

Sendo assim, mesmo sob o neodesenvolvimentismo, ao invés de avançarem em direção à industrialização e à uma transformação estrutural, a economia argentina e a brasileira articularam, em maior ou menor grau, uma inserção internacional subordinada naqueles segmentos das cadeias globais de valor (CGV) de menor perfil industrial e alto impacto socioambiental (Clemente, 2024a, p. 75), tais como os eixos agrícolas, mineiros, de serviços e,

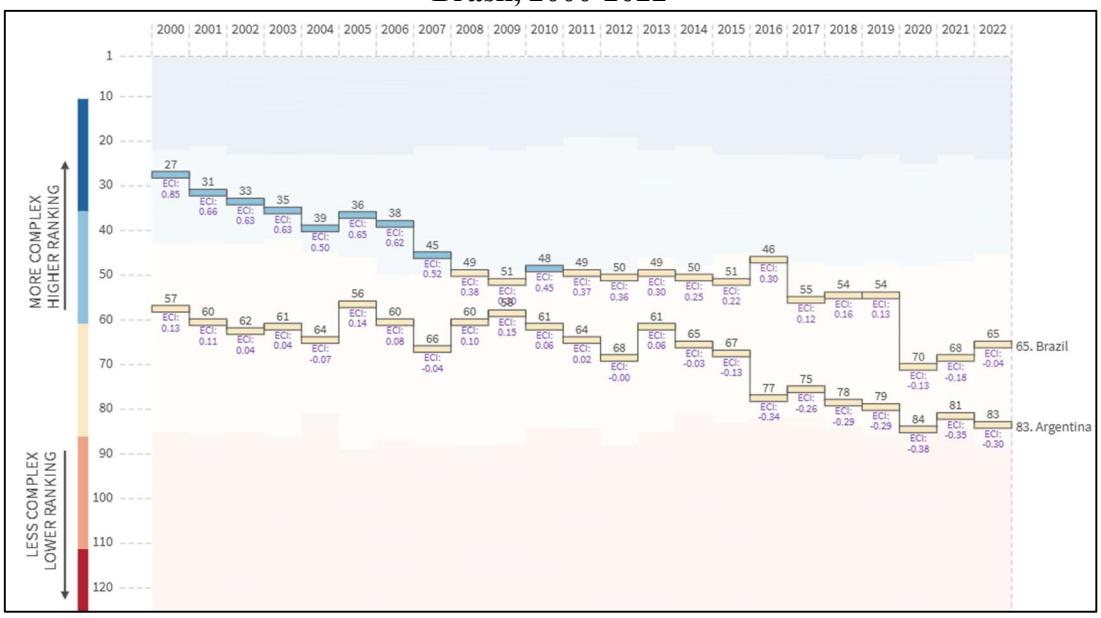
até mesmo, manufaturados – seja com atividades de montagem ou com produção. Como resultado, apesar de certos avanços industriais em determinados setores, é possível afirmar que ambos países sul-americanos reforçaram, em larga escala, o tradicional papel produtivo enquanto fornecedores e abastecedores de matérias primas e alimentos para o mercado mundial, aprofundando, assim, o traço distintivo do atual padrão de reprodução do capital, qual seja, a crescente especialização produtiva e exportadora (Osorio, 2012a; 2012b).

De acordo com Osorio (2012a), isto ocorre porque ainda se verifica o predomínio dos bens da mineração e da agricultura na pauta dos países (ver Gráficos 4 e 5), de modo que a presença de bens industriais – seja do ramo automobilístico, eletrônico ou de máquinas – "[...] não permite qualificar o novo padrão exportador como secundário. Os tradicionais bens do setor primário cumprem um papel relevante demais entre as exportações para serem caracterizados como padrão secundário" (Osorio, 2012a, p. 111-112). Nesse sentido, deve-se citar, aqui, produtos com vantagens naturais, matérias-primas agrícolas, minerais ou de energia, como a soja, minério de ferro, petróleo, açúcar, café, etc., tal como visto na composição setorial das exportações argentinas e brasileiras (Tabelas 2 e 3). Nisto, segundo a perspectiva do teórico (2012a), a qual vai ao encontro das estatísticas analisadas, agregam-se também 'manufaturas baseadas em recursos naturais', assim como:

> [...] bens provenientes das atividades de montagem da produção de automóveis e eletrônica, todas com uma débil incorporação tecnológica [...] geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, [e] operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local (Osorio, 2012a, p. 113).

Ou seja, não é por simples resultado de projetos nacionais de desenvolvimento, portanto, o aumento da produção e das exportações de bens industriais, nem a elevação das suas importações de bens manufaturados e tecnologias nos países sul-americanos; com efeito, tal movimento trata-se mais da afirmação tanto de um padrão crescente de especialização produtiva e exportadora, quanto de uma inserção subordinada da região nas grandes cadeias produtivas globais (CGV), sob direção do capital transnacional (Osorio, 2012a), das quais fazem parte os ensaios neodesenvolvimentistas da Argentina e do Brasil, respectivamente. Inclusive, tal interpretação crítica aos resultados produtivos do neodesenvolvimentismo pode ser corroborada a partir de estatísticas do *The Atlas of Economic Complexity* (2025), referentes à evolução do Índice de Complexidade Econômica (ECI) de ambas economias sul-americanas, tal como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Evolução do Índice de Complexidade Econômica (ECI) da Argentina e do Brasil, 2000-2022



Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2025)

Com base no Gráfico 8, ao contrário dos indicadores de crescimento econômico, etc., verifica-se que tanto a Argentina (2003-2015), quanto o Brasil (2003-2016) obtiveram resultados negativos em relação ao Índice de Complexidade Econômica (ECI)[234], durante o ciclo neodesenvolvimentista. No ponto de partida, em 2003, ambos países sul-americanos ocupavam a posição 61º (0,04); e 35º (0,63) no *ranking* mundial de economias mais complexas, respectivamente. Apesar de alguns vaivéns no caso argentino – ora avança, ora recua, sem modificações substanciais –, ao decorrer do período, as suas respectivas posições caíram em maior ou menor grau, encerrando, o ciclo, em 67º (-0,13); e 46º (0,30). Evidentemente, ao comparar a trajetória das experiências sul-americanas, muito embora sejam ambas negativas, mais uma vez, é manifesto os melhores resultados do ensaio argentino em relação ao caso brasileiro. Contudo, sob toda a conjuntura neodesenvolvimentista, as economias argentina e brasileira apresentaram, em média, um índice de aproximadamente (0,01); e (0,42), respectivamente; sendo ambos resultados abaixo de seus níveis iniciais, comprovando, assim, a incapacidade de seus modelos na promoção efetiva do desenvolvimento econômico e produtivo (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

Porém, antes de concluirmos a investigação, devemos, finalmente, direcionarmo-nos às categorias fundamentais da dependência – a transferência de valor, a superexploração do

[234] Para saber mais sobre o Índice de Complexidade Econômica (ECI), ver a seção (2.3) de adendos metodológicos da presente investigação.

trabalho e o subimperialismo –, operacionalizando-as na realidade concreta dos países sul-americanos, a fim de identificar, em fim último, as relações que elas guardam, de fato, com os alcances e limites do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro. Esta última etapa da investigação é essencial para a pesquisa, na medida em que busca traduzir o teórico no empírico, dando conta de responder quais são as categorias mais relevantes neste modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico, nesta forma específica de integração e inserção subordinada à economia mundial capitalista; ou seja, aquelas engrenagens que mais explicam a manutenção e o aprofundamento da condição dependente sob a conjuntura neodesenvolvimentista.

4.3.1 Operacionalização 1: transferência de valor e suas formas de manifestação

Conforme a discussão teórica da presente investigação, para além de suas formas fenomênicas e nexos produtivos, comerciais e tecnológicos, um dos mecanismos mais basilares e fundamentais da dependência, a transferência de valor, também opera como *intercâmbio desigual*, apresentando quatro principais formas de manifestação, das quais analisaremos sob o ciclo neodesenvolvimentista: (1) a deterioração dos termos de intercâmbio; (2) a remessa de lucros, *royalties* e dividendos; e (3) o serviço da dívida, isto é, referente às remessas de juros (Luce, 2018).

Em relação à forma de manifestação mais associada à dependência comercial, qual seja, (1) a deterioração dos termos de intercâmbio, é possível operacionalizá-la a partir da evolução do índice de preços dos produtos básicos de exportação dos países sul-americanos durante o ciclo neodesenvolvimentista, tal como poder ser visto na tabela a seguir:

Tabela 5 – Índice de preços de produtos básicos de exportação selecionados[235]

	2003 *	**2005 ***	**2007 ***	**2009 ***	**2010 ****	**2011 *****	**2012 *****	**2013 *****	**2014 *****	**2015 *****	**2016 *****
Produtos											
Agropecuários	101,7	121,5	154,7	165,1	159,3	118,8	110,9	106,5	105,3	88,0	91,0
Alimentos	96,1	117,5	143,6	172,6	156,9	118,4	108,3	107,6	107,3	90,0	99,0
Açúcar	86,7	120,9	123,3	221,9	215,3	122,2	101,2	83,1	79,9	-	-

[235] As marcações na tabela representam anos bases distintos, cujos significados são (*): 2000 = 100; (**): 2005 = 100; (***): 2010 = 100. Isto foi necessário para dar conta de todo o período sob o neodesenvolvimentismo, porque os anuários estatísticos da Cepal atualizam a referência de 'ano base' deste indicador ao longo do tempo, a fim de lograr uma análise mais acurada da evolução dos preços no curto-prazo (Cepal, 2010; 2011; 2015; 2017).

Carne	110,2	135,1	134,5	136,3	128,6	120,0	123,2	120,3	146,8	-	-
Milho	119,2	111,6	185,1	187,6	189,0	156,9	160,4	139,2	108,3	-	-
Óleos, farinhas, sementes oleaginosas	127,2	131,5	190,0	215,2	169,6	115,8	129,0	123,5	112,8	88,0	88,0
Óleo de soja	163,8	161,2	260,7	251,0	184,4	129,3	122,1	105,2	90,5	-	-
Soja	124,6	129,7	181,3	205,9	163,7	120,2	131,5	121,1	109,4	-	-
Farelo de soja	112,4	116,4	160,5	210,4	168,4	102,5	129,9	137,3	130,0	-	-
Minerais e metais	102,7	181,5	253,8	259,8	174,4	117,4	102,7	96,3	86,1	65,0	63,0
Ferro	112,2	225,9	294,4	485,8	154,4	107,8	81,7	85,7	62,8	-	-
Ouro	130,2	159,3	249,6	348,5	275,3	128,1	136,3	115,3	121,4	-	-
Energia	102,3	188,9	247,7	217,3	137,9	128,4	128,3	127,0	118,8	69,0	60,0
Petróleo bruto	102,4	189,1	252,1	219,0	148,2	131,4	132,8	131,6	121,7	-	-
Derivados	100,7	181,3	236	191,1	121,2	126,5	130,7	126,5	120,8	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2010, p. 159; 2011, p. 115; 2015, p. 117; 2017a, p. 46).

Com base nas estatísticas acima, é notório que o preço de produtos básicos de altíssima relevância e predominância na pauta produtiva e exportadora tanto da Argentina, quanto do Brasil – soja, óleo de soja, milho, ferro, petróleo, etc. – cresceu sob tal período, sobretudo, durante a etapa inicial do neodesenvolvimentismo. Afinal, conforme defende Osorio (2012a), "[n]ão há produto básico de exportação das economias latino-americanas que não tenha aumentado seus preços até 2008" (Osorio, 2012a, p. 120). Considerando ainda o índice dos anos seguintes (ver tabela 5), para além do recorte analítico do autor (2012a), com efeito, nota-se que, entre 2009-2011, os preços dos produtos primários, em sua grande maioria, continuaram em alta no mercado mundial (Cepal, 2010; 2011; 2015; 2017), conformando-se, assim, uma época de bonança conjunta, o chamado *boom* das *commodities* no início dos anos 2000.

Ou seja, devido ao contexto externo favorável, entre 2003-2011, de fato, houve um crescente aumento no volume e nos preços dos bens exportados pela economia argentina e brasileira no mercado mundial. Isto significou, neste período, uma 'reversão' do processo secular de deterioração dos termos de intercâmbio, uma das principais formas de transferência de valor, cuja configuração atravessou historicamente as formações econômico-sociais dos países dependentes na economia mundial capitalista, mas, que não demonstra ser tão explicativa da dependência no recorte em questão. Ademais, segundo Osorio (2012), tais resultados também possibilitaram "[...] a implementação de políticas sociais em alguns casos, de maneira

a mitigar a pobreza e a miséria, inclusive, com alguns aumentos do salário mínimo; porém, ao custo de propiciar, por outro lado, uma concentração de riqueza e desigualdade social" (Osorio, 2012a, p. 120). Retornaremos à questão do trabalho – salário, etc. – na próxima seção.

Contudo, antes de seguirmos, aqui, deve-se apontar que tal melhoria nos termos de troca não foi definitiva na realidade latino-americana, mas, sim, apenas temporária, isto é, em função do ciclo de valorização dos bens primários que acompanhou "[...] ao crescimento de economias locais e de mercados em expansão como os da Ásia – o da China em particular" (Osorio, 2012a, p. 120). Não é por acaso, então, tal como pode ser visto na tabela, que a partir de 2012, com a desaceleração econômica mundial, verificou-se novamente um processo de declínio nos preços das *commodities*, atingindo o seu auge no biênio de 2015-2016 – com especial destaque para a redução nos setores de energia, e de minerais e metais –, quando não coincidentemente se deu o esgotamento do neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil, respectivamente (Cepal, 2010; 2011; 2015; 2017).

Com base nisto, embora seja correto afirmar que a tendência de deterioração dos termos de intercâmbio não cumpre um papel relevante sob o período em questão, aqui, rejeita-se tanto a sua superação enquanto forma central de transferência de valor, quanto da dependência comercial na atual fase do capitalismo mundial. Para confirmar isto, basta apenas verificar os efeitos do padrão de especialização exportadora na região, sob o qual os países latino-americanos aprofundaram o seu papel produtivo de abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial (Osorio, 2012a), tal como discutido anteriormente. Mesmo assim, é importante pontuar que tal resultado conjuntural – a melhoria dos termos de troca – não se trata necessariamente de um alcance positivo dos modelos neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro, mas, sim, de um contexto externo favorável que foge ao controle de ambos países sul-americanos. Afinal, relembrando Dos Santos (2011), a dependência é "[...] uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada [...]" (Dos Santos, 2011, p. 5-6), sendo o seu próprio 'desenvolvimento' possível apenas como um reflexo desta expansão.

No que se refere à operacionalização daquela forma de transferência de valor mais associada, por sua vez, à dependência tecnológica, qual seja, (2) a remessa de lucros, *royalties* e dividendos, antes de analisar, de fato, o fluxo de lucros e dividendos remitidos anualmente para o exterior pelos países, torna-se necessário verificar o peso econômico do grande capital estrangeiro e o seu papel nas economias sul-americanos. Isto porque além de constituir um ator relevante na reestruturação produtiva mundial e na conformação do novo padrão de especialização exportadora (Osorio, 2012a, p. 108-109), o capital estrangeiro, sobretudo, via

investimento externo direto (IED), trata-se do elemento determinante desta forma particular de transferência de valor. Por isto, introduz-se, primeiro, as estatísticas da Argentina e do Brasil, no que se refere tanto ao nível de investimento externo, quanto ao setor de destino, tal como pode ser visto a seguir:

Tabela 6 – Investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em milhões de dólares)[236]

	2003-2004[a]	2005-2006[a]	2007-2008[a]	2009-2010[a]	2011-2012[a]	2013-2014	2015	2016
Argentina	2.889	5.401	8.100	7.675	13.082	7.444	11.759	4.229
Brasil	14.142	17.439	47.648	59.967	93.883	83.038	74.694	78.929

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2017c, p. 84).

A partir da tabela 6, nota-se a evolução histórica do investimento externo direto (IED) em ambos os países sul-americanos sob o ciclo neodesenvolvimentista, com especial destaque para o Brasil, a economia que mais atraiu esse tipo de capital em toda a América do Sul durante o recorte histórico em questão. Evidentemente, apesar do notório grau de intensidade, é inquestionável que tanto a economia argentina, quanto a economia brasileira perpassaram, primeiro, entre 2003-2012, um contexto de crescente aumento na entrada de investimento externo e, logo após, entre 2013-2016, um cenário de queda relativa – muito embora os resultados tenham ainda permanecido ainda significativos e muito acima dos valores iniciais. Inclusive, à título de ilustração, com base nos dados da Cepal (2017c, p. 91), em 2015 e 2016, mesmo com a crise e o encerramento do neodesenvolvimentismo nos respectivos países, o valor acumulado de IED correspondeu à 15% e 30% do PIB da economia argentina e brasileira, respectivamente; demonstrando, assim, a altíssima relevância e peso econômico – para não dizer, de antemão, dependência – do investimento externo em suas respectivas formações econômico-sociais (Cepal, 2017c). Para além dos presumidos benefícios e vantagens desta relação, tal situação econômica dos países sul-americanos se revela ainda mais considerável e pertinente num sentido crítico, quando verificamos os setores de destino dos investimentos externos, conforme tabela abaixo:

[236] [a]: Médias anuais.

Tabela 7 – Investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil por setor de destino, 2007-2016 (em milhões de dólares)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Argentina										
Recursos naturais	2.464	2.627	1.600	2.544	1.222	2.816	5.631	4.000	-740	-
Manufaturas	3.020	5.144	474	4.861	5.446	5.709	4.295	6.947	7.979	-
Serviços	1.961	2.426	2.220	2.622	4.567	4.787	3.924	5.775	6.044	-
Brasil	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Recursos naturais	4.751	12.995	4.597	16.261	10.297	6.528	9.990	5.621	8.310	8.696
Manufaturas	13.481	14.013	13.481	21.273	26.837	22.206	15.218	16.922	20.967	20.138
Serviços	16.103	17.449	13.601	14.702	31.987	31.444	23.880	33.357	28.628	24.647

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2017c, p. 85).

De acordo com as estatísticas acima (tabela 7), considerando os valores acumulados neste período, o principal setor de destino do investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil sob o neodesenvolvimentismo foi o setor de manufaturas e o setor de serviços, respectivamente. Ao contrário do esperado, considerando o novo padrão de especialização exportadora, é interessante notar que o setor de recursos naturais em ambos países sul-americanos foi o que menos recebeu investimento externo (Cepal, 2017c). À primeira vista, tais resultados podem se apresentar contraditórios, uma vez que parecem não reforçar a (re)primarização da economia, porém, eles não invalidam o padrão vigente, nem suprimem a outra face do capital estrangeiro. Com efeito, estes resultados são produtos precisamente tanto da manifestação da dependência tecnológica, quanto da materialização das cadeias globais de valor (CGV), nas quais tanto a economia argentina, quanto a economia brasileira se inserem de forma subalterna, seja a partir de segmentos industriais (montagem e produção), de serviços, ou de recursos naturais (agricultura, mineração, etc.), todos sob a direção do capital transnacional (Osorio, 2012a).

Nesse sentido, ainda que o nível de IED nos setores de manufaturas e de serviços seja mais predominante do que no setor de recursos naturais em ambos países – inclusive, sendo possível, até mesmo encobrir piores resultados em termos de complexidade econômica (ECI), tal como discutido anteriormente –, é necessário levar em consideração, em primeiro lugar, o baixo nível de incorporação tecnológica destas atividades manufatureiras que tratam-se ”[...] em geral, de investimentos com pouco enraizamento, nos quais trabalhos de *maquila*, montagem, embalagem e rotulagem são prioritários” (Osorio, 2012a, p. 109, itálico do autor);

em segundo lugar, a sua desobediência frente à projetos nacionais de desenvolvimento; e, em terceiro lugar, a ainda significativa relevância do capital estrangeiro no setor de recursos naturais. Para isto, basta verificar que, em 2013, foi o setor que mais recebeu investimento externo na Argentina e, em 2008 e 2010, disputou o nível de investimentos com os demais setores no Brasil, ultrapassando, inclusive, o setor de serviços neste último ano. Aqui, a fim de ressaltar a sua significância, faz-se importante sublinhar, mais uma vez, a discrepância entre os países no volume de entrada de IED, tendo em vista que o nível de investimento externo recebido somente pelo setor de recursos naturais do Brasil, em 2010, é maior do que o montante de investimentos em toda a Argentina, em 2012, durante o seu auge receptor (Cepal, 2017c). Ou seja, mesmo que seja com ressalvas, é inegável que o capital estrangeiro também cumpre papel essencial na configuração do padrão de especialização produtiva em ambas formações econômico-sociais na região do Cone Sul.

O alto nível de entrada de investimentos externos às manufaturas, portanto, indica muito mais uma necessidade tecnológica e uma inserção internacional subordinada de ambos os países sul-americanos, do que puramente um resultado econômico positivo destes sob o neodesenvolvimentismo. Isto se torna ainda mais evidente, se considerarmos uma de suas principais contrapartidas, a outra face do investimento estrangeiro da qual decorre a transferência de valor, isto é, as despesas provenientes da remessa de lucros e dividendos remetidos ao exterior, tal como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 8 – Remessa de lucros e dividendos da Argentina e do Brasil, 2003-2016, líquido (em milhões de dólares)[237]

	2003-2004[a]	2005-2006[a]	2007-2008[a]	2009-2010[a]	2011-2012[a]	2013-2014[a]	2015	2016
Argentina	-876	-1.250	-2.630	-3.638	-2.325	-1.322	-92	-2.953
Brasil	-6.489	-14.527	-28.155	-32.436	-32.246	-28.854	-17.671	-19.423

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Banco Central de la República Argentina – BCRA (2025) e Banco Central do Brasil – BCB (2025).

Com base nas estatísticas, nota-se que a Argentina e o Brasil apresentaram, sem exceções, um saldo líquido negativo no que diz respeito à remessa de lucros e dividendos

[237] [a]: Médias anuais. As estatísticas da Argentina são compostas pelas seguintes séries de dados: 7013 - *Ingreso primario - Ingresos - Utilidades y Dividendos – Total*; e 7017 - *Ingreso primario - Egresos - Utilidades y Dividendos – Total* (Banco Central de la República Argentina, 2025). As estatísticas do Brasil, por sua vez, são compostas pelas seguintes séries: 23572 - Renda de investimento direto - Lucros e dividendos remetidos - anual - líquido - US$ (milhões); 23584 - Renda de investimento em carteira - Lucros e dividendos - anual - líquido - US$ (milhões) (Banco Central do Brasil, 2025).

remitidos para o exterior ao longo de todo o ciclo neodesenvolvimentista. Em termos simples, neste período, em ambos casos, a saída de recursos (despesas) correspondentes à remuneração dos investimentos externos foi maior que a entrada de recursos (receitas) dos investimentos sul-americanos no exterior. Isto porque, em função do investimento externo, os países sul-americanos tiveram que transferir anualmente um montante de recursos em moeda estrangeira para o exterior, isto é, aos investidores e às matrizes das empresas investidoras, como remuneração ao capital estrangeiro; o qual é maior do que o montante que estes mesmos países recebem pelos seus investimentos no exterior. Ademais, com o aumento na entrada de IED nas economias sul-americanas (ver Tabela 6), verificou-se, é claro, uma tendência de aumento no nível de remessa de juros e dividendos remetidos, de modo a aprofundar, assim, a transferência de recursos da economia argentina e brasileira para o exterior. Não é por acaso que ambos países atingiram simultaneamente, entre 2009-2010, o maior nível de remessas de juros e dividendos na série histórica (Banco Central de la República Argentina, 2025; Banco Central do Brasil, 2025).

Considerando a relação entre a saída de lucros e dividendos e a entrada de investimento externo direto (IED) em ambas economias, embora o primeiro não tenha superado o segundo em termos absolutos, verifica-se que o nível de remessas enviadas para o exterior corresponde a resultados percentuais significativos – se não altíssimos – do nível de investimentos estrangeiros (ver Apêndice B). Em média, ao longo de todo o ciclo neodesenvolvimentista, a Argentina e o Brasil remitiram para o exterior um percentual de 29,93% e 44,97% do nível total de investimentos externos, respectivamente. O ápice desta relação ocorreu, no caso argentino, entre 2009-2010, durante o auge de sua função como receptor e remetente, quando cerca de metade do valor em investimentos externos recebidos (47,40%) foram transferidos para o exterior via remessa de lucros e dividendos. No caso brasileiro, por sua vez, isto se deu logo durante a sua fase inicial, entre 2005-2006, na qual o país apresentou um elevadíssimo percentual (83,30%), de maneira que o nível de saída de recursos quase ultrapassou o nível de ingresso de investimentos. Em 2016, com o encerramento do neodesenvolvimentismo e a queda relativa na entrada de IED, esta relação se manteve altamente relevante tanto em termos absolutos, quanto percentuais na economia argentina e brasileira, atingindo um nível de 69,83% e 24,61%, respectivamente (Banco Central de la República Argentina, 2025; Banco Central do Brasil, 2025; Cepal, 2017c).

Disso, manifesta-se precisamente uma das formas de transferência de valor, enquanto mecanismo fundamental da reprodução ampliada da dependência na realidade dos países sul-americanos. Afinal, não se deve esquecer que enquanto, por um lado, o ingresso de

investimentos externos (IED, etc.) é de tipo episódico, pontual e descontinuado nas economias receptoras – exceto, é claro, quando há o reinvestimento dos lucros –, por outro lado, a remuneração destas ao capital estrangeiro via remessa de lucros e dividendos é contínua e interrupta ao longo do tempo. Em outras palavras, enquanto a entrada de IED, muitas das vezes, é única, a saída de recursos vinculados a sua remuneração é múltipla, pelo menos, até onde durar a atividade econômica. E, mesmo no caso de reinvestimento dos lucros, deve-se pontuar que o saldo líquido negativo dificilmente se modifica, persistindo, assim, a reprodução da transferência de valor, tal como ocorreu com os dois casos na região do Cone Sul.

Por último, de maneira semelhante, a respeito da operacionalização da forma de transferência de valor mais associada à dependência financeira, qual seja, (3) o serviço da dívida, deve-se verificar, primeiro, a dívida externa total e o percentual da dívida externa total em relação ao PIB, antes de analisar as remessas de juros enviadas para o exterior, a fim de compreender, de fato, as suas origens a partir do endividamento externo e seus efeitos sob as formações econômico-sociais sul-americanas. Sendo assim, introduz-se, logo abaixo, as estatísticas acerca da dívida externa da Argentina e do Brasil sob o neodesenvolvimentismo, respectivamente:

Tabela 9 – Dívida externa da Argentina e do Brasil, 2003-2016

	Argentina		Brasil	
Ano	**Dívida externa total (em milhões de US$)**	**Dívida externa total (em % do PIB)**	**Dívida externa total (em milhões de US$)**	**Dívida externa total (em % do PIB)**
2003	164.645,3	127,0	214.929,0	38,9
2004	171.205,3	111,8	201.373,0	30,3
2005	113.798,9	62,1	169.451,0	19,2
2006	108.872,9	50,8	172.588,9	15,8
2007	125.548,2	37,8	193.158,7	13,8
2008	124.711,5	30,5	198.491,5	11,7
2009	116.697,6	30,7	198.136,3	11,9
2010	130.818,9	28,1	256.803,7	11,6
2011	143.170,7	25,5	298.204,0	11,4
2012	141.107,9	23,1	312.898,4	12,7
2013	141.075,5	22,6	308.625,1	12,5
2014	147.853,2	27	338.630,5	14,4
2015	152.631,7	24,1	334.745,1	18,9
2016	181.170,5	33,2	676.647,3	37,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2009, p. 164-165; 2015, p. 121-122; 2016, p. 48; 2017a, p. 48).

A partir da tabela 9, é possível afirmar que em ambas economias, a dívida externa total, seja em termos absolutos ou percentuais, perpassou uma fase inicial de significativa redução – produto de uma política de 'desendividamento' (Costantino; Cantamutto, 2024, p. 149) –, mas, logo depois, pelo fim do ciclo, atravessou uma outra fase de elevação. No caso específico da Argentina, em termos absolutos, o país logrou reduzir significativamente a sua dívida externa total entre 2003-2006. Contudo, entre 2007-2009, a sua economia oscilou e, a partir de 2010, a dívida externa cresceu sucessivamente até o fim do ciclo neodesenvolvimentista. Em termos percentuais do PIB, por sua vez, a trajetória foi distinta num sentido temporal. Isto porque durante o período de 2003-2013, a economia argentina diminuiu sucessivamente a sua dívida externa total, a qual saiu, em 2003, de seu maior percentual (127%) para atingir, em 2013, o seu menor percentual (22,6%) na série histórica. Inclusive, é interessante observar que mesmo com o aumento absoluto da dívida externa total entre 2010-2013, o seu nível em percentual do PIB seguiu diminuindo nestes anos, muito em função do crescimento econômico e da expansão dos setores primário-exportadores. Contudo, entre 2014-2016, com as tensões e o esgotamento do modelo, a lógica alterou-se, de modo que o contínuo aumento da dívida externa total implicou novamente, em 2016, a elevação de sua participação (33,2%), abrindo espaço, então, para a recriação do endividamento externo[238] na economia argentina, ainda que este resultado final esteja muito abaixo de seus valores iniciais (Cepal, 2009; 2015; 2016; 2017a).

No caso do Brasil, durante a fase inicial de 2003-2005, o país também diminuiu a dívida externa total em termos absolutos. Porém, a partir de 2006, o indicador cresceu sucessivamente até o fim do ciclo neodesenvolvimentista – exceto, em 2009, 2013 e 2015, nos quais a oscilação manteve a dívida quase no mesmo nível do respectivo ano anterior. Em termos percentuais do PIB, por sua vez, a economia brasileira teve uma conquista mais expressiva, na medida em que logrou, entre 2003-2011, reduzir sucessivamente a sua dívida externa total, saltando de seu maior percentual (38,9%) para o menor (11,4%) ao longo do período. Inclusive, de maneira semelhante à Argentina, este resultado sucedeu-se mesmo com o aumento absoluto, entre 2006-2011, da dívida externa no país, devido, principalmente, ao crescimento da economia brasileira. Entretanto, a partir de 2012, ambos indicadores convergiram sob a mesma tendência ascendente, de modo que a participação da dívida externa total brasileira aumentou significativamente desde então, atingindo, em 2016, um valor (37,7%) muito próximo ao seu

[238] Não é por acaso, então, tal como argumenta Féliz (2024), que "[e]ntre 2016 e 2018, o endividamento público em moeda estrangeira aumentou em dezenas de bilhões de dólares" (Féliz, 2024, p. 216, tradução nossa).

nível inicial – embora ele seja três vezes maior em termos absolutos, apresentando, no total, cerca de 676 bilhões de dólares (Cepal, 2009; 2015; 2016; 2017a).

Ou seja, considerando as suas trajetórias muito similares, é possível afirmar que apesar de uma relativa melhoria nos indicadores da dívida externa dos países durante a fase inicial do neodesenvolvimentismo, ambas economias sul-americanas não conseguiram sustentar a política de 'desendividamento externo'[239] ao longo de todo o ciclo, reintroduzindo, assim, a problemática do endividamento externo ao final do ciclo. Com efeito, é interessante notar que este avanço inicial parece ter sido possível somente em função do crescimento e da primarização da economia, pois, tão logo o ritmo econômico decaiu – resultado da desaceleração mundial, das tensões sociais internas, etc. –, o aumento da dívida externa total absoluta e percentual ressurgiu na experiência dos países sul-americanos. Com o esgotamento de seus respectivos modelos, ainda que os resultados em termos percentuais do PIB sejam menores, na prática, tanto a economia argentina, quanto a brasileira apresentaram, em termos absolutos, um maior e ainda altamente significativo nível de dívida externa total, comparativamente com seus respectivos valores iniciais (Cepal, 2009; 2015; 2016; 2017a).

Como resultado disso, isto é, em decorrência da dívida externa (seja via depósito, empréstimo, financiamento, etc.), ambos países sul-americanos remetem anualmente uma remessa de juros ao exterior, tal como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 10 – Remessa de juros da Argentina e do Brasil, 2003-2016, líquido (em milhões de dólares)[240]

	2003-2004[a]	2005-2006[a]	2007-2008[a]	2009-2010[a]	2011-2012[a]	2013-2014[a]	2015	2016
Argentina	-1.177	-1.337	-1.749	-1.637	-2.146	-1.964	-1.804	-2.172
Brasil	-13.192	-12.392	-7.268	-9.340	-10.783	-14.199	-21.900*	-**

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Banco Central de la República Argentina – BCRA (2025) e Banco Central do Brasil – BCB (2015, p. 107; 2025).

[239] Inclusive, é necessário pontuar que tal política de 'desendividamento' não se desenrolou sem gerar custos nas economias sul-americanas. No caso da Argentina, de acordo com Féliz (2024), "[p]or mais de uma década, a estratégia foi renegociar a dívida externa, mas sem suspender os pagamentos ou avaliar a legitimidade ou a legalidade do endividamento. O custo dessa estratégia imprudente de 'pagador sério' foi a dilapidação de bilhões de dólares de reservas internacionais" (Féliz, 2024, p. 216, tradução nossa).

[240] [a]: Médias anuais. As estatísticas da Argentina são compostas pelas seguintes séries de dados: 7012 - *Ingreso primario - Ingresos - Intereses – Total*; e 7016 - *Ingreso primario - Egresos - Intereses – Total* (BCRA, 2025). As estatísticas do Brasil, de 2003-2014, são compostas pela série 2398 - Rendas - Juros (líquido) - anual - US$ (milhões); e, em 2015, (*) pelo relatório anual do Banco Central do Brasil – BCB. (**) Os dados de 2016 não foram encontrados disponíveis *online* no acervo da instituição, haja vista que tanto a série estatística, quanto a publicação anual foram descontinuadas (BCB, 2015; 2025).

Com base nas estatísticas, de modo igual aos lucros e dividendos, é notório a transferência negativa líquida da remessa de juros na Argentina e no Brasil ao longo de todo o ciclo neodesenvolvimentista, haja vista a maior saída (despesas) do que entrada (receitas) de recursos nos países sul-americanos sob tal conjuntura. No acumulado, entre 2003-2016, as economias argentina e brasileira transferiram cerca de US$24, e US$170 bilhões de dólares, respectivamente. Esta relação se deu precisamente devido à situação da dívida externa total das economias sul-americanas, a qual implicou o envio de remessas de juros anualmente para o exterior, isto é, para aqueles países detentores dos títulos da dívida como remuneração ao capital aplicado em suas economias. E, curiosamente, mesmo com a redução da dívida externa total a partir da política de 'desendividamento', é interessante observar que, no caso argentino, a remessa de juro não apresentou uma tendência decrescente, mas, sim, expansionista, de modo a crescer ao longo da maior parte do ciclo, atingindo o seu ápice, em 2011-2012. Por outro lado, no caso brasileiro, entre 2003-2008, o país até logrou reduzir o nível de sua remessa de juros temporariamente, porém, a partir de 2010, com o crescimento novamente da dívida externa total (ver Tabela 9), logo as remessas retomaram uma fase ascendente, de maneira a ultrapassar, em 2013-2014, os seus valores iniciais e atingir, em 2015, o seu maior nível na série histórica. Ou seja, apesar de suas trajetórias, é certo afirmar que, em função da lógica do endividamento externo, ambos países encerraram o ciclo neodesenvolvimentista com uma alta em seu nível de remessa de juros enviadas ao exterior (Banco Central de la República Argentina, 2025; Banco Central do Brasil, 2015; 2025).

Daí, a partir da evolução das remessas de juros dos países sul-americanos, é certo afirmar a manifestação de outra forma de transferência de valor em suas economias sob o neodesenvolvimentismo, a qual cumpriu o objetivo de reprodução ampliada do endividamento externo e, assim, da própria dependência em sua forma financeira – mesmo que tenha sido diante de uma política de 'desendividamento'. Isto porque não se deve esquecer, afinal, a lógica 'eterna' do serviço da dívida, pois, muitas das vezes, através desta remuneração ao capital (remessa de juros), os países devedores pagam ao longo do tempo um montante que corresponde à várias vezes o valor, de fato, da dívida externa, ampliando, assim, a apropriação de riquezas e os impactos econômico-sociais (Luce, 2018, p. 57-63). Nesse sentido, basta lembrar, por exemplo, as tensões e disputas sociais existentes no Brasil petista acerca da necessidade de uma política de ajuste fiscal, de cortes orçamentários, etc., visando a remuneração ao capital financeiro em detrimento de políticas intervencionistas e sociais (Cerqueira, 2024), tal como discutido no estudo de caso.

Ademais, explorando os nexos produtivos-comerciais-financeiros da dependência, a fim de demonstrar seus vínculos, se o crescimento econômico e a expansão dos setores primário-exportadores foram, de fato, condições necessárias para sustentar a negociação e o pagamento de parte da dívida externa dos países nos ciclos neodesenvolvimentistas, percebe-se que a situação de endividamento externo retroalimentou a primarização da economia sob o neodesenvolvimentismo (Féliz, 2024). Isto porque, de acordo com o autor (2024), refletindo acerca da Argentina, a expansão destes setores exportadores de *commodities* que consolidam a especialização produtiva se tornou, cada vez mais, a solução que "[...] permitiria deslocar a restrição externa sem recorrer a um maior endividamento externo" (Féliz, 2024, p. 218, tradução nossa[241]). Ou seja, à custa de reproduzir e aprofundar o papel produtivo destes países como economias agrário-exportadoras na economia mundial capitalista.

Diante disso, considerando os efeitos de cada uma destas formas da transferência de valor na realidade da Argentina e do Brasil sob o neodesenvolvimentismo – seja mediante deterioração dos termos de troca, lucros, juros, patentes, *royalties*, etc. –, deve-se, finalmente, introduzir aquele mecanismo de compensação da periferia para as perdas de riquezas nas relações econômicas internacionais, por meio do qual a situação dependente se manifesta concretamente no âmbito mais interno dos países, tornando possível a continuidade do processo de acumulação capitalista (Amaral; Carcanholo, 2012, p. 99), qual seja, a superexploração do trabalho, tal como discutiremos a seguir.

4.3.2 Operacionalização 2: superexploração do trabalho e suas formas de manifestação

A superexploração do trabalho fundamenta-se internamente nos países dependentes de quatro formas distintas, quais sejam: (1) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (2) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (3) o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; e, por último, (4) o hiato entre o pagamento da força de trabalho e o seu valor histórico-moral-social (Luce, 2018, p. 178). Dada a complexidade de cada uma destas modalidades – as quais poderiam ser um objeto de pesquisa em particular (Amaral, 2012) – e o escopo da presente investigação, aqui, buscaremos analisar a superexploração sob o neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil somente a partir da operacionalização de suas duas primeiras formas descritas acima, isto é, a partir da subremuneração e do subemprego da força de trabalho, respectivamente.

[241] [...] permitiría desplazar la restricción externa sin recurrir a un mayor endeudamiento externo.

Ou seja, abstraída e isolada sob tais formas, a superexploração manifestar-se-á na realidade de ambas economias sul-americanas se ocorrer tanto "[...] uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho" (Amaral; Carcanholo, 2012, p. 100), quanto a elevação do subemprego como reflexo do aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à sua reprodução. Em ambos casos, se efetivada a superexploração, negar-se-á ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (Amaral; Carcanholo, 2012, p. 100-101).

Antes de determinar, portanto, o grau de manifestação deste mecanismo, deve-se analisar os alcances concretos dos países nas condições de trabalho de suas respectivas populações, considerando, em primeiro lugar, os resultados da política de valorização do salário mínimo e, em segundo lugar, do nível de formalização do trabalho sob a conjuntura neodesenvolvimentista – tal como discutido nos estudos de caso. Em relação ao primeiro destes elementos, é claro, pesa muito os índices de salário médio real e de salário mínimo real em ambas economias, tal como pode ser visto nas tabelas abaixo:

Tabela 11 – Índice de salário médio real da Argentina e do Brasil, 2003-2016[242]

	2003 *	2004 *	2005 *	2006 *	2007 *	2008 *	2009 *	2010 *	2011 **	2014 ***	2016 ***
Argentina	89,3	97,5	104,8	114,1	124,5	135,4	151,3	170,8	196,1	-	-
Brasil	84,9	85,5	85,2	88,2	89,5	91,4	92,6	94,5	113,6	108,4	107,6

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2011b, p. 326; 2012, p. 147; 2017b, p. 200).

Tabela 12 – Índice de salário mínimo real da Argentina e do Brasil, 2001-2010 (2000 = 100)[243]

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	101,1	81,3	84,0	129,8	171,1	193,2	219,6	253,3	292,1	321,3
Brasil	109,8	114,3	117,4	121,4	128,5	145,3	154,8	160,8	172,7	182,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2011b, p. 326).

[242] As marcações na tabela representam anos bases distintos, cujos significados são (*): 2000 = 100; (**): 2005 = 100; (***): 2010 = 100. Isto foi necessário para dar conta de todo o período sob o neodesenvolvimentismo, porque os anuários estatísticos da Cepal atualizam a referência de 'ano base' deste indicador ao longo do tempo, a fim de lograr uma análise mais acurada da evolução dos preços no curto-prazo. A partir de 2012, não há dados para a Argentina nas estatísticas da organização para este indicador específico (Cepal, 2011b; 2012; 2017b).

[243] A partir dos documentos oficiais da Cepal, as estatísticas acerca do salário mínimo real da América Latina – incluindo, Argentina e Brasil – vão somente até o ano de 2010, conforme tabela apresentada. Isto porque tal indicador não está incluso nos relatórios anuais seguintes da organização (Cepal, 2011b).

Considerando as estatísticas dos índices, tanto do salário médio real, quanto do salário mínimo real, ambas as economias sul-americanas apresentaram resultados, mais ou menos, positivos em seus indicadores. Em relação ao índice de salário médio real (tabela 11), destaca-se, sobretudo, a evolução ascendente da Argentina ao longo de todo o ciclo, quase duplicando, em 2011, o seu nível em relação àquele praticado no ano de 2005. No caso do Brasil, ainda que o indicador também tenha aumentado no país sob tal conjuntura, a sua trajetória seguiu integralmente um ritmo bem mais lento, assim como, não logrou superar, entre 2003-2010, o nível do salário médio real de 2000. Com base no índice salário mínimo real (tabela 12), por sua vez, são ainda mais evidentes os efeitos da chamada política de valorização salarial sob os modelos neodesenvolvimentistas. Isto porque, durante o período de 2003-2010, o crescimento deste indicador foi interrupto em ambos países, apresentando a economia argentina e a economia brasileira um aumento de aproximadamente 282% e 55% em seu nível de salário mínimo real, respectivamente (Cepal, 2011b; 2012; 2017b).

Em relação ao segundo elemento, qual seja, o nível de formalização do trabalho, destacam-se, por sua vez, os indicadores de emprego formal e de subemprego, respectivamente, tal como pode ser visto nas tabelas a seguir:

Tabela 13 – Indicadores de emprego formal na Argentina e no Brasil, 2003-2016[244]

	2003 *	2005 *	2007 *	2009 *	2010 *	2011 *	2013 *	2015 **	2016 **
Argentina	81,0	100,0	117,6	125,0	128,8	135,0	139,6	114,0	114,3
Brasil	90,1	100,0	110,2	119,7	127,1	133,8	140,4	115,0	110,4

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2012, p. 146; 2014, p. 205; 2016b, p. 225; 2017b, p. 199).

Tabela 14 – Indicadores de subemprego por horas na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em % dos empregados)[245]

	2003	2005	2007	2009	2010	2011	2013	2015	2016
Argentina (*Total urbano*)	20,7	14,2	10,4	11,1	9,8	9,1	9,2	9,0	11,5

[244] As marcações na tabela representam anos bases distintos, cujos significados são (*): 2005 = 100; (**): 2010 = 100. No caso da Argentina, os dados são referentes aos trabalhadores dependentes que pagam contribuições para o sistema de pensão do país. No caso do Brasil, por sua vez, os dados são referentes aos trabalhadores cobertos pela legislação social e trabalhista do país (Cepal, 2012, p. 146; 2014, p. 205; 2016b, p. 225; 2017b, p. 199).

[245] No caso da Argentina, os dados são referentes às pessoas empregadas que trabalham menos de 35 horas por semana e querem trabalhar mais, no total urbano. No caso do Brasil, por sua vez, os dados são referentes às pessoas empregadas que trabalham menos de 40 horas por semana e querem trabalhar mais, em seis áreas metropolitanas (Cepal, 2012, p. 146; 2016b, p. 225; 2017b, p. 199).

Brasil (*Seis áreas metropolitanas*)	5,0	3,7	3,6	3,1	2,7	2,3	1,8	1,8	-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2012, p. 146; 2016b, p. 225; 2017b, p. 199).

Novamente, sob o neodesenvolvimentismo, ambos países trilharam um caminho semelhante em relação tanto ao nível de emprego formal, quanto de subemprego. Sob um enfoque, a partir da tabela 13, é notório que a Argentina e o Brasil apresentaram conjuntamente, entre 2003-2013, um aumento significativo em termos absolutos nos indicadores de emprego formal – àqueles vinculados à previdência social e cobertos pela legislação social e trabalhista –, o que indica uma melhoria considerável na qualidade do trabalho em seus respectivos países. Inclusive, cabe sublinhar que, mesmo durante a etapa de esgotamento dos modelos entre 2015-2016, persistiu o aumento contínuo do emprego formal em ambas economias – exceto, em 2016, no caso brasileiro, quando os indicadores sofrem uma queda em relação à série histórica (Cepal, 2012; 2014; 2016b; 2017b).

Sob outro enfoque, destaca-se os indicadores de subemprego por horas (tabela 14) dos países sul-americanos, dada a sua relação com a necessidade de prolongamento da jornada de trabalho pelo próprio trabalhador, muito possivelmente, para o seu próprio sustento e de sua família. Com base nisto, tanto a Argentina, quanto o Brasil também apresentaram melhorias relativas, tendo em vista que, entre 2003-2016, eles lograram diminuir os seus respectivos níveis de participação de pessoas empregadas que ainda buscam trabalhar, muitas das vezes, adentrando o mercado de trabalho informal. À título de ilustração, neste período, as economias argentina e brasileira atravessaram uma redução percentual significativa de aproximadamente 44% e 64%, respectivamente, em seus indicadores de subemprego por horas, atingindo, simultaneamente, em 2015, os seus respectivos melhores resultados (9,0%; 1,8%) (Cepal, 2012; 2016b; 2017b). Mesmo assim, por outro lado, não se deve perder de vista, o ainda significativo nível percentual de pessoas empregadas sob tais condições – com destaque para a Argentina[246] –, que violam o fundo de vida dos trabalhadores pelo sobredesgaste e esgotamento prematuro de seus aspectos físicos e mentais (Luce, 2018, p. 183-188).

Inclusive, muito em função dos resultados positivos destes indicadores sociais, assim como, de outras políticas de inclusão social – tal como a transferência de renda –, verificou-se

[246] No caso brasileiro, apesar dos bons resultados, deve-se observar, porém, que muito do seu baixo percentual em comparação com a economia argentina também se explica pelo escopo populacional mais restrito de seus indicadores – seis áreas metropolitanas –, podendo, assim, inclusive, esconder piores resultados em âmbito urbano e/ou nacional (Cepal, 2012; 2016b; 2017b), os quais se relacionam com a superexploração do trabalho (Luce, 2018).

uma queda percentual simultânea no nível de pobreza e extrema-pobreza tanto na Argentina, quanto no Brasil sob o ciclo neodesenvolvimentista, tal como pode visto na tabela a seguir:

Tabela 15 – Nível de pobreza e extrema-pobreza na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em % da população total)

	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2014	2016
Argentina (Áreas urbanas)								
Pobreza	50,0	37,9	30,3	25,2	23,3	21,6	25,0	21,5
Extrema-pobreza	11,2	6,4	5,5	4,3	3,3	3,3	3,4	2,9
Brasil (Nacional)	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2014**	**2016**
Pobreza	38,8	34,4	27,8	23,8	21,0	18,1	16,5	20,9
Extrema-pobreza	7,6	5,1	4,7	4,3	4,4	4,5	3,3	5,3

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2025).

Isto exposto, considerando apenas os resultados tanto dos índices de salário médio real e salário mínimo real (tabelas 11 e 12), quanto dos indicadores de emprego formal e subemprego (tabelas 13 e 14), torna-se difícil determinar o quadro de superexploração do trabalho na conjuntura neodesenvolvimentista de ambos países sul-americanos. Isto porque não se evidenciou, por meio destes indicadores, a queda nos salários, nem a elevação do subemprego nos países, indicando, assim, à princípio, uma melhoria nas condições de trabalho e de vida de suas respectivas populações (tabela 15), assim como, um menor grau de expressão destas formas de superexploração sob tal período. Contudo, tal interpretação apresenta sérias limitações, na medida em que ela omite, de certa forma, outros indicadores e parâmetros históricos (Luce, 2018) que informam o nível de remuneração salarial necessário para amparar as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias (DIEESE, 2016); os quais, se considerados, rejeitam o descarte da categoria enquanto elemento estruturante da situação dependente das economias sul-americanas.

Ou seja, ainda que sejam, de fato, avanços sociais concretos e importantes sob o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, é necessário pontuar que tais resultados positivos não significam uma valorização suficiente do nível salarial dos trabalhadores, nem o término do subemprego diante da presença única e exclusiva do emprego formal em suas respectivas economias. E, portanto, não significam também, em fim último, a superação da superexploração em suas distintas formas. Nesse sentido, para além somente do aumento

salarial, ao discutir a modalidade de pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, isto é, a sub-remuneração especificamente no Brasil, deve-se introduzir também o indicador de Salário Mínimo Necessário (SMN), a fim de desvelar a insuficiência da política de valorização do salário mínimo sob o modelo neodesenvolvimentista para suplantar efetivamente tal forma de superexploração do trabalho (DIEESE, 2016; 2025; Luce, 2018, p. 180-183).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)[247], o SMN é uma métrica que além de ser calculada mensalmente a partir do custo familiar de alimentação, "[...] como uma estimativa do que deveria ser o salário mínimo vigente é, também, um instrumento utilizado pelos sindicados de trabalhadores para denunciar o descumprimento do preceito institucional" (DIEESE, 2016, p. 11), segundo o qual o salário mínimo deve ser aquele "[...] capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo" (DIEESE, 2016, p. 10). Ou seja, segundo Luce (2018), o SMN é, portanto, o salário que deveria expressar a "[...] quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições *normais*" (Luce, 2018, p. 180, itálico do autor).

Observando a série histórica do SMN em comparação com o salário mínimo nominal, isto é, aquele vigente, fixado em lei e nacionalmente unificado no Brasil, ao longo do ciclo neodesenvolvimentista, temos as seguintes estatísticas, conforme tabela a seguir:

Tabela 16 – Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário (SMN) no Brasil, 2003-2016[248]

	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016
Nominal [A] (em R$)	240,00	300,00	380,00	465,00	545,00	678,00	788,00	880,00
Necessário [B] (em R$)	1.420,61	1.607,11	1.803,11	1.995,91	2.329,35	2.765,44	3.518,51	3.856,23
Diferença [A-B] (em R$)	-1.180,61	-1.307,11	-1.423,11	-1.530,91	-1.784,35	-2.087,44	-2.730,51	-2.976,23
Relação [A/B] (em %)	16,89	18,67	21,07	23,30	23,40	24,52	22,40	22,82

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2025).

[247] Segundo a própria instituição, "[o] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores" (DIEESE, 2025, s/p.).

[248] Considerando que o indicador é calculado mensalmente, cabe apontar que os dados são referentes ao mês de dezembro de cada ano (DIEESE, 2025).

Apesar da política de valorização salarial, o salário mínimo nominal não alcançou em nenhum ano o valor do salário mínimo necessário (SMN) durante o neodesenvolvimentismo no Brasil, tal como pode ser visto na série histórica acima. Com efeito, mesmo com a elevação do piso salarial ao longo dos anos, a diferença negativa e a relação percentual entre os valores somente aumentou crescentemente ao decorrer do ciclo, exceto ao final deste, em 2015, quando o crescimento do salário mínimo nominal logrou diminuir relativamente o seu nível de participação percentual frente ao SMN, atingindo, um nível inferior (22,42%) em relação ao ano anterior. Mesmo assim, sob tais circunstâncias, o resultado final não conseguiu sequer recuperar o nível percentual vigente, em 2003, ao início do ciclo neodesenvolvimentista (16,89%). Ou seja, na prática, verificou-se ao longo do período um aprofundamento da fissura existente entre ambos valores, distanciando-se, assim, do nível de remuneração efetivamente necessária para sustentar as necessidades básicas do trabalhador e de sua família (DIEESE, 2025; Luce, 2018).

Esta questão é ainda mais problemática, se analisada sob um recorte histórico mais amplo, tal como pode ser visto no estudo de Luce (2018). Isto porque o autor (2018, p. 180-183) aponta uma tendência histórica, entre o período de 1940-2008, de queda e fissura do SMN em relação ao salário mínimo legal no Brasil. Com base em suas estatísticas, mesmo que os anos de 2003-2008 – correspondentes ao ciclo neodesenvolvimentista – apresentem uma melhora relativa na série histórica analisada, é evidente que o "[...] propalado *aumento recorde* do salário mínimo esteve longe de recuperar as perdas anteriores [sobretudo, dos anos 1950, o período de pico do SMN]" (Luce, 2018, p. 182, itálico do autor).

A partir de Osorio (2012a, p. 123-124), não é mera coincidência, então, a relação desta sub-remuneração para com o padrão exportador de especialização produtiva num duplo sentido. Em primeiro lugar, porque "[...] para essa nova modalidade de reprodução o mercado dos assalariados locais não constitui um elemento de maior relevância à medida que parte substancial da produção vai destinada aos mercados externos" (Osorio, 2012a, p. 123). E, em segundo lugar, dada a importância da deterioração dos salários locais e das condições laborais como componentes da capacidade de concorrência externa, isto é, enquanto instrumentos de vantagens comparativas nos mercados mundiais. Em função disso, sob o padrão vigente, os trabalhadores locais são considerados pelo capital, mais como produtores e menos como consumidores, conformando-se, assim, "[...] economias que tendem, de maneira estrutural, a expulsá-l[o]s do consumo" (Osorio, 2012a, p. 129).

Isto indica, portanto, não somente sérias limitações ou, melhor dizendo, a insuficiência dos avanços sociais conquistados sob o modelo neodesenvolvimentista – ainda que sejam

conquistas sociais concretas e importantes –, mas, também, em fim último, a manutenção e o aprofundamento da superexploração do trabalho, pelo menos no Brasil, considerando a inexistência do indicador para a economia argentina – o que indica, diga-se de passagem, um limite da presente investigação. Afinal, conforme a própria conclusão de Luce (2018), "[s]e o salário não alcança, de modo recorrente, a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor" (Luce, 2018, p. 182), tal como ocorre, entre 2003-2016, sob o neodesenvolvimentismo no Brasil[249].

Antes de seguir, aqui, cabe algumas ressalvas. De certo, estas duas não são as únicas modalidades de manifestação, nem a única maneira de evidenciar a superexploração do trabalho – inclusive, na Argentina e no Brasil sob a conjuntura neodesenvolvimentista –, que pode e deve ser interpretada por meio de outros indicadores, sempre em busca de desvelar mudanças no grau e em suas formas que se alteram ao longo do curso histórico (Amaral; Carcanholo, 2012, p. 102). Ademais, o ato de denunciar a existência de tal fenômeno, que é característica estrutural da dependência e do capitalismo latino-americano, sob tal período histórico – no qual se obtiveram, é verdade, conquistas socias concretas – não significa almejar uma exploração 'normal' (Luce, 2018, p. 196), muito menos, desconsiderar a relevância destas melhorias e avanços relativos em suas economias, como por exemplo, a queda do nível de pobreza e extrema-pobreza (ver Tabela 15) em ambos países sul-americanos.

Contrariamente, significa desvelar os alcances e limites do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, objeto de análise de nossa investigação, pois, afinal, isto configura o modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico, "[é] isso nossa modernidade capitalista, a possível, a alcançável, a real" (Osorio, 2012a, p. 133). E, conforme conclui o próprio autor, (2012a), "[a]ssim, se expressam as tendências profundas do capitalismo dependente: *fundamenta-se na exploração redobrada e gera estruturas produtivas divorciadas das necessidades da população trabalhadora*" (Osorio, 2012a, p. 133, itálico do autor).

Por fim, para além da categoria da superexploração do trabalho, deve-se verificar também, agora, a possível ocorrência de outro mecanismo compensatório sob o neodesenvolvimentismo sul-americano, que pode resultar-se concomitantemente da situação

[249] Inclusive, se considerarmos tal situação de violação do fundo de consumo do trabalhador, os seus efeitos possuem impactos diretos em outras formas de superexploração, tal como a modalidade de prolongamento da jornada de trabalho. Isto porque diante da sub-remuneração, as formas de acesso da população assalariada aos itens da cesta básica são o endividamento crônico ou submissão a carga extra de trabalho (seja cumprindo mais horas extras, vendendo parte das férias, etc.), atentando, assim, contra o fundo de vida do trabalhador (Luce, 2018, p. 193; Rocha, 2022, p. 41).

dependente, qual seja, o subimperialismo, caracterizado pela reprodução funcional dos mesmos mecanismos de dependência e exploração pela (semi)periferia para com as demais economias subdesenvolvidas, tal como discutiremos a seguir.

4.3.3 Operacionalização 3: subimperialismo

O subimperialismo, conforme já discutido no marco teórico, configura-se como uma necessidade dos centros medianos de acumulação de se expandirem para o exterior – logrando, assim, extrair valor dentro e fora de suas fronteiras –, a fim de lidar com os efeitos da própria condição de dependência. Ou seja, reproduzindo no âmbito da política internacional as mesmas políticas e estratégias da cadeia imperialista, seja por meio da internacionalização e expansão de capitais, do comércio, de projetos de integração econômica regional e sub-regional, etc. (Marini, 2022b).

Nesse sentido, em busca de operacionalizar a categoria do subimperialismo, a fim de verificar possivelmente a sua manifestação sob o neodesenvolvimentismo na Argentina e no Brasil, respectivamente, é necessário verificar, num sentido econômico: (a) o nível de exportação e expansão de seus respectivos capitais nacionais via investimento direto no exterior; e (b) o grau de participação e o peso econômico das empresas argentinas e brasileiras translatinas no exterior, a partir tanto do nível de fusões e aquisições transfronteiriças, quanto de vendas totais. Ademais, sob um enfoque político, também é interessante observar: (c) a incorporação e o protagonismo de ambos países junto aos organismos internacionais sob tal conjuntura.

Em relação à (a) exportação de capitais argentinos e brasileiros sob o ciclo neodesenvolvimentista, introduz-se as seguintes estatísticas:

Tabela 17 – Investimento Direto no Exterior da Argentina e do Brasil, saldo líquido, 2003-2016 (em milhões de dólares)[250]

	2003-2004[a]	2005-2009[a]	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Argentina	725	1.471	965	1.488	1.055	890	1.921	875	1.787
Brasil	5.026	14.067	26.763	16.067	5.208	14.942	26.040	13.518	7.815
América Latina e Caribe	-*	33.036	55.279	59.532	51.091	46.824	55.756	47.818	25.567

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2017c, p. 51; 92).

[250] [a]: Médias anuais. *:Os dados não constam no relatório (Cepal, 2017c).

A partir da Tabela 17, verificam-se resultados distintos para ambos países sul-americanos. Enquanto que, por um lado, a Argentina – apesar de bons resultados anteriores[251] e de uma relativa melhoria em termos absolutos em comparação com a sua fase inicial (entre 2003-2004) –, teve um baixo nível de investimento direto no exterior ao longo de todo o ciclo, apresentando uma variação percentual entre 1,75%~6,99% em relação ao nível total da América Latina e Caribe; por outro lado, o Brasil atravessou um crescimento significativo em seu nível de investimento direto no exterior, atingindo um nível de participação altíssimo (entre 10,19%~48,41%), inclusive, situando-se, na maior parte dos anos, como o principal investidor latino-americano na região[252]. Ou seja, com base nas estatísticas, é certo afirmar que a economia brasileira investiu mais no exterior do que a economia argentina tanto em termos absolutos, quanto percentuais durante quase todo o ciclo neodesenvolvimentista, com exceção dos anos de 2003 e 2009[253], respectivamente (Cepal, 2017c).

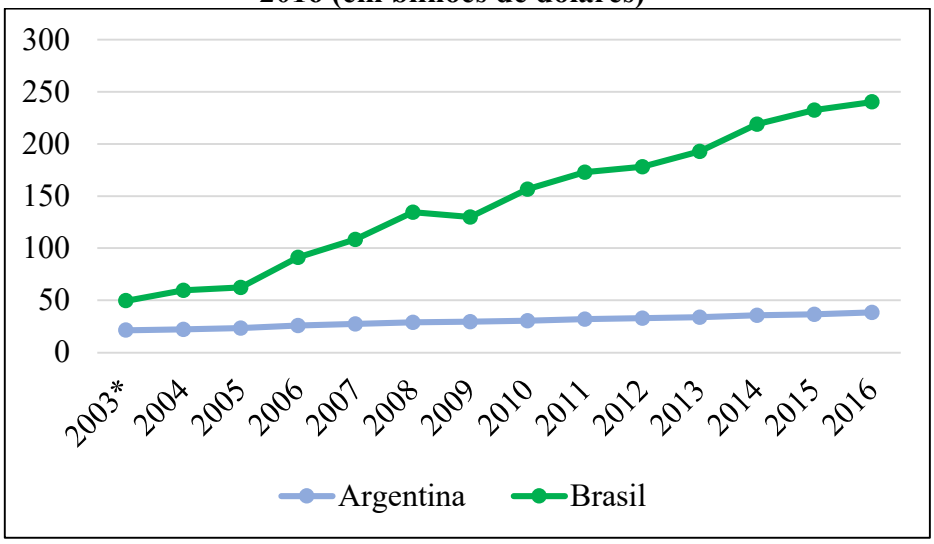
Tanto a discrepância entre ambas economias sul-americanas, quanto a preponderância do Brasil como o principal investidor direto no exterior da América Latina sob tal período, podem ser melhores evidenciadas a partir do gráfico a seguir:

[251] De acordo com a Cepal (2013), "[a] Argentina foi o principal investidor direto no exterior da América Latina durante os anos noventa. Seus fluxos de IED para o exterior alcançavam níveis superiores à US$ 2 bilhões de dólares anuais (25% do total da região) até a crise de 2001-2002, quando despencaram" (Cepal, 2013, p. 89, tradução nossa).

[252] A rigor, não é possível afirmar que, entre 2003-2016, o Brasil foi o principal investidor latino-americano na região durante todos os anos. Isto porque, em anos seletos, tanto o Chile – em 2011, 2012 e 2015 –, quanto o México – em 2012 – apresentaram um nível mais alto de investimento direto no exterior. Isto, porém, não significa que ambos países superaram o Brasil que, mesmo assim, manteve a sua posição preponderante na América Latina e o Caribe – considerando o nível acumulado de investimento direto no exterior –, tal como discutiremos logo em seguida (Cepal, 2017c, p. 51).

[253] Devido à crise econômica global, em 2009, o Brasil teve um saldo líquido negativo em seu nível de investimento direto no exterior, ou seja, desinvestiu cerca de 4,5 bilhões de dólares, enquanto que a Argentina, por sua vez, ainda logrou investir aproximadamente 712 milhões de dólares. Apesar disso, deve-se ressaltar que, considerando a série histórica em sua totalidade, tal resultado é desviante, haja vista que este foi o único ano, no qual houve o desinvestimento da economia brasileira no exterior (Cepal, 2017c, p. 51; 92).

Gráfico 9 – Investimento Direto no Exterior acumulado da Argentina e do Brasil, 2003-2016 (em bilhões de dólares)[254]



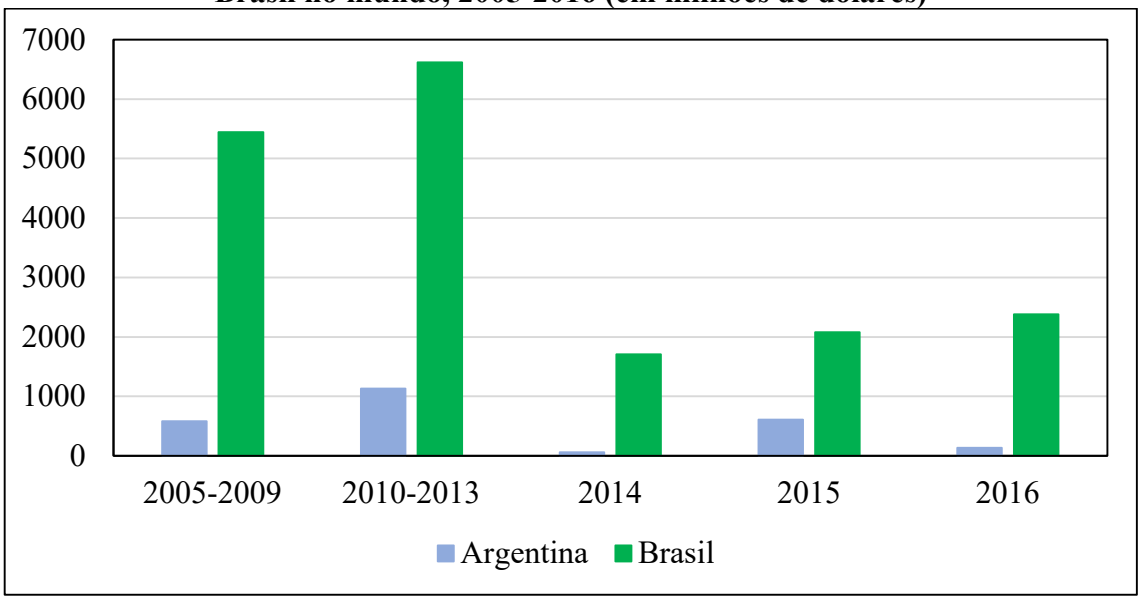
Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2017c, p. 52; 92) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (2025).

Ao invés de somente analisar o saldo líquido anual, se considerarmos o acumulado de investimento direto no exterior – tal como demonstra o Gráfico 9 –, é possível, então, corroborar a crescente preponderância do Brasil, entre 2003-2016, enquanto um investidor de altíssima relevância na região – o maior da América Latina acompanhado, logo em seguida, pelo México e Chile, respectivamente, conformando-se, assim, o grupo de países latino-americanos com o maior acumulado de investimento direto no exterior (Cepal, 2017c, p. 52). Porém, mesmo assim, é notória a crescente discrepância entre o Brasil com as demais economias latino-americanas sob tal conjuntura – inclusive, com o próprio México e Chile. Se comparado com a Argentina, os resultados mostram-se ainda mais desiguais, conforme tendência apontada pelo gráfico. Isto porque, em função de seus baixos resultados em termos absolutos e percentuais neste período – como pode ser visto na Tabela 17 –, a Argentina sob o neodesenvolvimentismo não ocupou uma posição de destaque enquanto investidor direto no exterior, situando-se, assim, afastada da economia brasileira neste quesito (Cepal, 2017c, p. 52, 92; Unctad, 2022).

De maneira semelhante, outro indicador que também acentua tal discrepância entre ambos países sul-americanos, pode ser visto a seguir:

[254] *: Somente os valores acumulados iniciais, isto é, de 2003, foram coletados a partir da UNCTADSTAT (2025). Os demais valores acumulados, referentes aos anos subsequentes de 2004-2016, foram preenchidos a partir dos relatórios oficiais da Cepal – tal como na tabela 17 – (2017c, p. 51; 92), a fim de manter o raciocínio e a padronização das estatísticas sob a mesma base de dados.

Gráfico 10 – Anúncios de investimento externo por parte de empresas da Argentina e do Brasil no mundo, 2005-2016 (em milhões de dólares)



Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2017c, p. 54).

Com base no Gráfico 10, mais uma vez, confirma-se a preponderância do Brasil, agora, no que se refere aos anúncios de investimento externo por parte de suas empresas no mundo entre 2005-2013[255]. No caso da Argentina, por sua vez, verifica-se novamente o baixo nível dos anúncios de investimentos diretos no exterior pelas empresas argentinas, que atingiram o seu ápice, entre 2010-2013, quando superaram, o valor, em média, de aproximadamente US$1 bilhão de dólares, porém, mantendo-se muito abaixo dos resultados do Brasil e de outros países latino-americanos. Em contrapartida, à luz da comparação, sob o mesmo período, as empresas brasileiras anunciaram, em média, cerca de US$6,6 bilhões de dólares em anúncios de investimento externo, configurando-se, assim, como o maior nível da América Latina e o Caribe em toda a série histórica (Cepal, 2017c, p. 54).

Este último indicador se faz particularmente relevante, pois, introduz as empresas latino-americanas enquanto os atores fundamentais do investimento direto no exterior, desvelando o seu papel basilar no processo de exportação e expansão de capitais nacionais. Isto porque os agentes investidores não são os países em si, mas, sim, as suas respectivas empresas, que operam nos mercados mundiais em busca do lucro e da acumulação de capital. De acordo com a Cepal (2011b), em anos recentes, o aumento dos investimentos de alguns países da região no exterior – tal como pode ser visto nas estatísticas apresentadas –, reflete precisamente "[...] a

[255] A rigor, considerando as principais economias investidoras da América Latina, de acordo com as estatísticas da Cepal (2017c, p. 54), o Brasil liderou os anúncios de investimento no exterior por parte de suas empresas no mundo somente entre 2003-2013, haja vista que nos anos subsequentes – 2014, 2015 e 2016 – as empresas mexicanas superaram as brasileiras neste quesito. Para saber mais, ver Cepal (2017c).

maior internacionalização das empresas nacionais e sua expansão em direção ao resto da América Latina, o que deu origem ao fenômeno das *translatinas*" (Cepal, 2011b, p. 53, tradução nossa[256], itálico nosso), isto é, às empresas latino-americanas transnacionais que estão inseridas, em particular, dentro da região (Cepal, 2011b, p. 53; 2017c, p. 54).

Daí, abre-se espaço para discutir, finalmente, sob o neodesenvolvimentismo, (b) o grau de participação e o peso econômico das empresas argentinas e brasileiras – daquelas denominadas translatinas – no exterior, tal como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 18 – América Latina (países selecionados): as 50 maiores empresas translatinas, por vendas totais, em 2012 (em milhões de dólares)[257]

Ranking	Empresa	Setor	País	Vendas	Nº de países	Porcentagem no exterior	
						Ativos	Empregados
1	Petrobras	Petróleo	Brasil	137.695	25	8	9
5	Vale*	Mineração	Brasil	45.761	36	37	22
7	Odebrecht	Construção	Brasil	37.407	35	…	31
8	JBS Friboi*	Agroindústria	Brasil	37.043	15	36	56
9	Techint*	Siderurgia	Argentina	33.755	11	69	74
11	Gerdau*	Siderurgia	Brasil	18.587	14	59	50
15	BRF Food	Alimentos	Brasil	13.955	20	3	16
17	Grupo Votorantim	Diversificado	Brasil	12.132	10	17	24
19	Marfrig*	Agroindústria	Brasil	11.611	21	44	42
20	Camargo Corrêa	Cimentos	Brasil	11.572	17	22	18
24	CSN	Siderurgia	Brasil	8.268	3	13	9
26	Embraer*	Aeronáutica	Brasil	5.971	6	42	7
38	Natura	Cosméticos	Brasil	3.105	8	22	18
39	WEG	Maquinaria	Brasil	3.021	38	12	20
41	Arcor	Alimentos	Argentina	2.839	16	31	35
43	Suzano Papel e Celulose	Florestal	Brasil	2.541	10	5	3

Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2013, p. 82).

A partir da Tabela 18, torna-se possível verificar, em 2012, tanto a participação das maiores empresas translatinas de origem argentina e brasileira por vendas totais, quanto os seus respectivos níveis de internacionalização a partir do percentual de ativos e empregados no exterior. Conforme esperado, dado que o nível de investimento direto no exterior dos países sul-americanos é reflexo do peso econômico e da atuação de suas respectivas empresas no exterior, mais uma vez, nota-se uma preponderância do Brasil em relação à Argentina na região.

[256] A su vez, en años recientes algunos países de América Latina han aumentado sus inversiones en el resto del mundo, en particular dentro de la región, lo que refleja la mayor internacionalización de las empresas nacionales y su expansión hacia el resto de América Latina, lo que há dado origen al fenómeno de las translatinas.

[257] *: Empresas translatinas mais internacionalizadas, com mais de 35% de seus ativos no exterior (Cepal, 2013).

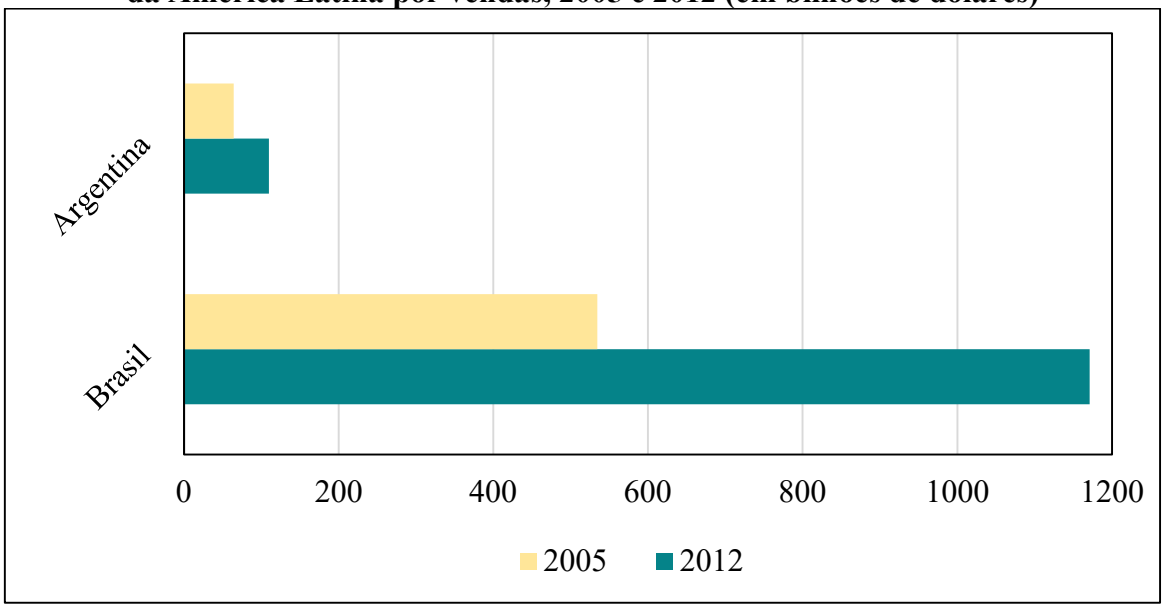
Isto porque dentre o *ranking* das 50 maiores empresas translatinas por vendas totais, situam-se 14 empresas de origem brasileira de diversos setores, de um lado; e, apenas 2 empresas de origem argentina do setor de siderurgia e alimentos, por outro lado[258]. Inclusive, cabe pontuar que, neste mesmo ano, a posição de maior empresa translatina por vendas da América Latina foi ocupada pela Petrobras, a grande petroleira brasileira. Considerando, ainda, o valor acumulado em vendas totais, enquanto que o conjunto de empresas translatinas brasileiras atingiu um valor de aproximadamente US$ 350 bilhões de dólares, o conjunto de empresas translatinas argentinas totalizou cerca de US$ 36,6 bilhões de dólares, um resultado praticamente dez vezes menor, salvaguardadas as devidas proporções (Cepal, 2013, p. 82).

Além da participação e das vendas totais, em relação ao nível de internacionalização das empresas, segundo o critério da Cepal (2013, p. 82), ainda que a Techint (9º) – empresa translatina argentina do setor de siderurgia – tenha sido, em 2012, a empresa mais internacionalizada de ambos países sul-americanos, sendo ela atuante em 11 países e dispondo de 69% e 74% de seus ativos e empregados no exterior; tal resultado unicamente não altera a preponderância quantitativa da economia brasileira. Dentre as quatorze maiores empresas translatinas do Brasil, cinco delas também são altamente internacionalizadas – Vale (5º), JBS Friboi (8º), Gerdau (11º), Marfrig (19º) e Embraer (26º) –, isto é, com mais de 35% de seus ativos no exterior. No quesito porcentagem de ativos no exterior, destacam-se a Gerdau (59%) e a Marfrig (44%). Quanto à porcentagem de empregados no exterior, por sua vez, sobressaem-se a JBS Friboi (56%) e a Gerdau (50%). Por fim, no tocante ao nível de presença no exterior em nº de países, chamam a atenção os casos da WEG (38) no setor de maquinaria, da Vale (36) no setor de mineração, e da Odebrecht (35) no setor de construção (Cepal, 2013, p. 82).

Por isto, ao se expandir o escopo, isto é, quando se verifica o *ranking* das 500 maiores empresas da América Latina, não é por acaso a discrepância de participação e peso econômico entre as empresas translatinas argentinas e brasileiras no exterior, tal como pode ser visto no gráfico abaixo:

[258] De acordo com a Cepal (2013, p. 82), apenas o México apresentou mais empresas nacionais no *ranking* de maiores empresas translatinas por vendas do que o Brasil, totalizando, 16 empresas de origem mexicana; ou seja, duas a mais do que a economia brasileira (Cepal, 2013, p. 82).

Gráfico 11 – Participação das empresas argentinas e brasileiras dentre as 500 maiores da América Latina por vendas, 2005 e 2012 (em bilhões de dólares)



Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2013, p. 83).

De acordo com as estatísticas da Cepal (2013, p. 83), entre as 500 maiores empresas da América Latina, em 2005, o conjunto de empresas do Brasil já possuía o maior nível de vendas anuais da região, conformando-se, assim, inclusive, uma ordem muito semelhante ao nível de investimento direto no exterior (Gráfico 9) e aos anúncios de IED no exterior por empresas latino-americanas (Gráfico 10), na qual a Argentina cumpre uma função de menor ou baixa relevância em termos comparativos. Isto porque, considerando o indicador em tela, neste mesmo ano, a participação das empresas argentinas dentre as maiores da região por vendas também esteve muito abaixo em relação à economia brasileira – e, inclusive, em face a outros três países latino-americanos, quais sejam, México, Chile e Venezuela (Cepal, 2013, p. 83). Considerando a evolução histórica deste indicador, verifica-se, em 2012, sob o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro, uma melhoria nos termos absolutos de ambos casos em maior ou menor grau. No caso da Argentina, apesar do aumento no nível de vendas anuais do conjunto de suas empresas, o país não logrou subir a sua posição relativa – na verdade, de acordo com o relatório, é possível observar que ele perdeu espaço frente à Colômbia, diminuindo, assim, a sua colocação (de 5º para 6º) –, o que demonstra, em certa medida, o menor peso ou importância de uma política de difusão de empresas translatinas e de expansão de capitais nacionais no exterior durante a sua conjuntura neodesenvolvimentista. No que tange ao Brasil, por outro lado, é notório o *boom* do país neste quesito, haja vista que o conjunto das maiores empresas brasileiras logrou dobrar o seu nível de vendas anuais, atingindo, assim, um

resultado de altíssima expressividade em relação à sua expansão no exterior, com destaque para os mercados dentro da região (Cepal, 2013, p. 83).

Além disso, outro parâmetro que confirma tal processo de expansionismo das empresas translatinas brasileiras no exterior sob o neodesenvolvimentismo, trata-se precisamente do nível de fusões e aquisições transfronteiriças destas, tal como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 19 – Maiores fusões e aquisições transfronteiriças selecionadas realizadas por empresas brasileiras, 1990-2016 (em milhões de dólares)[259]

Empresa	Setor	Ano	Empresa adquirida	País	Valor
Petrobras	Petróleo	2003	Pérez Companc S.A.	Argentina	1.028
Ambev	Bebidas	2004	John Labatt Ltd.	Canadá	7.758
Camargo Corrêa S.A.	Materiais de construção	2005	Loma Negra Cía. S.A.	Argentina	1.025
Vale S.A.	Mineração	2006	Inco Ltd. (87%)	Canadá	18.372
		2007	Inco Ltd. (13%)	Canadá	2.316
		2010	Ativos de BSG Resour	Guiné	2.500
J&F	Alimentos	2007	Swift & Co.	Estados Unidos	1.458
Gerdau S.A.	Siderurgia	2007	Chaparral Steel Co.	Estados Unidos	3.995
		2008	Quanex Corp.	Estados Unidos	1.611
Marfrig Alimentos S.A.	Alimentos	2010	Keystone Foods LLC	Estados Unidos	1.260
Grupo BTG Pactual	Financeiro	2013	Participação em prospecção petrolífera (50%)	África*	1.525
		2015	BSI	Suíça	1.680
Oi	Telecomunicação	2014	Portugal Telecom	Portugal	8.056
JBS S.A.	Alimentos	2015	Moy Park Holdings (Europa)	Reino Unido*	1.507
		2015	Negócio de carne suína de Cargill	Estados Unidos	1.450
		2015	Primo Group Holding	Nova Zelândia*	1.258

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2013, p. 53; 86; 2015b, p. 36; 2016c, p. 47).

De acordo com a Cepal (2013; 2015b; 2016c), estas foram as maiores fusões e aquisições transfronteiriças realizadas por empresas brasileiras durante o período de 1990-2016. Com base nos dados selecionados, destacam-se três principais aspectos: o nº de empresas, a variedade de setores e o alto nível de investimento realizado. Isto porque as estatísticas demonstram que não foi somente um caso desviante de uma única empresa brasileira que

[259] *: País dos ativos adquiridos/ Localização dos bens (Cepal, 2015b; 2016c). Na tabela, é claro, não constam todas as fusões e aquisições transfronteiriças realizadas por empresas brasileiras entre 1990-2016, mas, sim, uma seleção das maiores em termos de valor, mais especificamente, daquelas que ultrapassaram US$ 1 bilhão de dólares sob tal período histórico (Cepal, 2013; 2015b; 2016c).

buscou expandir suas atividades no exterior, mas, sim, um conjunto de empresas translatinas de origem brasileira, provenientes de diversos setores produtivos[260] – tais como petróleo, bebidas, materiais de construção, mineração, alimentos, siderurgia, financeiro e, até mesmo, telecomunicação –, que realizaram fusões e aquisições transfronteiriças de valores altíssimos. À título de ilustração e comparação, somente a aquisição, em 2006, da então empresa canadense Inco Ltd. (87%) pela mineradora brasileira, Vale S.A., apresentou um valor de aproximadamente US$ 18,4 bilhões de dólares, superando, assim, o saldo líquido total acumulado, entre 2003-2016, de IED no exterior da Argentina sob o neodesenvolvimentismo, o qual atingiu, no total, cerca de US$ 17,8 bilhões de dólares na série histórica – ver Tabela 17 (Cepal, 2017c, p. 51; 92).

Outras duas empresas brasileiras que chamam a atenção pela magnitude de suas movimentações transfronteiriças são a Oi, do setor de telecomunicação, e a JBS S.A., do setor de alimentos. A primeira se destacou pela sua fusão, em 2014, com a empresa portuguesa Portugal Telecom por cerca de US$ 8 bilhões de dólares – cerca de 30,8% e 14,3% do total de investimento direto no exterior do Brasil e da América Latina e o Caribe no ano em questão, respectivamente (Cepal, 2015b, p. 36; 2017c, p. 51; 92). A segunda, a maior processadora de carnes do mundo, pelas aquisições, em 2015, de diversas empresas no exterior (Reino Unidos, Estados Unidos, Nova Zelândia e México[261]), totalizando um investimento de aproximadamente US$ 4,8 bilhões de dólares – por sua vez, cerca de 35,6% e 10% do total de investimento direto no exterior do Brasil e da América Latina e o Caribe, respectivamente (Cepal, 2017c, p. 51; 92) –, tornando-se, então, a empresa que mais interviu nas principais fusões e aquisições realizadas pelas empresas translatinas neste ano (Cepal, 2016c, p. 46-47). Ambas empresas brasileiras, sozinhas, em seus respectivos anos, 2014 e 2015, também investiram mais do que toda a economia argentina em seu conjunto, no que diz respeito ao saldo líquido total de investimento direto no exterior do país sul-americano – novamente, ver Tabela 17 (Cepal, 2017c, p. 51; 92).

A partir destes resultados, diferentemente da Argentina que não cumpre um papel subimperialista, confirma-se, então, pelo menos no sentido econômico, a tendência expansionista brasileira em direção ao exterior no início do século XXI, fundamentada na busca

[260] Apesar da relativa diversidade setorial das maiores empresas translatinas brasileiras, aqui, deve-se sublinhar, conforme já apontado, o baixo nível tecnológico, o menor perfil industrial, assim como, o alto impacto socioambiental destas empresas em sua grande maioria (Clemente, 2024a, p. 76).

[261] A fusão ou aquisição da empresa Tyson de México pela JBS S.A., em 2015, não consta na Tabela 19, porque o seu valor está abaixo do critério adotado – transações acima de US$ 1 bilhão –, uma vez que girou em torno de aproximadamente US$ 575 milhões de dólares. Mesmo assim, tal quantia é considerada no cálculo, realizado logo em seguida, do investimento total realizado pela empresa brasileira no ano em questão (Cepal, 2016c; p. 47).

pela maior internacionalização e expansão de seus capitais. Ademais, tais estatísticas mostram-se relevantes por outras duas razões. Primeiro, porque a série histórica confirma a concentração destas fusões e aquisições transfronteiriças pelas empresas brasileiras sob o neodesenvolvimentismo (2003-2016) em comparação com o período anterior, isto é, sob o marco do neoliberalismo na década de 1990. Isto revela que os avanços expostos não se trataram de uma tendência histórica da economia brasileira, mas, foram, sim, o produto de uma conjuntura histórico-geográfica particular de sua formação econômico-social. Em outras palavras, resultado do modelo de desenvolvimento do capitalismo periférico vigente, o qual aponta a situação de 'subimperialismo renovado' do Brasil (Clemente, 2024b, p. 29).

E, em segundo lugar – talvez, até mais importante –, pois, os dados também demonstram o peso e a relevância econômica alcançados pelas empresas translatinas brasileiras – as chamadas 'Campeãs Nacionais' – sob a conjuntura neodesenvolvimentista no âmbito da América Latina e o Caribe. Isto porque, conforme demonstrado empiricamente, as maiores empresas brasileiras atingiram tamanhos resultados de expansão para o exterior, que elas não somente foram capazes de acumular o maior nível de investimento direto no exterior dentre os países da região – ver Gráfico 9 (Cepal, 2017c, p. 52); como também, lograram superar neste quesito, seja conjuntamente ou a nível individual, até mesmo o conjunto de economias nacionais em sua totalidade, tal como é o caso das aquisições da empresa brasileira Vale S.A. em comparação com o nível de IED no exterior da Argentina, por exemplo (Cepal, 2013, 2015b, 2016c). Apesar de atravessarem um processo político e modelos de desenvolvimento semelhantes, este é outro indicativo da função subimperialista assumida pelo Brasil sob o neodesenvolvimentismo, a qual não ocorreu com a economia argentina sob o mesmo período, conforme já apontado no estudo de caso de ambos países.

Observando a problemática, desta vez, através de um enfoque político, isto é, considerando (c) a incorporação e o protagonismo assumido por ambos países sul-americanos junto aos organismos internacionais na conjuntura em questão; torna-se possível constatar a mesma tendência no âmbito regional. Isto porque, mais uma vez, diferentemente da Argentina – ou, ao menos, com mais destaque do que o seu par no Cone Sul –, o Brasil passou, cada vez mais, a assumir um papel de liderança regional e internacional na América do Sul, seja por meio de processos de regionalismo e integração regional – a partir de instituições tais como o Mercosul, a Unasul e a IIRSA (Clemente, 2024a, p. 73) –; ou, até mesmo, no âmbito da governança global. Não é por acaso, então, conforme apontam Feldmann e Dos Santos (2024), que "[à] época, Obama considerava Lula o político mais popular do mundo, e a revista *The Economist* estampou em sua capa uma imagem do Cristo Redentor carioca voando como um

foguete espacial, com a legenda: 'o Brasil decola'" (Feldmann; Dos Santos, 2024, p. 229, tradução nossa[262], itálico dos autores).

Nesse sentido, segundo Clemente (2024b, p. 29), para além dos aspectos econômicos – tais como a escalada do Brasil no *ranking* mundial do PIB e a expansão de suas empresas translatinas, como visto –, aqui, cabe citar também a incorporação brasileira: (1) em 2003, ao Fórum de Diálogo Índia, Brasil, e África do Sul (IBAS); (2) em 2009, à parceira econômica do BRICS – composta pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –; (3) ao fórum de cooperação econômica internacional denominado Grupo dos Vinte (G20) – em referência às maiores economias do mundo. Ademais, tal como aponta o autor, deve-se destacar também o protagonismo do Brasil frente às organizações internacionais do Sistema ONU – sobretudo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) frente ao avanço no combate à fome –, a Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como, a sua participação e liderança na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), dentre outros (Clemente, 2024b, p. 29); *hitos* e processos importantes na política externa do Brasil, cujos detalhes fogem do escopo da presente investigação.

Diante disso, constata-se, então, que o agrupamento de todos os elementos e indicadores – econômicos e políticos – operacionalizados na atual seção, possibilitam, enfim, tanto a confirmação da manifestação do subimperialismo sob o neodesenvolvimentismo no Brasil, quanto a sua rejeição na Argentina. Obviamente, isto não significa, porém, a confirmação da dependência de um e a negação do outro; dado a condição dependente de ambos países sul-americanos sob a conjuntura neodesenvolvimentista, conforme argumentado ao longo do capítulo. Com efeito, tal resultado é proveniente da 'lógica do lugar' de ambas economias que trilham caminhos semelhantes e paralelos, quase compartilhados, porém, mesmo assim, diferentes em seus lugares, lógicas e formas (Clemente, 2024b, p. 27-29). Dito de outra maneira, segundo Osorio (2012a), tratam-se meramente de "[...] simples resultados do grau de maturidade do capitalismo em condições de dependência" (Osorio, 2012a, p. 126).

Ou seja, mesmo que a manifestação, em específico, do subimperialismo não seja compartilhada pelo par geoeconômico e geopolítico do Cone Sul, a dependência, ainda o é, dada a condição estrutural de ambos os países sul-americanos que, apesar de certos avanços, seguiu inalterada pelos resultados do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro.

[262] En esos días, Obama consideraba a Lula el político más popular del mundo, y la revista *The Economist* estampaba en su tapa una imagen del Cristo Redentor carioca que se eleva como un cohete espacial, con la leyenda: «Brasil despega».

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: breve análise dos resultados

Com base no exposto, trilhando a hipótese da pesquisa, aqui, pode-se afirmar, finalmente, que o neodesenvolvimentismo adotado tanto pela Argentina sob o kirchnerismo (2003-2015), quanto pelo Brasil sob o petismo (2003-2016) não provocou uma mudança estrutural em suas respectivas formações econômico-sociais, mas, sim, reproduziu e aprofundou a condição de dependência, na medida em que: a) revelou-se insuficiente para diversificar e industrializar a matriz produtiva; e b) reafirmou uma inserção periférica e subordinada dos países sul-americanos como economias agrário-exportadoras na economia mundial capitalista – o que pode ser verificado de maneira contundente a partir do nível de complexidade econômica e outros indicadores –; ainda que no período analisado, ambos possam ter experienciado, em média, crescimento econômico e outros indicadores positivos, tal como demonstrado a partir de dados e estatísticas.

Ademais, em relação às categorias fundamentais e constitutivas da dependência e suas formas – quais sejam, a transferência de valor, a superexploração do trabalho e o subimperialismo –, através da análise comparada do neodesenvolvimentismo em ambos países sul-americanos, constatou-se empiricamente o seguinte quadro no Cone Sul:

Quadro 3 – Categorias da dependência operantes na Argentina e no Brasil sob o neodesenvolvimentismo[263]

	Argentina (2003-2015)	**Brasil (2003-2016)**
Transferência de valor	X	X
a) Deterioração dos termos de intercâmbio		
b) Remessa de lucros, royalties e dividendos	X	X
c) Serviço da dívida	X	X
Superexploração do trabalho	X	X
a) Pagamento abaixo de seu valor	*	X
b) Prolongamento da jornada de trabalho	X	X
Subimperialismo		X

Fonte: Elaborado pelo autor.

[263] No Quadro 3, a marcação significa a manifestação empírica – isto é, comprovada através de dados e estatísticas – da categoria e/ou de suas formas na realidade concreta dos países sul-americanos sob o neodesenvolvimentismo, apresentando-se, portanto, enquanto componentes relevantes e explicativos da condição neodesenvolvimentista-dependente argentina e/ou brasileira. Por outro lado, a ausência da marcação indica a irrelevância ou, pelo menos, a baixa significância de um componente sob tal conjuntura em um dos países. *: Resultado inconclusivo para a Argentina, dada a ausência de indicadores e dados empíricos na presente investigação para comprovar a sua manifestação no país, tal como ocorre no caso brasileiro.

A partir dos resultados empíricos da investigação (ver Quadro 3), a categoria da transferência de valor é um fenômeno evidente nas formações econômico-sociais da Argentina e do Brasil – exceto, é claro, mediante a forma de deterioração dos termos de intercâmbio no período histórico analisado[264]. Mesmo a superexploração do trabalho, categoria que demonstrou ser de maior dificuldade em termos de operacionalização, também pôde ser atestada em ambos países sul-americanos num âmbito mais geral – embora sua manifestação seja empiricamente notória e indubitável somente no caso brasileiro[265], dado os seus indicadores de salário mínimo necessário (SMN) que comprovam ostensivamente a sub-remuneração, isto é, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. O subimperialismo, por sua vez – considerando que a sua manifestação não é obrigatória, mas, sim, condicionada ao grau de maturidade das economias industriais dependentes –, sob tal conjuntura, é um fenômeno manifesto exclusivamente do Brasil[266], sendo, portanto, rejeitada a sua ocorrência simultânea na economia argentina, que não cumpriu uma função subimperialista.

Talvez, o mais interessante de ser observado, trata-se do modo como as formas fenomênicas da situação dependente – nomeadamente, produtiva, comercial, tecnológica, financeira, etc. – se reforçam no processo de reprodução ampliada da dependência. Isto porque, considerando os casos da Argentina e do Brasil sob o neodesenvolvimentismo, mesmo com uma melhoria nos termos de troca, a dependência produtiva e tecnológica dos países sul-americanos – atestada pelo baixo nível de complexidade econômica e industrialização – reforçam a sua dependência comercial – isto é, a contínua necessidade de importar tecnologias dos chamados países 'desenvolvidos' –, resultando, assim, numa especialização produtiva cada vez maior e na confirmação do tradicional padrão de troca de bens primários por bens industriais. Em função disso e da entrada de investimentos estrangeiros para alcançar o tão

[264] Aqui, também vale ressaltar, mais uma vez, que a presente investigação não verificou o fenômeno da transferência de valor a partir de uma outra forma de manifestação, qual seja, a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (Luce, 2018). Inclusive, este é um possível caminho teórico-metodológico interessante a fim de aprofundar a pesquisa, abordando especificamente o debate acerca da reforma agrária e dos movimentos sociais (Traspadini, 2016).

[265] Inclusive, nisto, a partir do resultado inconclusivo no que tange à superexploração do trabalho na Argentina, engendra-se, em nossa interpretação, uma das principais limitações da pesquisa, a qual exige uma problematização ainda mais profunda na temática, abrindo espaço para novas investigações, com especial destaque para o caso argentino. Isto porque, temos razão para acreditar e sustentar uma hipótese – com base nos resultados finais, aqui, encontrados –, segundo a qual o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor em conjunto à outras formas de superexploração são fenômenos manifestos em ambos países sul-americanos sob o neodesenvolvimentismo.

[266] A partir dos resultados finais, para além do Brasil e salvaguardadas as devidas proporções, outras economias latino-americanas podem suscitar, em maior ou menor grau, a discussão acerca do subimperialismo, quais sejam, notadamente, o México e o Chile; merecendo, assim, ambos países, talvez, mais atenção na temática em futuras investigações.

esperado ‘desenvolvimento’, ambas economias sul-americanas, dependentes, manuteniam tanto a remessa de lucros, *royalties* e dividendos, quanto a remessa de juros para o exterior, produto da situação de endividamento externo – que, muitas das vezes, é ocasionado por estes mesmos desequilíbrios e gargalos estruturais. Em contrapartida, reproduzem-se mecanismos compensatórios, a superexploração do trabalho e, ora, o subimperialismo, a fim de contrabalançar a transferência de valor, isto é, o fluxo de transferência/ perda de valor ou riqueza, dificultando ou impossibilitando, assim, em fim último, a mudança da situação estrutural que a tudo isso produz.

Obviamente, tal processo não é simplesmente um resultado particular e circunscrito ao neodesenvolvimentismo sul-americano. Com efeito, ele é produto de uma série de mecanismos de caráter sistemático e estrutural das economias dependentes, cujas experiências neodesenvolvimentistas argentina e brasileira, especificamente, não foram suficientemente capazes de questionar, muito menos de superar, dada a ausência de mudança estrutural em suas economias sob tal conjuntura.

Dito isso, cabe, enfim, alguns últimos apontamentos e comentários. Em primeiro lugar, mesmo em situações na qual determinada forma de manifestação e/ou categoria específica foram empiricamente refutadas – como por exemplo, o caso da deterioração dos termos de intercâmbio em ambos países, e o subimperialismo na Argentina, respectivamente –, tratando-se, assim, de componentes pouco relevantes e explicativos da condição de dependência das economias sul-americanas sob o neodesenvolvimentismo; isto não significa, porém, a sua definitiva superação num sentido estrutural.

Nesse sentido, conforme discutido anteriormente, muito mais do que produto do neodesenvolvimentismo, a ‘reversão’ da deterioração dos termos de intercâmbio foi resultado do ciclo internacional de valorização das *commodities* nos mercados mundiais. Inclusive, se considerarmos o seu caráter transitório, tal resultado conjuntural parece nos dizer muito mais sobre a própria situação dependente do que de sua possível suplantação. A rejeição do subimperialismo argentino, por sua vez, é precisamente evidência da ‘lógica do lugar’ semelhante, porém, diferente entre os países sul-americanos, pois, apesar do marco comum de integração dependente ao mercado global, o lugar de ambos resguarda distinções no que diz respeito à posição na totalidade integrada e diferenciada da economia mundial capitalista.

Em segundo lugar, a presente investigação não se trata, é claro, de uma análise exaustiva e conclusiva da relação entre o neodesenvolvimentismo e a dependência na América Latina, seja em seus estudos de caso – porque existem, para além do Cone Sul, inúmeros outros países latino-americanos dependentes com suas próprias particularidades –; seja na análise de suas

formas de manifestação – porque nem todas foram abordadas sob tal conjuntura neodesenvolvimentista –; seja pelo método de operacionalização empregado – porque certamente existem outros indicadores que também podem ser úteis em atestar a materialização das categorias na realidade concreta das formações econômico-sociais argentina e brasileira.

E, por último, finalmente, no mesmo sentido, qualquer investigação séria e compromissada com desvelar a condição dependente, em nossa interpretação, ao invés de apresentar uma resposta conclusiva a respeito da questão, deve reconhecer a importância de repensar a dependência e superar a aplicação de suas categorias e formas de manifestação mais óbvias, sempre. Isto porque a dependência, por ser componente estruturante do capitalismo periférico, não se trata de um fenômeno essencial, inflexível e imutável, permanecendo sem alterações ao longo do tempo, mas, sim, de um que se renova constantemente em função das transformações e tendências vigentes do capitalismo mundial. Por isto, mesmo diante de diagnósticos empíricos que comprovem ou refutem determinadas categorias e formas da dependência, sob o marco do sistema capitalista, são sempre necessárias e indispensáveis novas investigações, que busquem revelar os mecanismos e particularidades que ela assume, quando se disfarça e/ou se apresenta de outra maneira.

Afinal, a dependência somente será efetivamente superada pela periferia, quando superado o sistema que a engendra, isto é, o próprio capitalismo.

5 CONCLUSÕES GERAIS

Considerando a dualidade entre as categorias do desenvolvimento e da dependência na América Latina no século XXI, a partir da relação específica entre o neodesenvolvimentismo sul-americano e a dependência, verificou-se nos casos particulares da Argentina e do Brasil, respectivamente, mais uma vez, a maior materialização do último em detrimento do primeiro; ou, pelo menos, o condicionamento de um pelo outro. Apesar dos alcances sob a conjuntura neodesenvolvimentista, os quais configuram, de fato, avanços e conquistas sociais concretas em ambos países sul-americanos que não devem ser desconsiderados – tais como o nível de crescimento econômico, o aumento das exportações, a melhoria relativa do índice de preços, a valorização do salário mínimo, a redução do nível de pobreza e indigência, etc. –, o mais recente modelo de desenvolvimento também apresentou sérias limitações frente à situação estrutural de suas respectivas economias.

Em síntese, conforme defendemos na presente investigação, o neodesenvolvimentismo adotado pela Argentina sob o kirchnerismo (2003-2015) e pelo Brasil sob o petismo (2003-2016) não provocou uma mudança estrutural em suas respectivas formações econômico-sociais, mas, sim, reproduziu e aprofundou a condição de dependência. Isto porque ambos ensaios neodesenvolvimentistas sul-americanos tanto revelaram-se insuficientes para diversificar e industrializar efetivamente a matriz produtiva, em detrimento de uma, cada vez maior, especialização produtiva; quanto reafirmaram a inserção periférica e subordinada dos países como economias agrário-exportadoras na economia mundial capitalista. Não é por acaso, portanto, em maior ou menor grau, a relevância das categorias fundamentais da dependência sob tal conjuntura em ambos casos, quais sejam, a transferência de valor, a superexploração do trabalho, e o subimperialismo – sendo a última exclusiva da economia brasileira.

Por isto, é certo afirmar que o neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro provocaram, se tanto, apenas um desenvolvimento do tipo dependente em suas respectivas economias, pois, sem adereçar e problematizar a questão da dependência, o modelo não modificou questões estruturais, das quais se engendram os problemas de suas formações econômico-sociais. Obviamente, dada a sua centralidade, deve-se afirmar que não é razoável esperar a superação da condição estrutural dependente sob conjunturas histórico-geográficas específicas, tal como a neodesenvolvimentista. Contudo, o epicentro da problematização, aqui, não é este, mas, sim, constatar o cenário de reprodução ampliada da dependência mesmo sob circunstâncias econômico-políticas-externas supostamente favoráveis ao desenvolvimento,

recolocando, assim, no centro do debate, a impossibilidade prática da (semi)periferia de ir além do desenvolvimento dependente sob o marco do capitalismo mundial.

Nesse sentido, ainda que tenham se verificado resultados positivos na Argentina e no Brasil sob os seus respectivos processos políticos e modelos neodesenvolvimentistas, os avanços e conquistas possíveis ficam condicionados não somente à própria situação de dependência, como também, à um conjunto de fatores econômicos e políticos, internos e externos que, em sua grande maioria, foge ao controle de ambas economias sul-americanas. Inclusive, tão logo ocorre o esgotamento do kirchnerismo e do petismo nos países, respectivamente, muitas das vezes, sucede a reversão dos avanços e conquistas sociais, tal como verificou-se em partes, por exemplo, em 2016, com as mencionadas contrarreformas neoliberais no caso brasileiro; o que agudiza tensões sociais e abre espaço para uma crescente polarização política em suas respectivas sociedades.

Num contexto histórico mais recente, a América Latina perpassou uma série de processos políticos distintos, assistindo, de um lado, o resgate ao neoliberalismo, quando não a ascensão da extrema-direita; assim como, de outro lado, a emergência de uma nova onda progressista na região. Inclusive, atualmente, isto pode ser exemplificado a partir do Cone Sul, haja vista tanto a ofensiva ultraneoliberal na Argentina, quanto o retorno do 'lulismo' no Brasil – em oposição ao 'bolsonarismo' –, respectivamente. Nisto, se introduz o importante e necessário debate, hoje, acerca da atualidade política do neodesenvolvimentismo enquanto possível modelo de desenvolvimento capitalista latino-americano, pois, toda e qualquer investigação é produto histórico de seu tempo. E a pesquisa aqui elaborada não foge à regra, inserindo-se nesta conjuntura atravessada por inúmeras convulsões político-sociais, em busca de contribuir para a compreensão do atual cenário da região em termos de interesses político-estratégicos, visando, assim, imaginar as reais possibilidades de nosso futuro.

Considerando os resultados finais da presente investigação, portanto, verificamos alcances e limites reais dos modelos neodesenvolvimentistas argentino e brasileiro que demonstram ser de suma relevância para lançar luz sobre a discussão vigente. Pois, afinal, se ambos processos em seus respectivos países sob um contexto muito mais favorável foram insuficientes e incapazes de produzir uma mudança estrutural, uma investida contra a dependência e seus infortúnios, mesmo que, simplesmente, para se contrapor a ela, ao invés de superá-la; isto não é uma mostra de fracasso do neodesenvolvimentismo, mas, sim, o resultado possível deste sob a atual fase do capitalismo mundial (Clemente, 2024a, p. 76). Assim, em nossa interpretação, à maneira de Bastos (2024, p. 203) e outros estudiosos, nos parece incontornável que, no futuro, as estratégias necessárias devam ser de outro tipo e intensidade

(Bastos, 2024, p. 203), caso a finalidade seja, ao contrário de desconsiderar, confrontar efetivamente o jugo da dependência (Martins, 2011, p. 346).

Em conclusão, trilhando, a rigor, o preceito de Marini, segundo o qual ‘nunca se pode voltar atrás’ (Clemente, 2024b, p. 30), o futuro não pode repetir o ontem, logo, o amanhã não deve buscar emular o passado. A dialética exige, assim, novos caminhos, novos horizontes – sistêmicos, materiais e epistemológicos – para a conformação de uma outra antítese, uma cuja síntese não seja reprodutora, mas, sim, transgressora à subordinação estrutural em que a América Latina se encontra historicamente aprisionada; caminhando, assim, em direção à necessária e urgente autonomia e libertação da região.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010.

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia no Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. **Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência.** Campinas: Unicamp, 2007.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência:** a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Editora Boitempo, p. 87-102, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. **Towards a Theory of Capitalist Crisis.** 1978.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA – BCRA. **Banco Central de la República Argentina.** Estadísticas. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://www.bcra.gob.ar/. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil.** Time Series Management System. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://dadosabertos.bcb.gov.br/. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Relatório Anual 2015.** Banco Central do Brasil – BCB, Brasília, v. 51, 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/rel2015p.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://data.worldbank.org/.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Capitalismo neoliberal y forma del Estado: ¿existió un modelo neodesarrollista o socialdesarrollista en Brasil?. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 183-205, 2024.

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 2014. [s.n.]. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

BERRINGER, Tatiana. El frente neodesarrollista y la política de integración regional en los gobiernos del PT: ascenso y caída del regionalismo multidimensional. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 161-181, 2024.

BERRINGER, Tatiana. **Estado, classes sociais, e Relações Internacionais:** uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas. 2011. [s.n.]. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BERRINGER, Tatiana. Relações Internacionais e a nova fase do imperialismo: um diálogo entre Robert Cox e Nicos Poulantzas. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 28, p. 23-32, 2012.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. [s.n.]. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BOITO Jr., Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 3, p. 274-286, 2014.

BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago (Org.). **Brasil e Argentina:** políticas e trajetórias de desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 2004. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Retomada da Revolução Nacional e Novo Desenvolvimentismo. In: Pereira, Luis Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

BRICEÑO-RUIZ, José; LOMBAERDE, Philippe De. Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria. **Revista Civitas**, v. 18, n. 2, p. 262-284, 2018.

BRITO, Leonardo Leonidas de. **Subdesenvolvimento e dependência:** a crítica ao "neodesenvolvimentismo" no Brasil recente (2004-2016). Recife: 30º Simpósio Naiconal de História, ANPUH-Brasil, 2019.

BUSTELO, Santiago. Desenvolvimento e políticas industriais: um estudo comparativo entre a Argentina e o Brasil (2002-2008). In: BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago (Org**.). Brasil e Argentina:** políticas e trajetórias de desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

CANTAMUTTO, Francisco; CONSTANTINO; Agostina. El neodesarrollismo como continuidade estructural: El programa de la industria realmente existente. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2024.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico.** Jundiaí: Editora Paco, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO; Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de intepretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO; Enzo. *Post-scriptum*: Estado e processo político na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO; Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de intepretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2010.

CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2010a.

CECEÑA, Ana Esther. Sobre las diferentes modalidades de internacionalización del capital. **Problemas del Desarrollo**, v. 21, n. 81, p. 15-40, 1990.

CERQUEIRA, Daniela Franco. El agotamiento del ciclo neodesarrollista en Brasil. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 113-136, 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHÁVEZ, David. Marx y Foucault: subsunción del trabajo, disciplina y biopoder. **Revista Internacional de Sociología**, v. 80, n. 3, 2022.

CLEMENTE, Dario. El neodesarrollismo en Brasil como relación de fuerzas: Un ensayo de conceptualización concreta (2003-2016). In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 51-81, 2024a.

CLEMENTE, Dario. Introducción: ¿Cómo tomarse el neodesarrollismo em serio?. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 25-32, 2024b.

CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2024.

CLEMENTE, Dario; LASTRA, Facundo. A modo de prólogo: Una charla com Claudio Katz. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 9-24, 2024.

COLOTTA, Mariana. Metodologías de la investigación aplicadas a las relaciones internacionales. In: COLOTTA, Mariana *et al*. (orgs.). **Manual de relaciones internacionales**. Buenos Aires, Teseo, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2009.** Santiago: CEPAL, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2010.** Santiago: CEPAL, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2011.** Santiago: CEPAL, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2015.** Santiago: CEPAL, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2016.** Santiago: CEPAL, 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2017.** Santiago: CEPAL, 2017a.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **CEPALSTAT**. Statistical Databases and Publications. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://statistics.cepal.org/.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2010-2011:** Modalidades de inserción externa y desafíos de política macroeconómica en una economía mundial turbulenta. Santiago: CEPAL, 2011b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2012:** Las políticas ante las adversidades de la economía internacional. Santiago: CEPAL, 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2014:** Desafíos para la sostenibilidad del crecimiento en un nuevo contexto externo. Santiago: CEPAL, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2016:** La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y los desafíos del financiamiento para el desarrollo. Santiago: CEPAL, 2016b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2017:** La dinámica del ciclo económico actual y los desafíos de política para dinamizar la inversión y el crecimiento. Santiago: CEPAL, 2017b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2013**. Santiago: CEPAL, 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2015**. Santiago: CEPAL, 2015b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2016**. Santiago: CEPAL, 2016c.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2017**. Santiago: CEPAL, 2017c.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **UNCTAD STAT**. Statistics and data. Data Centre. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/datacentre/.

CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy**. O "Regionalismo Aberto" da CEPAL e a Inserção da América Latina na Globalização.** Ensaios FEE, v. 27, n. 1, 2006.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **"Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas.** Economia e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 137-150, 1998.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies,** v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DECIANCIO, Melisa. El regionalismo latinoamericano en la agenda de la teoría de las Relaciones Internacionales. **Iberoamericana**, v. 16, n. 63, p. 91-110, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Dieese, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário.** Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://www.dieese.org.br/.

DILIGENTI, Marcos; SOUZA, Ricardo. Do desenvolvimento desigual e combinado à dependência: perspectivas revolucionárias no Brasil na crise do capitalismo agonizante. **Revista Movimento**, 2020. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2020/08/do-desenvolvimento-desigual-e-combinado-a-dependencia-perspectivas-revolucionarias-no-brasil-na-crise-do-capitalismo-agonizante/. Acesso em: 11 abr. 2024.

DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista Soc. Bras. Economia Política,** São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Economia mundial:** integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência:** Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2023.

ESCOBAR, Arturo. Una minga para el posdesarrollo. **Revista Signo y Pensamiento**, v. 30, n. 58, p. 306-312, 2011.

FELDMANN, Daniel; DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. El médico y el monstruo. Una lectura del progresismo y sus contradicciones. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 225-246, 2024.

FÉLIZ, Mariano. Crisis transicional del desarrollismo en Argentina: ¿hacia el desarrollismo verde?. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 207-223, 2024.

FÉLIZ, Mariano. ¿De la década perdida a la década ganada? Del auge y crisis del neoliberalismo al neodesarrollismo en crisis em Argentina. **Cuestiones de Sociología,** n. 9, 2013.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (*global value chains*) pós-pandemia.** Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 203-219, 2020.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica:** uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: Editora L&PM, 2021.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, n. 31, p. 5-30, 2012a.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo-desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012b.

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Regionalismo e desenvolvimento na América do Sul. **Revista Debates,** v. 12, n. 2, p. 201-222, 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. Developmentalism, Modernity and Dependency Theory in Latin America. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (eds.). **Coloniality at large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham & London: Duke University Press, 2008.

GROVOGUI, Siba. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. **The Global South**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progressismo sudamericano. **Revista Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. La ecologia política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo**. Iconos, Revista de Ciencias Sociais**, n. 36, p. 53-67, 2010.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios. *In*: HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios:** 1875-1914. 25. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. cap. 3, p. 93-134.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **O que esperar da nova onda progressista da América Latina?.** Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, nº 70, 2023. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-70-nova-onda-progressista-latino-americana/. Acesso em: 12 abr. 2024.

KAN, Julián. **La integración desde arriba:** los empresarios argentinos frente al MERCOSUR y el ALCA. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2015.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KATZ, Claudio. ¿Qué es el neodesarrollismo? Una visión crítica. Argentina y Brasil. **Serviço Social &. Sociedade,** São Paulo, n. 122, p. 224-249, 2015.

LOPES, Rafael Bittencourt Rodrigues. **Para além do desenvolvimento ocidental:** ancestralidade na descolonização dos projetos políticos de Bolívia, Butão, Equador e Tanzânia. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LÓPEZ, Emiliano. **Los años post-neoliberales:** de la crisis a la consolidación de un nuevo modo de desarrollo. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2015.

LUCE, Mathias Seibel. Apresentação à nova edição. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 7-17, 2022.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência:** problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. A pluralidade institucional como ferramenta política na América do Sul: sobreposições organizacionais e fragmentação regional. **Revista Tempo do Mundo**, n. 23, p. 35-59, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência, 1992. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 261-265, 2022a.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 167-216, 2022b.

MARINI; Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, n. 13, p. 76-84, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 75-163, 2022c.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência, 1973. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 217-232, 2022d.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina, 1991. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 267-278, 2022e.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (eds.). **Coloniality at large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham & London: Duke University Press, 2008.

MOREIRA, Renata Couto. O que a Teoria Marxista da Dependência tem a nos ensinar? **Brasil de Fato**. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023. Acesso em: https://www.brasildefato.com.br/2023/08/22/o-que-a-teoria-marxista-da-dependencia-tem-a-nos-ensinar. Acesso em: 11 abr. 2024.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo:** último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NKRUMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.). **Malhas que os Impérios Tecem: Textos** Anti-Coloniais, Contextos Pós-Coloniais. Lisboa: Edições 70, 287-308, 2011.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Editora Boitempo, p. 103-133, 2012a.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Editora Boitempo, p. 37-86, 2012b.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.

PALMA, Gabriel. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. C. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, p. 393-454, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.); FREIXO, Adriano de (org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.); VARGAS-MAIA, Tatiana (org.). **The Rise of the Radical Right in the Global South.** London: Routledge, 2023.

PINO, Bruno Ayllón. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC): Diálogo político, concertación diplomática y gobernanza regional. **Revista Pensamiento Propio**, n. 42, p. 215-242, 2015.

PIVA, Adrián. Ilusiones y realidad del neodesarrollismo: Análisis del caso argentino y consecuencias para la región. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 33-50, 2024.

PIVA, Adrián. Una lectura política de la internacionalización del capital: Algunas hipótesis sobre la actual fase de la internacionalización del capital y el Estado nacional de competencia. *In:* CIOLLI, Vanesa; NASPLEDA, Federico Daniel; BERNADO; Rolando García (Orgs). **La dimensión inevitable:** estudios sobre la internacionalización del Estado y del capital desde Argentina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, p. 13-41, 2020.

POCHMANN, Marcio. **O neocolonialismo à espreita:** mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2021.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil.** Marília: Editora Lutas Anticapital, 2020.

PRADO, Fernando Correa. Otras razones del neodesarrollismo (o porqué se desconoció a la teoría marxista de la dependência). **Revista Argumentos**, v. 26, n. 72, p. 99-126, 2013.

PRADO, Fernando Correa; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2010.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. **Argentina-Brasil de rivales a aliados:** política economía y relaciones bilaterales. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo; MUSACCHIO, Andres; VICENTE, Ricardo. **Historia economia, politica y social de la Argentina (1880-2000).** Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America**. New York: Springer, 2012.

RIST, Gilbert. **The History of Development:** From Western Origins to Global Faith. London and New York: Zed Books Ltd, 2008.

ROCHA, Fábio de Souza. **Dependência e Reconstrução Bélica:** análise da dimensão econômica do *peacebuilding* no Timor-Leste. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROMERO WIMER, Fernando Gabriel. **El imperialismo y el agro argentino:** historia reciente del capital extranjero em el complejo agroindustrial pampeano. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2015.

ROMERO WIMER, Fernando Gabriel. Imperialismo, dependencia y transición hegemónica ante el ascenso de China. *In*: ROMERO WIMER, Fernando Gabriel (Org); LAUFER, Rubén (Org). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. Appris Editora, 2024.

ROMERO WIMER, Fernando Gabriel (Org); LAUFER, Rubén (Org). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. Appris Editora, 2024.

SADER, Emir. **Lula e a esquerda do século XXI**: neoliberalismo e pós-neoliberalismo no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-UERJ), 2022.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda**.** Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT:** a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Historia de la ola preogresista en Sudamérica (1998-2016)**. La Paz: Editora CEDLA - Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2020.

SANTOS FILHO, Onofre dos. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p. 7-75, 2005.

SCHORR, Martín (Org.). **La Argentina kirchnerista:** entre la "década ganada" y la "década perdida". Estudíos de economía política. Buenos Aires: Batalla de Ideas Ediciones, 2017.

SICSÚ, J., PAULA, L. F. de; & MICHEL, R. **Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social**. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SOUZA, Angelita Matos. **Dependência e governos do PT**. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Ricardo. 50 anos de a “Dialética da Dependência”. **Revista Movimento**, 2023. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2023/11/50-anos-de-a-dialetica-da-dependencia/. Acesso em: 11 abr. 2024.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella (Ed.). **El desarrollo en disputa:** Actores, conflictos y modelos de desarrollo en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Prometeo/UNGS, 2015.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **Maldesarrollo:** la Argentina del Extractivismo y el despojo. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

SUKUP, Viktor. Coréia – “Tigre” em turbulências, mistérios no norte. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 81-101, 2009.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; NETO, Walter Antonio Desiderá. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília: Texto para Discussão (TD), n. 1790, 2012.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Atlas of Economic Complexity**. Base de dados. [s.l], 2025. Disponível em: https://atlas.cid.harvard.edu/.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina:** a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 338 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina:** continuidade e/ou ruptura?. Águas de Lindóia: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini:** “Dialética da dependência” e outros escritos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2022.

TREACY, Mariano. Una crítica al neodesarrollismo en América Latina desde la Teoría de la Dependencia. In: CLEMENTE, Dario; FÉLIZ, Mariano (Coord). **El neodesarrollismo en el Cono Sur ¿crónica de una década passada?:** Correlación de fuerzas y modelo de desarrollo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, p. 83-111, 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis:** An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência:** do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

XAVIER, João Gabriel Arriel da Silva; ZAHREDDINE, Danny. Entre a autonomia, a dependência e o neocolonialismo: a zona do franco CFA e os seus efeitos políticos e econômicos para a noção de soberania monetária na África Francófona. **Revista Oikos**, v. 22, n. 2, p. 71-87, 2023.

ZANOTTI, Gustavo García; SCHORR, Martín; CASSINI, Lorenzo. Nuevo ciclo neoliberal y desindustrialización en la Argentina: el gobierno de Cambienos (2015-2019). **CEC**, vol. 7, n. 13, p. 65-96, 2021.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia:** entre la integración regional y um nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.

APÊNDICE A – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES MAIS COMPLEXOS

Tabela 20 – Participação dos setores mais complexos nas exportações e importações da Argentina (2003-2015) e do Brasil (2003-2016), (em%)[267]

	Argentina		Brasil	
	Exportações	**Importações**	**Exportações**	**Importações**
2003	7,91	29,22	21,54	30,08
2004	8,62	35,67	22,49	28,83
2005	9,99	38,79	24,18	29,66
2006	11,83	40,39	22,56	31,97
2007	12,49	39,62	20,82	32,29
2008	12,67	37,93	18,43	32,51
2009	12,98	36,0	15,81	30,90
2010	14,47	40,68	15,69	30,12
2011	14,55	38,94	13,86	29,86
2012	14,35	36,78	14,02	28,60
2013	15,70	38,42	14,18	29,15
2014	14,05	33,57	12,61	26,86
2015	11,81	35,51	14,11	26,22
2016	-	-	15,96	25,50

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2025).

[267] As estatísticas da tabela são referentes à participação conjunta dos setores de veículos, maquinários e eletrônicos. Sistema de classificação dos produtos: HS 1992 (1995-2022); Nível de detalhes da classificação: Seção (1 dígito) (The Atlas of Economic Complexity, 2025).

APÊNDICE B – RELAÇÃO REMESSA DE LUCROS E DIVIDENDOS E O IED

Tabela 21 – Relação entre a remessa de lucros e dividendos e o investimento externo direto (IED) na Argentina e no Brasil, 2003-2016 (em %)[268]

	2003-2004[a]	2005-2006[a]	2007-2008[a]	2009-2010[a]	2011-2012[a]	2013-2014[a]	2015	2016
Argentina	30,32	23,14	32,47	47,40	17,77	17,76	0,78	69,83
Brasil	45,88	83,30	59,09	54,09	34,35	34,75	23,66	24,61

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Banco Central de la República Argentina – BCRA (2025); Banco Central do Brasil – BCB (2025) e Cepal (2017c, p. 84).

[268] [a]: Médias anuais.